



Em Perspectiva

Revista do PPGH/UFC

ISBN: 2448-0789



Tema
Livre

[On-Line] 2018

HISTÓRIA
SOCIAL

v. 4, n. 1



Editor Chefe: Francisco Régis Lopes Ramos - Doutor e coordenador do PPGH/UFC

Editor responsável: Gilberto Gilvan Souza Oliveira - Doutorando do PPGH/UFC

Editores

Antonia Márcia Nogueira Pedroza Doutoranda do PPGH/UFC	Doutorando do PPGH/UFC
Daniel Alencar de Carvalho Doutoranda do PPGH/UFC	Kamillo Karol Ribeiro e Silva Doutorando do PPGH/UFC
Elane Cristina Rodrigues Gomes Doutoranda do PPGH/UFC	Marise Magalhães Olímpio Doutoranda do PPGH/UFC
Elyinaldo Gonçalves Dantas Doutoranda do PPGH/UFC	Priscilla de Freitas Farias Doutoranda do PPGH/UFC
Gabriel Parente Nogueira Doutorando do PPGH/UFC	Ramona Jerônimo Pinheiro Mestranda PPGH/UFC
Gabriela Fernandes de Siqueira Doutoranda do PPGH/UFC	Sarah Campelo Cruz Góis Doutoranda do PPGH/UFC
José Maria Almeida Neto	Walter de Carvalho Braga Júnior Doutorando do PPGH/UFC

Conselho Consultivo Nacional

Adriano Comissoli - UPF	Giselle Martins Venâncio – UFF
Alessandra Regina e S. Mafra - UNICAMP	Jaison Castros Silva - IFPI
Allyson Bruno Viana - UECE	Janaina Guimarães da F. e Silva - UFPE
Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez - URCA	João Ernani Furtado Filho - UFC
Ana Karine Martins Garcia - UFC	Joel Carlos de Souza Andrade - UFRN
Ana Rita Fonteles Duarte - UFC	Jorge Henrique Maia Sampaio - UFC
Antonio Edmilson M. Rodrigues - PUC/UERJ	José Evangelista Fagundes - UFRN
Antônio Luiz Macêdo e Silva Filho - UFC	Kênia Sousa Rios - UFC
Antonio Mauricio Dias da Costa - UFPA	Luis Junior Costa Saraiva - UFPA
Arnaldo Pinto Junior - Unicamp	Marcio Couto Henrique - UFPA
Beatriz Gallotti Mamigonian - UFSC	Maria Emília Monteiro Porto - UFRN
Carlos Augusto de Castro Bastos - UFPA	Mônica da Silva Ribeiro - UFRRJ
Carmen Margarida Oliveira Alveal - UFRN	Muirakytan Macedo -UFRN/CERES-Caicó
Clovis Jucá Neto - UFC	Raimundo Pereira Alencar Arrais - UFRN
Darlan de Oliveira Reis Junior - URCA	Rodrigo Ceballos - UFCG
Dilton Maynard - UFS	Simeia de Nazaré Lopes - UFPA
Edson Hely Silva - UFPE	Tacito Thadeu Leite Rolim – UECE
Eunícia Barros Fernandes - PUC-Rio	Taissa Tavernad de Luca – UEPA
Eurípedes Antônio Funes - UFC	Tatiana Silva Poggi de Figueiredo - UFF
Francisco Egberto de Melo - URCA	

Coordenação da edição: Francisco Regis Lopes Ramos

Capa e diagramação: Gilberto Gilvan Souza Oliveira

Dossiê
História Social

ISSN: 2448-0789
[On-line]
v. 4, n. 1
Fortaleza, 2018

Sumário // Summary

Apresentação 05

Artigos

Coisas da cidade: as transformações urbanas de São Paulo e seus debates na imprensa periódica na década de 1920 08

Ana Luíza Mello Santiago de Andrade (Universidade de São Paulo)

O empoderamento da educação nos sertões do Rio Grande do Norte: José de Azevêdo Dantas 31

Ariane de Medeiros Pereira (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) & Paula Rejane Fernandes (Universidade Federal do Campina Grande)

Uma análise histórica da criminalização do auto aborto no Brasil (1890-1940): dos discursos médicos ao positivismo criminológico 49

Bárbara Madruga da Cunha (Universidade Federal de Santa Catarina)

O Centro Liceal de Educação e Cultura: formação cívica, cultura e defesa dos direitos dos estudantes do Colégio Estadual do Ceará 72

Carolina Maria Abreu Maciel (Secretaria de Educação do Estado do Ceará)

Humana, subalterna e auxiliar: representações em torno de uma liderança feminina na história da Comunidade Católica Shalom 86

Emanuel Freitas da Silva (Universidade Federal do Ceará)

Uma imagem, diversas possibilidades: os avanços e os desafios no estudo das caricaturas ... 109

Gabriel Ignacio Garcia (Universidade Estadual de Londrina)

Pontifex Maximus e monarquia inglesa: bipolarização e disputa de poderes na Era Elisabetana 128

Giovana Eloá Mantovani Mulza (Universidade Estadual de Maringá)

O Acervo Padre José Nilson e o Mucuripe: entrecruzando a memória e escrevendo a história 146

Ianna Edwirges Uchoa Almeida (Universidade Estadual do Ceará)

O púlpito como lugar de combate: a crítica de Teodoro de Almeida ao pensamento moral francês no século XVIII 160

Júnior César Pereira (Universidade Estadual de Londrina)

Discurso de uma cidade em dúvida: tradicionalismo e Modernidade no Recife nos anos 1920 185

Luiz Vinícius Maciel Silva (Universidade Federal do Pernambuco)

Família e poder político na Paraíba através do livro *Menino de Engenho*, José Lins do Rego: literatura e história sob o viés da História Cultural 194

Queila Guedes Feliciano Barros (Universidade Federal do Ceará)

“Pelotão, sentido”: João Goulart sitiado e os impactos do golpe civil-militar em Sergipe (1964) 210

Raphael Vladmir Costa Reis (Universidade Federal de Sergipe)

Memórias em construção: implantação física e virtual do Centro de Memória Leopoldina
Amélia Ribeiro de Souza Marques – CMLARSM 227
Vitor Manuel Pereira de Lima Gomes (Instituto Federal do Rio de Janeiro) & Fernanda Capri Raposos
(Universidade de São Paulo)

Tradução

História Global para uma cidadania global 242
Patric O'Brien (London School of Economics)
Tradução de José Fernando Saroba Monteiro (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Entrevista

“Desafios para a pesquisa e o ensino história são internacionais”: uma entrevista com Joana
Maria Pedro 265
Ana Rita Fonteles Duarte (Universidade Federal do Ceará)

Resenha

O sistema de vendas diretas da Natura: o hiato entre a acumulação da empresa e a precarização
do trabalho 275
Rafael Leite Ferreira (Centro Universitário Brasileiro – Unibra)



Apresentação: História Social

Neste número, a *Revista Em Perspectiva* acolheu investigações que abordam diferentes objetos, fontes e recortes temporais com o intuito de fomentar um debate amplo em torno das potencialidades da área de concentração em História Social. Assim sendo, os trabalhos aqui reunidos têm como foco as múltiplas experiências historicamente construídas por homens e mulheres.

Partindo dessa premissa, Ana Luíza Mello Santiago de Andrade, em *Coisas da cidade: as transformações urbanas de São Paulo e seus debates na imprensa periódica na década de 1920*, analisa as crônicas publicadas por Plínio Barreto durante a década de 1920 no jornal *O Estado de S. Paulo*, no período em que ocorriam diversas obras estruturais e nos hábitos cotidianos, para perceber tanto o processo de modernização ocorrido na cidade como também a forma como a imprensa periódica atuava de forma pedagógica para ensinar os habitantes como usufruir da modernidade.

Em *O empoderamento da educação nos sertões do Rio Grande do Norte: José de Azevêdo Dantas*, Ariane de Medeiros Pereira e Paula Rejane Fernandes discutem o papel da educação nos sertões do Rio Grande do Norte, na primeira metade do século XX, como um meio capaz de promover alteridade aos atores sociais que pudessem se apoderar do saber através do discurso civilizador e progressista que despontava no Brasil nas primeiras décadas do período republicano.

Já Bárbara Madruga da Cunha, no artigo *Uma análise histórica da criminalização do auto aborto no Brasil (1890-1940): dos discursos médicos ao positivismo criminológico*, perscruta a doutrina de três juristas brasileiros filiados à Escola Positiva Italiana - João Vieira Araújo (1902), Oscar Macedo Soares (1910) e Galdino Siqueira (1932), no sentido de verificar a presença dos discursos médicos em seus comentários em relação ao aborto.

Carolina Maria Abreu Maciel, em *O Centro Liceal de Educação e Cultura: formação cívica, cultura e defesa dos direitos dos estudantes do Colégio Estadual do Ceará*, estuda o movimento estudantil cearense por meio da atuação do Centro Liceal de Educação e Cultura (CLEC).

Em *Humana, subalterna e auxiliar: representações em torno de uma liderança feminina na história da Comunidade Católica Shalom*, Emanuel Freitas da Silva parte das representações



em torno de Emmir Nogueira no interior da Comunidade Católica Shalom para investigar como esta é tida como “humana”, “subalterna” e “auxiliar” da figura masculina de maior expressão no interior da Comunidade, Moysés Azevedo, e enuncia-se como “feliz” por ser a sua “auxiliar”.

Gabriel Ignacio Garcia, em *Uma imagem, diversas possibilidades: os avanços e os desafios no estudo das caricaturas*, investiga a historicidade das caricaturas, seus usos e apropriações políticas e sociais e efetua um mapeamento dos principais desafios que esse tipo de linguagem oferece aos historiadores. Já Giovana Eloá Mantovani Mulza, em *Pontifex Maximus e monarquia inglesa: bipolarização e disputa de poderes na Era Elisabetana*, investiga o antagonismo estatal-ideológico suscitado entre a monarquia inglesa de Elizabeth I (1558-1603) e o *Pontifex Maximus*.

O texto *O Acervo Padre José Nilson e o Mucuripe: entrecruzando a memória e escrevendo a história*, de Ianna Edwirges Uchoa Almeida, busca compreender a trajetória do padre José Nilson enquanto mediador das questões sociais do bairro, como os problemas habitacionais e a melhoria das condições de vida dos jangadeiros através do conjunto de fontes do *Acervo Padre José Nilson* localizado em uma sala anexa a Igreja de Nossa Senhora da Saúde no bairro Mucuripe.

Em *O púlpito como lugar de combate: a crítica de Teodoro de Almeida ao pensamento moral francês no século XVIII*, Júnior César Pereira analisa o debate promovido pelo padre e filósofo oratoriano Teodoro de Almeida (1722-1804) acerca da difusão dos livros de alguns pensadores franceses no âmbito de sua parenética.

Luiz Vinícius Maciel Silva, em *Discurso de uma cidade em dúvida: tradicionalismo e Modernidade no Recife nos anos 1920*, analisa as mudanças político-sociais que tiveram espaço no Recife do início do século XX, objetivando compreender como esse cenário de influência da *belle-époque* francesa e da mundialização comercial acarretou embates discursivos no cenário intelectual recifense.

Em *Família e poder político na Paraíba através do livro Menino de Engenho*, José Lins do Rego: *literatura e história sob o viés da História Cultural*, Queila Guedes Feliciano Barros, discute a literatura como fonte para a história, levando em consideração o conhecimento histórico enquanto ciência e prática narrativa, a partir da análise do romance *Menino de engenho*, de José Lins do Rego.



Já o artigo “*Pelotão, sentido*”: *João Goulart sitiado e os impactos do golpe civil-militar em Sergipe (1964)*, de Raphael Vladmir Costa Reis, investiga as ressonâncias do golpe civil-militar em Sergipe, com destaque para sua dimensão sócio-política, adotando enquanto eixo analítico as dinâmicas da conjuntura nacional transcorridas após a Marcha da Família paulista, dia 19 de março.

Já os pesquisadores Vitor Manuel Pereira de Lima Gomes e Fernanda Capri Raposo, em *Memórias em construção: implantação física e virtual do Centro de Memória Leopoldina Amélia Ribeiro de Souza Marques – CMLARSM*, realizam um balanço sobre ao processo de estruturação do Centro de Memória Leopoldina Amélia Ribeiro de Souza Marques.

Nesta edição contamos com a tradução realizada por José Fernando Saroba Monteiro do texto *História Global para uma cidadania global*, de Patric O'Brien, professor da London School of Economics. Há, também, uma excelente entrevista realizada pela professora Ana Rita Fonteles Duarte com Joana Maria Pedro, atual presidenta da ANPUH, na qual a entrevistada faz um balanço de sua importante carreira acadêmica e aponta novos caminhos diante dos atuais desafios para os historiadores e demais cientistas sociais.

Por fim, mas não menos importante, temos a resenha elaborada por Rafael Leite Ferreira, intitulada *O sistema de vendas diretas da Natura: o hiato entre a acumulação da empresa e a precarização do trabalho*, do livro *Sem maquiagem: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos*, de Ludmila Costhek Abílio.

Desejamos uma boa leitura!

O(a)s editores(as).



Coisas da cidade: as transformações urbanas de São Paulo e seus debates na imprensa periódica na década de 1920

Ana Luíza Mello Santiago de Andrade¹

Recebido em: 28/01/2019

Aprovado em: 28/02/2019

RESUMO

O presente artigo busca apresentar e analisar crônicas publicadas por Plínio Barreto durante a década de 1920 no jornal *O Estado de S. Paulo*, no período em que ocorriam diversas obras estruturais e nos hábitos cotidianos. Entende-se que o autor atuou como um intelectual que mediava a relação do público leitor com as obras públicas e promovia a ideia de São Paulo como uma das metrópoles do mundo em processo de modernização. O que se pretende neste artigo é perceber tanto o processo de modernização ocorrido na cidade como também a forma como a imprensa periódica atuava de forma pedagógica para ensinar os habitantes como usufruir da modernidade. Além disso, nota-se que Plínio Barreto usava do espaço nas *Coisas da Cidade* para articular projetos políticos. A intenção é, portanto, notar a relação do jornal com a cidade de São Paulo e sua projeção como capital cosmopolita.

Palavras-chave: São Paulo. Imprensa Periódica. Crônicas.

Coisas da Cidade: the urban transformations of São Paulo and its debates in the periodical press in the decade of 1920

ABSTRACT

The present article seeks to present and analyze chronicles published by Plínio Barreto during the 1920s in the newspaper *O Estado de S. Paulo*, during the period in which various structural reforms and daily habits occurred. It is understood that the author acted as an intellectual who mediated the relation of the readership with the public works and promoted the idea of São Paulo as one of the metropolises of the world in the process of modernization. The purpose of this article is to understand both the process of modernization that took place in the city and the way the periodical press acted in a pedagogical way to teach the inhabitants how to enjoy modernity. In addition, it is noticed that Plínio Barreto used of the space in the Things of the City to articulate political projects. The intention is, therefore, to note the relationship of the newspaper with the city of São Paulo and its projection as cosmopolitan capital.

Keywords: São Paulo. Periodic Press. Chronicles.

¹ Graduada e Mestra em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e Doutora em História pela Universidade de São Paulo, onde desenvolveu a pesquisa intitulada: “Rubricas do Cotidiano: transformações urbanas e sociabilidades burguesas nas crônicas do *O Estado de S. Paulo* (década de 1920), que contou com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1551512630032635> Endereço eletrônico: analuizaandrade@gmail.com



1 INTRODUÇÃO

*Quem tivesse conhecido S. Paulo há uns vinte anos, e só voltasse a vê-lo agora, com as suas ruas movimentadas e rumorosas cheias de bondes e automóveis barulhentos – decerto, passado o espanto, haveria de sentir saudades daqueles bons tempos tranquilos, sem atropelamentos sem desastres, sem tumulto, sem a multidão nas ruas do Triângulo – e sem “camelots”!*²

Barulho, trânsito, movimento: tudo isso parece se confundir com a identidade de São Paulo. Ela é a cidade dos excessos: muitas pessoas, muito trânsito, muitos prédios. O trânsito, de pessoas e de carros, num espaço em constante modificação desperta a curiosidade. Como São Paulo se tornou a metrópole que a tantos atrai e repele ao mesmo tempo? Para responder a esta pergunta é preciso voltar à década de 1920 para compreender o início de sua formação como cidade cosmopolita e centro irradiador de novidades. Pela crônica acima citada perceber-se que a cidade dos anos 1920 já se mostrava bastante diferente do que era apenas 20 anos antes. Passou, portanto, por um processo sistemático de transformações que mudaram a fisionomia e a forma de viver na cidade. Para Nicolau Sevcenko

É em torno de 1919-20 que [...] a imprensa suscita e repercute, ao mesmo tempo, a imagem de São Paulo como uma das grandes metrópoles do mundo, com um ritmo prodigioso de crescimento e potencialidades incalculáveis de progressão futura. O Rio de Janeiro e Buenos Aires podiam ser provisoriamente maiores, mas o compasso do crescimento e a magnitude dos recursos da capital paulista eram tais, que seu triunfo sobre as duas rivais mais próximas era inapelável e apontava para destinos ainda mais altos.³

Para além das reformas estruturais em pedra e cal, a modernidade chegava pelo discurso da imprensa periódica. Este artigo é uma tentativa de pinçar traços da vida moderna, entendendo que ela “tende a se bifurcar em dois níveis, o material e o espiritual”.⁴ Ou seja, mostra-se tanto no sentimento do ser moderno e entender-se como tal, como por exemplo nas expressões artísticas ou nos sentimentos dos homens e das mulheres comuns, como também nas suas

² *O Estado de S. Paulo*, 13 jun. 1921, p.5. A partir deste momento usarei a sigla OESP como referência ao jornal *O Estado de S. Paulo* para citação das crônicas e matérias pesquisadas.

³ SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.37

⁴ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.158



expressões materiais, como nos meios de transporte, nas casas comerciais, na vestimenta ou na alimentação. Para Maria Izilda Santos de Matos

Sob a cidade fisicamente tangível, descortinam-se cidades análogas invisíveis, tecidos de memórias do passado, de impressões recolhidas ao longo as experiências urbanas, passando a História da cidade a ser vista também como a História da espacialização do tempo e das escolhas coletivas feitas ao longo de seu transcurso.⁵

É sobre esta cidade que se está falando aqui: uma experiência urbana que está para além de sua estrutura física, seus prédios, suas avenidas: está nas práticas comuns, nos afazeres cotidianos. É possível compreender que algumas atividades jornalísticas foram responsáveis por, de maneira pedagógica⁶, incluir normas e valores na sociedade paulistana, buscando ensinar aos leitores como vivenciar a modernidade.

Para Nicolau Sevcenko havia uma identificação com este novo modo de viver e aqueles que seriam beneficiados pelas benesses da modernidade organizaram-se “para garantir a sua manutenção, exigir a sua extensão a todos os pontos mais distantes e mais recônditos da cidade e impedir retrocessos”⁷. Chamando para si a responsabilidade de conduzir este novo modo de vida, intelectuais que atuavam na mídia impressa buscaram conduzir transformações de hábitos, garantindo a experiência moderna, encorajando-a e apresentando aos leitores as novidades que não paravam de chegar.

Entre 1889 e a década de 1920 o que se viu foi a transformação das cidades em canteiros de obra. Embora muitas ações tenham se efetivado neste período, é em 1920 que São Paulo passa a ser tomada por diversos projetos de obras e reformas a acontecer na cidade, marcados pela comemoração do Centenário da Independência no Brasil e por uma euforia advinda da superação de traumas e da chegada de um novo decênio que prometia um mundo de novidades. Assim, “Os anos iniciais da década de 1920 conhecem uma certa euforia em função do término da guerra. As expectativas em torno do novo, moderno impregna o social como um todo”⁸. O ano de 1919 é bastante emblemático para pensar a cidade de São Paulo, pois

⁵ MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura: História, cidade e trabalho*. Bauru, SP: EDUSC, 2002. p. 35.

⁶ Entende-se que parte das atividades jornalísticas, especialmente as crônicas de *Coisas da Cidade*, para além do relato dos fatos, tinha como objetivo ensinar e internalizar normas e valores e, portanto, tais conteúdos demonstram uma intencionalidade pedagógica, no sentido de ensinar condutas e formas de agir no espaço urbano em transformação. Em certa medida, atuavam como manuais de civilidade.

⁷ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 53.

⁸ MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura: História, cidade e trabalho*. Bauru, SP: EDUSC, 2002, p. 53.



1919 trouxe uma inusitada excitação às ruas de São Paulo. Era alguma coisa além da turbulência instintiva, que o calor um tanto tardio do verão quase tropical da cidade naturalmente incitava nos seus habitantes.⁹

Essa excitação se dava muito pelas transformações urbanas, mas também pelas expectativas de um novo tempo, como as viradas de século e décadas prometem. Era a “felicidade especial de um novo ano”¹⁰ que anunciava o fim de flagelos como a Gripe Espanhola, que tomaram a cidade em 1918¹¹. São Paulo entrava no novo decênio com esperanças renovadas e com expectativas de que um novo tempo estava por vir, deixando para trás as mazelas e traumas da década anterior.

O presente trabalho busca, portanto, refletir sobre as transformações urbanas ocorridas na cidade de São Paulo durante a década de 1920, especialmente sob o ponto de vista de um cronista que publicava seus textos na coluna intitulada *Coisas da Cidade*, no jornal *O Estado de S. Paulo*. Neste sentido intenta-se perceber de que forma o cronista atuou como mediador das relações urbanas, entre os cidadãos – ávidos por novidades – e os comerciantes, poder público e prestadores de serviço. Intenta-se notar quais eram as questões próprias daquele momento de mudança, que ensaiava uma nova vida para os paulistanos, mas que também apresentava todos os dilemas de uma metrópole em construção.

2 SÃO PAULO, ANOS 1920

A cidade em constante transformação – na paisagem urbana e na redefinição dos gostos – causava debates, gerava euforia e desconforto. Os novos barulhos, cheiros, contatos e sensibilidades colocavam as pessoas frente a novas formas de sentir, agir e ser na cidade. Por isso estes tópicos estiveram em debate na imprensa periódica constantemente. A coluna *Coisas da Cidade*, escrita por Plínio Barreto¹² sob o pseudônimo de P., dedicou-se a observar e intervir

⁹ SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 24.

¹⁰ *Idem*.

¹¹ Para Nicolau Sevcenko a virada de ano para 1919 representava a superação de flagelos que marcaram São Paulo até 1918: a Gripe Espanhola, a Geada e os Gafanhotos. Somam-se aí a Guerra e as Greves. (SEVCENKO, 1992, p. 24)

¹² Plínio Barreto foi um intelectual paulistano. Formado em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco, exerceu as funções de advogado, jornalista e político. Foi revisor e redator do *O Estado de S. Paulo* e com a morte de Júlio Mesquita tornou-se redator-chefe em 1927. Mantinha no jornal uma coluna chamada *Crônicas Forenses* e também *Coisas da Cidade*. A primeira era assinada com seu nome próprio pois era um dos advogados mais



nesse contexto de mudanças, buscando garantir certa segurança para uma cidade que mudava, mas não se sabia para onde. Nas crônicas publicadas nesta coluna é possível perceber a preocupação com as obras públicas, serviços informais e mesmo com os com os barulhos que se percebem em uma cidade que se deseja metrópole. Em texto publicado em 18 de junho de 1921 o autor destaca

Barulho Inútil

Não suponha o leitor, lendo esta epígrafe que é do relógio da Igreja de S. Bento que vou tratar, daquele famoso relógio que a cada quarto de hora faz o seu sino ressoar formidavelmente pelas imediações, sem dó algum dos tímpanos do próximo. Não, não é o relógio nem o sino da Igreja de São Bento que dão motivo a esta nota: para que o leitor não suponha também que não são as motocicletas da Avenida Paulista, ou o buzinar despropositado dos automóveis, ou os mil e um rumores dispensáveis e inúteis da cidade, apresso-me em dizer-lhe que a epígrafe se restringe aos bondes em disparada vertiginosa pelas ruas alta noite, e cujos motorneiros vão sapateando desesperadamente nos trilhos. [...] não há nada mais exagerado do que isso [...] O motorneiro, [...] numa corrida demasiada. 40, 60, 80 ou mesmo 100 quilômetros por hora.

Ontem, por exemplo, entre meia noite e uma hora, subia assim um bonde 41, já com a tabuleta da estação a que se recolhia. E por tal forma sapateava o motorneiro na pista, que vários passageiros se incomodaram, comentando, o inconveniente do facto. – Que barulheira, dizia um. O homem está mesmo querendo pela sua cama. Mas o diabo que por 10 ou 15 minutos de avanço, vão acordando toda a gente que mora ali nessas casas...

Que pensará a respeito o sr. Superintendente da Light? – P.¹³

Ele inicia a crônica destacando muitos dos barulhos presentes na cidade cotidianamente: o sino da Igreja São Bento, as motocicletas da Avenida Paulista e o buzinar dos carros. Apesar de todos os barulhos novos que agitavam a cidade, o mais incômodo, ao olhar do cronista, eram os bondes da Light, que circulavam em alta velocidade até o início da madrugada. Assim, não parece ser apenas o som dos bondes transitando que causa espanto ao escritor. A velocidade é motivo de assombro. Somente com os novos bondes e automóveis fora possível experimentar alta velocidade e facilidade de locomoção, diminuindo as distâncias entre pontos da cidade, e promovendo uma sensação de que o tempo corria de forma acelerada. O cronista não apenas denuncia a pressa do condutor como o barulho que produziu em tempo de descanso, mas cobra das autoridades responsáveis – no caso o *Superintendente da Light* – a resolução do imbróglio.

Para Barbara Freitag

requisitados em São Paulo à época. A segunda assinada apenas por P., apresentava cotidianamente os principais debates sobre a cidade de São Paulo, promovendo articulações políticas. Sua autoria nesta coluna foi descoberta na pesquisa da autora, que gerou a tese “Rubricas do Cotidiano: transformações urbanas e sociabilidades burguesas nas crônicas do *O Estado de S. Paulo* (década de 1920)”, defendida na Universidade de São Paulo em 2018. Cf: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/barreto-plinio> Acesso em 18 de junho de 2018.

¹³ OESP, 18 jun. 1921, p. 4.



É bom lembrar que a companhia Light era inglesa e teve, durante décadas, o monopólio do abastecimento de luz no Brasil. Essa hegemonia no campo da iluminação dos centros urbanos brasileiros vinha acompanhada de uma ampla rede de transportes urbanos, baseada nos ‘elétricos’ (bondes) das grandes capitais estaduais na primeira metade do século XX.¹⁴

A presença dos bondes no traçado urbano permitiu não só a circulação entre os bairros em menor tempo como também demonstra a chegada de um modelo europeu como base para a organização urbana. Se paulatinamente, ao longo do século XX, a cidade de São Paulo foi se adequando a um modelo norte-americano (baseado no sistema de rodovias, carros particulares, transporte individual e utilização de ônibus como transporte coletivo), nas primeiras décadas do século são os bondes que vão dar a ler este estilo europeu presente no que se projetava para a cidade:

A utilização do bonde não somente promoveu e facilitou o transporte público nas cidades, como também serviu para a conquista de novas áreas, como foi o caso dos Jardins, em São Paulo, que seguiu os planos de uma empresa de Patrick Geddes, que atuava no Brasil e procurou implementar entre nós o modelo das cidades-jardins.¹⁵

A implantação de novos bairros e a expansão do perímetro urbano são marcas deste início de século na cidade de São Paulo. Novos bairros apontavam para um novo estilo de moradia, com estética urbana renovada e promessas de vida moderna. É o caso dos Jardins, que se transformam em bairros-modelo a partir da intervenção da Companhia City¹⁶.

Os anúncios de bairros como Jardim América destacavam um estilo de vida sadio, aos moldes higienistas, que poderiam ser experimentados nos novos loteamentos e por eles é possível perceber o crescimento da cidade. Liderados pela Companhia City, os novos bairros foram emblemáticos na expansão urbana da capital paulista. Eles destacavam possuir todas as conveniências, além dos jardins nos lotes e os melhoramentos como serviço de bondes, redes de água e esgoto e a iluminação elétrica nas ruas. Eram, portanto, bairros planejados e já adequados às novas condições para a vida moderna, como água, luz e esgoto. São marcas de um processo higienista que buscava a promoção da saúde pública e entendia que a arborização, o ar puro e o sistema de saneamento eram fundamentais para uma vida saudável. Benesses que

¹⁴ FREITAG, Barbara. *Teorias da Cidade*. Campinas, SP: Papyrus, 2006, p. 131.

¹⁵ *Idem*.

¹⁶ A Companhia City foi responsável por processos de loteamento e urbanização em determinados locais da cidade de São Paulo. A partir das obras desta companhia houve o investimento na criação de novos bairros como o Jardim América.



certamente chegavam primeiro às classes mais abastadas da população, construindo um novo padrão de moradia e de vida moderna.

Não foram apenas os novos bairros que representavam as transformações pelas quais a cidade passava. Uma onda reformista tomou o espaço urbano e não passou despercebida pelo cronista do *Estado de S. Paulo*. Algumas das crônicas destacam-se aqui pois dão a ler um pouco dessa onda presente no cotidiano daqueles que as sentiam diariamente

Toda a gente aplaudiu o arrasamento do lado ímpar da rua Líbero Badaró, e a transformação dessa via pública numa ampla avenida. Os aplausos esmoreceram quando, em vez de se deixar inteiramente livre a rua, permitiu-se a construção de dois grandes edifícios no local dos prédios demolidos!

– Isto é um crime, dizia um. Estragar-se assim uma rampa magnífica, que devia ficar livre do Viaduto à rua S. João, para maior embelezamento da cidade – só S. Paulo se vê disso...

– Outas cidades – comentava outro – fariam sacrifícios incríveis para conservarem bem o centro que nós estragamos...

[...] Em boa hora a rua foi prolongada até a ladeira de S. Francisco passando a trafegar pelo trecho os bondes, que até então faziam, na esquina da rua José Bonifácio, uma curva perigosíssima.¹⁷

Na crônica acima citada o autor destaca a reforma da Rua Libero Badaró, uma das mais importantes vias comerciais do Triângulo Central, e palco do processo de modernização. A via pública citada transformara-se em larga avenida. Mas, as reações vão da excitação à crítica quando observado que não se deixou espaço para o trânsito de pedestres e se permitiu a construção de dois grandes prédios no local. A preocupação se dava não só com a questão prática – o entrave e a dificuldade em circular pelo local – como também pelo embelezamento da área central da cidade que se desejava metrópole. Em 14 de outubro do mesmo ano a região volta a ser tópico de discussão nas *Coisas da Cidade*:

– Como se poderia modificar a ladeira do S. João, de maneira que pode ela pudessem passar facilmente os transeuntes e até os veículos?

O dr. Domicio Pacheco e Silva, engenheiro da Prefeitura, tem para isso um projeto bem aceitável, [...] esse projeto consiste no prolongamento da Praça Antonio Prado até a rua Líbero Badaró, construindo-se sobre a ladeira um terraço de cimento armado com 72 metros de comprimento por 30 de largura, que daria à Praça mais de 2000 metros quadrados de superfície. A declividade da ladeira, que é de 13,3 por cento, ficaram assim reduzida, a 6,5 graças a uma passagem de vários metros de largura que se faria por sob o terraço, para a Praça Antonio Prado e pela qual poderiam subir os próprios veículos[...]

A ladeira de S. João é uma das vias públicas mais movimentadas da cidade, e mais movimentada se tronará ainda depois que se inaugurar o edifício dos correios e telégrafos, na Avenida S. João. Se há possibilidade de a modificarmos, tronando muito mais cômodo e fácil o acesso a Praça Antonio Prado, e se, além disso, ainda

¹⁷ OESP, 25 set. 1920, p. 4.



aumentamos a área da Praça, que é, realmente insuficiente para o trânsito público – está visto que as nossas autoridades municipais devem estudar a questão com muito interesse, e, verificando que o projeto resolve o caso, tratem de realizar sem demora, tanto mais quanto ao que parece, já se abandonou a idéia de colocar na ladeira uma fonte monumental, segundo projecto do escultor Zani. – P.¹⁸

Aqui o cronista busca na engenharia a argumentação necessária para a aprovação dos projetos. Com exibição de conhecimentos técnicos e matemáticos se coloca como uma *voz autorizada*, ou seja, intenta que o leitor o compreenda como alguém que tem conhecimento sobre aquilo que está expondo nas crônicas. O papel dos engenheiros foi de grande importância na remodelação urbana e também na condução desta dentro dos padrões higienistas. Esta região (Av. São João, Libero Badaró e Praça Antonio Prado) foi local de grande importância comercial para a cidade de São Paulo no período, e figura até hoje como local de destaque no Triângulo Central. A Praça Antonio Prado, como destaca o autor, poderia ser aumentada dado o fluxo de pessoas que por ela circulavam. Outra preocupação constante nas crônicas de *Coisas da Cidade* eram as construções de prédios, como o dos Correios e Telégrafos, como pode ser percebido na publicação de 1920, que segue abaixo:

Inauguraram-se há dias – enfim! – os trabalhos de construção do edifício para os Correios e Telégrafos. Há tantos anos se reclamava um edifício para essas duas repartições, que estão pessimamente alojadas, cada qual em pardieiros em higiene e sem conforto – que já ninguém alimentava mais a esperança de as ver funcionando decentemente.

Agora, porém a esperança renasce – provavelmente daqui um ou dois anos, Correios e Telégrafos já não nos envergonhem mais, e estejam realmente à altura do nosso progresso.

Ora, passando a funcionar essas repartições na avenida São João, é natural que para lá se canalize boa parte do movimento do centro, ao mesmo passo que as casas comerciais do centro, que são as mais importantes da cidade, passem a necessitar da ladeira S. João para encaminhar a sua correspondência postal e telegráfica. Assim o que desde já se pode prever, é que crescerá enormemente, só com a transferência dos Correios e Telégrafos, o movimento pela ladeira S. João. Mas uma ladeira é sempre uma via pública de trânsito penoso mormente quando é tão íngreme como a S. João. Além disso, não se compreende que a avenida de mais movimento da cidade, construída especialmente por um plano preestabelecido, o tenha ali, justamente no coração da cidade, a sua circulação dificultada. Ora, há um meio de se resolver esse problema, e nós o exporemos em breve aos leitores. – P.¹⁹

Esta crônica demonstra a esperança em se ver a cidade modificada não só em sua estrutura, mas em seus padrões de higiene. Apontando que a antiga sede não atendia de forma satisfatória às normas de higiene e não possibilitava conforto, a reforma da sede dos Correios passa a aparecer como ponto de destaque nessa onda reformista. Não só pelo edifício, mas por

¹⁸ OESP, 14 out.1920, p. 4.

¹⁹ OESP, 12 out. 1920, p. 5.



modificar todo seu entrono, inclusive ocasionando num grande fluxo de pessoas na Avenida São João, que segundo o autor era a avenida de maior trânsito da cidade. A preocupação com o fluxo nesta via é tão grande que aparece diversas vezes na coluna. Assim, a transformação da cidade de São Paulo de provinciana à metrópole cosmopolita coloca seus transeuntes em um misto de sensações. Se por um lado as mudanças eram tidas como necessárias para a chegada do progresso esperado, por outro os problemas advindos dessas transformações geravam insegurança e medo.

O calçamento das vias públicas também foi motivo de debates nas páginas do jornal. Diversas são as crônicas que se dedicaram a contar e questionar este tipo de obra que pipocavam pela cidade:

Uma coisa, porém, não padece dúvida alguma: é que este problema de calçamento da cidade precisa ser encarado de frente, com energia, e resolvido logo, com a máxima urgência. A cidade – já o temos dito repetidas vezes – está, no tocante a calçamento, em verdadeira petição da miséria. Se o sr. Prefeito municipal e a Câmara demoram muito a tomar uma resolução definitiva, o péssimo, o vergonhoso calçamento de muitas ruas ir-se-á estragando cada vez mais, a ponto de várias delas se tornarem intransitáveis. Ora, isso, as portas do centenário da Independência, quando se sabe que a S. Paulo ocorrerão, daqui a um ano, milhares de forasteiros – não parece que seja muito louvável... – P.²⁰

Percebe-se que o problema do calçamento parecia urgente e o autor das crônicas tratou de cobrar insistentemente resoluções por parte do poder público municipal. Apontando que a cidade receberia pessoas de fora para as comemorações do centenário da Independência, alertou a necessidade de obras no calçamento, por representarem o atraso nada condizente com o que se queria construir sobre a cidade de São Paulo. O mau calçamento levantava poeira e fazia parecer que a cidade vivia sob a sujeira intensa. Definindo o estado do calçamento como *vergonhoso*, pode-se inferir que a preocupação não se dava apenas pelas questões de higiene, mas a forma como a cidade poderia se projetar, por qual imagem de São Paulo se queria construir: uma urbe moderna; metrópole. O debate continua:

O Calçamento do Centro

Afinal, começou a ser reformado o calçamento do centro da cidade: a rua do S. Bento está sendo asfaltada, e tudo faz crer que em breve tenhamos da mesma forma melhorada a pavimentação das ruas Direita e 15 de Novembro[...] Em todo caso, nunca é demais salientar que o melhor calçamento a paralelepípedo vale bem o de asfalto, quanto a comodidade que oferece, tendo ainda a vantagem de ser mais durável e de conservação muito menos dispendiosa. De resto, todos conhecem a poeira fina do asfalto, o, pior que a poeira, a lama dos dias de chuvisco – coisas que, em nossa

²⁰ OESP, 30 jun. 1921, p. 4.



cidade, ainda se vão agravar com as deficiências notórias do serviço de limpeza pública.

Seja como for, porém, o serviço está começando, e toda a gente, que há muito se queixava do péssimo estado das ruas centrais e sobretudo do calçamento de madeira – deve estar radiante com a perspectiva de ver bem calçado o triângulo, que é o centro da atividade de grande parte da população.

[...] o tráfego dos bondes por estas duas ruas. Se a Prefeitura asfaltá-las agora, com os trilhos dos bondes, estes só daqui a dez ou vinte anos deixarão de correr por ali. É tão difícil obter qualquer melhoramento em S. Paulo! [...]

Porque não se há de fazer desde já a mudança do trajeto dos bondes que cortam o centro, retirando-os das ruas 15 e Direita, onde eles já estorvam tanto o trânsito... – P.²¹

Um ano após as reclamações publicadas no jornal *O Estado de S. Paulo* as obras de calçamento no centro começaram e foram destaque novamente. Indicando materiais a serem utilizados, e a forma como deveriam ser conduzidas as obras, o autor mostra sua vontade de intervir nas obras públicas, tendo em vista que como cronista do jornal suas ideias circulavam com potência. O cronista destaca ainda para o serviço de limpeza pública, demonstrando que embora as obras de calçamento se efetivassem, tal serviço ainda se apresentava de forma deficiente. Aponta também para o problema do trânsito com os bondes a continuar a circular pelas ruas mais movimentadas do centro, ocasionando um fluxo muito grande para a quantidade de comércio, pessoas e automóveis que também transitavam na região. O antigo calçamento de madeira em processo de substituição é um ponto de destaque: representava o atraso, enquanto os paralelepípedos ou mesmo o asfalto pareciam inovações necessárias na nova lógica metropolitana.

Outro marco do progresso em São Paulo foi a Avenida Paulista. Local de moradia e sociabilidade de uma burguesia em ascensão, sobre ela recaíam todas as preocupações de adequação aos tempos modernos. Sobre sua estrutura muito se falou e o destaque para o asfalto, com cobranças ao poder público, não passou despercebido pela escrita de P.:

O Asfalto da Avenida

Por acaso já viram os engenheiros da Prefeitura como estão castigando o asfalto da avenida Paulista?

– É boa! Responderão os zelosos funcionários. Se a cidade toda está com o seu calçamento em péssimo estado, nós não podíamos fazer uma exceção para a avenida Paulista...

Provavelmente, é assim que se pensa na Prefeitura, a julgar pelas numerosas depressões que se notam ao longo daquela importante e sumptuosa via pública. Porque, enfim, nunca, depois de asfaltada, a avenida estava assim estragada, proporcionando aos “habituês” do curso os frequentes solavancos dos automóveis.

É bem verdade que a cidade está com todo o seu calçamento em petição de miséria. [...] E uma comemoração extravagante do centenário, não resta dúvida, não há senão

²¹ OESP, 23 set.1921, p. 6.



aceita-la e passar adiante, já que o Centenário é um acontecimentozinho à toa, que não mereça seque a reforma do calçamento das nossas ruas. Mas, quanto ao asfalto da avenida, quer-nos parecer que é uma questão de economia, o concerta-lo.²²

Marco do processo civilizatório pelo qual a cidade de São Paulo passou no início do século XX, as cobranças de atenção do poder público para avenida símbolo da modernização foram contundentes nas *Coisas da Cidade*. Julgando que a prefeitura tratava com descaso o estado em que se encontrava a Avenida Paulista, o autor trata de cobrá-la para promover a melhoria das condições de trânsito no local. Além disso, destaca com ironia que as reformas da cidade estavam sendo feitas para a comemoração do centenário, que justificou a transformação do espaço urbano em canteiro de obras.

As crônicas publicadas no jornal *O Estado de S. Paulo* ajudaram a construir um pouco do contexto de São Paulo na década de 1920. Debatendo constantemente os melhoramentos ocorridos na cidade no período, o autor nos mostra sob seu olhar, o processo de remodelamento urbano em todos os aspectos: físicos, estruturais e sociais. Por isso entende-se que

A modificação do espaço de uma cidade, dando a ela forma e feição, contém em si um projeto político de gerenciamento do urbano em sua totalidade. É, por um lado, uma tarefa de profissionais especificamente habilitados para tal – urbanistas, arquitetos, engenheiros -, mas também comporta o que se poderia chamar de intervenção do cotidiano. Ou seja, esse espaço sonhado, desejado, batalhado e/ou imposto é, por sua vez, também reformulado, vivido e descaracterizado pelos habitantes da urbe, que, a seu turno, o requalificam e lhe conferem novos sentidos.²³

Este processo envolveu especialistas como engenheiros e médicos sanitários, mas também por todo tipo de ação humana de seus habitantes, que viviam a cidade conforme sua interpretação de mundo. Uma das quais temos acesso são as crônicas publicadas em *Coisas da Cidade*, onde seu cronista publicava sua percepção, dotando aquele universo de sentidos, apontando seus anseios e desejos para a cidade que se tornava metrópole.

Não são apenas as reformas urbanas mais estruturais – como o calçamento, a criação de novos bairros – que merece destaque aqui. A construção de grandes edifícios, conhecidos como arranha-céus, marcam essa entrada de São Paulo na modernidade.

²² OESP, 22 fev. 1922, p. 6.

²³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O Imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 16.



De acordo com Roberto Pompeu de Toledo em *A Capital da Vertigem* a cidade contava, em 1920, com quinhentos e setenta e nove mil e trinta e três habitantes e dessa forma “mantinha a condição de segunda cidade do Brasil, obtida no censo anterior, de 1900, mas ainda parecia distante da primeira, o Rio de Janeiro, que contava com 1 157 873.”²⁴. Mesmo com menos habitantes que a capital federal, São Paulo contava com grande número de edificações e casas comerciais, apontando para mudanças na estrutura urbana e na forma de morar e viver neste espaço. No ano de 1920 a cidade contava com

73 696 edificações e 80 169 domicílios. Na média, 7,22 pessoas ocupavam cada domicílio. Havia 407 prédios de três pavimentos, 93 de quatro, trinta de cinco e dez de mais de cinco. Em todo o Brasil havia apenas 34 prédios de mais de cinco andares.²⁵

O processo de verticalização da cidade pode ser visto no crescente número de edificações que passam a ocupar o perímetro central da capital paulista. O Edifício Martinelli começa a ser projetado em 1922 e a fundação da obra se dá em 1925. Sua inauguração em 1929 coloca o prédio como edificação emblemática deste processo.

Projetado como o primeiro arranha-céus de São Paulo, o Martinelli marca a transição de uma cidade pautada no modelo parisiense de vida urbana para uma outra, que tem como exemplo as grandes metrópoles norte-americanas. Embora projetado por um italiano²⁶, era um homem que veio *fazer a américa*²⁷, e tem seu modo de ver o mundo transformado em busca de enriquecimento. A década de 1920 é, portanto, um tempo de crise dos modelos urbanos em São Paulo. Se por um lado se pensava em atingir o ideal europeu, por outro, iniciativas renovadoras vão aos poucos transformando os planos para a metrópole. A relação com os automóveis e com as lojas de departamento também marcam este processo. Sendo assim, o Edifício Martinelli desde o início de sua projeção gera euforia e desconforto: o tamanho do prédio assustava, mas causava curiosidade e colocava São Paulo em outro patamar de desenvolvimento. Se em 1920

²⁴ TOLEDO, Roberto Pompeu de. **A capital da vertigem**: uma História de São Paulo de 1900 a 1954. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015, p. 197.

²⁵ *Idem*, p. 203-204.

²⁶ Vindo da Itália em 1889, Giuseppe Martinelli prosperou em terras brasileiras e tinha uma empresa de navegação em Santos. Na década de 1920 construiu o que se tornou o primeiro arranha-céu de São Paulo. Disponível em: <http://www.prediomartinelli.com.br/historia.php> Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

²⁷ Da mesma forma como no tempo presente diversos brasileiros saem do país e migram em busca de prosperidade e sucesso, e voam rumo aos Estados Unidos da América, entre o final do século XIX e o início do século XX muitos europeus chegavam ao Brasil para *fazer a América*, ou seja, enriquecer e voltar para o seu país de origem. Em uma República que se desejava europeia e branca isso ocasionou em algumas frustrações e atritos, pois muitos dos imigrantes não tinham por intenção se nacionalizarem brasileiros. Cf: SCHWARCZ, Lilia; STERLING, Heloisa. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.



somente dez construções tinham mais de cinco andares, um prédio com quase 30 gerava, no mínimo, burburinhos por toda a cidade.

Situado no Triângulo Central da cidade – entre as ruas São Bento, São João e Libero Badaró - o Martinelli foi o primeiro arranha-céu construído na América Latina e até os dias atuais tem destaque na paisagem urbana. Sua construção é importante para compreender a formação de um centro cosmopolita, com ares modernizantes, comércio diversificado e novos hábitos – inclusive os alimentares – que vão se desenhando ao passar da década de 1920. Roberto Pompeu de Toledo esboça alguns pontos que fizeram de São Paulo a Capital da Vertigem.

A sensação, e nada como um artista para captá-la no ar e traduzi-la em duas palavras, era de aceleração do tempo. Os paulistanos sentiam-na porventura com mais força do que outros brasileiros, quer pelo processo de industrialização, quer pelo rápido crescimento da população, quer pelo influxo de camadas sociais que balançavam o barco das antigas incertezas, quer pelo fato de tão velozmente terem saltado da modorrenta cidade dos períodos colonial e imperial para o projeto de metrópole que se esboçava.²⁸

A sensação de um tempo acelerado é característica importante para se compreender um processo de modernização. Com tantas novidades se apresentando seguidamente, com a paisagem urbana em constante modernização, tem-se a sensação de estar vivendo num tempo mutável, em que tudo parece se transformar.

Junto com a inauguração do prédio, novas práticas urbanas se estabelecem na cidade. É o caso do primeiro anúncio luminoso em topo de prédio, de um produto alimentício – a manteiga aviação. Tanto o edifício como o anúncio presente em seu topo apontam para uma sociedade em aprofundamento do capitalismo e a necessidade de vender, anunciar e se fazer ver na cidade com cada vez mais opções de lazer e consumo.

Esse perímetro central – o Triângulo que tanto cita o cronista do jornal *O Estado de S. Paulo* – foi palco das mais variadas reformas urbanas. Da construção de praças e edifícios aos estabelecimentos comerciais, parecia que tudo acontecia ali. Em 1926 o cronista se mostra preocupado com o futuro da paisagem urbana de São Paulo:

-Sim, disse ele, dentro de cinco anos o Theatro estará enterrado ou emparedado, o que é pior. S. Paulo gastou uma fortuna para construir o seu melhor e mais grandioso monumento urbano, criando uma perspectiva única no centro da cidade, e vae consentir agora ao aniquilamento dessa perspectiva e no soterramento do Theatro. Essa destruição da admirável perspectiva do Municipal coincide, entretanto, com a

²⁸ Idem, p. 215.



demolição de dois andares do Hotel Astoria, nos Campos Elíseos, decretados pelo Conselho de Estado em Paris, porque essa construção prejudicava a perspectiva do Arco do Triunfo.

- E a praça da Sé?

- Vae se dar ali o mesmo que se vê e prevê no Municipal. S. Paulo gastará vinte ou trinta mil contos na sua Catedral, e quando ella estiver concluída, os arranha-céus da praça terão esmagado o seu perfil como as pobres igrejas de Nova York, verdadeiros anões ao lado dos desgraçados tubos de pedra e cimento que enchem a grande cidade americana.

- É então contra os arranha-céus?

- Não sou inteiramente contra eles, mas seria preciso limitar-lhes o ambiente. Nunca deveriam ultrapassar os limites do triangulo, salvo em algumas ruas baixas do centro, que são como a continuação da City paulista.

O nosso interlocutor tem grande entusiasmo por um terraço que, contornando os fundos dos prédios da rua da Boa Vista, ligue o Largo de S. Bento ao viaduto da Boa Vista:

- A questão do transito no triangulo, diz ele, só poderá ser resolvida pela construção da rua em forma de terraço sobre a Várzea do Carmo, contornando os fundos das casas da rua da Boa Vista, conforme propus em 1922. Esse terraço será uma das soluções para o atual excesso de trafego da rua Direita. Uma vez construído o terraço, das casas da rua da Boa Vista abrirão suas portas e galerias sobre essa nova via e bem depressa as confeitarias, os cafés, 'brasseries', lojas de modas e de joias, atrairão a concorrência elegante, descongestionando em parte as ruas Direita e 15 de Novembro. O terraço, como é fácil de ver-se hoje pelo atual Frontão, poderia começar na rua Florencio de Abreu e desembocar no futuro viaduto da Boa Vista, como um complemento deste. Que belas tardes se poderá gozar desse novo logradouro, vendo-se o parque Pedro II em baixo e ao longe o Ipiranga!²⁹

Muitas são as construções de São Paulo datadas do final do século XIX ou início do XX. Elas são marcas dessa transição de experiência urbana e o Theatro Municipal é uma delas. Inaugurado em 1911, destacava-se na paisagem urbana por sua arquitetura suntuosa e específica. A previsão da crônica é catastrófica: aos poucos, com a permissão para construção de arranha-céus por todo o Triângulo Central, edificações como estas não teriam mais destaque na paisagem pois seriam solapadas pelos altos prédios.

Vivendo num mundo onde as coisas não tem definição – ou porque são inéditas, ou porque se apresentam quer em escala desproporcional quer num ritmo inalcançável, ou porque são desconformes com o meio, ou ainda porque estão descontextualizadas – os personagens desse mundo em ebulição carecem, com urgência, de um eixo de solidez que lhes dê base, energias e um repertório capaz de impor sentidos a um meio intoleravelmente inconsistente.³⁰

A cidade sem passado era divulgada nos jornais, a partir do anseio pela modernidade e o novo impunha o tom desses novos tempos. A nova cidade, cujo passado foi colocado no

²⁹ OESP, 02 out. 1926, p. 4.

³⁰ SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 32.



esquecimento pelos prédios, arranha-céus, comércios e dinamismo, colocou novas formas de identificação ao paulistano, que aos poucos tentava traduzir os signos desse novo espaço. Os hábitos urbanos foram se construindo pouco a pouco. O tempo da urbe é outro, e tomar as ruas, fazer delas um espaço praticado, era o tom desses novos tempos. E aos poucos “A rua se afirma como espaço do povo – esse novo agente social, que irrompe na agenda dos estadistas republicanos”.³¹

3 HÁBITOS MODERNOS: CONSUMO E LAZER

A rua não era mais somente o lugar do trabalho, mas apresentava-se como uma opção de lazer e divertimento, tendo em vista todos os espaços de sociabilidades e entretenimento que apresentava.

O antigo hábito de repousar nos fins de semana se tornou um despropósito ridículo. Todos para a rua: é lá que a ação está. (...) Sob o epíteto genérico de ‘diversões’, toda uma série de novos hábitos, físicos, sensoriais e mentais, são arduamente exercitados, concentradamente nos fins de semana, mas a rigor incorporados em doses metódicas como práticas indispensáveis da rotina cotidiana. esportes, danças, bebedeiras, tóxicos, estimulantes, competições, cinema, shopping, desfiles de moda, chás, confeitarias, cervejarias, passeios, excursões(...).³²

Tais hábitos, mesmo que já fizessem parte do cotidiano dos paulistanos, ganham um “efeito sinérgico, que os compõem como uma rede interativa de experiências centrais no contexto social e cultural.”³³. É a formulação de um novo estilo de vida. Isso pode ser verificado nas novas casas comerciais como o *Mappin Stores*. Este tipo de comércio só foi possível a partir de dois fenômenos:

Nas origens, porém, elas obedeceram a dois fenômenos viriam a ter larga repercussão na vida moderna, um relacionado com a atividade comercial em si e outro com a configuração das cidades. [...] um é a perda da rigorosa especialização. [...] simultaneamente ocorria o segundo fenômeno que proporcionaria o nascimento das grandes lojas: o desenvolvimento dos transportes coletivos e a consequente consolidação da tendência para a concentração do comércio no centro das cidades.³⁴

³¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *História do Brasil Nação: Abertura para o Mundo (1889 – 1930)*. Rio de Janeiro: Mapfre e Editora Objetiva, 2012, p. 28.

³² SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 33

³³ *Idem*, p. 34.

³⁴ ALIVIM, Zuleika; PEIRÃO, Solange. *Mappin 70 anos*. São Paulo: Editora Ex Libris Ltda, 1985, p. 26.



Inaugurada em 1913, na esquina da Rua São Bento e da Rua Direita, centro de São Paulo, a primeira loja de departamentos – *Mappin Stores* - aparece no jornal como um dos principais anunciantes. Além dos produtos à venda, possuía salão de chá, onde era servido o *five o'clock tea* e restaurante estava aberto todos os dias. Esse tipo de consumo, próprio da experiência metropolitana, fez com que a burguesia paulistana tivesse acesso a esse novo mundo de consumo e distinção social. Se muitas novidades chegavam a São Paulo nesse período, boa parte delas apresentava-se via *Mappin Stores*:

Hoje converteu-se em fato banal as grandes lojas anunciarem na imprensa. No começo do século, porém, nem todas o faziam e, quando isso acontecia, nunca foi de forma tão maciça e sistemática como o Mappin. Foi o Mappin que introduziu, como política, o anúncio nos jornais, e o anúncio diário, fosse inverno ou verão, fizesse sol ou chovesse. Da mesma forma, também pode ser banal hoje, o pedido por correio ou por telefone, e a entrega a domicílio. Também foi o Mappin que introduziu essas novidades como formas sistemáticas e permanentes de vendas.³⁵

Um dos principais – se não o principal – anunciantes do *O Estado de S. Paulo*, a empresa esteve diariamente nos jornais através de seus anúncios. O caso do *Mappin Stores* é importante para que se perceba o processo de aburguesamento e a mudança nos hábitos dessa camada da população. Lojas como ela se caracterizam não só por ser um espaço de comércio como também de sociabilidades. O primeiro anúncio apresenta a loja de departamentos como um lugar para refeições, servindo almoço inglês, das 11 às 13 horas. É uma porta de entrada para, além de almoçar, conhecer a casa e os artigos comercializados lá. O almoço inglês em destaque já aponta para os estrangeirismos bem quistos entre a elite paulistana. Ser moderno é estar no mundo, sem fronteiras nacionais, e no tom dos hábitos de grandes metrópoles europeias e norte-americanas.

Já o segundo anúncio, mais elaborado, apresenta toda sorte de artigos à venda, como vestidos e chapéus, também à moda europeia, como é possível verificar através da escolha de palavras como *Manteaux*, e *esemble de vrai chic* e na atenção aos “artigos de moda, importados de Pariz”, e aos “vestidos de passeio em modelos francezes”.

Sobre eles cabe destacar que foram impulsionados pela imigração francesa na cidade, que apresentava “uma característica peculiar: entre eles emigravam mais mulheres do que homens. Tratava-se de costureiras ou chapeleiras que, uma vez bem-sucedidas, acabavam por transformar seus pequenos ateliês em lojinhas para a elite”³⁶. O uso da linguagem estrangeira

³⁵ Idem, p. 68.

³⁶ Idem, p. 34.



está presente também no destaque aos almoços, ou *lunch*, e aos *five o'clock tea*, servidos no Restaurante e *Tea Room*. O *Mappin Stores* trouxe para São Paulo um mundo de novidades, dentre elas as vitrines:

E ainda havia mais: as vitrines que, dispostas ao longo de todo o andar térreo da loja, constituíam uma absoluta novidade em São Paulo. De fato, até então, o comércio da cidade se limitava a empilhar as mercadorias à porta, como melhor maneira de exibi-las à clientela.³⁷

A exposição de objetos de consumo, o apelo convidativo aos transeuntes modificou o comércio de São Paulo. Se muitas das casas comerciais dispunham suas mercadorias de forma desordenada, a partir do início das vitrines do *Mappin* muitos outros seguirão o exemplo, fazendo da vitrine uma forma de construir demandas de consumo.

O crescimento urbano de São Paulo é emblemático no período, e marcado pelos ideais de progresso e civilização. De acordo com Lilia Schwarcz, “Não por acaso, a rua se converteu em local privilegiado, recebendo a moda, o *footing*, a vida social”³⁸. O comércio se ajustava às normas burguesas a fim de se enquadrar ao projeto geral de civilidade, desenvolvimento e modernidade.

A cidade surgia assim reformada – de forma física e moral – ao mesmo tempo que se tornava mais corriqueiro questionar a existência de uma só via que levaria à civilização. Palco do conflito, a cidade era agora personificada pelas assim chamadas ‘camadas perigosas’, pelo movimento de reação ‘dos de baixo’, ou ainda pelo ‘barulho e mobilização das multidões’.³⁹

A cidade foi, portanto, palco do processo de modernização, mas também dos questionamentos sobre esse caminho progressista. Palco da diversificação do comércio e do questionamento do capitalismo⁴⁰ entrando a passos galopantes no país. A Primeira República

³⁷ *Idem*, p. 64.

³⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *História do Brasil Nação: Abertura para o Mundo* (1889 – 1930). Rio de Janeiro: Mapfre e Editora Objetiva, 2012, p. 32.

³⁹ *Idem*, p. 22.

⁴⁰ O capitalismo pode ser compreendido como um sistema econômico, político, social e cultural complexo, mas que segue como modelo em boa parte do mundo ocidental. Como proposta de organização social e econômica moderna, o capitalismo passou por diversas fases – desde o início do mercantilismo, por exemplo, até os nossos dias. No Brasil neste início de século XX, entende-se que há um aprofundamento do capitalismo, pela forte economia cafeeira de exportação, importação de outros produtos, pela importância dos bancos e do comércio internacional e pela chegada de produtos de consumo, que alteram as formas de viver de homens e mulheres comuns. Cf: SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2010.



no Brasil ficou conhecida pelo seu tom reformista. O papel dos engenheiros e arquitetos ganham protagonismo nesse contexto, junto aos médicos. Para Schwarcz a época

também ficou conhecida pelo nome de regeneração, quando se alterou o perfil das grandes urbes brasileiras, privilegiando uma nova conformação arquitetônica e urbanística à moda francesa do barão de Haussmann, e se tratou de expulsar a pobreza dos centros urbanos.⁴¹

O modelo de Haussmann⁴² nas reformas de Paris foi tomado como exemplo em terras brasileiras. As reformas do centro do Rio de Janeiro, com o alargamento de ruas, construção da Avenida Central, do Teatro Municipal, da Biblioteca Nacional e da Escola de Artes e Ofícios (Hoje Museu de Belas Artes), marcam na pedra a modernização pretendida. São Paulo passa por processo semelhante com a construção de Avenidas, praças e parques, seguindo as necessidades higienistas do período. É o caso do Parque do Anhangabaú e da Avenida Paulista. Follis destaca que

Entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX, no entanto, o crescimento da urbanização e a ampliação das funções urbanas e da influência da cultura europeia – especialmente da francesa –, em razão da consolidação da ordem neocolonial, provocariam uma grande transformação em várias cidades brasileiras, sobretudo naquelas de crescimento emergente: a capital federal, as mais importantes capitais estaduais e cidades portuárias, e os centros urbanos do Oeste Paulista que concentraram e orientaram sua economia para a produção de café, principal produto brasileiro de exportação na época.⁴³

Mas, ao passo que a modernização parecia ter pressa e o tempo era sentido de forma cada vez mais acelerada, a cidade era um palco de disputa por representações e sobrevivência. Com o fim da escravidão, novas relações de trabalho vão emergindo na cidade em construção e assim

O crescimento acelerado gerava moradias irregulares e figuras populares inusitadas transitavam pela cidade – a preta-mina cozinheira, os engraxates mestiços, os carregadores, as doceiras, os capoeiras, os vendedores de leite em domicílio, o baleiro

⁴¹ Idem, p. 36.

⁴² As reformas de Haussmann em Paris em meados do século XIX serviram como modelo de organização urbana para várias outras cidades do mundo. Assim, as reformas urbanas pelas quais importantes capitais brasileiras passaram no início da República estiveram baseadas neste modelo: alargamento de ruas e avenidas, construção de *boulevares*, ajardinamento, afastamento da população pobre dos centros reformados. As intencionalidades eram diversas. Além de uma proposta de embelezamento, a cidade moderna nestes moldes possibilitava um maior controle dos movimentos contestatórios. Cf. BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

⁴³ FOLLIS, Fransérgio. *Modernização urbana na Belle Époque paulista*. São Paulo: Editora da UNESP, 2004. p.27



ou o cura a oferecer proteção. Todos conviviam com uma nova burguesia que aos poucos se separava do campo e tinha agora nas cidades seu quartel-general.⁴⁴

Para as classes mais abastadas – notadamente aquelas que passavam pelo processo de aburguesamento por meio da escola, base da República – o tom era bastante otimista em relação às transformações experimentadas no início do século XX.

Mas, se havia muita dúvida no ar, a atmosfera geral era de euforia, assim como pairava a certeza, por parte das novas elites que ascenderam com a República, de que o Brasil ‘andava a braços’ com os novos ditames do capitalismo, do progresso e da civilização. Não por acaso o novo regime inscreveu na bandeira da nação os dísticos ‘ordem e progresso’, refletindo não só sua filiação ao positivismo como a noção de que o progresso era certo, único, derradeiro, evolutivo e ordeiro. grande utopia desse momento, dado a maquinas voadoras e a projetos amplos e abrangentes de higienização. Civilização e controle eram as palavras de ordem do período, que vivenciou a globalização mundial e um dinamismo jamais experimentados.⁴⁵

Essa experiência transforma os jornais e seus funcionários em peças importantes do processo civilizatório. As dificuldades de algumas casas comerciais em se adequar aos novos tempos aparecem nas escritas dos periódicos. Notas sobre as escolas, as reformas, os restaurantes e todo tipo de eventos ou novidades ficaram registradas nas páginas dos jornais, pelo cronista de olhar apurado e crítico ao processo de modernização, como é possível perceber no texto intitulado *Hygiene nos Restaurantes* publicado em primeiro de fevereiro de 1920, em que já na primeira frase destaca e afirma que “Ninguém contesta o adiantamento a que atingiu a hygiene em São Paulo”⁴⁶. O cronista prossegue

Não obstante muitas coisas existem ainda por aqui, nocivas à saúde pública, e para as quaes precisamos, de vez em quando, chamar a atenção de nossas autoridades sanitárias.

Já não são muito bons os nossos principais restaurantes e hotéis, estando, uns e outros, muito longe dos estabelecimentos congêneres de segunda ou de terceira ordem, da Europa ou dos Estados Unidos, ou mesmo de Buenos Aires.

Se, ao café (em geral, intragável) já não tiver um bom ‘stock’ de noções acerca da deficiência de hygiene, verá, ao pagar a conta, uma coisa gravíssima, que não sei como se consente e tolera nesta grande cidade. o ‘garçon’ traz o troco, sejam notas ou moedas, num prato comum, que ao mesmo instante, sem se lavar, vão servir para o ‘couvert’ de um novo comensal.⁴⁷

⁴⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *História do Brasil Nação: Abertura para o Mundo (1889 – 1930)*. Rio de Janeiro: Mapfre e Editora Objetiva, 2012. p. 36.

⁴⁵ *Idem*.

⁴⁶ OESP, 1 fev. 1920, p. 7.

⁴⁷ *Idem*, p. 7.



O trecho da crônica acima transcrita aponta para o incômodo daqueles que desejavam ver concluído o processo civilizatório. A substituição das antigas casas comerciais por locais mais adequados à vida moderna se mostrava uma questão urgente a ser resolvida, e essa demanda aprecia nas páginas dos jornais, na escrita daqueles que observavam o cotidiano do prédio do jornal e transformavam-no em palavras nas crônicas da cidade. Mesmo com os notáveis incômodos São Paulo foi palco da construção de mudanças nos hábitos comuns, desde o caminhar pelas ruas, comer fora de casa, até a utilização de automóveis, como bem aponta Lília Schwarcz: “Os novos cenários urbanos com seus senhores e senhoras vestidos à última moda de Paris, automóveis, edifícios, restaurantes, teatros, lojas variadas e todo tipo de traquitana adequada a esses novos tempos que pareciam ter pressa”⁴⁸.

A experiência da modernidade é abordada por Marshall Berman em *Tudo que é sólido desmancha no ar*. Ao entrar em contato com as escritas de jornais da década de 1920 em São Paulo é perceptível como os indivíduos estavam imersos nessa experiência com grandes expectativas em relação ao futuro.

Existe um tipo de experiência vital – experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida – que é compartilhada por homens e mulheres em todo mundo, hoje. Designarei esse conjunto de experiência como ‘modernidade’. Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promova aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos.⁴⁹

O turbilhão da vida moderna, experimentada pela sensação de aceleração do tempo, pela pressa do relógio, pelo transporte e comunicação cada vez mais velozes nos dá indícios de que “No século XX, os processos sociais que dão vida a esse turbilhão, mantendo-o num perpétuo estado de vir-a-ser, vêm a chamar-se ‘modernização’”⁵⁰

4 CONCLUSÃO

Mais do que as transformações na pedra – no calçamento de ruas, construção de praças e alargamento de ruas – é possível perceber que os hábitos cotidianos foram se transformando

⁴⁸ SCHWARCZ, Lília Moritz. *História do Brasil Nação: Abertura para o Mundo (1889 – 1930)*. Rio de Janeiro: Mapfre e Editora Objetiva, 2012, p. 39

⁴⁹ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 24.

⁵⁰ *Idem*, p. 25.



ao passo que as modificações na estrutura urbana foram se solidificando. Os anseios de uma vida nova, com outras sociabilidades, padrões de consumo e progresso foram vislumbrados e trazidos à tona nas páginas dos jornais. Jornalistas têm, portanto, papel fundamental na formulação de um ideal de civilidade propagandeado por escrito nas crônicas e anúncios impressos.

Há, portanto, neste período, a formulação de gostos e sensibilidades próprios da vida moderna. Assim, o entendimento de um *processo civilizador*⁵¹ no início do século XX é o que se pretende estabelecer aqui. A intenção é, portanto, pensar a cidade e seus habitantes em meio a este processo, levando em consideração uma noção de modernidade então em voga ao pensar a República no Brasil. O novo, as transformações e mudanças são elementos fundamentais para se pensar o início de um novo sistema político que se faz sentir também nas formas de vida, nos processos econômicos, culturais e sociais das pessoas comuns. Cabe aqui perceber o autor de *Coisas da Cidade* como um agente deste processo, atuando como mediador na internalização de hábitos e valores próprios da experiência urbana na década de 1920.

O estudo desses mecanismos de integração, porém, também é relevante, de modo mais geral, para a compreensão do processo civilizador. Só se percebermos a força irresistível com a qual uma estrutura social determinada, uma forma particular de entrelaçamento social, orienta-se, impelida por suas tensões, para uma mudança específica e, assim, para outras formas de entrelaçamento, é que poderemos compreender como essas mudanças surgem na mentalidade humana, na modelação do maleável aparato psicológico, como se pode observar repetidas vezes na História humana, desde os tempos mais remotos até o presente.⁵² (ELIAS, 1993, p. 195).

Norbert Elias em sua obra *O Processo Civilizador* mostra de que forma o processo passa do controle social ao autocontrole e como que esses mecanismos interagem a ponto de construir uma noção sobre o que é ser civilizado.

Ser moderno é, portanto, ser civilizado e, no Brasil, esses padrões aparecem relacionados à Europa e aos Estados Unidos. O estrangeirismo presente aqui ainda na década de 1920 fica evidente em alguns anúncios de jornais. A publicidade é fonte fértil para construir a narrativa histórica, remontar espaços hoje inexistentes e experiências de tempos passados. Assim, a cidade e seu comércio estão intimamente relacionados, e os padrões de civilidade

⁵¹ Processo civilizador é uma categoria desenvolvida por Norbert Elias (1993) em obra com mesmo nome. Entende-se que esse processo é complexo e se expressa de diversas maneiras, dentre elas a distinção social e a formação do gosto, conforme será abordado nos capítulos seguintes.

⁵² ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, p. 195.



européia aparecem não só nas construções e edificações como também nos hábitos mais rotineiros.

A imprensa periódica tratou de repercutir, debater e promover o novo modo de viver nas cidades. O que se pretendeu demonstrar aqui foi a forma como Plínio Barreto, importante agente de articulação política e intelectual do *Estadão*, procurou destacar São Paulo como capital cosmopolita e construir narrativamente a metrópole. Além disso, é salutar destacar que *Coisas da Cidade* ocupava um espaço do jornal para atuar de forma pedagógica, ensinando as formas de vida na cidade recém reformada.

REFERÊNCIAS

ALIVIM, Zuleika; PEIRÃO, Solange. *Mappin 70 anos*. São Paulo: Editora Ex Libris Ltda, 1985.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

FREITAG, Barbara. *Teorias da Cidade*. Campinas, SP: Papyrus, 2006.

FOLLIS, Fransérgio. *Modernização urbana na Belle Époque paulista*. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura: História, cidade e trabalho*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O Imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002. p.16

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *História do Brasil Nação: Abertura para o Mundo (1889 – 1930)*. Rio de Janeiro: Mapfre e Editora Objetiva, 2012.

SCHWARCZ, Lilia; STERLING, Heloisa. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.



_____. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Kalina Vanderlei. *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Contexto, 2010.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. *A capital da vertigem: uma História de São Paulo de 1900 a 1954*. Rio de Janeiro, Rj: Objetiva, 2015.



O empoderamento da educação nos sertões do Rio Grande do Norte:

José de Azevêdo Dantas (1910-1920)

Ariane de Medeiros Pereira⁵³
Paula Rejane Fernandes⁵⁴

Recebido em: 24/12/2018
Aprovado em: 16/02/2019

RESUMO

O presente artigo pretende discutir o papel da educação nos sertões do Rio Grande do Norte, na primeira metade do século XX, como um meio capaz de promover alteridade aos atores sociais que pudessem se apoderar do saber, por meio do discurso civilizador e progressista que despontava no Brasil nas primeiras décadas do período republicano. Para tal, a educação passa a ser vista como um elemento dinamizador para o homem do sertão que a partir do conhecimento poderá se apropriar de maneira dinamizadora do espaço em que vive. Para atingir o nosso objetivo recorreremos ao uso dos Jornais: O Momento escrito pelo erudito José de Azevêdo Dantas no período compreendido entre 1910 – 1920 e artigos do Jornal O Povo escrito por Manoel Dantas no ano de 1889.

Palavras-chave: Sertão. Educação. José de Azevêdo Dantas

The empowerment of education in the backlands of Rio Grande do Norte: José de Azevêdo Dantas (1910-1920).

ABSTRACT

This article intends to discuss the role of education in the backlands of Rio Grande do Norte in the first half of the twentieth century as a means capable of promoting otherness to the social actors who could seize knowledge through the progressive and civilizing discourse that emerged Brazil in the first decades of the republican period. For this, education is seen as a dynamic element for the man of the backlands who from knowledge can appropriate dynamically the space in which he lives. To reach our goal, we used the newspapers: The Moment written by the scholar José de Azevêdo Dantas in the period between 1910 - 1920 and articles of the newspaper O Povo written by Manoel Dantas in the year 1889.

Keywords: Sertão. Education. José de Azevêdo Dantas.

⁵³ Licenciada e Bacharel pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN/CERES. Especialista em História dos Sertões - UFRN/CERES. Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN/CCHLA. Atualmente professora do Colégio Diocesano Seridoense/Caicó/RN. Email: ariane1988medeiros@hotmail.com. CV: <http://lattes.cnpq.br/9605340405648462>.

⁵⁴ Graduação em História pela Universidade Federal de Campina Grande. Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande. Doutora em História pela Universidade Federal do Espírito Santo. Atualmente é professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Email: paulafdes@gmail.com. CV: <http://lattes.cnpq.br/6472282774896644>.



1 INTRODUÇÃO

A instalação da República no Brasil promoveu um diálogo com novas formas de pensar e agir dentro de uma sociedade marcada pelo fechamento social, econômico e político. Entretanto, com o advento republicano era necessário imprimir novos signos e representações no meio social, com o intuito de acompanhar, dinamizar e introjetar novas realidades. A educação seria um dos elementos para reinventar os espaços sociais⁵⁵.

A escola como instituição de saber passou a ter uma função social dentro do processo modernizador implementado pela instalação da República no Brasil. O estabelecimento escolar passou a ser o dinamizador social da instrução pública por meio dos conhecimentos científico que fariam o país caminhar rumo a um novo futuro de desenvolvimento.

A educação e a instrução primária, pelo viés republicano, seriam os fundamentos que levariam o Brasil a combater as supostas heranças negativas deixadas pelo período colonial e imperial. O novo projeto político propunha um cidadão que detinha conhecimento das técnicas científicas para empreendê-las no desenvolvimento do trabalho. Mas, para adquirir esse conhecimento era necessário estudar e se capacitar, assim, promover o progresso das terras brasileiras⁵⁶.

O projeto republicano empreendeu, por meio dos intelectuais, uma série de discussões sobre a educação e suas consequências para os sujeitos sociais do Brasil. De modo, que aqueles pudessem participar de forma efetiva da República – por meio da educação - seriam agentes conscientes e emancipados. José Bonifácio foi um estudioso que acreditava que o homem somente desenvolveria sua capacidade por meio da educação, isso seria possível, até mesmo para os indígenas⁵⁷, que se inseriria na lógica modernizante enquanto sujeitos atuantes de suas vidas.

⁵⁵Para um melhor entendimento ver: VEIGA, Cíntia Greive. *Projetos urbanos e projetos escolares: aproximação produção de representações de educação em fins do século XIX. Educação em Revista*, Belo Horizonte, n.26, dez., 1997.

⁵⁶ O advento da República as práticas educacionais se inseriram dentro do projeto modernizador de desenvolvimento do capitalismo ocidental, para uma maior discussão.

⁵⁷Ver: CUNHA, Manuela C. da. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: EDUSP/Brasiliense, 1986. José Bonifácio faz dois anteprojetos separados à Constituinte, um para os índios e outro para os negros, que não chega a apresentar. A sociedade brasileira só o conhece quando publicado por MALHEIRO, Perdigão. *A Escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*. Petrópolis: Vozes; Brasília: I.N.L./MEC, 1976.



Outro intelectual que se colocava a favor do saber e suas potencialidades ao progresso do indivíduo era Rui Barbosa que afirmava categoricamente que a leitura era o veículo essencial para formar o cidadão, homem civilizado e moderno⁵⁸. Esse homem seria capaz de lidar com as adversidades do Brasil. Dessa maneira, a instrução popular, era uma preocupação eminente do governo republicano, em tornar os indivíduos cidadãos pensantes e atuantes nas esferas sociais e econômicas.

A cultura escolar com vista ao olhar da modernidade possuía um ideal claro de fazer uma reorganização de comportamentos com a intenção de contribuir com o meio social, assim, promoveria o desenvolvimento da consciência do povo, ao utilizar do saber e da disciplinarização, os quais marcariam a construção de um cotidiano racionalizado e efetivado por hábitos de civilidade⁵⁹. E, logo, promoveria um sujeito social capaz de atender as demandas de uma nação civilizada e moderna.

A educação surge dentro do projeto republicano como um meio de equipar não somente o Brasil a símbolo de um país moderno por meio da industrialização, mas como uma forma de progredir em suas instituições. Para tanto, utilizava-se de ideais liberais e culturais a fim de expandir o ideário republicano de uma sociedade moderna e progressista. Sendo, a educação a mentora e difusa da ideia de modernidade.

Os governantes e a elite letrada do Rio Grande do Norte procuraram modernizar o Estado não apenas por meio da remodelação das ruas ou criação de novos bairros projetados⁶⁰, mais também, procuraram introduzir uma nova forma de pensar e agir nas pessoas, para tanto, recorreram ao uso da educação. A instituição escolar servia como fundamento e método para construir um cidadão racionalmente pensante e atuante, disposto a cumprir com os anseios desenvolvimentistas na República instalada⁶¹.

2 A EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE PELO VIÉS REPUBLICANO

⁵⁸Ver: BARBOSA, Rui. **A Reforma Eleitoral**. In: BRASIL. Câmara dos Deputados, *Perfis Parlamentares*. n. 28. Discursos Parlamentares, Brasília, 1985, p. 211-274.

⁵⁹ Para uma discussão sobre os meios de disciplinarização e novos hábitos por meio das consequências da educação no final do século XIX e início do século XX, ver: AZEVEDO, Crislane Barbosa de. **O ideário modernizador do governo Graccho Cardoso (1922-2) e a reforma da instrução pública em Sergipe**. Natal, 2009, p. 63-65.

⁶⁰ Para uma discussão sobre a remodelação das cidades nas primeiras décadas da República, ver: SIQUEIRA, Gabriela Fernandes de. **Por uma "Cidade Nova": apropriação e uso do solo urbano no terceiro bairro de Natal (1901-1929)**. Dissertação de Mestrado. Natal/RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2014.

⁶¹ Para se aprofundar nos ideais republicanos com vista a formação de um cidadão republicano atuante, ver: Moreira, Keila Cruz. **Em nome da república: escolas e tradições modernas**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2011, p. 23-49.



Ao iniciar os anos republicanos no Estado do Rio Grande do Norte havia uma preocupação constante em caminhar junto ao projeto modernizador de nação civilizada e moderna instituído pela República. Cabia aos republicanos elencar o maior número de fatores que demonstrassem que o período imperial era marcado pelo atraso e conservadorismo, sem a preocupação de fazer o Brasil prosperar economicamente, socialmente e culturalmente.

No ano de 1889, Manoel Dantas, um jovem Bacharel em Direito, iniciaria sua vida como redator do Jornal O Povo da Cidade de Caicó⁶², de cunho republicano, no qual não media esforços para denunciar a situação de atraso em que vivia as pessoas do Rio Grande do Norte, em razão, da falta de compromisso do regime imperial que governou o Brasil de modo a negligenciar as questões sociais. Em seu primeiro artigo do Jornal O Povo, Manoel Dantas exprimia seu pensamento em relação à política de sua época, considerando que:

Quando a nação apresenta signaes palpitantes de fracionamento, quando a anarchia; descendo do alto invadia todas as partes do organismo nacional, quando a descrença e o cansaço emanavam de todos os póros, quando metade da população era victima da fome e da miseria, quando o quadro da vida nacional estava assim carregado das cores mais sombrias, o partido liberal entendeu em seu patriotismo tomar as redeas da administração publica e vir com o seu prestigio, com a sinseridade de seus ostadistas e de suas idéas, proporcionar um remedio ao corpo gangrenado do paiz⁶³.

Pelas palavras de Manoel Dantas, é perceptível o discurso que faz em contraposição a política do governo imperial do Brasil. Considerava que o país estava em um desgoverno, o qual poderia desencadear o anarquismo, haja vista que, a população permanecia desacreditada na forma da administração imperial. E vai além, considerava que se as pessoas viviam em meio a fome e a miséria, era em razão, da negligencia exercida pelo imperador. Desse modo, caberia ao partido liberal se revestir de forças e empreender um novo rumo ao nosso país, de modo, a alavancar seu desenvolvimento por meio dos preceitos da modernidade, do republicanismo e da educação, deixando para trás um passado de mazelas e atrasos.

Os republicanos, nesse cenário, precisavam propagar e atrair o maior número de pessoas que aceitassem o projeto de República. Para tal, era preciso delimitar ações que beneficiassem a instalação e consolidação da República. Nesse caso, a educação era vista como o meio de impulsionar e propagar as propostas republicanas, uma vez que, o ideário republicano sairia de um âmbito restrito e atingiria um maior público.

⁶² Caicó é uma cidade do Rio Grande do Norte, que fica localizada na parte central do Estado do Rio Grande.

⁶³ DANTAS, Manoel. *A vida sertaneja - presente e futuro*. **Jornal O Povo**, Natal, 1889, p. 1.



Os discursos possuíam o poder de orientar estratégias, divisão ou construir uma dada visibilidade ou dizibilidade sobre um determinado espaço⁶⁴. Para tanto, era preciso educar as pessoas para tomarem partido a favor dos pressupostos republicanos e contribuírem decididamente para a consolidação da República no Brasil. Nesse caso, a educação era vista como uma estratégia para os republicanos e um meio propagador de seus pensamentos e aspirações.

A educação se inseria na proposta republicana como um meio para que as pessoas entendessem as falhas do Império e apontassem as soluções cabíveis para sair da escuridão na qual se encontravam. Era preciso conscientizar os indivíduos para que eles pudessem entender como deviam se comportar diante do novo regime político e como deveriam contribuir para a construção de um novo ideal de nação⁶⁵.

O sujeito social somente ganharia poder de enunciação, a partir do momento, em que pudesse falar por si. Entender o contexto social a qual estava submetido e de que maneira poderia exercer seu poder⁶⁶. Assim, a educação tinha o papel de formadora de uma sociedade republicana atuante e progressista, com vista a entender as necessidades do Brasil e os próprios indivíduos buscarem melhorar suas condições de vida.

Os intelectuais republicanos colocavam que a educação transformaria a realidade e promoveria uma modernização social, considerando que o saber era capaz de acabar com as trevas da ignorância em que as pessoas viviam, até a chegada da República⁶⁷. O homem a partir da instrução adquiria hábitos e civilidade, passando a amar sua pátria e fazer dela um meio produtivo. Com a prática educacional o homem passaria a entender o espaço em que vivia desenvolvendo seus potenciais e a vitalidade das terras.

A educação deveria chegar aos sertões do Rio Grande do Norte e não somente continuar servindo às aspirações daqueles que podiam sair para estudar em Olinda ou em outro centro

⁶⁴ Para uma discussão sobre o poder de enunciação dos discursos, ver: ALBURQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

⁶⁵ Para uma análise mais crítica sobre as estratégias utilizadas pelos republicanos, segundo o uso da educação, ver: MORAIS, Isabela Cristina Santos de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. *A instrução pública na perspectiva de Manoel Dantas*. **Anais Eletrônicos do IX Congresso Brasileiro de História da Educação**, João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2017, p. 3001-3016.

⁶⁶Ver: SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno fala?**. Belo Horizonte: Editora UFRMG, 2010.

⁶⁷Ver: MORAIS. Grinaura Medeiros de. **Abrço de gerações**: memórias de professoras primárias no Seridó - uma viagem pelo século XX. Dissertação de Mestrado. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2004.



dinâmico do Brasil⁶⁸. O projeto republicano previa expandir seus ideais educacionais. Isso incluía levar a educação até os sertões para que os sujeitos sociais conhecessem seus deveres e direitos, a partir de então, pudessem contribuir para a formação de um espaço forte e potencializado.

Manoel Dantas, no ano de 1889, deixava evidente a necessidade da existência das práticas educativas nos sertões do Rio Grande do Norte como meio pelo qual o homem sertanejo poderia entender o espaço em que vivia e conseqüentemente lançar luzes para o desenvolvimento da dita espacialidade. Manoel Dantas nos afirma:

O sertanejo é activo e emprehendedor, e a indolencia ou inercia que às vezes se observa em seu character não destroe o princípio estabelecido; é uma consequencia da má orientação que elle tem de sua vitalidade. Dê-m-lhe os conhecimentos precisos; ponham-no a par do progresso em suas diversas manifestações, e o sertanejo será o modelo typico do povo do trabalho, como esse deve sel-o. Todo nosso mal tem sido não se educar o povo por meio de um ensino proveitoso⁶⁹.

A partir da notícia jornalística é perceptível que o sertanejo é tido enquanto um homem que pensa em seu futuro e deseja o progresso, no entanto, o desânimo que toma conta dos mesmos, muitas vezes, é sinônimo da falta de orientação científica para fazer seu sertão prosperar. Mas, que ao ser fornecida a formação precisa e necessária o homem do sertão se tornaria o mais promissor e produtivo elemento do avanço do Brasil, deste modo, o que falta era apenas uma educação de qualidade que pudesse potencializar as suas aptidões.

A educação, assim, torna-se uma questão necessária para sanar as mazelas da ignorância e impulsionar o desenvolvimento dos sertões. Nesse caso, o indivíduo social está ligado tanto à vida material quando o modo intelectual, no qual a prática educacional contribui para o avanço das técnicas indispensáveis a remodelação do sertão e o aumento de sua produção que ocorrerá tanto no cenário econômico, político e social.

3 A EDUCAÇÃO NOS SERTÕES DO RIO GRANDE DO NORTE NA PRIMEIRA REPÚBLICA

⁶⁸Ver: MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **A penúltima versão do Seridó: espaço e história no regionalismo seridoense**. 1998. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1998.

⁶⁹ DANTAS, Manoel. *A vida sertaneja - presente e futuro*. **Jornal O Povo**, Natal, 1889, p. 1.



A Primeira República no Brasil simbolizava a derrocada da sociedade imperial⁷⁰ e o atraso que os republicanos elegiam nos aspectos políticos e sociais da época do Império. O novo Brasil republicano deveria ser guiado pela ideologia da civilização e progresso, com reformulações nas instituições nacionais seguindo as preposições dos republicanos norte-americanos e franceses⁷¹. Esses ideais chegariam aos atores sociais nas mais distantes regiões do Brasil e em seu interior, como é o caso dos sertões.

Era 15 de junho de 1889, na Cidade do Príncipe, atual Caicó/RN, quando Manoel Dantas⁷² recorrendo ao discurso e aos fundamentos republicanos se posicionava a favor da instrução pública com um meio a promover no indivíduo social a plena capacidade de pensar e agir. Considerava um erro um governo que não pensasse na educação de seu povo, pois um dia seria cobrado pela população no momento em que aquela tomasse conhecimento de seus direitos. Segundo Manoel Dantas:

É um erro de que se arrependerão, talvez um pouco tarde, os seus auctores, quando vier a reacção e o povo reconhecer que só a opressão e a tyrania fazem cabedal da ignorancia. Com effeito, nos governos livres, que agem pela vontade popular, a instrucção é a base de todo e qualquer melhoramento, por que não ha receio de que o povo instruido conspire contra a ordem estabelecida [...] Entretanto podiamos ser tambem instruidos e entrar com nossa quota de saber para o progresso geral da humanidade...⁷³.

Para Manoel Dantas é evidente que a educação em vez de promover à revolta ou contestação de um regime político, seria a garantia do reconhecimento e aceitação pela população de um determinado governo. No entanto, no Brasil e nos sertões do Rio Grande do Norte, os grupos políticos deixavam o povo à margem do direito a ter uma educação formal de qualidade com medo de que aqueles viessem a contestar a soberania política. A questão é que Manoel Dantas chama atenção, considerado que no momento em que esses indivíduos sociais

⁷⁰ Claro que essa derrocada não aconteceu de forma simples e natural, aquela ocorreu em meio a conflitos e tensões que se arrastava desde os idos de 1831 com as revoltas provinciais.

⁷¹ Identificada com as práticas culturais aristocráticas do eixo Paris-Londres, a nossa Belle Époque coincide com a derrocada da monarquia e a gênese do regime republicano, alcançando o seu apogeu nas duas primeiras décadas do século XX. A historiografia, aliás, costuma eleger como um dos símbolos desse período as intervenções urbanas promovidas pelo prefeito Pereira Passos na área central do Rio de Janeiro, que deu feições brancas e europeias à capital federal, transformando-a em vitrine do novo, ver: regime”, ver: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Paradoxos da Belle Époque tropical*. In: PINHEIRO, Luís da Cunha; RODRIGUES, Maria Manuel Marques (orgs). *A Belle Époque Brasileira*. Lisboa: Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012, p. 164.

⁷² Manoel Dantas apresenta quatro artigos, no Jornal ao O Povo, no ano de 1889, destinados ao que traria desenvolvimento e progresso a vida dos sertanejos, destes quatro, dois são dedicados a instrução pública das pessoas do sertão.

⁷³ DANTAS, Manoel. *Instrução Pública*. *Jornal O Povo*, 1889, p.1.



tomarem consciência de tal situação, farão a revolução política e social. E que dessa maneira, estamos perdendo em deixar de ser um povo ignorante e assumir um caráter progressista e com futuro.

A proposta republicana era trazer o saber e a educação ao seio dos sujeitos sociais. Era preciso apagar o passado da escuridão e das trevas com as luzes do saber, sanar os males do analfabetismo e dotar o homem de uma áurea de civilidade⁷⁴. Isso somente aconteceria por meio das letras, da moral e do civismo. Não podemos afirmar se José de Azevêdo Dantas teve contato com os pensamentos de Manoel Dantas, mas no ano de 1924, no interior do Rio Grande do Norte seu discurso ia ao encontro da reflexão empreendida pelos primeiros republicanos dos sertões, pois apontava para o que deveria ser uma pessoa civilizada,

A civilização é olhada no seio da sociedade chic por este prisma, embora civilidade signifique ao contrario disso progresso material e moral. Civilizado deve ser aquelle que, alem de cortez, polido e consciente de sua razão, concorre com a parcella de suas aptidões para a grandeza e aperfeiçoamento do progresso humano.

Civilizado é todo o que trabalha pelo aperfeiçoamento da especie, como barbaro é o que trabalha pela destruição [?] da mesma

[...]

Devemos considerar que o homem puramente civilizado abdica de todos estes preconceitos para se entregar somente ao util e ao proveitoso, educando o seu espirito e aperfeiçoando a sua razão, para nos momentos azados da vida dar o seu real testemunho em materia de civilização.

[...]

É preciso não confundirmos a civilização progressista e aperfeiçoadora de genero humana com essa "civilização de almofadinhas" que corrompe e aniquila os melhores parcellas de nossa mentalidade. E vem ao caso a definição feita por um notavel philosopho de que ha: civilizados e "civilizados"⁷⁵.

Com base na notícia anterior podemos averiguar que mesmo os sertanejos do Brasil estavam por dentro dos ideais republicanos e dos fundamentos da *Belle Époque*. Para José de Azevêdo Dantas, não deveria existir apenas a civilidade, no caso, entendida enquanto um ser humano acomodado e polido, mas sem a expressividade para o progresso. Ao contrário, o ser humano deveria ser civilizado e apto ao aperfeiçoamento que levasse ao desenvolvimento pleno e ativo, que utilizasse da razão para elevar-se a uma civilização progressista. Com base nesse discurso, torna-se evidente as características de uma sociedade puramente republicana que

⁷⁴ Ver: MORAIS, Grinaura Medeiros de. **Abraço de gerações**: memórias de professoras primárias no Seridó - uma viagem pelo século XX. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2004, p. 70.

⁷⁵ DANTAS, José de Azevêdo. *Civilizados e Civilizados*. **Jornal O Momento**, Rio Grande do Norte, 1924, p. 23.



almejava “apagar” o passado de marasmo⁷⁶ e caminhar junto às ideias europeias que se desenvolviam nesse período com vista ao progresso científico e técnico, como era o caso, da França.

Interessante perceber que José de Azevêdo Dantas coloca que a sociedade civilizada é aquela fundamentada na ideia do progresso material e moral, na qual é preciso que nos sertões exista o desenvolvimento material empregada por meio das técnicas no espaço⁷⁷ para a concretização de um sertão próspero e vivente, mas não se pode esquecer que os sujeitos sociais que praticam esses espaços devem manter sua moral, utilizando de sua razão para trazer e fazer o desenvolvimento humano, social e espacial. E não, se deixando levar pelo modismo do homem civilizado que está desvinculado de seu papel social. Aquele que cruza os braços e espera que os outros implementem novos focos de modernidade ou caíam em aspectos da vida burguesa, dados ao alcoolismo ou as festas noturnas.

As representações do pensamento republicano atrelado as repercussões da *Belle Époque* não poderiam deixar de atingir os sertões do Rio Grande do Norte, nesse caso, temos como uma das brisas desses aspectos a educação como modelo de progresso e civilização que resultaria na modernidade.

Segundo o pensamento de Berman⁷⁸, a modernidade significa a cisão de dados processos sociais e a alimentação de novas fontes, como por exemplo, os processos de urbanização. No nosso caso, entendemos como o rompimento do período imperial e a nascitura da República como símbolo a uma nova fase de desenvolvimento e modernidade para o Brasil.

Para Touraine⁷⁹, a modernidade está atrelada a ideia de difusão de atividade racional, científica e tecnológica, como também, administrativa. Nesse sentido, a ideologia da *Belle Époque* caminha em consonância com o pensamento de Touraine por meio da razão, cientificidade e do progresso.

Ao seguir o pensamento de Berman (1986) e Touraine (1994) percebemos o quanto é importante as modificações que são implementadas ao longo do tempo, por meio de novas necessidades da sociedade de caráter moderno e científico. Nesse itinerário, José de Azevêdo

⁷⁶ Nesse caso, nos referimos as práticas sociais e políticas da época do Império, para uma discussão mais efetiva, ver: MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A república consentida**: cultura democrática e científica no final do Império. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.

⁷⁷ Ver: SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1999.

⁷⁸ Ver: BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

⁷⁹ Ver: TOURAINE, Alain. **Crítica à modernidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.



Dantas elenca a educação como elemento fundamental ao desenvolvimento do ser humano, quando afirma:

Numa Republica enorme e pouco habitada, relativamente, em que os 20% que sabem ler são doutores, todo o esforço e pouco no sentido de elevar o nível não só intellectual como moral para que o Brasil por fim pudesse tentar com uma população consciente e capaz de trabalhar pelo seu verdadeiro engrandecimento.

Em quanto outros espiritos phantasistas tecem hymnos candentes de vaidade e orgulho àquillo que elles proclamam "as nossas grandezas e os nossos progressos", confesso, para por um relevo o triste espectáculo que a verdade nos offerece, que o Paiz, sem o desenvolvimento em todos os sentidos da grande cruzada sanitaria, nunca passara de uma patria doente analphabeta⁸⁰.

A partir da notícia publicada por José de Azevêdo Dantas torna evidente que esse não considera apenas a instalação da República no Brasil enquanto fato louvável, mas os outros acontecimentos que ligados a ela poderiam se desenvolver, como é o caso da educação, pois o mesmo considera que um país sem educação é um meio sem moral. Sendo necessário, as pessoas aprenderem a ler, uma vez que a leitura as libertariam da ignorância, consequentemente promoveria sua grandeza e o alcance da ordem e do progresso. Nesse sentido, para José de Azevêdo Dantas a educação era a mola mestra para atingir o pleno desenvolvimento do cidadão e por meio dela, as pessoas podiam progredirem em sua vida, deixando de ser apenas um subalterno e ganhando um lugar de destaque na vida e na sociedade.

Existe outro elemento no discurso de José de Azevêdo Dantas que nos chama a atenção, a ideia de "cruzada sanitaria", na qual o redator do Jornal O Momento se coloca como se o Brasil estivesse doente com relação ao seu progresso. E que para o poder público havia aspectos importantes a serem tratados, tais como: ampliação das ruas, introdução da energia elétrica, saneamento das ruas, a chegada do cinema, no entanto, apesar de todos esses aspectos serem importantes para a civilização do país, havia o elemento da educação que devia ser o primeiro fator a ser considerado. Pois, a partir do momento em que a população estivesse alfabetizada essa passaria a entender os demais aspectos, saindo de uma condição doentia e atrasada, para um desenvolvimento consciente, sã e moral, no qual haveria um Brasil voltado para o engrandecimento. Nesse sentido, para o pleno desenvolvimento do Brasil deveria existir um movimento sanitário em todos os aspectos, principalmente com o olhar voltado para a educação, a qual seria o fator primordial e de interligação aos demais fatores que lavaria o Brasil a condição de progressista e desenvolvimentista em sua total capacidade.

⁸⁰ DANTAS, José de Azevêdo. *Pela Cruzada Sanitaria*. **Jornal O Momento**, 1924, p. 24.



A educação e a alfabetização dos sertanejos estariam ligadas a um conjunto maior no qual a modernidade estava inserida modificando as estruturas, até então, consideradas arcaicas. Era uma espécie de dialética na qual o novo estava rompendo com o passado em nome do progresso que sinalizava para uma fase evolutiva⁸¹. A educação no período republicano deveria ser laica pautada no homem e na valorização das suas faculdades humanas.

Por meio da educação e da alfabetização era que o homem, com vista ao progresso, poderia caminhar junto ao pensamento republicano. Pois, era necessário instrução formal para entender as medidas, as leis e os decretos sancionados pela República com o objetivo de proporcionar “melhoria” a vida das pessoas. Mais uma vez, José de Azevêdo Dantas clamava pela alfabetização das pessoas do sertão, já nos idos de 1920, como meio de difusão do conhecimento e do progresso da *Belle Époque*. O erudito afirmava:

Um povo, que tema asi a ardua tarcha de se educar, de se sancar, pode, livremente proclamar a sua superioridade e exalçar o seu orgulho. Difficilimo será, ainda, dadas as condições de rotina que impera em todas as camadas a diffusão de taes conhecimentos, sob os diferentes aspectos de seu programma, sem que, não encontro os assomos de repulsa nascidos da ignorancia. É como já disse algum, que, quando se toma a hombros serviços publicos e se tem de introduzir novos methodos e fazer cumprir determinações de lei, fazem se alguns amigos e muitos maldicentes, mas que, empregando esforço pela causa do bem não conhecia inimigos e, conhecia apenas, os que não entendem, e que procuraria com toda bondade e dedicação o seu maior empenho para serem "entendidos"⁸².

Se pensarmos entre o discurso apresentado por Manoel Dantas em 1889 e a notícia vinculada por José de Azevêdo Dantas, nos de 1920, percebemos que pouco havia sido mudado do cenário de negligência em relação a educação nos sertões e que aquela continuava a ser uma preocupação daqueles que desejavam o seu desenvolvimento e dos seus cidadãos. Os dois redatores viam na educação o meio para fazer os sertanejos e os sertões prosperarem. Era preciso o conhecimento científico por meio das letras para fazer verdadeiramente os sertões produzirem em toda a sua capacidade.

Fica evidente o discurso de que somente por meio da educação é que o ser humano se torna pleno, do contrário está fadado à ignorância e a completa distância dos fundamentos republicanos. A alfabetização torna-se um elemento de civilização, no século XX, como um

⁸¹ Ver: SILVA, Maria Neide Sobral da. **Vitrine das letras**: o discurso jornalístico e a modernidade pedagógica em Sergipe/Brasil e Portugal - (1910 - 1920). Natal: UFRN, 2007, p. 48-49.

⁸²DANTAS, José de Azevêdo. *Pela Cruzada Sanitaria*. **Jornal O Momento**, Rio Grande do Norte, 1924, p. 24.



bem compartilhado pela humanidade que promoveu novas formas de viver⁸³. Quando a população não toma consciência ou não passa por uma educação para entender determinadas medidas vai de encontro a dados projetos republicanos, como foi o caso da Revolta da Vacina no Rio de Janeiro, em 1904, na qual as pessoas por falta de conhecimento do beneficiamento que a vacina os trariam, optaram por se revoltar tombando bondes, saqueando o comércio e destruindo os prédios públicos, para que a vacina deixasse de ser obrigatória e passasse a ser facultativa⁸⁴.

Dentro do contexto da *Belle Époque*, a educação, no Brasil, passou por um diálogo com as instituições europeias, transportando seus métodos e tendências para a modernização das instituições escolares do Brasil⁸⁵. Fato é que era necessário a instrução da população sertaneja para acompanhar as tendências modernizantes,

As ideias vai surgindo em prol da instrução, concretizando-se [?] algumas em realidade, quando estas são levadas a efeito com a criação de novos estabelecimentos de ensino. Os Estados mais adeantados da Federação têm progredido e avançado no caminho do progresso [ilegível] a acção bem fazeja e altruística [?] da instrução, e [ilegível] feliz e oppertura expectativa já mais devemos [ilegível] indiferentes e retrahidos a gestos tão nobres e edificantes. Temos, [ilegível] proprio interesses [ilegível] sagrado de possuirmos [?] uma patria digna de nosso respeito e só conseguiremos collaborando na medida do possivel ao tudo dos quo [sic] trabalham pelo progresso racional, instituindo e auxiliando escolas, ampliando e propagando a instrucção afim de vermos núm futuro mais proximo uma transformação completa e radical nesse lamentavel estado de coisas, que infelismmente ainda nos avilta e degrada⁸⁶.

Torna-se salutar discutir que novos hábitos iam surgindo no discurso de modernidade para os sertões do Rio Grande do Norte, José de Azevêdo Dantas elege a educação como meio para essa nova forma de conduta e sociabilidade. Era preciso difundir a educação para atingir a cultura escrita a toda sociedade de modo a torná-la civilizada e progressista⁸⁷. Sendo necessária a criação de novas escolas para a transformação da mentalidade das pessoas por meio do saber e novos valores voltados à dinamicidade e capacidade de pensar sobre suas práticas cotidianas. Nesse sentido, a instrução proporcionada pela escola seria um elemento transformador de um

⁸³Ver: SILVA, Maria Neide Sobral da. **Vitrine das letras:** o discurso jornalístico e a modernidade pedagógica em Sergipe/Brasil e Portugal - (1910 - 1920). Dissertação de Mestrado. Natal: UFRN, 2007, p. 82.

⁸⁴Ver: CARVALHO, José Murilo de. “**Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi**”. Companhia das Letras, 2003.

⁸⁵ Ver: TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969, p. 134.

⁸⁶ DANTAS, José de Azevêdo. *A instrução*. **Jornal O Momento**, Rio Grande do Norte, 1924, p. 17.

⁸⁷Ver: AZEVEDO, Crislane Barbosa de. **O ideário modernizador do governo Graccho Cardoso (1922-26) e a reforma da instrução pública de 1924 em Sergipe**. (Tese de Doutorado). Natal: UFRN. 2009, p. 63.



sertão que, até então, encontrava-se em atraso, em razão, da falta de conhecimento para potencializar seu desenvolvimento.

Assim, com o advento da República as elites políticas e dirigentes intensificaram suas preocupações em dinamizar a educação tanto nos Estados mais modernos do Brasil quanto no interior do país. Para que pudéssemos atingir uma pátria digna, moderna e progressista. Desde o Brasil Império havia discussões sobre a educação e os meios para a sua realização. Mas, coube a República a missão da instrução popular e alfabetização do povo brasileiro⁸⁸. Segundo o pensamento de José de Azevêdo Dantas a educação levaria ao enobrecimento da pátria, quando:

Para o so erguimento e soberania da nação só nos resta um recurso e este está bem visível ao conhecimento de todos - semos um povo bem educado. E, se ahí é que reside a verdadeira grandeza de nossa nacionalidade, devemos procurar sem interrupção nem desfallecimento os meios praticos e adaptaveis para a nobre conquista da civilização e do progresso.

Sendo a instrucção como disse alguem a bussola que nos aponta o futuro, o reflexo de Deus que vem illuminar e espirito na pratica da virtude e do [ilegível] raio da luz que se desprendendo de centros intellectuaes vem em lampejos de consciencia affastar e homem das trevas da ignorancia devemos desprezar o egoismo, põe de parte as tendencias passionaes, [ilegível] do futil e do superfluo e congregar todos as forças pelo aproveitamento util e proveitoso das facultades succetiveis de aperfeçoamento.

"Instruir os povos" é palavra dos proprios evangelhos. A instrucção o poderosa alavança [sic] que remova os maiores obstaculos para se chegar ao apico da civilização. Ella é tão necessaria ao homem como a propria subsistencia physica. Assim como o homem neccesita do pão para conforto do corpo carece da instrucção para contexto do espirito tornando-o elevado e conhecedor da luz e da verdade⁸⁹.

José de Azevêdo Dantas assume um discurso enfático ao afirmar que somente por meio da educação o homem do sertão conseguiria atingir a civilização e o progresso, deixando de viver em meio ao escuro e as trevas. Entendemos que o redator do jornal utilizava do termo treva para se referir a falta de educação e a ignorância que ainda existia nos sertões por parte da população que não conhecia as letras. Para ele, a instrução era a bússola do futuro e os intelectuais, comparados ao poder emanado por Deus, haviam vindo para iluminar as pessoas que viviam em sofrimento. Somente pelas letras, o sertanejo tomaria consciência das forças produtivas que existiam no sertão. Ademais, a ideia de trevas está associada ao atraso, a escuridão, ao não pensar cientificamente em contraposição as luzes, ao homem racional que explica todos os fenômenos por meio da ciência e da evolução e saber.

⁸⁸Ver: SILVA, Maria Neide Sobral da. **Vitrine das letras:** o discurso jornalístico e a modernidade pedagógica em Sergipe/Brasil e Portugal - (1910 - 1920). Natal: UFRN, 2007, p. 447.

⁸⁹ DANTAS, José de Azevedo. *A instrução*. **Jornal O Momento**, Rio Grande do Norte, 1924, p. 17.



No discurso jornalístico, no início do século XX, era comum o debate sobre a regeneração da sociedade brasileira no tocante a educação com o intuito de aderir aos ideais republicanos por meio do aspecto modernizante com a instrução pública sendo difusora do pensamento esclarecido e republicano. Nesse sentido, havia uma preocupação com a educação no cenário nacional, mas também não poderia deixar que os sertanejos permanecessem convivendo com o analfabetismo e a instrução deficiente⁹⁰. A falta de alfabetização de escolas poderia levar o sertanejo não somente ao atraso intelectual, como a marginalidade social,

Ha no Brasil um problema de grande relevancia, de cuja solução depende o progresso do paiz. É o problema da educação das masmas [sic]. Sem um povo culto consciente, educado sob o ponto de vista physico, moral e intellectual, não ha povo forte, progressista, evoluído. Porque nos temos descurado da cultura, da alfabetização dos brasileiros, temol-os deixado ao abandono ha seculos, especialmente nas regiões do interior, por isso o Brasil é hoje, um paiz quase vencido, fraco, pobre, endividado, arrastando uma vida precarissima e de graves dissecoes no meio das classes sociaes⁹¹.

Pelo repertório elencado por José de Azevêdo Dantas o problema maior do Brasil era a falta de educação em todo o seu território e, principalmente, nas regiões do interior do país, na qual a educação não chegava ou havia uma negligência em relação à mesma. Sendo assim, daí advinha o retrocesso dessas regiões que não possuía seu potencial econômico explorado com técnicas eficazes ao desenvolvimento. Tornando o Brasil um país: vencido, fraco, pobre e endividado, no qual as pessoas viviam em estado de pobreza e na condição de seres obsoletos socialmente e economicamente.

Torna-se claro que a falta de educação simbolizava o atraso e o retrocesso para o Brasil que queria silenciar as marcas de um passado que viveu baseada em uma sociedade estamental e sem perspectiva de progresso. A escola surgia como uma fonte regeneradora das pessoas, saber ler não era apenas uma singeleza ou algo simplista. Pelo contrário, era algo complexo que exigia a interpretação e a consciência do homem moderno e republicano⁹². Nesse caso, havia uma preocupação constante para a criação de escolas que instruissem a população. José de Azevêdo Dantas chama a atenção para a criação de escolas no sertão do Rio Grande do Norte,

Seria medida de elevado conceito a fundação de escolas profissionaes em diversos pontos da zona sertaneja, com cursos de instrucção agricola afim de

⁹⁰ SILVA, Maria Neide Sobral da. **Vitrine das letras**: o discurso jornalístico e a modernidade pedagógica em Sergipe/Brasil e Portugal - (1910 - 1920). Natal: UFRN, 2007, p. 79-81.

⁹¹ DANTAS, José de Azevêdo. *Pelo ensino*. **Jornal O Momento**, Rio Grande do Norte, 1924, p. 30.

⁹² SILVA, Maria Neide Sobral da. **Vitrine das letras**: o discurso jornalístico e a modernidade pedagógica em Sergipe/Brasil e Portugal - (1910 - 1920). Natal: UFRN, 2007, p. 83.



obter com resultado satisfactorio o aproveitamento, das aptidões deste povo forte porem sem a luz do entendimento.

No Brasil o ensino technico está ainda em estado embryonario, é praticado em reduzidissima proporção. No entanto, temos necessidade urgente de formamos o nos o operariado, os nossos homem do sertão que serio capazes de levar a effeito o progresso do paiz, pelo trabalho, pelo aproveitamento de sua forças nativas, que são estupendas, variadissimas.

Na Allemanha, Japão, America do Norte e outros os resultados foram efficazes, amplamente divulgados. No Brasil, tambem, só será passivel o despertar, o renascer da patria, quando uma educação solida, perfeita efficiente se espalhar por toda a extensão, do territotrio [sic] nacional, soluccionando o problema multi-secular do analphabetismo⁹³.

Apesar de José de Azevêdo Dantas reconhecer que as escolas profissionais estavam reduzidas a áreas mais desenvolvidas no Brasil, como era o caso dos centros urbanos, ou estavam em fase de desenvolvimento, enfatiza que é de extrema necessidade que a zona sertaneja tenha essas escolas para o alavancamento econômico da região, por meio de cursos que capacitem os sertanejos ao uso e entendimento da terra e suas potencialidades. Considera que o homem do sertão é um forte, um ser capacitado para o trabalho, mas, no entanto, os faltam o conhecimento científico para o dito desenvolvimento do espaço. E compara o Brasil a outros países que investiram na educação e passaram a ter bons índices econômicos, pois sua população ampliou o conhecimento e tornou os ditos países tais como: Alemanha, Japão e América do Norte dinâmicos economicamente. E que a única expectativa de renascimento do Brasil em toda a sua amplitude será por meio da educação que potencializará os outros aspectos sejam eles: sociais e econômicos.

José de Azevêdo Dantas possuía a noção clara que era preciso alfabetizar a população sertaneja para que estes estivessem aptos ao mundo do trabalho, mesmo que fossem atividades agrícolas, mas que por meio da instrução profissional aqueles podiam aproveitar melhor o cultivo e suas potencialidades. Apontava que essa já era uma realidade de outros países e que por isso, aqueles encontravam-se com maior desenvolvimento do que o Brasil. Esse debate não veio de modo impreciso, mas do número de analfabetos que ainda existia no Brasil mesmo após a instalação da República⁹⁴. Nesse caso, era preciso criar condições favoráveis para a alfabetização.

⁹³ DANTAS. José de Azevêdo. *Pelo ensino*. **Jornal O Momento**, Rio Grande do Norte, 1924, p. 30.

⁹⁴ Para uma discussão mais profunda sobre a quantidade de analfabetos existentes no Brasil na Primeira República, ver: FREIRE, Ana Maria Araújo. **Analfabetismo no Brasil**: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde as CATARINAS (Paraguaçu), FILIPAS, MADALENAS, ANAS, GENEBRAS, APOLÔNIAS e GRÁCIAS até os SEVEEINOS. São Paulo: Cortes, 1993.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a instalação da República no Brasil, os intelectuais e governantes buscaram seguir o pensamento da *Belle Époque* francesa, na qual estava pautada não somente nas remodelações urbanísticas, mas também, em um projeto modernizador de caráter social que possuía o intuito de transformação do homem em um indivíduo pensante com vista ao desenvolvimento.

Nesse itinerário, os ideais republicanos que se efetivaram no Rio Grande do Norte constituíram-se em medidas que visavam tanto à remodelação dos espaços, em consonância com ações que buscassem expandir os fundamentos da República. Para tal, a educação surgiu com um dos princípios que faziam o pensamento republicano e suas ações adentrarem ao tecido social.

A educação dentro dos sertões do Rio Grande do Norte seria a maneira pelo qual o sertanejo conseguiria potencializar a dita espacialidade, utilizando de técnicas que ajudaria na produtividade dos terrenos e conseqüentemente no desenvolvimento social.

Percebemos, portanto, que a preocupação dos republicanos com a educação dos sertões do Estado do Rio Grande do Norte era uma preocupação desde a instalação da República em 1889, mas que ainda na década de 1920 o discurso ainda continuava o mesmo, para que a cada dia os sertões pudessem desfrutar de uma educação de qualidade e que chegasse a todos os cidadãos, para que esses verdadeiramente pudessem desenvolver seu espaço e se capacitassem.

REFERÊNCIAS

ALBURQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

AZEVEDO, Crislane Barbosa de. **O ideário modernizador do governo Graccho Cardoso (1922-26) e a reforma da instrução pública de 1924 em Sergipe**. (Tese de Doutorado). Natal: UFRN. 2009.

BARBOSA, Rui. **A Reforma Eleitoral**. In: BRASIL. Câmara dos Deputados, Perfis Parlamentares. n. 28. Discursos Parlamentares, Brasília, 1985.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade**. 13. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

CARVALHO, José Murilo de. **“Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi”**. Companhia das Letras, 2003.



CUNHA, Manuela C. da. **Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade**. São Paulo: EDUSP/Brasiliense, 1986.

DANTAS, José de Azevedo. *A instrução*. **Jornal O Momento**, Rio Grande do Norte, 1924, p. 17.

_____. *Pela Cruzada Sanitaria*. **Jornal O Momento**, Rio Grande do Norte, 1924, p. 24.

_____. *Civilizados e Civilizados*. **Jornal O Momento**, Rio Grande do Norte, 1924, p. 23.

_____. *Pelo ensino*. **Jornal O Momento**, Rio Grande do Norte, 1924, p. 30.

DANTAS, Manoel. *Instrução Pública*. **Jornal O Povo**, Natal, 1889, p. 1.

_____. *A vida sertaneja - presente e futuro*. **Jornal O Povo**, Natal, 1889, p. 1.

FREIRE, Ana Maria Araújo. **Analfabetismo no Brasil: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde as CATARINAS (Paraguaçu), FILIPAS, MADALENAS, ANAS, GENEBRAS, APOLÔNIAS e GRÁCIAS até os SEVEEINOS**. 2. ed. São Paulo: Cortes, 1993.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Paradoxos da Belle Époque tropical. In: PINHEIRO, Luís da Cunha; RODRIGUES, Maria Manuel Marques (orgs). **A Belle Époque Brasileira**. Lisboa: Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **A penúltima versão do Seridó: espaço e história no regionalismo seridoense**. 1998. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UFRN, Natal, 1998.

MALHEIRO, Perdígão. **A Escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social**. Petrópolis: Vozes; Brasília: I.N.L./MEC, 1976.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A república consentida: cultura democrática e científica no final do Império**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.

MORAIS, Isabela Cristina Santos de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. **A instrução pública na perspectiva de Manoel Dantas**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba. Anais Eletrônicos do IX Congresso Brasileiro de História da Educação, 2017.

MORAIS, Grinaura Medeiros de. **Abrço de gerações: memórias de professoras primárias no Seridó - uma viagem pelo século XX**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2004.

Moreira, Keila Cruz. **Em nome da república: escolas e tradições modernas / Keila Cruz Moreira**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2011.



SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** Técnica e tempo, razão e emoção. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

SILVA, Maria Neide Sobral da. **Vitrine das letras:** o discurso jornalístico e a modernidade pedagógica em Sergipe/Brasil e Portugal - (1910 - 1920). Natal: UFRN, 2007.

SIQUEIRA, Gabriela Fernandes de. **Por uma "Cidade Nova":** apropriação e uso do solo urbano no terceiro bairro de Natal (1901-1929). Dissertação de Mestrado. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2014.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica à modernidade.** 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

VEIGA, Cíntia Greive. **Projetos urbanos e projetos escolares:** aproximação produção de representações de educação em fins do século XIX. Educação em Revista, Belo Horizonte, n.26, dez., 1997.



Uma análise histórica da criminalização do auto aborto no Brasil (1890-1940): dos discursos médicos ao positivismo criminológico

Bárbara Madruga da Cunha⁹⁵

Recebido em: 10/01/2019

Aceito em: 02/03/2019

RESUMO

O Código Penal de 1890 foi o primeiro a criminalizar a conduta da mulher que realizasse práticas abortivas em seu próprio corpo. Apesar de não existirem estudos na área jurídica que busquem verificar as razões pelas quais o legislador optou por tipificar essa conduta, há pesquisas que demonstraram a existência de uma forte atuação da classe médica em prol da criminalização do auto aborto, como forma de controle da sexualidade feminina. Por outro lado, o final do século XIX é marcado pela aproximação entre Direito e Medicina, através da ascensão do positivismo criminológico. Tendo isso em vista, esse artigo se propõe a analisar a doutrina de três juristas brasileiros filiados à Escola Positiva Italiana - João Vieira Araújo (1902), Oscar Macedo Soares (1910) e Galdino Siqueira (1932), no sentido de verificar a presença dos discursos médicos em seus comentários ao delito de aborto. Para tanto, se fará inicialmente uma revisão bibliográfica das pesquisas que demonstraram a atuação médica em prol da criminalização do aborto, em seguida se analisará como o delito é abordado na obra de Lombroso e Ferrero, “A mulher criminosa, a prostituta e a mulher normal” (1893), para então se examinar a doutrina nacional.

Palavras-chave: Aborto. Criminalização feminina. Positivismo criminológico. Código Penal de 1890.

A historical analysis of the criminalization of self-abortion in Brazil (1890-1940): from medical speeches to criminological positivism

ABSTRACT

The Penal Code of 1890 was the first to criminalize the self-abortion. Although there are no studies in the legal area that seek to verify the reasons why the legislator chose to typify this conduct, there are researches that demonstrate the existence of a strong performance of the medical profession in favor of the criminalization of self abortion as a form of control of sexuality feminine. On the other hand, in the end of the nineteenth century, there was an approximation between law and medicine, through the rise of criminological positivism. With this in view, this article proposes to analyze the doctrine of three Brazilian jurists affiliated to the Italian Positive School - João Vieira Araújo (1902), Oscar Macedo Soares (1910) and Galdino Siqueira (1932), in order to verify the presence of medical discourse in their comments on the crime of abortion. To do this, we will initially do a bibliographical review of the

⁹⁵ Mestranda em Teoria e História do Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob orientação do Prof. Dr. Diego Nunes. Bolsista pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico– CNPq. Graduada em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Link do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3737910172415411> . Email: babicacunha@gmail.com



researches that demonstrate the medical practice in favor of the criminalization of abortion, then we will analyze how the crime is approached in the work of Lombroso and Ferrero, "Criminal Woman, the Prostitute, and the Normal Woman" (1893), to finally examine the national doctrine.

Keywords: Abortion. Female criminalization. Criminological positivism. Brazilian Criminal Code of 1890.

1 INTRODUÇÃO

O Código Penal de 1890 foi o primeiro a criminalizar a conduta da mulher que realizasse práticas abortivas em seu próprio corpo⁹⁶. Em que pese o delito de aborto já fosse anteriormente previsto no Código Criminal do Império⁹⁷, ele tipificava apenas a conduta de terceiro que, com ou sem o consentimento da gestante, desse fim à gravidez.

Não há pesquisas no âmbito do direito que busquem explicar as razões pelas quais o legislador inseriu essa nova tipificação no Código República, o qual, curiosamente, resultou na cópia quase integral do código anterior, sendo essa uma das poucas inovações trazidas por essa legislação. Há, no entanto, pesquisas consolidadas que evidenciaram a importância do desenvolvimento da medicina, enquanto classe e ramo científico, no controle da sexualidade feminina e, portanto, na condenação das práticas abortivas.

Por outro lado, o final do século XIX é também marcado pelo estreitamento das fronteiras entre Direito e Medicina, de forma que os saberes médicos passaram a adquirir relevância na doutrina jurídica, através da recepção das ideias da Escola Positiva Italiana. Importante ressaltar que até a década de 80 do século XIX, sequer existia uma doutrina penal nacional. Sua formação, nos anos precedentes à proclamação da República, foi, portanto, contemporânea à aquisição de espaço do chamado positivismo criminológico. Conforme

⁹⁶ Trata-se da seguinte redação, no original: "Art. 301. Provocar abôrto com annuencia e accordo da gestante: Pena - de prisão cellullar por um a cinco annos. Paragrapho unico: Em igual pena incorrerá a gestante que conseguir abortar voluntariamente, empregado para esse fim os meios; e com redução da terça parte, si o crime for commettido para occultar a deshonra propria" (BRASIL, 1890).

⁹⁷ A tipificação do aborto no Código Penal de 1830 resumia-se a redação dos artigos 199 e 200: "Art. 199. Occasionar aborto por qualquer meio empregado interior, ou exteriormente com consentimento da mulher pejada. Penas - de prisão com trabalho por um a cinco annos. Se este crime fôr commettido sem consentimento da mulher pejada. Penas - dobradas. Art. 200. Fornecer com conhecimento de causa drogas, ou quaesquer meios para produzir o aborto, ainda que este se não verifique. Penas - de prisão com trabalho por dous a seis annos. Se este crime fôr commettido por medico, boticario, cirurgião, ou praticante de taes artes. Penas - dobradas" (BRASIL, 1830).



demonstrado por Alvarez⁹⁸, a Escola Positiva Italiana adquiriu importância no debate intelectual brasileiro através das concepções de Césare Lombroso e seus seguidores, sobretudo entre 1880 e 1930. Essa corrente de pensamento criminológico partia da concepção de que o crime era uma consequência das características biológicas e psíquicas do delinquente e a sua interação com o meio social. Defendia, assim, o tratamento científico do criminoso, destacando o determinismo social ou fisiológico por de trás de sua conduta. A tradução dessas ideias no Brasil se mostrou fundamental para a institucionalização do racismo, através da constituição de teorias da criminalidade⁹⁹ que identificavam no homem negro as características atávicas do delinquente, e foi incorporada sobretudo pela prática judiciária¹⁰⁰.

Tendo em vista a existência de pesquisas que demonstraram a interferência da classe médica na condenação social das práticas abortivas entre o final do século XIX e começo do século XX, e que nesse mesmo período houve a ascensão das ideias da Escola Positiva Italiana no Brasil, buscaremos verificar se o discurso médico que condenava o auto aborto teve alguma centralidade nos discursos jurídico-doutrinários sobre a tipificação do delito. Nosso objetivo consiste, portanto, em verificar se os juristas brasileiros compartilhavam dos argumentos da classe médica na defesa da criminalização da mulher que aborta.

Para isso, explanaremos, de forma breve, as relações entre a ascensão da classe médica e o controle da sexualidade feminina, a partir de uma revisão bibliográfica das principais pesquisas existentes sobre o tema, para então analisarmos a obra de Césare Lombroso¹⁰¹, com o objetivo de demonstrar o que o médico italiano, expoente da Escola Positiva, e autor de maior relevância do positivismo criminológico no Brasil¹⁰², pensava sobre as práticas abortivas, e por fim, estudaremos as obras de três doutrinadores brasileiros da época filiados à Escola Italiana,

⁹⁸ ALVAREZ, M. C. A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. In: **Dados**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4 (2002). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582002000400005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 set. 2018.

⁹⁹ O autor (2016) refere-se sobretudo à obra “As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil”, de autoria de Nina Rodrigues, publicada originalmente em 1894.

¹⁰⁰ GOÉS, L. A “**tradução**” de Lombroso em na obra de Nina Rodrigues: o racismo como base estruturante da criminologia brasileira. Rio de Janeiro: editora Revan, 2016.

¹⁰¹ FERRERO, G.; LOMBROSO, C. **A mulher delinquente, a mulher normal e a prostituta**. Curitiba: Antonio Fontoura, Kindle file, 2017 [1893].

¹⁰² ALVAREZ, M. C. A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. In: **Dados**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4 (2002). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582002000400005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 set. 2018.



são eles: João Vieira Araújo¹⁰³, Oscar Macedo Soares¹⁰⁴ e Galdino Siqueira¹⁰⁵, com o intuito de verificar a presença seja do discurso médico brasileiro, seja das ideias de Lombroso e Ferrero¹⁰⁶, nos seus comentários ao Código Penal de 1890.

2 A ASCENSÃO DO PARADIGMA MÉDICO-CIENTÍFICO E A CONDENAÇÃO DAS PRÁTICAS ABORTIVAS

Até a Revolução Científica ocorrida no século XVII, as diferenças sociais existentes entre os homens e as mulheres não eram justificadas pela natureza ou pelo sexo. A lógica era inversa: seus corpos é que expressavam a realidade social. Imperava o modelo do sexo único ou das homologias sexuais, dando-se relevância à semelhança e não a diferença entre os corpos. Martins¹⁰⁷ apontou que mesmo com a renovação dos estudos anatômicos no Renascimento, as diferenças sexuais continuaram sendo pautadas a partir da analogia, não existindo uma nomeação própria para os órgãos genitais femininos. Isto não significa, contudo, que os anatomistas não vissem as diferenças entre os sexos, entretanto para eles, elas não pareciam ter significado.

O novo modelo das diferenças sexuais começou a ser formulado no início do século XVIII, quando o corpo passou a ser um novo campo de redefinição das relações de gênero¹⁰⁸. Os conhecimentos a respeito das diferenças humanas ganharam visibilidade pois adquiriram um significado político. Não se trata, portanto, da “descoberta” das diferenças humanas, mas de sua ressignificação¹⁰⁹.

¹⁰³ ARAÚJO, J. V. **O Código Penal Interpretado**: segundo as fontes, a doutrina e a jurisprudência e com referências aos projectos de sua revisão. Parte Especial. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902, v. II.

¹⁰⁴ SOARES, O. M. **O Código Penal da Republica dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1910, v. II, 7º ed.

¹⁰⁵ SIQUEIRA, G. **Direito Penal Brasileiro**: segundo o Código Penal mandado executar pelo Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890 e leis que o modificam ou completaram, elucidadas pela doutrina e jurisprudência. Rio de Janeiro: Livraria Jacyntho, 1932, v. II.

¹⁰⁶ FERRERO, G.; LOMBROSO, C. Op. cit.

¹⁰⁷ MARTINS, A. P. V. **Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹ Segundo Rohden (2003), as descobertas científicas só fazem sentido dentro de um contexto social propício, no qual elas respondem a demandas sociais. Nas palavras da autora, “só se chegou à constatação de que os corpos de homens e mulheres eram diferentes na sua natureza quando houve um clamor social para isso” (2003, p.31).



A ascensão do paradigma científico foi contemporânea aos movimentos e debates pelos direitos civis das mulheres travados ao longo dos séculos XVII e XVIII na Europa¹¹⁰. A partir deste processo, os elementos do corpo feminino, antes considerados meros elementos, passam a adquirir significados, sendo manipulados pelo desejo de conformar as estruturas sociais baseadas na desigualdade.

A ênfase na definição da diferença sexual e na predestinação do corpo feminino à maternidade tem sido percebida como um fenômeno visível entre o fim do século XVIII e o começo do século XIX¹¹¹. Ao passo que se buscava na observação da natureza explicações causais para a realidade social, atribuía-se ao método científico o manto da neutralidade e da objetividade, ignorando que a própria ciência estava a emergir carregada de sentidos.

A ebulição destas novas ideias europeias irá repercutir no Brasil, sendo alvo de conflitos, discussões e teorizações. Apesar de também estarem presentes em outras áreas, as ideias positivistas tiveram forte impacto na construção dos discursos médicos, inclusive no que diz respeito à mulher. Rohden¹¹² defende que as disciplinas de Ginecologia e Obstetrícia, criadas no começo do século XIX, foram fundamentais nesse processo, à medida que se consolidaram enquanto “ciência da mulher”, a qual buscava, através de características físicas e químicas, estabelecer o lugar do feminino na ordem social. Nesse mesmo sentido foi a tese de Freitas¹¹³, a qual confirma a continuidade da centralidade desses temas, ao verificá-los nas edições da Revista de Ginecologia e d’Obstetrícia, publicadas entre os anos de 1907 e 1978.

A partir do desenvolvimento de técnicas e estudos do corpo feminino, buscou-se circunscrever a mulher à maternidade, restringindo-a a sua sexualidade reprodutora¹¹⁴. Os ginecologistas precisavam cada vez mais observar e intervir nos corpos femininos para conseguirem avançar em seus estudos. No entanto, tocar e observar uma mulher não era bem

¹¹⁰ Rohden (2003) explicou que o processo de urbanização provocou um forte sentimento de ameaça às estruturas sociais da época, inclusive no tocante às relações de gênero, o que levou a um movimento conservador de redefinição e reafirmação das bases da diferença, bem como da desigualdade entre os sexos.

¹¹¹ ROHDEN, F. **A arte de Enganar a Natureza: contracepção, aborto e infanticídio no século XX**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. 246 p. v. 1.

¹¹² Idem.

¹¹³ FREITAS, P. **Corpos de mulheres em (re)vistas**. A representação da menopausa na Revista de Ginecologia e d’ Obstetrícia 1907-1978, 2005. Tese (Doutorado em História), Florianópolis: Programa de Pós-graduação em História, UFSC.

¹¹⁴ BROTTTO, R. B. **Médicos e padres: discursos sobre a maternidade no século XIX**. In: XIV Encontro Regional da Anpuh – Rio: Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro: Associação Nacional de História, 2010, p. 2-11. Disponível em: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1275942630_ARQUIVO_MedicosePadresdiscursosobreamaternidadenoseculoXIX_1860-1870_.pdf. Acesso em: 16 out. 2017.



visto socialmente, de forma que os médicos estrategicamente buscaram se aliar ao discurso moral, que até então os condenava¹¹⁵. Assim, através da descoberta de elementos particulares ao corpo feminino iniciou-se um jogo de definições, no qual os médicos iam além da observação clínica e da formulação de teorias - prescreviam comportamentos e normatizavam condutas, incorporando preceitos morais e religiosos. A medicina, desse modo, desenhou a maternidade científica inscrita no corpo feminino, o qual deveria seguir com rigor as indicações médicas para cumprir com êxito sua missão.

A medida que o paradigma positivista foi se consolidando, no final do século XIX, a classe médica foi adquirindo prestígio social, sendo vista como aquela que detém o conhecimento, que aplica e corporifica os avanços científicos. Afirmava, assim, seu monopólio profissional, reivindicando para si o conhecimento e o controle sobre o feminino. Neste processo, os médicos iniciaram um verdadeiro movimento contra as práticas abortivas e a criminalização das mulheres que as realizavam, escrevendo teses, artigos na imprensa e manifestações públicas. Estas campanhas eram justificadas pelas obrigações da natureza feminina, das quais as mulheres não podiam abdicar, sob pena de ameaçarem a perpetuação da espécie e o progresso do país¹¹⁶. Também eram frequentes as referências ao aborto enquanto depravação moral, visto que a prática representava a dissociação do ato sexual da finalidade reprodutiva, podendo ser utilizada como manobra para esconder relações extraconjugais.

É também no final do século XIX, que a medicina se transformou em atividade pública, de forma a se associar a atuação do médico ao desenvolvimento da nação¹¹⁷. Nesse sentido, Brotto¹¹⁸ sustentou que tanto a Igreja quanto a medicina forjaram um papel social para a mulher, projetando a relevância de sua atuação no ambiente privado para o espaço público. A maternidade, assim, tornou-se um dever social, de forma que a mulher passou a ser considerada agente fundamental à evolução da espécie. A pesquisa de Santos¹¹⁹ complementa que aos

¹¹⁵ Quando os estudos médicos a respeito da sexualidade foram publicados no Brasil, a Igreja Católica reagiu fortemente. Escreveu-se inúmeras cartas pastorais buscando atacar e ridicularizar o caráter científico dos saberes sobre a sexualidade (DOS SANTOS, 2014).

¹¹⁶ Quanto aos deveres da mulher com a sociedade, os discursos médicos da época são esclarecedores. A título de exemplo, o médico Antônio Costa Júnior, afirmou em sua obra “o produto da concepção normal não pertence só à mãe, ele pertence também ao Estado, do qual virá fazer parte e como tal, este deve zelar por sua vida. A prática do aborto criminoso é um crime por excelência anti-social [sic], pois que suprime o indivíduo, membro da família, de que se compõe o Estado” (1911, apud ROHDEN, 2003, p. 67).

¹¹⁷ SCHWARCZ, L. M. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

¹¹⁸ Op. cit.

¹¹⁹ SANTOS. A. T. **A construção do papel social da mulher na Primeira República**. Disponível em: <
<https://www.maxwell.vrac.puc->



poucos a figura do padre como referência para questões familiares, foi sendo substituída pela do médico de família.

Apesar da promulgação do Código Penal de 1890 e a consequente tipificação do delito de auto aborto, os médicos pareciam continuar insatisfeitos, não sendo raras as manifestações reivindicando legislação específica para o aborto. Denunciavam o alto número de abortos praticados¹²⁰, inclusive dentre as famílias ricas, e reclamavam da impunidade. Silva¹²¹ constatou que o aborto provocado foi tema de dissertações¹²², manifestações na imprensa e, no começo do século XX, passível até de moção dirigida ao Parlamento da República¹²³, a qual clamava pela criação de uma legislação especial, paralela ao Código Penal de 1890, no sentido de aumentar a penalidade à mulher que realizasse práticas abortivas. Dentre os ferrenhos defensores da punição do auto aborto, destacaram-se Fernando Magalhães¹²⁴, Costa Júnior, Ernesto do Nascimento Silva, Carlos Pinto Seidl, Afrânio Peixoto, Archimino Martins de Mattos e Olímpio Fonseca. As razões políticas para o movimento pró criminalização pareciam estar relacionadas tanto à afirmação profissional da classe médica, sobretudo contra a tradição das parteiras por eles acusadas de “aborteiras”, quanto à luta pelo controle da sexualidade feminina. Dentre os principais argumentos utilizados estavam a possibilidade de infidelidade conjugal, a ameaça à perpetuação da espécie e a imoralidade do prazer feminino que o aborto representava¹²⁵.

rio.br/14404/14404.PDFXXvmi=Pv6qPkibAS2c7sKdWxkHOzjxzZhp76iW3ooTJH5jB8wIChWzQhgFQBdpAuQHC9FGx4AhMGCnPa6rs31jliZcTdDtJcmER3cWEUjK88aifCLiE6FW5SRjvm31zpFrtSo8o9swhEQwhDQVJvTPpL9W8cxIDEa7xAfWJJu1nlzF0qCJxwznjIksVjzbzZIGwWVuGF0I3mhJmJm7HTG5eppHIJSVIfCgczMSfMCiaU3xEqFllmqAMRh9Ba6kqICDiowx >. Acesso em: 10 out. 2017.

¹²⁰ Entre eles destacou-se o Dr. Antônio Costa Júnior, quem apresentou um dos trabalhos mais completos da época sobre aborto (ROHDEN, 2003). Em sua tese, o autor afirma a universalidade da prática, compartilhada por todos os povos, “civilizados” e “incultos”, em razão de um mal comum: a “depravação moral” (2003).

¹²¹ SILVA, M. S. Reprodução, sexualidade e poder: as lutas e disputas em torno do aborto e da contracepção no Rio de Janeiro, 1890-1930. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 1241-1254, out-dez, 2012.

¹²² Já em 1845, o médico João Gomes dos Reis, em sua tese sobre aborto, manifestou-se: “quiséramos que as mães também fossem punidas, e que se estabelecessem penas graduadas, de maneira que um juiz ilustrado e consciencioso pudesse bem repartir a justiça, segundo esta ou aquela circunstância, de que o delito fosse revestido” (1845, apud SILVA, 2012, p. 1250)

¹²³ Trata-se da moção apresentada em 1918 por Fernando Magalhães, juntamente com os médicos Ernesto do Nascimento Silva, Carlos Pinto Seidl, Afrânio Peixoto e Olímpio Fonseca (SILVA, 2012, p.1246). Além da legislação especial, estavam entre as principais demandas: a vigilância das casas de parto; a notificação compulsória às autoridades sanitárias em casos de mortinatalidade e aborto; a alteração da competência para julgamento, até então do Tribunal do Júri, para o juiz togado; a absolvição da abortada que revelasse o nome do abortador; e o direito do médico clínico em dar o seu depoimento perante à justiça (2012).

¹²⁴ Segundo Rohden (2003), Fernando Magalhães teria apresentado em 1911 um dos trabalhos mais completos sobre o aborto da época.

¹²⁵ CUNHA, Bárbara M. Entre médicos e juristas: as origens da criminalização do aborto no Brasil. In.: ARGUELLO, Katie; PLACHÁ SÁ, Priscilla (org.). **Criminologias: feminismos, mídia e protestos sociais**.



É possível perceber, portanto, que de modo geral a classe médica apresentou posicionamentos contrários às práticas abortivas realizadas pelas mulheres, por entenderem que essas representavam uma afronta ao papel social ou à própria biologia do corpo feminino, manifestando insatisfação com a modificação da codificação penal, no sentido de considerá-la insuficiente ou de escassa aplicação.

Passaremos a analisar, a seguir, como o principal médico da Escola Positiva Italiana, Césare Lombroso, abordou o delito de auto aborto em sua obra, de autoria conjunta com Guglielmo Ferrero, para então verificarmos a existência de diálogos entre os discursos médicos e o de juristas.

3 O ABORTO: ENTRE A MULHER DELINQUENTE E A MULHER NORMAL

Cesare Lombroso ainda é considerado o fundador da criminologia moderna para a maior parte dos autores¹²⁶, através de sua obra “O homem delinquente”, publicada em 1876, a qual é considerada o trabalho mais importante da Escola Positiva Italiana. Apesar da relevância conferida ao autor, pouco ou nada se fala sobre outra importante obra de sua autoria, escrita em conjunto com o marido de sua filha¹²⁷, Guglielmo Ferrero, qual seja, “A mulher delinquente, a prostituta e a mulher normal”¹²⁸ publicado originalmente em 1893¹²⁹.

Diferentemente da obra “O homem delinquente”¹³⁰, em que o autor irá se dedicar exclusivamente a caracterização do criminoso enquanto um ser degenerado, partindo do pressuposto que o leitor conhece o “homem normal”, em “A mulher criminosa, a prostituta e a mulher normal”¹³¹, os autores advertem logo no prefácio que “nenhum dos fenômenos apresentados pela mulher criminosa poderia ser explicado senão tivéssemos de antemão o perfil

Curitiba, Editora Virtual Gratuita, 2018. Disponível em: <<https://editoravirtualgratuita.com.br/publicacoes/criminologias-feminismo-midia-e-protestos-sociais/>>. Acesso em: abril/2018.

¹²⁶ WOLFGANG, M.G. Pioneers in Criminology: Cesare Lombroso (1825-1909). **Journal of Criminal Law and Criminology**, v.52. n.4, p. 361-391, nov./dec. 1961. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/6f73/ae9018754f6425faa781be1fdf1a27df5fd6.pdf>>. Acesso em: nov/2018.

¹²⁷ No prefácio do livro, Lombroso reconhece a contribuição de várias mulheres para escrita do livro, entre elas sua filha, Gina Lombroso. A essas pesquisadoras, entretanto, não foi reconhecida a coautoria da obra.

¹²⁸ FERRERO, G.; LOMBROSO, C. **A mulher delinquente, a mulher normal e a prostituta**. Curitiba: Antonio Fontoura, Kindle file, 2017.

¹²⁹ No original, “La donna delinquente, la prostituta e la donna normale” (1893).

¹³⁰ LOMBROSO, C. **O Homem Delinquente**. São Paulo: Ícone, 2007. Disponível em: <<http://minhateca.com.br/AericaDiane/Livros/O-Homem-Delinquente-Cesare-Lombroso,14160546.pdf>> Acesso em: 15 set. 2018.

¹³¹ FERRERO, G.; LOMBROSO, C. Op. cit.



da mulher normal”¹³². Assim, a obra se dedica a desenhar o perfil da mulher normal, contrapondo-o ao da mulher criminosa e da prostituta. Para isso, os autores irão inicialmente descrever as características comportamentais, fisiológicas e psicológicas consideradas naturais para então especificar os traços desviantes presentes nos diferentes tipos de mulher delincente.

Em linhas gerais, a mulher normal é descrita como um ser organicamente monogâmico e frígido, de fraca inteligência e pacato senso moral, de forma tal que é facilmente sugestionável e naturalmente mentirosa¹³³. É considerada um ser fraco, que diante de sua condição inferior pode tornar-se cruel¹³⁴. Por outro lado, é pouco propensa ao crime, pois por ser supostamente menos desenvolvida, diante de sua menor variabilidade e sua tendência ao conservadorismo, provocados pela maternidade¹³⁵, apresentaria menores possibilidades de se degenerar¹³⁶. Assim, segundo os autores¹³⁷, a mulher normal teria tanto características que a aproximariam do selvagem e da criança e, portanto, do criminoso - tais como ciúmes, crueldade, imoralidade; quanto qualidades totalmente opostas, que neutralizariam as primeiras, mas que a impediriam de realizar condutas racionais tidas como próprias do homem. Seria, portanto, um ser inconstante, repleto de características contraditórias em disputa dentro de si.

Já a mulher delincente seria um “monstro”¹³⁸, pois representaria uma dupla exceção, ao passo que os criminosos seriam exceção entre as pessoas civilizadas e as mulheres seriam exceção entre os criminosos¹³⁹. Nesse sentido, o equivalente feminino ao homem delincente não seria a mulher delincente, mas sim a prostituta – cuja principal característica seria seu fraco sentido maternal explicado pela sua exagerada sexualidade masculina. A mulher normal, assim, teria sua sexualidade única e exclusivamente voltada à maternidade, condicionada pelo instinto de perpetuar a espécie, enquanto que a prostituta seria necessariamente uma má mãe.

¹³² Idem, n.p.

¹³³ Os autores explicam que a mentira é consequência tanto da luta sexual da mulher, que para ser desejada pelo homem tem que mentir qualidades que não tem, quanto pelos tabus sociais, principalmente relacionados a menstruação.

¹³⁴ A “crueldade feminina” é explicada por eles como um produto da adaptação à vida, pois como a mulher não teria forças para destruir seu oponente, restava a ela a possibilidade de atormentá-lo.

¹³⁵ Segundo a teoria dos autores, a função reprodutora inerente à mulher teria dado a ela menos possibilidades biológicas de variação, pois enquanto o homem seria responsável pela evolução da espécie, a mulher seria pela sua perpetuação.

¹³⁶ Eles afirmam que essa poderia parecer uma característica superior das mulheres, mas na verdade é prova de sua inferioridade, por ser consequência de sua menor variabilidade.

¹³⁷ FERRERO, G.; LOMBROSO, C. Op.cit.

¹³⁸ Ibidem, n.p.

¹³⁹ Ibidem.



Toda a obra se constrói, portanto, tendo a maternidade científica como pilar teórico fundamental. Inclusive quando os autores explicam a “evolução sexual”, invocam a diferenciação dos papéis na reprodução de variadas espécies como ponto central, inclusive à constituição do “homem civilizado”. A redução da existência da mulher ao seu suposto papel na perpetuação da espécie, no entanto, não impediu uma abordagem pouco condenatória em relação à prática do auto aborto.

Segundo a obra supracitada, as mulheres sempre cometeriam menos delitos do que os homens, a exceção do aborto e do infanticídio, tidos como condutas desviantes tipicamente femininas. Os autores, entretanto, afirmam que tais práticas são generalizadas em toda humanidade, em razão da necessidade de se evitar que a família ou a comunidade cresçam excessivamente. Há o reconhecimento, portanto, do aborto enquanto um controle natural de natalidade, em que pese os autores também explorem outras razões à realização de práticas abortivas. Dentre elas estão a vaidade, pela qual a mulher não quer engravidar para preservar sua beleza; a necessidade de trabalho, que as obrigaria a se libertar da obrigação materna; a opressão do homem, que as levaria ao medo da violência; e a miséria, condição na qual a mulher prefere abortar a privar seus filhos de alimento.

O discurso sobre o aborto provocado oscila entre uma certa naturalização da prática e um olhar paternalista sobre a figura feminina, como pode se perceber na seguinte passagem, em que os autores fazem menção ao caso narrado por Émile Zola:

Podemos lembrar o caso em que Zola era jurado, e relatou sua experiência a um repórter do Figaro. ‘A mulher que estava sentada no banco havia tido, em três partos, quatro filhos. Um dia ela se viu novamente grávida. Seu marido, um porteiro, ganhava muito pouco. Em desespero, a mulher foi falar com uma vizinha a quem explicou sua desgraça. Então, de repente, surgiu uma ideia. Se eu pudesse me livrar disso! ela disse. A vizinha não sabe como fazê-lo, mas conhece uma mulher que sabe. Juntas, procuraram essa mulher em uma lavanderia... ela insere uma agulha: o aborto está feito. E como é pobre, dá em troca a soma de quatro francos e meio, que é tudo o que a esposa do porteiro pode dispor. E agora estão todas as três no tribunal! Você teria tido coração para condenar três mulheres que, entre si, tinham nove crianças, e que ficaram lá chorando? Eu não o tive, não essa coragem’¹⁴⁰.

Esse caso é utilizado para ilustrar a situação em que a criminosa é um produto artificial do meio, respondendo às sugestões que estariam em harmonia com seu caráter¹⁴¹ – as mulheres julgadas por Zola, assim, teriam uma tendência ao crime, mas essa não seria suficientemente forte para se externar de forma espontânea. Nesse sentido, os autores alegam que o aborto quase

¹⁴⁰ Idem, n.p.

¹⁴¹ Idem.



nunca era um ato exclusivo da mulher e que a maior parte das criminosas ocasionais afirmou que abortaram mediante sugestão de outrem¹⁴². Pode-se perceber por detrás da narrativa, a ideia de que a mulher não contradiria sua natureza materna senão em razão de outro encargo próprio da essência feminina, tal como a necessidade de proteção masculina, o medo da rejeição, a manutenção dos filhos, a facilidade de ser enganada.

Em relação ao aborto e ao infanticídio, os autores afirmam: “diante de uma situação especial, cria-se uma categoria específica de delitos e as infratoras, que são quase normais, não teriam violado nenhuma lei, se suas condições de vida tivessem sido diferentes”¹⁴³. Em seguida, citam alguns países em que essas práticas são consideradas normais e socialmente aceitas em razão do contexto em que ocorrem. Dentre eles, há menção a Rússia, em que os abortos seriam crimes ocasionais em decorrência do alto número de aventuras amorosas por parte das mulheres e de estupros no meio familiar, e aos Estados Unidos, em que o aborto se transformou em uma necessidade social, sendo “resultado do desenvolvimento natural da economia capitalista”¹⁴⁴.

É possível perceber, portanto, da leitura da obra “A mulher delinquente, a prostituta e a mulher normal”, uma narrativa pouco condenatória em relação à figura da mulher que aborta. Não se pode afirmar que os autores tinham uma visão do aborto enquanto um fenômeno natural, tampouco é possível extrair seu posicionamento favorável ou não à criminalização da mulher que aborta. Entretanto, é inegável que os discursos revelam uma postura relativamente branda por parte dos autores, à medida que reconhecem a generalização das práticas abortivas e as afastam do arquétipo da mulher delinquente.

4 O DELITO DE ABORTO E O POSITIVISMO CRIMINOLÓGICO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DE COMENTÁRIOS AO CÓDIGO PENAL DE 1890

Conforme a proposta de pesquisa anteriormente exposta, restringiremos nossa análise a três doutrinadores filiados ao positivismo criminológico. Tratam-se das obras: “Direito Penal Brasileiro”¹⁴⁵ de autoria de Galdino Siqueira; “Código Penal da Republica dos Estados Unidos do Brasil”¹⁴⁶ de Oscar de Macedo Soares; “O Código Penal interpretado”¹⁴⁷ de João Vieira

¹⁴² Idem.

¹⁴³ Ibidem, n.p.

¹⁴⁴ Ibidem, n.p.

¹⁴⁵ SIQUEIRA, G. Op. Cit.

¹⁴⁶ SOARES, O. M. Op. Cit.

¹⁴⁷ ARAÚJO, J. V. Op.Cit..



Araújo. Todas se constituem em comentários ao diploma legal, visto que “o código comentado era forma brasileira por excelência de produzir conhecimento jurídico em matéria penal naquele período”¹⁴⁸ sua função, portanto, não apenas instrumental, à medida que também carregava especulações teóricas.

Dos autores estudados, João Vieira de Araújo talvez seja o mais conhecido, por ter sido um dos principais expoentes da Escola Italiana no Brasil, e por estar entre os pioneiros na divulgação das ideias positivistas. Autor de dois projetos de código penal, um deles apresentado apenas três anos depois da publicação do código da República, foi um ferrenho crítico ao diploma legal, apesar de suas propostas não terem destoado radicalmente daquilo que estava posto¹⁴⁹. Quanto a sua filiação ao positivismo criminológico, seus gestos de adesão tornaram-se claros a partir da publicação de artigos de propaganda, sendo o primeiro intitulado “A nova escola de direito criminal” de 1888. Em um deles, publicado pouco depois do primeiro, em 1889, o autor chega a afirmar que trocava correspondências com Césare Lombroso:

Há pouco tive ocasião de fazer no Diário de Pernambuco uma ligeira recensão de obras dos chefes (juristas) da escola criminal positiva em dois artigos, a respeito dos quais o patriarca da antropologia criminal, o sábio Lombroso, disse-me agora em carta: *‘Io ho letto i due articoli stupendi del Diario che popolarizzano così bene le nostre idee’*¹⁵⁰¹⁵¹.

O autor também teve seu trabalho comentado por outros teóricos italianos, como Giovanni Albano e Adolfo Zerboglio¹⁵². É possível perceber, assim, que Araújo não só adquiriu prestígio nacional, como internacional, ao menos no círculo de adeptos à Escola Positiva. Macedo Soares, por sua vez, formou-se na Faculdade do Largo São Francisco, em São Paulo. Autor de obras de temas jurídicos diversos, seu código comentado deixa clara sua filiação ao positivismo criminológico, através de constantes referências a Lombroso, bem como a João Vieira de Araújo, além de passagens elogiosas às teorias positivistas italianas:

surgiu uma nova escola de direito penal, que rompendo inteiramente com as ideias e os princípios absolutos, até aqui admitidos, busca assegurar a sociedade, defendendo-

¹⁴⁸ DIAS, Rebeca. **Pensamento criminológico na Primeira República: o Brasil em defesa da sociedade**. 2015. 440f. Tese (Doutorado em Direito). Faculdade de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015, p. 126.

¹⁴⁹ SONTAG, R. “**Código Criminológico**”? Ciência jurídica e codificação penal no Brasil (1888-1889). Rio de Janeiro: Revan, 2014.

¹⁵⁰ ARAÚJO, 1889, p. 177 apud SONTAG, R. Op. Cit. p. 57.

¹⁵¹ As transcrições foram adaptadas à norma culta da língua portuguesa vigente, de forma a facilitar a compreensão do leitor e evitar problemas de transcrição, visto que por se tratarem de documentos antigos, algumas partes se encontram um pouco deterioradas, de forma que algumas letras são difíceis de distinguir, sem que isso, no entanto, comprometa a identificação da palavra escrita originalmente.

¹⁵² SONTAG, R. Op. Cit. p. 61.



a fortemente de seus inimigos, destruindo as causas produtoras da criminalidade. Adotando como método o experimental e de observação, as estatísticas como preciosos instrumentos de análises para firmar leis e tirar conclusões, e com os dados fornecidos pela psico-fisiologia e pela antropologia, a nova escola apresenta resultados admiráveis em benefício da sociedade¹⁵³.

Já Galdino Siqueira, assim como Araújo, tem a maior parte de suas obras dedicadas ao estudo do direito penal material e processual. Foi professor da disciplina destinada à matéria na Faculdade de Direito de Niterói, além de membro da Sociedade Brasileira de Criminologia. Foi autor de um dos projetos de substituição do Código Penal, sendo nominado pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores para tanto, mas seu trabalho não chegou a percorrer os tramites legislativos necessários. Em seus comentários ao Código Penal de 1890, a sua filiação à Escola Positiva pode ser percebida no primeiro volume, no qual o autor comenta a parte geral. Ao tratar da reincidência, por exemplo, Galdino Siqueira descreve as características biológicas do delinquente:

Trata-se de um reincidente simples, ou de um reincidente habitual, ali vemos se desenhar, e aqui se integrar, um tipo especial de delinquente, que se manifeste por aspecto antropológico, como quer a escola de LOMBROSO, ou pelo aspecto profissional, pela influência do meio social, como querem TARDE, PRINS e outros. O que é certo, o que a observação mostra, sem exclusivismo, é que alguns nascem com taras de tal modo caracterizadas, traços tão profundos de degeneração que não oferecem matéria aos mais enérgicos esforços da adaptação, são seres hereditariamente inadaptaáveis¹⁵⁴.

A leitura das obras dos autores, especialmente dos comentários a parte geral do Código, os quais tratam das concepções relacionadas ao delito em abstrato, como a ação, o dolo e a reincidência, permite perceber a presença de ideais positivistas, seja pela referência a autores da Escola Italiana ou pelo enfoque na figura do agente, através de descrições carregadas de elementos atávicos. Outra forma de expressar apoio ao positivismo criminológico, presente na obra desses autores, era rechaçar a chamada Escola Clássica – alvo principal das críticas dos positivistas italianos, através da referência depreciativa às ideias de Francesco Carrara, principal autor dentre aqueles que explicavam o delito a partir do livre arbítrio, o que caracterizava de modo geral as teorias chamadas “clássicas”.

As filiações ao positivismo criminológico, no entanto, não foram homogêneas, até porque os juristas brasileiros não foram meros receptores das teorias italianas, estabelecendo diálogos diversos, seja com autores brasileiros ou estrangeiros de correntes teóricas distintas, a

¹⁵³ SOARES, O. M. Op. Cit. p. 135.

¹⁵⁴ SIQUEIRA, G. Op. Cit., v.1, p. 551.



dependem da matéria que abordavam. Desse modo, passamos a análise dos comentários ao delito de aborto, na tentativa de perceber se na descrição desse tipo penal, existiram interações significativas com as teorias positivistas criminológicas e com o discurso médico e, em caso positivo, de que forma esses diálogos se manifestaram.

Nas obras analisadas, o estilo de escrita dos comentários à parte especial do código, aquela dedicada ao estudo específico de cada tipo penal, se mostra bastante semelhante: inicia-se a partir de uma perspectiva histórica, tendo como marco inicial o direito romano, explicita-se o bem jurídico que estava sendo protegido, para então se discutir as diferentes concepções existentes sobre o delito. Da mesma forma são comentados os artigos 300 e 301, relativos ao aborto ilegal. Os autores, no entanto, logo de início deixam clara suas insatisfações com a redação dos dispositivos, criticando-a de forma veemente. Nesse sentido, Macedo Soares afirmou que “a matéria deste capítulo é uma das mais controvertidas do Código”¹⁵⁵, enquanto que Vieira de Araújo defendeu que “O capítulo relativo ao aborto é um dos mais defeituosos do novo código”¹⁵⁶. A principal crítica ao dispositivo, a qual é explorada pelos três autores, está na ausência de agravantes na previsão do delito tipificado no artigo 301, que diz respeito ao aborto com consentimento da gestante¹⁵⁷.

Os comentários de Galdino Siqueira e Macedo Soares apresentam um maior foco nessa crítica. Vieira de Araújo, por sua vez, terá o artigo 301, parágrafo único, como seu principal alvo de reprovação. Logo no início do texto, o autor critica a criminalização do delito de auto aborto, apontando que “é sabido geralmente que o aborto procurado pela mulher, sem prejuízo para terceiro, é considerado como não constituindo um crime”¹⁵⁸. Prossegue, afirmando que “nós, desde 1830, alcançamos aquele *desideratum*, não punindo o aborto procurado pela mulher, não devemos voltar atrás, quando tudo leva a crer que os outros códigos riscarão a sua

¹⁵⁵ SOARES, O. M. Op. Cit. p. 618.

¹⁵⁶ ARAÚJO, J. V. Op.Cit.. p.55.

¹⁵⁷ Nesse sentido, a pessoa que provocasse o abortamento sem o consentimento da mulher e acabasse por causar sua morte, seria condenada a pena de prisão de seis a vinte quatro anos, conforme previsto no artigo 300, parágrafo primeiro. No entanto, se o resultado morte fosse consequência do aborto provocado com a anuência da gestante, por não haver previsão especial no artigo 301, o agente estaria sujeito às penas previstas ao crime de homicídio, que eram as mesmas relativas à conduta realizada contra a vontade da mulher. Assim, na prática, existindo ou não consentimento, o sujeito que provocasse a morte da mulher como consequência da prática do delito, estaria submetido a pena de seis a vinte quatro anos de prisão.

¹⁵⁸ Idem.



sanção penal nesse ponto”¹⁵⁹¹⁶⁰. Para o autor, a mulher que procurasse o aborto não deveria ser penalmente punida e caso sua conduta gerasse prejuízo a terceiros, a esfera civil se mostrava mais adequada que a criminal. Por outro lado, quanto a finalidade do crime, Vieira de Araújo defendia uma interpretação mais extensa. Para ele, o aborto, no sentido jurídico do termo, poderia ter como fim o mero aceleramento do parto, não sendo necessária a intenção de aniquilar o produto da concepção. É nesse sentido que ele critica a concepção de Carrara, para quem a morte do feto seria elemento do crime.

Já Macedo Soares¹⁶¹ aponta para a necessidade de se estabelecer uma “verdadeira doutrina sobre a figura jurídica do aborto”¹⁶² e faz constante referência a termos médicos para sustentar seu ponto de vista. Nesse sentido, critica a definição de aborto criminoso de Tardieu, para quem basta a “referência ao produto expelido por manobras abortivas, que se prove tratar-se de um fruto da concepção, qualquer que sejam, diz ele, suas condições de idade, de viabilidade, e até de formação regular”¹⁶³. Para o Macedo Soares, a depender do estado em que se encontra o fruto da concepção, pode não haver atentado contra a pessoa e a vida e, por essa razão, a vítima do delito não pode ser a mulher grávida, mas apenas o feto. Nesse sentido, ele explica que não há aborto quando há a eliminação de uma “verdadeira mola” ou de um feto já morto por causas estranhas às manobras abortivas e tampouco o delito se configura quando há expulsão de um feto vivo e viável – pois neste caso, se o feto fosse assassinado em seguida de seu nascimento, se trataria de um infanticídio, e se fosse abandonado, se configuraria uma das modalidades do crime de parto suposto e outros fingimentos. Por essas razões, defende a substituição do termo aborto por feticídio¹⁶⁴.

Ele defende que a matéria “por sua natureza, não pode ser tratada senão em face da medicina legal”¹⁶⁵, mas que o código a acolheu de acordo com os princípios do direito civil, a partir da concepção de pessoa enquanto fruto da concepção. Isto fez com que o legislador adotasse uma concepção genérica, que abrange o embrião, o feto e “as diversas variedades de mola verdadeira ou legítima”¹⁶⁶, que segundo o autor, é o “fruto de uma concepção frustrada,

¹⁵⁹ Idem.

¹⁶⁰ No texto o autor não explica as razões para a descriminalização da mulher que aborta, apenas faz uma nota indicando que a exposição dos motivos consta em seu projeto de 1893 (VIEIRA DE ARAÚJO, 1902, p.56). Infelizmente não conseguimos ter acesso a esse documento em tempo hábil à realização dessa pesquisa.

¹⁶¹ SOARES, O. M. Op. Cit.

¹⁶² Ibidem, p. 619.

¹⁶³ Idem.

¹⁶⁴ Assume posição contrária, portanto, a de Vieira de Araújo.

¹⁶⁵ Ibidem, p. 620.

¹⁶⁶ Idem.



portanto, anômalo, informe e degenerado”¹⁶⁷. Nos comentários de Macedo Soares há, portanto, uma evidente tentativa de demonstrar o domínio dos saberes clínicos, através da utilização de definições técnicas:

O legislador não cogitou do caso figurado da mola verdadeira, legítimo produto da fecundação, que, como diz o dr. Souza Lima, é assim qualificada para distinguir das molas falsas ou espúrias que são sempre produções patológicas, estranhas à prenhes, representadas em geral por concreções sanguíneas, ordinariamente provenientes de coágulos de sangue menstrual retiros no útero e envolvidos por membranas que se destacavam do seu interior, o que se dá nos casos de endometrite expoliativa¹⁶⁸.

Não há comentários específicos ao delito de auto aborto, apenas se comenta a possibilidade de a gestante ser autora do crime ou consentir com a realização de manobras abortivas feitas por terceiro, o que, segundo Macedo Soares, deveria reduzir a pena do agente, mesmo que da ação resultasse a morte da mulher.

A interação com a medicina também é significativa nos comentários de Galdino Siqueira¹⁶⁹, o qual irá criticar Carrara justamente pela utilização incorreta dos termos científicos. Segundo o autor o termo feticídio seria inapropriado em razão do feto ser apenas uma das fases do desenvolvimento embrionário. Também cita Tardieu para elucidar que o aborto se refere ao produto da concepção nas suas condições normais de evolução, ficando excluída as hipóteses de expulsão de “uma verdadeira mola”¹⁷⁰ ou de um feto morto por causas estranhas aos meios abortivos:

Segundo o eminente médico legista francês, ‘o aborto é a expulsão violenta e prematura do produto da concepção, quaisquer que sejam as suas condições de idade, de viabilidade e até de formação regular’. Dizendo-se produto da concepção, claro fica que se trata do produto da concepção nas suas condições normais de evolução [...]”¹⁷¹.

Para Galdino Siqueira, o objeto do crime é o ser ainda não nascido, enquanto que a ação é a provocação ilegal do nascimento prematuro, ainda que o dolo do agente não objetive a morte do feto nem que esse resultado tenha se produzido. Aqui o autor equipara o aborto à indução ao parto, defendendo a punição da viúva que fica grávida logo após a morte do marido e provoca o “aborto” aos oito meses de gravidez para fazer crer que o filho é do falecido. Quanto ao delito de auto aborto, o autor reduz-se a comentar que o fato só incidirá em pena quando houver a

¹⁶⁷ Idem.

¹⁶⁸ Idem.

¹⁶⁹ SIQUEIRA, G. Op. Cit.

¹⁷⁰ Ibidem, p. 594.

¹⁷¹ Ibidem, p. 596.



expulsão do fruto da concepção, em razão da exposição do agente a situação de perigo atual para a própria vida:

Prevê ainda o código outra modalidade do aborto criminoso, quando for praticado voluntariamente pela própria gestante, empregando para isso os meios. Exclui-se assim a participação de outrem, mas o fato só incidirá em pena quando houver expulsão do fruto da concepção. Compreende-se a razão porque o tratamento penal diversifica neste caso, agente sendo o que se expõe a situação de perigo atual para a própria vida¹⁷².

É possível perceber, assim, que com exceção de Vieira Araújo¹⁷³, os autores não exploraram a inovação legal do Código Penal de 1890, em relação a tipificação da conduta da mulher que põe fim a própria gestação – o que sem dúvidas, foi a modificação mais significativa na interpretação desse delito, se compararmos o Código da República (1890) com o do Império (1830). Tampouco há qualquer referência à criminalidade feminina enquanto problemática. Nesse sentido, é interessante assinalar a forma como Vieira de Araújo¹⁷⁴ e Galdino Siqueira¹⁷⁵ contextualizaram historicamente o delito. Ambos reconhecem que o aborto provocado não era criminalizado no direito romano, sendo tipificado pelo direito canônico, que só reconhecia a conduta enquanto crime caso o feto fosse animado, pois nesse momento passaria a ser dotado de alma. Então explicam que no direito moderno o aborto provocado passa a ser criminalizado em razão da concepção baseada no “direito a vida a respeito do nascituro”¹⁷⁶, como pode se ver na seguinte passagem de Galdino Siqueira:

No antigo direito romano, o aborto (*abactio partus, procuratio abortus*) era reprimido tão somente pelas notas censorias e o poder paterno. Dominava entre os juristas a concepção estoica, segundo a ala é ar infiltrado no corpo, apenas sai à luz [...]. Por isso não reputavam crime de morte o aborto [...] desde *Sptimo Severo* se cominou pena extraordinária à mulher casada que provocasse aborto, por se entender uma ofensa ao direito do marido à prole esperada. Concepção diversa trouxe o cristianismo, reputando o feto, ainda no ventre materno, senão com um ser no sentido rigoroso do direito, pelo menos como uma entidade a quem a sociedade deve proteção¹⁷⁷.

Percebe-se, portanto, que os autores não recorrem a explicações deterministas¹⁷⁸. Vieira Araújo deixa isso claro ao afirmar que:

¹⁷² Ibidem, p. 598.

¹⁷³ ARAÚJO, J. V. Op.Cit..

¹⁷⁴ Idem.

¹⁷⁵ SIQUEIRA, G. Op. Cit.

¹⁷⁶ ARAÚJO, J. V. Op.Cit., p. 58.

¹⁷⁷ SIQUEIRA, G. Op. Cit. p. 592-593.

¹⁷⁸ Para melhor ilustrarmos esse ponto, peguemos como exemplo a teoria de Lombroso e Ferrero (2017), na qual os autores explicam que o aborto provocado não era considerado delito em alguns contextos histórico sociais, em razão de especificidades locais, tais como o alto número de estupros ou a constante falta de alimento.



A incriminação do aborto procurado tem um duplice fundamento, porque pelo golpe na *spes hominis* é violado o direito que tem a convivência humana a não ver perturbado pela mão do homem o processo fisiológico da elaboração de uma vida humana no útero materno; e com a provocação do aborto há o perigo que corre a mulher grávida, empregando-se meios violentos de produzi-lo¹⁷⁹.

De modo geral, a preocupação dos juristas se mostra mais voltada em demonstrar as concepções históricas acerca da vida intrauterina e as definições clínicas de feto, do que com as condições sociais ou características fisiológicas da mulher que aborta. Nas três obras, assim, não há qualquer menção ao delito de aborto enquanto uma prática criminosa típica da mulher, tampouco se busca explicá-la a partir da delinquência feminina ou da fisiologia do corpo da mulher.

O diálogo com os saberes médicos tampouco se apresenta nas obras dos juristas através da incorporação do discurso que condenava as práticas abortivas ou da reivindicação pela criação de uma legislação especial e pelo aumento das penas previstas. Na verdade, os autores se restringiam a utilização de termos e definições técnicas para explicarem os tipos de aborto (necessário, espontâneo e criminoso) e as características do embrião. Essa tendência pode ser percebida na seguinte passagem, em Galdino Siqueira procura diferenciar a definição jurídica de aborto da médica, discorrendo sobre os diferentes tipos de aborto natural:

Em obstetrícia se denomina propriamente aborto a expulsão do feto nos seis primeiros meses da vida uterina, e parto prematuro a expulsão nos três meses seguintes. O aborto pode ser natural, acidental ou espontâneo quando resultante de causas paternas ou maternas (idade muito avançada ou muito precoce do progenitor, fadiga física, abusos do coito, intoxicações alcohólicas e outras, tuberculose, albuminúria, sífilis, etc.) ou de causa ovular, como inserções viciosas da placenta, mola hydatiforme, hydramios, prenhes composta, doenças de feto...¹⁸⁰

Nesse mesmo sentido, buscando delimitar as fronteiras entre direito e medicina, Macedo Soares comenta que

Sob a denominação genérica fruto da concepção, o Código abrange o embrião e o feto e por consequência as diversas variedades de mola verdadeira ou legítima. Também não distingue se o feto é vivo ou viável, pois o crime consiste em provocar o aborto haja ou não a expulsão do fruto da concepção. O aborto deve ser considerado sob dois aspectos: quando é procurado ou não. [...] Se o aborto não foi procurado, passa a ser considerado unicamente sob o ponto de vista médico, escapando à sanção penal¹⁸¹.

¹⁷⁹ ARAÚJO, J. V. Op. Cit. p. 57.

¹⁸⁰ SIQUEIRA, G. Op. Cit. p. 592.

¹⁸¹ SOARES, O. M. Op. Cit. p. 620.



Da análise realizada, é possível perceber, portanto, uma filtragem do discurso médico, restringindo-o aos saberes clínicos, de forma que esses juristas não se utilizaram das percepções sociais dos doutores, mas tão somente de seus conhecimentos especializados. Isso corrobora o que fora sustentado por Sontag,

se a transposição do modelo das ciências ditas duras – como a biologia, é um traço das ciências sociais e humanas da época, isso não quer dizer que a ciência jurídica tenha deixado de lado o diálogo com a sociologia, com a filosofia, etc. O contato com essas áreas ainda permanece, ainda que esses juristas preferissem autores cientificistas¹⁸².

Por outro lado, a leitura dessas obras torna evidente que a preocupação dos autores estava em estabelecer uma definição mais precisa do delito de aborto, a qual não parecia ser consensual entre os juristas. Assim suas argumentações se estruturam no sentido de defender se o sujeito passivo do crime era o feto ou a gestante, se deveria ser considerado enquanto feto qualquer produto da concepção ou se seria necessário analisar a sua viabilidade no momento do delito, se a indução ao parto, com o nascimento com vida, poderia configurar ou não o tipo penal. Tratava-se, portanto, de questões eminentemente jurídicas, em que pese pudessem ensejar, na aplicação ao caso concreto, a atuação de um médico legista.

5 CONCLUSÃO

A partir da análise realizada, é possível perceber que a criminalização do auto aborto no Brasil se revela inscrita em um contexto histórico-social marcado por uma onda conservadora, na qual os médicos desempenharam um papel importante no controle da sexualidade feminina, escrevendo teses, artigos de imprensa e reivindicando medidas estatais contra às práticas abortivas. A medicina no Brasil teria, assim, acompanhado as ideias advindas da ascensão do paradigma científico na Europa, as quais defendiam que o corpo feminino desempenhava como única função a maternidade, a qual seria imprescindível à evolução da

¹⁸² SONTAG, R. A escola positiva italiana no Brasil entre o final do século XIX e início do século XX: a problemática questão da “influência”. MECCARELLI, Massimo & PALCHETTI, Paolo. **Derecho en movimiento: personas, derechos y derecho en la dinámica global**. Madrid: Dykinson, 2015. Disponível em: https://e-archivo.uc3m.es/bitstream/handle/10016/20251/derecho_HD33_2015.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: set/2018. p. 211.



espécie. Nesse sentido, a obra de Lombroso e Ferrero¹⁸³ reforça a tese de Martins¹⁸⁴, à medida que tem como pilar argumentativo a maternidade científica. No entanto, para os autores italianos, a predestinação da mulher à maternidade não é utilizada enquanto justificativa para a criminalização das práticas abortivas, como o é nos discursos dos médicos brasileiros.

A defesa científica da maternidade, no entanto, não aparece nos comentários ao Código Penal dos positivistas criminológicos brasileiros analisados. Os discursos médicos acerca da criminalização do aborto, em especial da mulher que aborta, não se mostram presentes. Assim, a mobilização em favor do aumento das penalidades à mulher e na defesa da criminalização do delito em razão do dever social ou natural inerente ao corpo feminino em relação a propagação da espécie, não foi incorporada, ao menos de forma homogênea, pelos autores filiados a Escola Positiva Italiana, em seus textos jurídicos. Da mesma forma, é possível observar que, apesar dos juristas manifestarem seu apoio às ideias de Cesare Lombroso, de modo geral desconsideraram suas percepções acerca de criminalidade feminina, sobretudo as categorias estabelecidas pelo autor juntamente com Ferrero¹⁸⁵.

Nos comentários ao delito de aborto do Código Penal de 1890 de Vieira de Araújo¹⁸⁶, Macedo Soares¹⁸⁷ e Galdino Siqueira¹⁸⁸, fica evidente que os autores não buscam explicar o delito através do agente. Neles, a retrospectiva histórica tampouco se assemelha àquela feita por Lombroso e Ferrero¹⁸⁹, visto que não inclui as condições sociais ou fisiológicas dos diferentes povos como elemento argumentativo para a criminalização ou não do delito. Na verdade, a preocupação desses autores parece estar mais voltada à utilização de termos clínicos e a demonstração de domínio desses saberes, na defesa de que eles devem ser considerados na avaliação da conduta. Assim, é possível perceber que o diálogo com a medicina traduzia uma preocupação de atualizar os saberes jurídicos, abrindo espaço à perícia científica, sem que isso implicasse, no entanto, no abandono das categorias jurídicas. Nesse sentido, os autores disputam uma definição do delito, tecendo seus argumentos em torno da identificação do sujeito passivo, do objeto, da finalidade e dos elementos da conduta.

¹⁸³ FERRERO, G.; LOMBROSO, C. Op. Cit.

¹⁸⁴ MARTINS, A. P. V. Op. Cit.

¹⁸⁵ FERRERO, G.; LOMBROSO, C. Op. Cit.

¹⁸⁶ ARAÚJO, J. V. Op. Cit.

¹⁸⁷ SOARES, O. M. Op. Cit.

¹⁸⁸ SIQUEIRA, G. Op. Cit.

¹⁸⁹ FERRERO, G.; LOMBROSO, C. Op. Cit.



A principal inovação legal do Código Penal de 1890 em relação ao delito de aborto, correspondente à criminalização da mulher que desse fim à própria gestação, tampouco aparece como tema central nos comentários ao Código Penal de Macedo Soares¹⁹⁰ e Galdino Siqueira¹⁹¹. Curiosamente, aparece como principal crítica à legislação por parte de Vieira de Araújo¹⁹², em que pese o autor não explore as razões que levaram o legislador a tipificar a conduta, nem desenvolva os motivos que o levaram a crítica, os quais ficam reduzidos ao fato de que “tudo leva a crer que os outros códigos riscarão a sua sanção penal neste ponto”¹⁹³. Nesse sentido, a pesquisa realizada não nos possibilitou traçar indícios que nos levassem a melhor compreensão da tipificação do delito de auto aborto no Código Penal de 1890. Por outro lado, a partir de nossa análise, é possível concluir que a doutrina nacional filiada ao positivismo criminológico não parecia estar muito preocupada em defender a criminalização do auto aborto, tampouco se utilizou dos teóricos da Escola Positiva Italiana em suas argumentações.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, M. C. A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. In: **Dados**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4 (2002). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582002000400005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 set. 2018.

ARAÚJO, J. V. **O Código Penal Interpretado**: segundo as fontes, a doutrina e a jurisprudência e com referencias aos projectos de sua revisão. Parte Especial. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902, v. II.

CUNHA, Bárbara M. Entre médicos e juristas: as origens da criminalização do aborto no Brasil. In.: ARGUELLO, Katie; PLACHÁ SÁ, Priscilla (org.). **Criminologias: feminismos, mídia e protestos sociais**. Curitiba, Editora Virtual Gratuita, 2018. Disponível em: < <https://editoravirtualgratuita.com.br/publicacoes/criminologias-feminismo-midia-e-protestos-sociais/> >. Acesso em: abril/2018.

DIAS, Rebeca. **Pensamento criminológico na Primeira República: o Brasil em defesa da sociedade**. 2015. 440f. Tese (Doutorado em Direito). Faculdade de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

BRASIL. Carta de Lei de 16 de dez. de 1830. **Código criminal do imperio do brasil**. Visconde de Alcantara. Rio de Janeiro, dez. 1830. Disponível em <

¹⁹⁰ SOARES, O. M. Op. Cit.

¹⁹¹ SIQUEIRA, G. Op. Cit.

¹⁹² ARAÚJO, J. V. Op.Cit.

¹⁹³ Ibidem, p. 55.



http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm>. Acesso em: 04 jun. 2017.

BRASIL. Decreto n. 847, de 11 de out. de 1890. **Código Penal dos Estados Unidos do Brazil**. Manoel Deodoro da Fonseca. Rio de Janeiro, out. 1890. Disponível em:<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

BRENES, A. C. História da Parturição no Brasil, Século XIX. In: **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 07, n. 02, abr./jun., 1991, p. 135-149.

BROTTO, R. B. **Médicos e padres: discursos sobre a maternidade no século XIX**. In: XIV Encontro Reginal da Anpuh – Rio: Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro: Associação Nacional de História, 2010, p. 2-11. Disponível em: <http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1275942630_ARQUIVO_MedicosePadresdiscursosobreamaternidadenoseculoXIX_1860-1870_.pdf>. Acesso em: 16 out. 2017.

DOS SANTOS, F. C. Gênero e sexualidade na censura católica a romances na passagem do século XIX para o XX. In: **XIV Encontro Regional de História: 1964-2014: 50 anos de golpe militar no Brasil**. Campo Mourão: Universidade Estadual do Paraná, 2014, p.27-38. Disponível em: <http://eventos.idvn.com.br/regional_historia/trabalhos/398/ganero-e-sexualidade-na-censura-catalica-a-romances-na-passagem-do-saculo-xix-para-o-xx>. Acesso em: 12 out. 2017.

FERRERO, G.; LOMBROSO, C. **A mulher delinquente, a mulher normal e a prostituta**. Curitiba: Antonio Fontoura, Kindle file, 2017.

FREITAS, P. “A mulher é seu útero”: a criação da moderna medicina feminina no Brasil. In: **Antíteses**. Londrina: UEL, jan/jun. 2008, p. 174-187. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>>. Acesso em: 15 out. 2017.

FREITAS, P. **Corpos de mulheres em (re)vistas**. A representação da menopausa na Revista de Ginecologia e d’ Obstetrícia 1907-1978, 2005. Tese (Doutorado em História), Florianópolis: Programa de Pós-graduação em História, UFSC, 2005.

GOÉS, L. **A “tradução” de Lombroso em na obra de Nina Rodrigues: o racismo como base estruturante da criminologia brasileira**. Rio de Janeiro: editora Revan, 2016.

LOMBROSO, C. **O Homem Delinquente**. São Paulo: Ícone, 2007. Disponível em: <<http://minhateca.com.br/AericaDiane/Livros/O-Homem-Delinquente-Cesare-Lombroso,14160546.pdf>> Acesso em: 15 set. 2018.

MARTINS, A. P. V. **Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

ROHDEN, F. **A arte de Enganar a Natureza: contracepção, aborto e infanticídio no século XX**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.



SANTOS, A. T. **A construção do papel social da mulher na Primeira República.**

Disponível em: < [https://www.maxwell.vrac.puc-](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/14404/14404.PDFXXvmi=Pv6qPkibAS2c7sKdWxkHOzjxzZhp76iW3ooTJH5jB8wIC)

[rio.br/14404/14404.PDFXXvmi=Pv6qPkibAS2c7sKdWxkHOzjxzZhp76iW3ooTJH5jB8wIC](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/14404/14404.PDFXXvmi=Pv6qPkibAS2c7sKdWxkHOzjxzZhp76iW3ooTJH5jB8wIC)
[hWzQhgFQBdpAuQHC9FGx4AhMGCnPa6rs31jliZcTdTJtcmER3cWEuJk88aifCLiE6FW5](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/14404/14404.PDFXXvmi=Pv6qPkibAS2c7sKdWxkHOzjxzZhp76iW3ooTJH5jB8wIC)
[SRjvm31zpFrtSo8o9swhEQwhDQVJvTPpL9W8cxIDEa7xAfWJlu1nlzF0qCJxwznjIksVjbzZ](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/14404/14404.PDFXXvmi=Pv6qPkibAS2c7sKdWxkHOzjxzZhp76iW3ooTJH5jB8wIC)
[lGwWVuGF0I3mhJmJm7HTG5eppHIJSVIfCgezMSfMCiaU3xEqFllmqAMRh9Ba6kqICDio](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/14404/14404.PDFXXvmi=Pv6qPkibAS2c7sKdWxkHOzjxzZhp76iW3ooTJH5jB8wIC)
[wx](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/14404/14404.PDFXXvmi=Pv6qPkibAS2c7sKdWxkHOzjxzZhp76iW3ooTJH5jB8wIC) >. Acesso em: 10 out. 2017.

SCHWARCZ, L. M. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, M. S. Reprodução, sexualidade e poder: as lutas e disputas em torno do aborto e da contracepção no Rio de Janeiro, 1890-1930. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 1241-1254, out-dez, 2012.

SIQUEIRA, G. **Direito Penal Brasileiro: segundo o Código Penal mandado executar pelo Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890 e leis que o modificam ou completaram, elucidadas pela doutrina e jurisprudência.** Rio de Janeiro: Livraria Jacyntho, 1932, v. II.

SOARES, O. M. **O Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1910, v. II, 7ª ed.

SONTAG, R. A escola positiva italiana no Brasil entre o final do século XIX e início do século XX: a problemática questão da “influência”. MECCARELLI, Massimo &

PALCHETTI, Paolo. **Derecho en movimiento: personas, derechos y derecho en la**

dinámica global. Madrid: Dykinson, 2015. Disponível em: [https://e-](https://e-archivo.uc3m.es/bitstream/handle/10016/20251/derecho_HD33_2015.pdf?sequence=3&isAll)
[archivo.uc3m.es/bitstream/handle/10016/20251/derecho_HD33_2015.pdf?sequence=3&isAll](https://e-archivo.uc3m.es/bitstream/handle/10016/20251/derecho_HD33_2015.pdf?sequence=3&isAll)
[owed=y](https://e-archivo.uc3m.es/bitstream/handle/10016/20251/derecho_HD33_2015.pdf?sequence=3&isAll). Acesso em: set/2018.

SONTAG, R. **“Código Criminológico”?** Ciência jurídica e codificação penal no Brasil (1888-1889). Rio de Janeiro: Revan, 2014.

WOLFGANG, M.G. Pioneers in Criminology: Cesare Lombroso (1825-1909). **Journal of Criminal Law and Criminology**, v.52. n.4, p. 361-391, nov./dec. 1961. Disponível em:

<<https://pdfs.semanticscholar.org/6f73/ae9018754f6425faa781be1fdf1a27df5fd6.pdf> >.

Acesso em: nov/2018.



O Centro Liceal de Educação e Cultura: formação cívica, cultural e defesa dos direitos dos estudantes do Colégio Estadual do Ceará¹⁹⁴

Carolina Maria Abreu Maciel¹⁹⁵

Recebido em: 28/12/2018

Aprovado em: 25/01/2019

RESUMO

Os anos 1930, no Brasil, mostra-se como um marco, dentro da História do Movimento Estudantil, tendo sido um período profícuo para o surgimento de importantes entidades representativas dos estudantes, como foi a fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1937. No Ceará, foi também nesta década que foram fundadas duas entidades de grande relevo para o movimento estudantil cearense, uma delas foi o Centro Liceal de Educação e Cultura (CLEC), objeto de análise neste trabalho. O CLEC, fundado em 1935, foi durante muitos anos uma das agremiações estudantis mais importantes e reconhecidas dentro do estado, pois que seus membros representavam a elite da classe dos estudantes cearenses, aqueles que faziam parte do corpo discente do Colégio Estadual do Ceará (Liceu). Este trabalho tem como objetivo analisar como se deu a criação da entidade, como se organizavam no cotidiano e, principalmente, como se deu a atuação e formação desses estudantes dentro da agremiação, que trazia como, em sua Carta Magna de fundação, suas principais funções o desenvolvimento do espírito cívico, cultural e social de seus representados. Utilizaremos como fontes de análise deste trabalho documentos oficiais da entidade, jornais publicados em Fortaleza e escritos memorialísticos.

Palavras-chave: Movimento estudantil. Centro Liceal de Educação e Cultura. Agremiações estudantis.

THE LICEAL CENTER FOR EDUCATION AND CULTURE: CIVIC, CULTURAL AND DEFENSE OF THE RIGHTS OF STUDENTS OF THE STATE COLLEGE OF CEARÁ

ABSTRACT

The year 1930 in Brazil is a milestone, within the History of the Student Movement, and it was a good period for the emergence of important representatives of students, such as the Foundation of the National Union of Students (UNE), in 1937. In Ceará, it was also in this decade that it was financed by two major entities for the student movement of Ceará, one of them was the Center for Education and Culture (CLEC), object of analysis in this work. CLEC, founded in 1935, was for many years one of the greatest students in the world, and its members

¹⁹⁴ Este texto é um fragmento adaptado da pesquisa intitulada: “SER ESTUDANTE NA FORTALEZA DE 1945-1963: A CONSTRUÇÃO DE UM PERFIL ESTUDANTIL ATRAVÉS DOS DISCURSOS E DAS PRÁTICAS COTIDIANAS”, sob orientação do Prof. Dr. Altemar da Costa Muniz, realizada e defendida no Mestrado Acadêmico em História – MAHIS/UECE, em 2017.

¹⁹⁵ Mestre em História e Culturas pelo Mestrado Acadêmico em História – MAHIS/UECE. Atualmente, discente do curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará. E-mail: carolabreu.historia@yahoo.com.br Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1791741909985266>



represented an elite of the class of Cearenses, those that were part of the student body of the State College of Ceará (Liceu). The purpose of this paper is to analyze how the organization was created, how it was organized and, mainly, how the task of enrolling in the group course was carried out. development of the civic, cultural and social spirit of its representatives. Use of sources of information.

Keywords: Student movement. Liceal Center For Education and Culture. Student aggressions.

1 INTRODUÇÃO

A década de 1930 foi profícua para o movimento estudantil brasileiro, visto que em vários estados da nação houve o surgimento de grupos estudantis e entidades com porte mais significativo do que os grêmios literários. No caso do Ceará, em 1931 foi fundado o Centro Estudantil Cearense¹⁹⁶ (CEC) e, em 21 de abril de 1935 foi a vez da criação do Centro Liceal de Educação e Cultura (CLEC), grupo que escolhemos para o desenvolvimento desta reflexão. O CLEC tomou o lugar do Centro Liceal de Estudos, entidade que no começo do século XX, desenvolveu atividades de cunho literário e que para além dos deveres culturais lutou pelos direitos dos estudantes do Colégio Liceu do Ceará¹⁹⁷.

Para compreendermos a importância desse órgão estudantil para o Movimento Estudantil cearense precisamos localizar historicamente a posição que ocupava o Colégio Liceu do Ceará no ambiente educacional do Estado. Para isso, se faz necessário entender seu funcionamento, quem fazia parte do seu corpo docente, qual o programa de ensino, como os estudantes tinham acesso à escola, enfim, é inescusável esquadrihar o cotidiano escolar em que estes discentes estavam inseridos.

Desde as primeiras ações para a instalação de um Liceu no Ceará, no ano de 1843, a proposta defendida era que o Estado tivesse uma instituição de ensino que primasse por uma formação humanista. Porém, somente em setembro de 1845 que houve a efetiva regulamentação

¹⁹⁶ Organização estudantil que visava agregar e responsabilizar-se da totalidade dos estudantes do Estado. Inspirada na Casa do Estudante do Brasil, o Centro Estudantil Cearense, buscou tomar à frente das lutas por direitos para os estudantes cearenses. Um exemplo das muitas empreitadas que o CEC responsabilizou-se foi a construção da Casa do Estudante, local que abrigava os estudantes do interior do Estado que vinham à capital, Fortaleza, para finalizar os estudos e não tinham condições plenas de permanência. Atualmente a Casa do Estudante permanece em funcionamento, mesmo com algumas dificuldades de manutenção. Para mais informações ver: MOREIRA, Afonsina Maria Augusto. *JUVENTUDE DA PÁTRIA A(R)MADA: o Centro Estudantil Cearense em Fortaleza, 1931-1945*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

¹⁹⁷ RAMALHO, Bráulio Eduardo Pessoa. *Foi Assim! O Movimento Estudantil no Ceará de 1928 a 1968*. Rio – São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2002. p. 64.



do Colégio Estadual do Ceará – o Liceu. O Liceu era parâmetro de referência para as outras escolas do Ceará. E além de escola-modelo, num primeiro momento, funcionava como uma espécie de inspetoria das demais instituições de ensino da província, numa tentativa de padronização e desenvolvimento de um ensino exemplar proposto pelo governo do estado. E esse papel de inspeção era regulamentado pelo Art. 11 da lei nº 304, que tinha como obrigação apresentar um relatório todos os anos sobre as aulas públicas do Estado à assembleia provincial. Nesse documento deveria conter um “[...] mappa, por comarcas, municípios, povoações e freguesias do numero de alunos, filiação, idade, sexo, condição, aproveitamento, e quaisquer observações que tendão ao melhoramento do ensino publico”¹⁹⁸.

Toda imponência desse empreendimento se dava pelo fato de que o Liceu do Ceará seria a 4ª escola de nível e excelência instalada no Brasil. E essa excelência era vista tanto em sua grade curricular, composta pelas cadeiras de “[...] filosofia racional e moral; rhetorica e poetica; arithmetica; geometria, trigonometria; geografia, e historia, latim, francez e inglez”¹⁹⁹, quanto na escolha e competências necessárias para fazer parte de seu corpo docente e discente já que deveria manter as mesmas especificações do sistema educacional do Colégio Pedro II.

O liceu do Ceará é o quarto mais antigo estabelecimento de ensino do país, com precisamente 151 anos de existência (1996), porquanto criado pela Lei nº 304, de 15 de julho de 1845, e instalado oficialmente no dia 19 de outubro de 1845. Seu primeiro diretor foi o Dr. Tomaz Pompeu, em cuja residência, na esquina das ruas Senador Pompeu e Guilherme Rocha, ocorreram as primeiras reuniões de sua Congregação. Com apenas seis anos de existência, em 1851, o Liceu – cuja grafia, à época, era Lyceu- foi alvo de inspeção federal, a cargo, nada mais nada menos, de uma das glórias das letras brasileiras, o poeta Gonçalves Dias. Em seu relatório, Gonçalves Dias considerou o Liceu “um dos primeiros do Império, por sua organização e regime de ensino”.²⁰⁰

O Liceu do Ceará desde seus primeiros anos de funcionamento foi contemplado como melhor instituição de ensino do Estado. Vários nomes de relevo que fazem parte da História oficial do Ceará e do país passaram pelos bancos escolares desta instituição. Entre estes

¹⁹⁸ VITOR, Hugo. O Liceu em cem anos. Fortaleza: Tipografia Iracema, 1945. p. 8

¹⁹⁹ De acordo com a Lei nº 304, aprovada em 15 de julho de 1844, pela Assembleia Provincial do Ceará, estas eram as disciplinas que deveriam ser ofertadas pelo Liceu. Cf. VITOR, Hugo. O Liceu em Cem Anos. Fortaleza, Tipografia Iracema, Ceará, 1945. Porém, conforme consta no Relatório da Instrução Pública e Particular da Província do Ceará – 1855 não foram lecionadas, na primeira década de funcionamento, as cadeiras de trigonometria e nem aritmética. Cf. MAGALHÃES JUNIOR, A. G., SILVA NETA, M. L., PAULA, K. B., FREIRE, V. C. C. *O Liceu do Ceará: o retrato das práticas avaliativas*. In: VII Congresso Brasileiro de História da Educação: Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil, 2013, Cuiabá - Mato Grosso. VI Congresso Brasileiro de História da Educação, 2013.

²⁰⁰ GIRÃO, Blanchardt. O liceu e o bonde na paisagem sentimental de Fortaleza-província. Fortaleza: Editora ABC, 1997. p. 11.



muitos sujeitos estão: Farias Brito²⁰¹, Clóvis Beviláqua²⁰², Gustavo Barroso²⁰³, etc. As primeiras aulas do Liceu aconteceram na residência de seu primeiro diretor, o Dr. Tomaz Pompeu²⁰⁴, localizada entre as Ruas Senador Pompeu e Guilherme Rocha. Vários prédios públicos e particulares de Fortaleza abrigaram o Liceu, enquanto este não possuía uma sede própria, entre estes estavam a Santa Casa e o antigo Quartel da Força Policial²⁰⁵. No ano 1894, no governo de José Freire Bezerril Fontenele, teve sede própria inaugurada a 15 de março, na Praça dos Voluntários. Nos contornos de Gustavo Barroso, um de seus ilustres discentes, podemos visualizar uma imagem (Figura 1) do prédio localizado na Praça dos Voluntários. Porém, foi somente em 1937 que o Liceu mudou-se para um edifício novo mandado construir na Praça Fernandes Vieira²⁰⁶.

²⁰¹ Raimundo de Farias Brito, nasceu em 1862, em São Benedito/Ce. cursou o secundário no Liceu do Ceará, Formou-se em direito na Faculdade de Direito do Recife, onde foi aluno de Tobias Barreto, obtendo o título de Bacharel em 1884. Ocupou cargos oficiais no Governo do Estado do Ceará. Tornou-se um dos grandes intelectuais brasileiros. Em 1917, falece na cidade do Rio de Janeiro. Cf. FILIZONA NETO, J. FARIAS BRITO, UM FILÓSOFO BRASILEIRO: vida, pensamento e crítica historiográfica. Tese (Doutorado) defendida pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, CE., 2008. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/3137/1/2008_Tese_JFilizola%20Neto.pdf

²⁰² Clóvis Beviláqua nasceu em 4 de outubro de 1859, em Viçosa (CE), filho do deputado provincial José Beviláqua. Formou-se em 1882, na Faculdade de Direito de Recife, desempenhou vários cargos públicos. Em 1891, foi eleito para fazer parte da Assembleia Constituinte do Estado do Ceará. Em 1899, foi convidado por Epiácio Pessoa para preparar o projeto do Código Civil Brasileiro, sendo até hoje reconhecido como renovador da doutrina jurídica do país. Morreu em 1944, na cidade do Rio de Janeiro. Cf. www.e-biografias.net/clovis_bevilaqua último acesso em: 22.02.2016.

²⁰³ Gustavo Dodt Barroso nasceu em Fortaleza, em 1888. cursou o secundário no Liceu do Ceará e formou-se em direito pela Faculdade de Direito de Fortaleza, em 1907. Autor de vasta obra literária, com mais de 120 livros, dedicou um espaço para escrever sobre sua experiência estudantil no Liceu do Ceará, no livro de mesmo nome, publicado em 1941. Foi redator de alguns periódicos, (1908-1909, Jornal do Ceará e 1911-1913, Jornal do Commercio). A partir de 1922 foi diretor do Museu Histórico Nacional. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1959. Cf. www.cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVArgas1/biografias/gustavo_barroso

²⁰⁴ Tomás Pompeu de Sousa Brasil, o Senador Pompeu, nasceu em Santa Quitéria, no dia 6 de junho de 1818. Faleceu em Fortaleza, no dia 2 de setembro de 1877) foi um político e maçom brasileiro. Formou-se na Faculdade de Direito do Recife e no Seminário de Olinda. Foi um dos fundadores do Liceu do Ceará e seu primeiro diretor, entre 1845 e 1849, professor de Geografia e História. Biografia completa disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Tom%C3%A1s_Pompeu_de_Sousa_Brasil Último acesso: 10/06/2016.

²⁰⁵ VITOR, Hugo. O Liceu em cem anos. Fortaleza: Tipografia Iracema, 1945.

²⁰⁶ Em 16 de dezembro de 1980, na gestão do prefeito Manuel Cordeiro Neto, a Praça Fernandes Vieira passou a se chamar de Praça Gustavo Barroso, em homenagem ao ilustre literato que fez parte do corpo discente do Colégio Liceu do Ceará.

Figura 1: Edifício do Liceu do Ceará. Fachada sobre a Praça dos Voluntários, desenho de Gustavo Barroso.



Fonte: BARROSO, Gustavo. Liceu do Ceará. Fortaleza: Edições UFC/Casa José de Alencar, 2000, p.23.

Nessas poucas linhas retornamos a primeira metade do século XIX, para apresentar um histórico da fundação do Colégio Estadual do Ceará. Agora voltemos à década de 1930 para perscrutar a criação do Centro Liceal de Educação e Cultura (CLEC), assim, poderemos compreender como foi pensada e organizada essa agremiação estudantil que teve grande contribuição para a consolidação do Movimento Estudantil cearense.

2 A FUNDAÇÃO DO CENTRO LICEAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Em 21 de abril de 1935, foi fundado o Centro Liceal de Educação e Cultura, a entidade foi pensada e organizada por estudantes anteriormente ligados ao Centro Liceal de Estudos, agremiação que tinha, principalmente, fins literários, porém não somente, como já citamos alguns parágrafos acima. Como toda entidade estudantil, daquele período, o CLEC tinha como um dos seus principais objetivos promover o “[...] alevantamento social dos alunos do Colégio Estadual do Ceará” e a luta pela defesa "intransigentemente de seus direitos”, ou seja, sua finalidade era ser mais um suporte para o desenvolvimento moral, intelectual e cívico dos liceístas. Mesmo com sua fundação na década de 1930, seu regimento, na forma de Carta



Magna, só foi discutido em 1955 e aprovado em assembleia no ano seguinte, durante a gestão de José Tarcísio Rodrigues Pinheiro. Destarte, como o Centro Estudantil, o CLEC teve seu regimento publicado em Diário Oficial do Estado²⁰⁷ tendo, também, registro no cartório do tabelião Dr. Carlôto Pergentino Maia. A agremiação era composta por sócios efetivos e sócios honorários, assim, não ficando restrito apenas aos discentes do Liceu, mas entendendo como integrante da agremiação “[...] pessoas que prestam relevantes serviços à sociedade”, sendo estes eleitos através de assembleia geral, formada por membros da entidade. Por isso, não foi à toa que o coletivo estudantil foi tomado como de utilidade pública, em 1956, por meio da Lei estadual Nº 3.362, de 3 de outubro, esta assinada pelo então governador Paulo Sarasate. Esses reconhecimentos dos órgãos públicos às entidades estudantis foram de extrema importância para o status que estes estudantes pretendiam conseguir, não somente uma posição de *status quo*, mas por que foi através desses singelos atos de legitimidade que o movimento estudantil requisitou seu lugar e voz política na sociedade e angariou recursos públicos para as entidades.

Para entendermos como se davam as ações empreendidas pelo CLEC, no cotidiano escolar fortalezense, analisaremos, a partir de agora, como se organizou a entidade, seu funcionamento e quem integrava seus departamentos. E, assim, poderemos traçar sua atuação na cidade. Para essa análise vamos nos utilizar como fonte, primeiramente, o documento que regulamentava a entidade e suas funções, a Carta Magna do Centro Liceal de Educação e Cultura.

A Carta Magna do CLEC, documento que vai reger institucionalmente a agremiação, está disposta em sete capítulos, cada qual prevendo as funções e deliberando as atividades de cada integrante e departamento. No tocante as suas finalidades, o CLEC, deveria impreterivelmente colaborar e apoiar qualquer iniciativa do corpo discente do Colégio Estadual do Ceará. Para além desse fito, o centro deveria proporcionar aos estudantes do Liceu “[...] conferências cívicas, culturais ou científicas, encetando movimentos literários e artísticos, internamente, ou de âmbito inter-colegial”²⁰⁸.

- c) Promover ou participar de jogos, torneios e campeonatos esportivos;
- d) Realizar intercâmbios de caracteres diversos com entidades congêneres;
- e) Comemorar datas importantes, notadamente os feitos pátrios;
- f) Auxiliar a direção do Colégio, particularmente, nas paradas cívicas;

²⁰⁷ Carta Magna do Centro Liceal de Educação e Cultura. In.: Diário Oficial do Estado do Ceará – nº 6586, pgs. 11-14, de 17/05/1956.

²⁰⁸ Carta Magna do Centro Liceal de Educação e Cultura. In.: Diário Oficial do Estado do Ceará – nº 6586, pgs. 11-14, de 17/05/1956.



g) Tomar parte em congressos estudantis e neles defender os direitos da classe liceal, sem ônus para o tesouro Clequista, quando desses conclaves se realizarem fora da cidade sede do Centro.

§ 1º - Quando se fizer necessário representar o corpo discente do Colégio em congressos estudantis, compor-se-á representação de membros do Centro Liceal, escolhidos pela Diretoria.

§ 2º - O presidente em exercício do CLEC, preferencialmente, participará da delegação representativa da entidade.

§ 3º - A escolha da delegação é passível de recurso ao Conselho Superior, quando, nos termos desta Constituição, se considere algum de seus membros sem condições para êsse fim.

h) Em consonância com a Diretoria do Colégio e o Governo do Estado, dispensar assistência médica-sanitária aos que integram o quadro de sócios efetivos.²⁰⁹

Conforme os fins descritos pelo documento podemos observar uma certa preocupação nas questões que envolviam a representação dos discentes do Liceu nos mais variados congressos estudantis. Entendemos essa atenção como a disputa por espaços de discussões acerca da categoria em meio a seus pares. Outro cuidado dispendido pela agremiação era a formação cultural e científica na proposta de promover as tais “conferências cívicas, culturais e científicas”, fortalecendo o objetivo de “alevramento social” dos liceístas.

Não podemos esquecer também do caráter assistencial que estas entidades estudantis desenvolviam, pois como fica exposto no item “h” do documento, o CLEC em consenso com o Governo do Estado e a Diretoria da escola devem oferecer aos sócios efetivos serviços médicos-sanitários. Dito de outro modo, a agremiação tomava pra si, sem esquecer das obrigações das outras instâncias públicas, a responsabilidade de oferecer subsídios de saúde aos estudantes-membros.

Assim como acontecia no Centro Estudantal Cearense, para fazer parte dos associados do CLEC eram necessárias algumas especificações, uma delas era ser estudante matriculado no Colégio Estadual do Ceará (Liceu). Ressaltamos uma informação contida nos arts. 26 e 28, do capítulo concernente aos sócios, seus direitos, deveres e penalidades, quando se fala sobre os sócios efetivos e discrimina que estes deveriam ser estudantes do Liceu, há destaque para a ala feminina. O artigo é descrito dessa forma: “Art. 26 – São considerados sócios efetivos os discentes do Colégio Estadual do Ceará, inclusive a ala feminina”. Com uma análise superficial da norma poderíamos tratar esse realce como um meio de exclusão que inclui, pois se todos os estudantes do Liceu eram considerados membros efetivos, porque distinguir as moças como um grupo a parte? Esta exclusão não tinha caráter separatista, pois havia um departamento denominado feminino e, quando analisamos as publicações estudantis

²⁰⁹ Art. 3º da Carta Magna, do Centro Liceal de Educação e Cultura – sobre as finalidades do CLEC.



do CLEC vamos encontrar impressos produzidos por sua Ala Feminina. Nesse impresso descobrimos escritos sobre política, educação, juventude entre outros²¹⁰.

Ainda no contexto de quem poderia fazer parte do quadro de sócios do CLEC, encontramos a distinção entre os sócios efetivos e honorários. Já falamos quem podia candidatar-se para a *classe social*²¹¹ dos efetivos, agora ressaltaremos os honorários. Estes são estabelecidos pelo artigo 27, que descreve o sócio honorário como aquele indivíduo, reconhecido em Assembleia Geral, que prestara serviços relevantes à sociedade.

Os sócios efetivos, poderiam disfrutar de todas as regalias oferecidas pelo CLEC, além de:

- [...] b) Votar e ser votado;
- c) Assistir às sessões, tendo direito à palavra, não podendo deliberar;
- d) Recorrer ao CLEC, para solucionar seus problemas ligados à vida estudantil;
- e) Tomar parte nas reuniões sócio-culturais, esportivas e de outra natureza;
- f) Comparecer às Assembleias Gerais, obedecendo ao que consta no art. 6º, § único, capítulo II;
- g) Apresentar ao CLEC sugestões que contribuam para o progresso da sociedade;
- h) Utilizar-se do material existente, para treinos esportivos e outros divertimentos, de acordo com as exigências dos Departamentos responsáveis;
- i) Quando se julgar prejudicado em seus direitos, por desmandos da Diretoria, recorrer ao Conselho Superior e à Assembleia Geral.²¹²

Quando comparamos os direitos dos sócios efetivos do CLEC com os do Centro Estudantal observamos que o primeiro dá mais possibilidades de ir contra as deliberações da diretoria da entidade do que o segundo. Lembremos que um dos deveres dos sócios efetivos do CEC é “[...] acatar as deliberações da Diretoria e comparecer sempre que possível as sessões ordinárias, extraordinárias e solenes”. Nos dois casos os membros efetivos devem contribuir financeiramente com um determinado valor estabelecido pelo documento para despesas da entidade, no caso específico do CLEC, o liceístas deveria pagar a taxa de Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros) no ato da matrícula. No restante dos itens que ditam suas demais responsabilidades estão o auxílio nos projetos propostos pela diretoria, velar pela dignidade de suas ações enquanto estudantes, cumprir os estatutos e principalmente, “[...] dar conhecimento às diretorias

²¹⁰ Trabalharemos com este documento no capítulo dois, onde analisaremos os impressos produzidos pelos estudantes das agremiações escolhidas para esta pesquisa.

²¹¹ O Termo *Classe social* é colocado no artigo como categoria dos estudantes, ou seja, os sócios honorários e efetivos estavam incluídos nesse termo genérico classe social. Art. 25 – São duas as Classes sociais: a) Sócios Efetivos; b) Sócios Honorários. (Art. 25 da Carta Magna, do Centro Lical de Educação e Cultura – Dos sócios, seus direitos, deveres e penalidades).

²¹² Carta Magna, do Centro Lical de Educação e Cultura. In.: Diário Oficial do Estado do Ceará – nº 6586, pgs. 11-14, de 17/05/1956.



do CLEC e do Colégio Estadual de ocorridos que comprometam o nome do estabelecimento ou da entidade, defendendo a tradição e conceitos dos mesmos”.²¹³

Já no tocante as penalidades, também atinamos para semelhanças. Uma delas é o debate político-partidário. Nas entidades estudadas é fixado nos estatutos com falta, que prevê punição, levar para dentro da agremiação discussões dessa natureza. Outros desacertos são mencionados como as questões recorrentes de incorreção nos comportamentos, trazendo ao estabelecimento de ensino ou a entidade o comprometimento da dignidade.

Logo após o capítulo dos sócios vem a divisão dos departamentos que vão dar funcionalidade ao CLEC. Estes, divididos em seis, vão estar somente dispostos no texto, pois as atribuições de cada um estão descritas no regimento interno, documento que não tivemos informação. Porém podemos tentar visualizar por meio de sua nomenclatura suas possíveis designações. São eles: o departamento artístico, cultural, esportivo, feminino, publicitário e de relações públicas.

A atuação do Centro Liceal de Educação e Cultura em Fortaleza é lembrada por alguns ex-liceístas e estudantes de outras instituições de ensino do estado como a base que sustentava o ME cearense. Em algumas entrevistas colhidas por Bráulio Ramalho, para o desenvolvimento de sua dissertação, vários atores afirmaram a importância do CLEC como um exemplo de mobilização.

O CLEC sempre teve uma atuação destacada. E, praticamente comandava o movimento estudantil em Fortaleza. Até mesmo com intensidade maior do que a política realizada na Universidade. O CLEC era quem mobilizava a cidade em termos de manifestações políticas. Não apenas as que eram de interesse direto dos estudantes, como por exemplo aumento da passagem de ônibus e outras coisas dessa espécie, pela própria qualidade do ensino público, pela ampliação do número de vagas para estudantes, mas os problemas também de ordem política institucional eram discutidos e eram atacados pelo pessoal do Liceu.²¹⁴

Os alunos do Liceu, tendo à frente sua entidade Representativa, vão ser referência aos demais estudantes de Fortaleza. Muitos são os exemplos das ações perpetuadas pelos alunos do Liceu como no caso, rememorado por Blanchard Girão (1997), chamado de “Guerra com os Deputados”, evento ocorrido na década de 1940. Nessa ocasião os deputados levaram para votação na Assembleia um aumento para seus subsídios.

²¹³ Carta Magna do Centro Liceal de Educação e Cultura. In.: Diário Oficial do Estado do Ceará – nº 6586, pgs. 11-14, de 17/05/1956.

²¹⁴ Trecho da entrevista de Francisco Roberto Silveira de Pontes Medeiros, concedida a Bráulio Ramalho em 28/05/1995.



O Liceu figurava como um dos principais instrumentos de pressão da sociedade em quase todos os movimentos que agitavam a cidade. [...] Costume muito antigo estava na ordem do dia dos senhores deputados estaduais: aumento de seus próprios subsídios. A imprensa criticou, como sempre, a iniciativa dos parlamentares. O episódio teria ficado restrito ao plenário da Assembleia e às páginas, pouco lidas, dos jornais, não fora a ação rápida, enérgica e barulhenta dos liceístas.

A Assembleia funcionava no edifício onde atualmente está o Museu Histórico, bem no centro de Fortaleza, a pouco mais de uma quadra da Praça do Ferreira. E esse detalhe tem sua relevância, porquanto facilitava o acesso do povo à Casa Legislativa. Anunciada a data da votação do aumento, a turma do Liceu organizou o protesto. Dezena, talvez mais de uma centena de aluno, partiu do colégio para a Assembleia e tomou conta, literalmente, das galerias²¹⁵.

A confusão tomou conta da sessão, mesmo a pauta do aumento não tendo sido tocada, além da invasão ao prédio da Assembleia um estudante do liceu toma parte da fala de um parlamentar, sobre desvios de verbas dos flagelados, devolvendo aos gritos a ofensa proferida pelo deputado: “Ladrões são vocês deputados, que estão aumentando os subsídios às escondidas. Ladrões do Povo!”

No calor do momento houve enfrentamento entre a comissão de segurança organizada pelos estudantes e os policiais que foram chamados para evacuar as galerias da Assembleia.

Quando os soldados tentaram subir para as “torrinhas” foram recebidos a violentos pontapés. Dois caíram de imediato, ante o espanto dos demais. Foi muito espancada. Somente depois de muito tempo e muita luta, com a chegada de grande reforço policial, os liceístas são retirados do prédio da Assembleia, saindo em passeata pelas ruas aos gritos de “Deputados ladrões! Deputados Ladrões!”²¹⁶

Diante do alvoroço causado pelos alunos do Liceu, o restante da população pôde tomar conhecimento dos acontecidos na Assembleia já que a imprensa deu repercussão ao caso. Assim, o propósito dos deputados foi deixado de lado, por um tempo, já que depois eles deram um jeito da pauta ser votada novamente. Entre pancadas e pontapés os liceístas tomaram para si bandeiras da sociedade em geral, não restringindo sua atuação aos interesses da categoria.

Este é apenas um dos momentos em que os estudantes do Liceu demonstraram sua força com relação à política do Estado, como diz Girão (1997), os liceístas estavam “[...] à frente das agitações sociais, levantando as palavras-de-ordem mais atualizadas e vibrantes”. Muitas das lideranças políticas, que mais tarde, vão ser contra ao golpe civil-militar de 1964

²¹⁵ GIRÃO, Blanchardt. O liceu e o bonde na paisagem sentimental de Fortaleza-província. Fortaleza: Editora ABC, 1997. p. 194

²¹⁶ Ibidem.



vão sair dos bancos do Liceu, um deles é o jornalista Blanchard Girão que teve seu mandato como deputado estadual cassado.

Retomando um dos objetivos defendidos pelo Centro Liceal, de proporcionar aos estudantes um aperfeiçoamento cultural, encontramos o incentivo para a escrita estudantil, dando espaço aos alunos que tinham tendência a escrita, publicarem seus textos em jornais e revistas da entidade. As publicações apoiadas, também, pela diretoria do Colégio Estadual, como a revista *A Idéia*, órgão oficial do CLEC e que tinha periodicidade anual, recebia das mais variadas contribuições estudantis em suas páginas. Além de fomentar as letras o Centro Liceal, por meio do departamento artístico, promovia sessões lítero-musicais para os alunos que tivessem inclinações voltadas à música. Tendo o colégio estadual uma banda, chamada de Bando Liceal, que dominava as serestas articuladas pelo grêmio estudantil.

Ídolos da mocidade liceista eram também aqueles que ganhavam projeção na música, como o saudoso Jack Schaumann – médico falecido há alguns anos – violonista de méritos, e um dos integrantes do “Bando Liceal”, tradição da cidade, renovando-se os seus componentes, mas sempre mantendo elevada performance artística. Naquele período, além de Schaumann, o “Bando Liceal” contava ainda com o Néó – sempre o Néó- que era o seu vocalista – o simpático Poty, pandeirista, um Pamplona, cujo primeiro nome me escapa e outros. Detalhe interessante: do “Bando Liceal” brotaram outros conjuntos vocais que se celebrizaram a nível local e nacional, como “Quatro Azes e um Coringa”, sucesso enorme nos anos 40 em todo Brasil e no exterior. Os irmãos Pontes de Medeiros, o Pijuca (Esdras Falcão), o Melé (André Vieira) compunham os “Quatro Azes”, que outro não era senão o antigo “Bando Liceal”, com pequenas modificações²¹⁷.

Defronte a tantos projetos culturais, engajamento nas questões sociais e atividades referentes aos interesses estudantis, o CLEC detinha prestígio entre o meio estudantil cearense. Os liceístas eram tidos como, já citado, referência do *ser estudante*, na Fortaleza das décadas de 1940-50. E, muitos estudantes achavam-se honrados em fazer parte desse grupo escolar. Como afirma Blanchard Girão: “Por tudo isso, ser liceista proporcionava um forte sentimento de brio, de prestígio perante o meio estudantil e a sociedade em geral”²¹⁸.

O CLEC, assim como os demais grupos estudantis foi responsável por diversas intervenções na vida cotidiana da cidade de Fortaleza. Acima citamos seu envolvimento com a política local, mas entre as campanhas que participavam os estudantes cearenses observamos na matéria do jornal *Unitário*, de 12 de junho de 1955, os líderes estudantis unindo forças com os *Diários Associados* para a realização de eventos que possam contribuir para a construção de

²¹⁷ *Ibidem*, p. 148

²¹⁸ *Ibidem*, p. 149



uma maternidade popular. Na leitura do texto observamos o apelo para que outras entidades e unidades escolares se juntem em prol desse empreendimento social. Na chamada é dito que os estudantes estão deixando de comprar merenda para arrecadar subsídios para a campanha.

A CAMPANHA DA MATERNIDADE POPULAR EMPOLGA OS ESTUDANTES DE TODOS OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO Alunos deixam de comprar sua merenda para colaborar com a filantrópica campanha. [...] CAMPANHA Nas referidas reuniões ficou acertado que os colégios, faculdades, escolas e grupos desenvolveriam a campanha a seu modo arrecadando dinheiro entre os alunos, promovendo festivais e concursos. O total arrecadado deverá ser entregue nos “Diários Associados” o que poderá ser feito até dia 28 de agosto. TAÇAS AOS PRIMEIROS LUGARES A União Estadual dos Estudantes dará uma taça á Faculdade com mais dinheiro. Ao colégio que mais se sobressair, o Centro Estudantal Cearense dará uma taça, e medalhas de honra ao mérito sendo distribuídas também pelo Centro Liceal de Educação e Cultura [...].²¹⁹

No trecho acima podemos observar que os estudantes foram deixados livres para escolher quais métodos usar para conseguir uma maior quantidade de dinheiro e, para além dos prêmios simbólicos (taças e medalhas de honra ao mérito), que seriam entregues aos primeiros lugares por suas entidades representativas, a matéria visa muito mais do que a campanha em si, já que mostra e enfatiza a união dos estudantes cearenses em torno de uma luta que não perpassa, tão diretamente, a categoria e sim, ao bem comum.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscamos tecer a trajetória de fundação do Centro Liceal de Educação e Cultura (CLEC), entidade estudantil de grande importância para o movimento estudantil cearense. Desde sua fundação, ainda na primeira metade da década de 1930, até meados da década de 1960, o CLEC foi responsável por grandes movimentações estudantis, na cidade de Fortaleza, como as campanhas em favor da Petrobrás, os apoios às greves em prol da baixa das passagens, num primeiro momento dos bondes e, depois, nos ônibus etc.

Através da análise de sua Carta Magna, documento regente da entidade, podemos observar as propostas e objetivos que eram defendidos por aqueles estudantes. Principalmente, podemos identificar as inquietações, de cunho mais específico com a classe ou em âmbito mais geral, que permeavam as cabeças daquele grupo estudantil, como a preocupação com a formação intelectual, social e civil dos estudantes e, mais amplamente, com os problemas

²¹⁹ UNITÁRIO, 12 de junho de 1955. p. 2.



políticos e sociais pelos quais o Brasil, e mais especificamente, o Ceará, estavam passando durante o período de vida dessa entidade.

É importante notar, também, que as ações empreendidas pela agremiação contam com a intensa participação dos demais discentes cearenses, visto que o CLEC era apenas uma entidade escolar, ou seja, ligada a uma unidade de ensino. Essa grande adesão às atividades realizadas pelo CLEC se dava por conta da participação de seus membros diretores em outras agremiações de maior porte, como por exemplo, o Centro Estudantil Cearense, que figurou, por mais de 30 anos, como sendo o principal representante do Movimento Estudantil do Estado.

Assim, ao estudarmos a formação dos grupos e entidades estudantis e a ocupação do espaço cearense, neste caso específico, sua atuação no cotidiano da cidade de Fortaleza, se faz necessário para um maior entendimento sobre a construção e fortalecimento do Movimento Estudantil no estado do Ceará. Buscamos, também, problematizar a atu(ação) desses estudantes, além da formação de grêmios literários, na cena política e cultural do país, muito antes da criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), que só foi fundada em 1937.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Gustavo. **Liceu do Ceará**. Fortaleza: Edições UFC/Casa José de Alencar, 2000.

GIRÃO, Blanchardt. **O liceu e o bonde na paisagem sentimental de Fortaleza-província**. Fortaleza: Editora ABC, 1997.

LOPES, Marciano. **Royal Briar: a Fortaleza dos anos 40**. Fortaleza: Tipogresso, 1988.

FÉRRER, Francisco Adegildo. A educação e a preservação da ordem: a idealização do modelo de cidadão do Brasil pós-30. In: **Revista do Instituto do Ceará - ANNO CXX - ANNO 2006**. P. 197 – 213. Disponível em: https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/2006/01_Artigos/12-Aeducacaoepreservacao.pdf Último acesso: 10/06/2017.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FREIRE, Carlos Renato Araújo. *O antes e o depois – uma história da construção da memória social do quebra-quebra de 1942*. In: **Anais VI Simpósio Nacional de História Cultural. Escritas da História: ver – sentir – narrar**. Universidade Federal do Piauí. Disponível em: <http://gthistoriacultural.com.br/VIsimposio/anais/Carlos%20Renato%20Araujo%20Freire.pdf> Último acesso: 11/01/2016.

MAIA JUNIOR, Edmilson Alves. **Memórias de luta: ritos políticos do movimento estudantil universitário (Fortaleza, 1962-1969)**. Fortaleza: Edições UFC, 2008.



MOREIRA, Afonsina Maria Augusto. **Juventude da pátria a(R)mada**: o Centro Estudantal Cearense em Fortaleza, 1931-1945. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

MUNIZ, Altemar da Costa. **O Centro Estudantal Cearense e o Estado Novo**. Fortaleza: UECE, Monografia, mimeo, 1996.

NOBRE, F. Silva. **1001 Cearenses Notáveis**. Rio de Janeiro: Casa do Ceará. Editora, 1996.

POERNER, Artur José. **O Poder Jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2004.

RAMALHO, Bráulio Eduardo Pessoa. **Foi Assim!**: O Movimento Estudantil no Ceará de 1928 a 1968. Rio – São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2002.

_____. *O Centro Estudantal Cearense*. In.: **Revista do Instituto do Ceará**, 1998.

VITOR, Hugo. **O Liceu em cem anos**. Fortaleza: Tipografia Iracema, 1945.



Humana, subalterna e auxiliar: representações em torno de uma liderança feminina na história da Comunidade Católica Shalom.

Emanuel Freitas da Silva²²⁰

Recebido em: 27/01/2019
Aprovado em: 28/02/2019

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar o papel legado à uma liderança feminina no seio de uma instituição católica, destacando as representações em torno de sua *persona* produzidas ao longo da história da coletividade. Trata-se das representações em torno de Emmir Nogueira no interior da Comunidade Católica Shalom. A partir de análise documental, pesquisa de campo e entrevistas, durante pesquisa realizada ao longo de 3 anos, e partindo-se de referencial teórico que versa sobre a produção de memórias coletivas, de narrativas de vida e de produção de identidades coletivas, ver-se-á como, por ser mulher, Emmir é tida como “humana”, “subalterna” e “auxiliar” da figura masculina de maior expressão no interior da Comunidade, Moysés Azevedo, e enuncia-se como “feliz” por ser a sua “auxiliar”.

Palavras-chave: Memória. Coletividade. Narrativa.

Human, subalterna and auxiliar: representations around feminine leadership in the history of the Catholic Community Shalom

ABSTRACT

The objective of this article is to analyze the legacy of a female leadership within a Catholic institution, highlighting the representations around her *persona* produced throughout the history of the community. These are the representations around Emmir Nogueira within the Shalom Catholic Community. Based on documentary analysis, field research and interviews, during a research carried out over a period of three years, starting from a theoretical framework that deals with the production of collective memories, life narratives and the production of collective identities, Emma is considered as "human", "subaltern" and "auxiliary" of the male figure, Moyses Azevedo, and is pronounced as "happy" for being the "auxiliary."

Keywords: Memory. Collectivity. Narrative.

²²⁰ Doutor em Sociologia (UFC), licenciando em História (UECE). Professor do Curso de Ciências Sociais (UECE/FACEDI), vice-coordenador do NERPO/UFC/UECE (Núcleo de Estudos em Religião e Política), pesquisador do LEPEN/UFC (Laboratório de Estudos em Política, Eleições e Mídia). Email: emmanuel.freitas@uece.br. Link do lattes: <http://lattes.cnpq.br/7345022773025669>.



1 INTRODUÇÃO

A cidade de Fortaleza, capital do Ceará, segundo estado mais católico do Brasil, é o cenário de origem da mais importante Comunidade do catolicismo carismático brasileiro, e uma das mais importantes do mundo: a Comunidade Católica Shalom (CCSh). Fundada em 1982, no bairro Aldeota, por Moysés de Azevedo e um grupo de jovens que o seguiam, a CCSh possui hoje em torno de 11 mil membros efetivos espalhados pelo mundo²²¹, sendo 8500 na Comunidade de Aliança (CA) e 2500 na Comunidade de Vida (CV), possuindo 228 casas de missão, sendo 193 no Brasil²²² e 35 no exterior²²³ (estando presente em 26 países, sendo as maiores missões as da França, com 5 casas, e as da Itália, com 4); 35 mil pessoas nos grupos de oração da Obra²²⁴, 100 Centros de Evangelização²²⁵, 32 padres formados “segundo o espírito do carisma”, 70 seminaristas, 60 casais que moram na comunidade de vida. No ano de 2016, duzentas e vinte e cinco pessoas pleitearam, por meio do caminho vocacional, o ingresso na CV, e oitocentas e cinquenta na CA.

Seu trabalho missionário compreende, além dos Centros de Evangelização, 4 emissoras de rádio²²⁶ administradas pela Comunidade, o Colégio Shalom (que oferece Ensino Fundamental e Médio, em Fortaleza, e neste ano de 2016 conseguiu aprovação do MEC para a confecção de seu próprio material didático), a Faculdade Católica Rainha do Sertão²²⁷, um albergue para moradores de rua, duas casas²²⁸ de assistência à viciados em drogas ilícitas, um

²²¹ “Membros efetivos” são considerados aqueles que concluíram as etapas iniciais de formação após o caminho vocacional, ou seja, são os “discípulos” e os “consagrados”. Mais à frente os termos.

²²² Assim distribuídas: Acre (2), Alagoas (2), Amapá(1), Amazonas(1), Bahia (9), Ceará(19), Distrito Federal (1), Espírito Santo (2), Goiás (1), Maranhão (3), Mato Grosso(1), Mato Grosso do Sul (1), Minas Gerais (1), Pará (4), Paraíba (4), Paraná (2), Pernambuco (4), Piauí (2), Rio de Janeiro (10), Rio Grande do Norte (10), Rio Grande do Sul (3), Roraima(1), Santa Catarina (3), São Paulo (11), Sergipe (2), Tocantins(1).

²²³ Para o ano de 2018 estavam previstas fundações de casas da Comunidade nos seguintes lugares: Broken Bay (Austrália), Lubango (Angola) e no Brooklyn (EUA). Ressalte-se que, no continente africano, a CCSh já está presente na Argélia, Tunísia, Madagascar, Moçambique e Cabo Verde.

²²⁴ Compõem a “Obra Shalom” todos aqueles que participam dos eventos, cursos e grupos de oração promovidos pela Comunidade, mas que não desejam fazer “vocacional” nem “consagrarem-se” no carisma.

²²⁵ Centros difusores do “carisma shalom”. Geralmente, contam com uma lanchonete à frente, uma loja onde se vendem produtos de evangelização da Comunidade, amplo espaço onde se celebram missas e se realizam grupos de oração. O mais importante deles é o Shalom da Paz, localizado em Fortaleza, e onde se realizam os mais importantes eventos da Comunidade, como as “assembleias gerais”, além de realizar-se, semanalmente, a missa de “cura e libertação”, comandada pelo padre Antonio Furtado.

²²⁶ Rádio Shalom AM 690, em Fortaleza; Rádio Boa Nova, em Pacajus e Quixadá; e uma outra na cidade de Aracaju (SE).

²²⁷ Que, apesar de pertencer à Diocese de Quixadá, está sob a administração da Shalom.

²²⁸ Que compõem o “Projeto Volta Israel”, nas cidades de Itapipoca e Eusébio, no Ceará.



programa semanal na TV Rede Vida²²⁹ e, recentemente, foi convidada pela Arquidiocese de Fortaleza para administrar a Igreja do Carmo, no Centro de Fortaleza.

Inúmeros eventos promovidos pela Comunidade inscreveram-se na agenda católica, seja a nível local²³⁰, nacional²³¹, ou mesmo internacional²³². Membros da CV e da CA figuram como “estrelas” nacionais do cenário da música católica, ganhadores de importantes prêmios deste segmento (como o “Troféu Louvemos o Senhor”, da TV Século XXI) e tendo músicas por eles compostas transformadas em “*hits nacionais*” nas missas, shows e seminários da RCC. Livros²³³ e materiais produzidos pela Comunidade também transformaram-se em importante literatura no mercado consumidor de bens simbólicos da RCC²³⁴, sendo sua co-fundadora, Emmir Nogueira, autora de mais de 35 livros bastante difundidos no meio carismático. Seu fundador é membro do Pontifício Conselho para os Leigos, tendo sido convidado para o Consistório dos Bispos Europeus, em 2011, pelo então papa Bento XVI.

O objetivo desse artigo é apresentar as *representações* em torno de sua principal liderança feminina, Emmir Nogueira, ao longo do tempo, estabelecendo uma forma de representá-la a partir de imagens que, segundo nossa análise, ressaltam um lugar de *subalternidade* para a mulher, reflexo do próprio lugar desta no interior do catolicismo. Sendo a liderança feminina mais importante dentro da Comunidade, Emmir posta-se como exemplo daquilo que pensa a referida Comunidade acerca da mulher e, mais do que isso, das relações que devem ser vividas entre homens e mulheres, reproduzindo tão bem as estruturas de poder presentes no mundo ocidental.

A análise é fruto de farto material colhido/produzido ao longo de três anos de pesquisa doutoral, por meio de análise documental, observações participantes e, sobretudo, entrevistas com membros da Comunidade, nas quais expressaram-se importantes imagens acerca do

²²⁹ O “Fazendo Barulho”, único da emissora a ser gravado fora dos estúdios da emissora, em São Paulo. A Comunidade apresenta-o desde 2014.

²³⁰ Por exemplo: o Renascer, retiro de carnaval no Ginásio Paulo Sarasate; o Halleluia, evento realizado na mesma época do Fortal, micareta de Fortaleza, e que tem registrado por três anos sucessivos um público que supera o da micareta; Festa dos Arcanjos, comandada pelo padre Antônio Furtado; e o Reveillon da Paz, que leva milhares de católicos à Praia do Futuro.

²³¹ Como o Congresso Nacional de Jovens.

²³² Como o Fórum Carismático, agora denominado de “Fórum Shalom”.

²³³ A Comunidade Shalom possui sua própria editora, as “Edições Shalom”, que produz e distribui suas publicações pelo mundo.

²³⁴ Cito dois exemplos: o livro de estudos bíblicos “Enchei-vos”, escrito por Emmir Nogueira, tornou-se o norteador nacional dos Seminários de Vida no Espírito Santo, principal ação evangelizadora da RCC; e seu livro de formação pessoal, “Tecendo o fio de ouro”, que propõe um caminho de “santidade pessoal”, com um miscelânea de ideias teológicas e psicológicas, estando em sua sexta edição.



fundador e da co-fundadora que serviram como *córpus* de análise para esse artigo. A questão norteadora, assim, é a seguinte: que representações da mulher são produzidas numa Comunidade católica onde uma mulher é uma importante liderança? O resultado segue adiante, com uma reflexão acerca da produção/reprodução de memória coletiva, narrativas de si e produção de identidades coletivas.

A reflexão sobre o “lugar da mulher” no funcionamento das instituições sociais, que fundou, por assim dizer, os “estudos de gênero”, mostra-se como de fundamental importância sobretudo como meio através do qual se possa desnaturalizar papéis socialmente produzidos e produtores de hierarquia entre os gêneros²³⁵. No campo historiográfico brasileiro merece destaque o trabalho pioneiro de Dias (1995), em que se resgata uma “história” longe dos grande fatos, “masculinizada” por assim dizer, em que ocupa lugar de destaque a problemática da mulher e do gênero, naquilo que constituía-se como o espaço do “quotidiano” e do “poder” e, por isso mesmo, envolvia a consideração acerca do lugar da mulher. Pensar as relações de gênero, pois, é pensar nas inúmeras relações de poder produzidas a partir dos corpos generificados, que vão naturalizando discursos acerca de relações que produzem sujeitos e poderes sobre tais sujeitos (CONNEL&PEARSE, 2015).

2 ORIGENS, CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO DA COMUNIDADE CATÓLICA SHALOM

A Comunidade Católica Shalom (CCSh) é uma instituição da Igreja Católica, fundada em 1982, na cidade de Fortaleza, por um grupo de jovens que dedicavam-se à evangelização dos jovens da cidade, liderados por Moysés Louro de Azevedo Filho, que passaria, depois, a ser considerado o “fundador” da Comunidade. Esta surge no conjunto de modificações operadas no interior do Catolicismo, no século XX, que se iniciaram com a realização do Concílio Vaticano II – que introduziu um novo lugar para o leigo no interior da Igreja – e que culminaram com o surgimento²³⁶ da Renovação Carismática Católica (RCC)²³⁷, que viria a operacionalizar

²³⁵ Ver, por exemplo, os primorosos trabalhos de LIPOVETSKY (2000) e BIROLI (2018) para ter-se um panorama geral sobre a questão.

²³⁶ Para uma melhor compreensão do surgimento da RCC, ver CARRANZA (2000).

²³⁷ A RCC surgiu no ano de 1967, na Universidade de Duquesne (EUA), durante a realização de um retiro de jovens universitários. Desde seu “momento originário” caracterizou-se como um “movimento de leigos”, o que dificultou sua inserção e aceitação no interior da Igreja Católica. No Brasil, foi introduzida por dois sacerdotes jesuítas (Padre Eduardo Dougehrty e Padre Hans), no ano de 1972, na cidade de São Paulo, onde seria fundada a Comunidade Canção Nova (que tem Padre Jonas Abib como seu fundador). Em Fortaleza, seria no ano de 1975



uma “pentecostalização” do catolicismo tal como já acontecera com inúmeras denominações evangélicas, conhecidas como “pentecostais”, realizando, assim, um movimento de “reforma religiosa” dentro do catolicismo (que, tal como os movimentos de reforma religiosa mais amplos, no seio do próprio cristianismo, tende a assumir características sectárias, reportando-se a um fato fundante – a “efusão do Espírito Santo”, no caso da RCC – que, nos dias de hoje, estaria como um paradigma historicamente distorcido, não mais vivenciado, e que desejariam recuperar²³⁸, afirmando-se como seus portadores legítimos.

Assim, pois, é à toda a Igreja que a mensagem da RCC pretende alcançar. Por isso é que elementos identitários do catolicismo (devoção à Nossa Senhora e aos santos, terços, imagens, Eucaristia, apreço pelo Papa) sempre estiveram presentes nos eventos de evangelização de massa promovidos pela RCC, como a indicar que a “renovação” se dá “dentro” da Igreja, a partir de seus elementos identitários, tirando do horizonte qualquer possibilidade de extrapolar os limites postos pela instituição. Uma das “novidades” que a “novidade” da RCC legou ao Catolicismo foi a estrutura das “Novas Comunidades”, conhecidas como “Comunidades de Vida e de Aliança”. São elas novas formas de agregação religiosa, capazes de produzir novos mecanismos identitários e societários. Trazendo em si o espírito da RCC, seu universo significativo de crenças, práticas e valores, as Novas Comunidades trilham caminhos próprios de consolidação e legitimação frente à Igreja Católica. Enquanto a RCC possui, por exemplo, uma coordenação diocesana, local, submissa à autoridade paroquial, as Novas Comunidades possuem um fundador, que engendra um carisma (aqui entendido como expressão de uma vocação, de uma identidade comunitária, de uma forma de vida coletiva) e se disseminam por canais de transmissão nacionais e internacionais possibilitados pelas redes da RCC.

Tal como a RCC, as Novas Comunidades também pretendem-se como “uma resposta de Deus” aos tempos atuais. Monsenhor Jonas Abib, fundador da Comunidade Canção Nova, por exemplo, ressalta a importância dessas expressões identitárias de fé para o catolicismo contemporâneo:

que a RCC realizaria suas primeiras inserções, e teria como um dos adeptos imediatos Emmir Nogueira, que coordenaria a seção estadual da mesma por muitos anos.

²³⁸ Para alguns pesquisadores, como Lindholm (1993, p.210), a RCC configura-se como um movimento de “anti-estrutura carismática”, uma vez que seus membros “reúnem-se fora dos domínios da Igreja oficial”. Contudo, veremos como, no caso das Novas Comunidades, em especial a Shalom, há uma estrutura “carismática” de reafirmação da estrutura católica, reforçando-a, em novos moldes e numa nova lógica de pertença. Tal reforço operacionalizado pela RCC foi devidamente estudado por Sousa (2005).



Somos filhos da Renovação (...) *Deus nos escolheu para a igreja de hoje (...)* O mundo é um deserto e nossas comunidades são um oásis, onde temos a graça de viver o Evangelho, de maneira integral, viver com radicalidade. (CD “A vida comunitária como sustento do profetismo”. Grifos nossos).

Surge, pois, um novo gênero de pertença religiosa, com uma aparelhagem institucional, que se difunde socialmente a partir de um imaginário da “radicalidade”, a qual todos os batizados são “chamados”. Tal pertença “percorre o tecido social católico com as bandeiras da neocristandade, quer motivada com a defesa de conteúdos morais, quer com a proposta de ressocialização totalitária de seus membros” (CARRANZA, 2009, p.50).

Suscitando demandas de “radicalidade” até então ausentes do cotidiano do Catolicismo, as Novas Comunidades estabelecem parâmetros que definem um “novo jeito de ser igreja”, de ser “seminarista”, de “ser padre”, de “ser família”, bebendo das mesmas fontes ideológicas da RCC e aliando-se aos ideais de totalidade espiritual de Roma, mantendo as mesmas bandeiras de defesa da moralidade católica, o que permite que se constituam como bastiões da pretendida neocristandade²³⁹.

Apesar de terem surgido entre membros da RCC, as novas comunidades são organismos totalmente independentes. Estruturando-se com casa matriz, sedes, estatutos, regras, registro civil, coordenação, casas de missões e recursos próprios, algumas comunidades revelam-se verdadeiros impérios espirituais, com empreendimentos financeiros consideráveis, comportando-se como movimentos autônomos em prol da expansão de seu carisma. (MARIZ, 2009, p.145)

Postas estas considerações, voltemos à CCSH. Fundada em 1982, por um grupo de jovens, destacando-se Moysés de Azevedo Louro Filho como seu líder (e, depois, seu “fundador”), na cidade de Fortaleza, a Comunidade tinha como seu pilar central a evangelização dos jovens. Para tanto, iniciou-se com uma lanchonete²⁴⁰ aos moldes dos “cafés cristãos” que existiam no Canadá e que proporcionavam, numa simples venda de lanches, a “oportunidade para se falar de Jesus”.

²³⁹ Talvez por isso o papa Francisco, em maio de 2015, durante visita à cidade de Jerusalém, no dia em que se comemorava a solenidade de Pentecostes, afirmou que a Igreja “não pode prescindir da ação missionária da Renovação Carismática no novo milênio”.

²⁴⁰ A “Lanchonete Shalom” foi fundada em julho de 1982, no bairro Aldeota. O objetivo era vender lanches, com nomes cristãos, e fazer das vendas uma “oportunidade para evangelizar”. Na noite de inauguração, os jovens contaram com a presença de Dom Aloysio Lorscheider, então cardeal arcebispo de Fortaleza, que levou, assim, o apoio institucional da Igreja Católica àquele empreendimento. Ainda hoje, em todas as Casas de Missão, existe uma lanchonete e uma livraria, guardando a tradição de onde surgira sua identidade.



Estruturando-se aos poucos como uma “forma de vida” consagrada²⁴¹, a Comunidade conseguiu, em 1997, a aprovação provisória de seus Estatutos na Arquidiocese de Fortaleza, passando por um período “*ad experimentum*”²⁴² de 7 anos, que seria finalizado com a aprovação definitiva destes pelo papa Bento XVI, em julho de 2012, passando à categoria de “Associação Privada de Fiéis”, a primeira comunidade da RCC a receber tal aprovação do Vaticano.

3 NARRATIVAS, MEMÓRIA HISTÓRICA E PRODUÇÃO INSTITUCIONAL DE LUGARES: A OPERAÇÃO DE DISTINÇÕES E SUBALTERNIDADES NO CASO DA CCSH

A CCSH, assim como as demais Novas Comunidades da RCC, estrutura-se em torno de um conjunto de *narrativas* acerca das origens da Comunidade, que estão sempre ligadas a um “chamado divino” feito, por primeiro, ao líder que, com o tempo, torna-se o “fundador”. No caso da CCSH, tal líder é Moisés Azevedo, em torno do qual, e por meio de quem, se produziu, ao longo da história da Comunidade, a “memória” por meio da qual se conta a “história” comunitária. Assim, pois, um importante meio de compreensão da significação do *status* do qual Moisés é crido como o portador, no interior da CCSH, é, sem dúvida alguma, o conjunto das narrativas em torno da excepcionalidade de sua *persona* que circulam, com materialidade objetiva, entre os membros da Comunidade. Tais narrativas - antes de tudo “autonarrativas”²⁴³ que, ao serem legitimadas e reproduzidas ao longo do tempo, se tornaram narrativas da própria Comunidade, num processo de quase simbiose entre a história de Moisés e a história da Comunidade, - permitem-nos o acesso às representações da *persona* do fundador que atuam

²⁴¹ Os primeiros membros a constituírem uma “comunidade” no sentido lato da palavra, a deixarem suas casas e ocupações profissionais e/ou acadêmicas para dedicarem-se inteiramente à Evangelização o fizeram ainda no ano de 1985, e, depois, foram anualmente juntados a outros mais, o que fez a Comunidade crescer até os dias de hoje.

²⁴² Quando uma Associação de Fiéis solicita, do Vaticano, o reconhecimento de sua “forma de vida”, seu “carisma”, esta é posta em observação pela Igreja, primeiro a nível local (diocesano) e, após a aprovação da Diocese (no caso da Shalom, isso deu-se em 1997, quando Dom Claudio Hummes era arcebispo de Fortaleza), segue para a aprovação da Santa Sé (tendo sido Bento XVI o responsável pela aprovação definitiva)

²⁴³ Ou ainda, como sugere LEJEUNE (2008), poderemos perceber, no caso aqui analisado, uma espécie de “pacto autobiográfico” constituído, entre Moisés e os membros da CCSH, através de seus “Escritos”, onde fundem-se três biografias: a dele, a da Comunidade (em termos históricos) e a de cada um dos membros. Por essa expressão o autor se refere a um texto “que deve ser principalmente uma narrativa”, numa “perspectiva retrospectiva”, cujo assunto principal deve ser a “vida individual, a gênese da personalidade”, com destaque para o lugar de tal narrativa como uma “crônica social” (p.15). Em perspectiva semelhante, coadunando-se com o que aqui desenvolvo, BOUILLOUD (2009, p.37) lembra que nos estudos sobre narrativas e textos autobiográficos, como são os “Escritos”, há que se considerar que “o relato de si é, acima de tudo, um *discurso* sobre si” (grifos do autor), discurso aqui entendido como um “conjunto de saberes partilhados, construído, na maior parte das vezes, de modo inconsciente, pelos indivíduos pertencentes a um dado grupo social” (CHARAUDEAU, 2001, p. 26).



como importante mecanismo de sua legitimação frente à coletividade dos dominados por sua liderança.

Muitos pesquisadores salientaram a importância das narrativas e de sua compreensão para uma devida análise, seja dos indivíduos, seja dos grupos sociais aos quais pertencem ou aos quais dão “gênese” a partir de suas enunciações, permitindo-nos compreender as imbrincadas ligações entre *trajetórias individuais* e histórias/identidade dos grupos²⁴⁴. Assim, convém, antes de prosseguir, destacar em que sentido utilizo os termos *trajetória*, *narrativa* e *identidade* para a compreensão da produção da persona carismática de Moisés na CCSH. Alguns autores que têm trabalhado com a perspectiva metodológica da utilização de biografias (trajetórias) em pesquisas sociológicas, preferindo a utilização de termos como “narrativas de vida”, “reconstrução subjetiva”, captação do “fragmento particular da realidade histórica”, dentre outros, definem tal perspectiva como uma perspectiva “etnossociológica”. Tal é o caso de Daniel Bertaux, que define-a nesses termos:

Pelo termo “perspectiva etnossociológica” designamos um tipo de pesquisa empírica apoiada na pesquisa de campo e nos estudos de caso, que se inspira na tradição *etnográfica* nas suas técnicas de observação, mas que constrói seus objetos pela referência a problemáticas *sociológicas* (BERTAUX, 2010. P. 23, grifos do autor).

Buscando processos sociais, relações sociais, lógicas de ação, processos recorrentes que se reproduzem nas trajetórias individuais, os pesquisadores podem, sob tal perspectiva, tratar das intersecções existentes entre os problemas biográficos e as estruturas sociais, salienta o autor, lembrando como todo fenômeno biográfico é social e, por isso mesmo, passível de ser compreendido dentro de uma perspectiva sociológica.

Um aparato social de formação de uma identidade acompanha-nos, formatando nossa biografia individual, sedimentando um certo *habitus* relacionado à nossa própria história, atuando, o *habitus*, como um inscrito de práticas que pode ser definido nos seguintes termos:

Habitus, sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes (BOURDIEU, 1998, p. 54).

²⁴⁴ Pois, como nos lembra VELHO (2013, p. 37), “projetos individuais interagem com outros” projetos, “não operam no vácuo”, mas a partir de elementos simbólicos que, ao serem compartilhados, engendram coletividades que, como no caso da CCSH, a partir de uma “memória” do passado, prospectam “projetos”, como o da formação de uma Comunidade, conforme vimos no capítulo anterior.



Assim, marcas interligadas que atuam como dispositivos de distinção em torno do nome, do corpo e da história dos sujeitos deixam traços que, ao unirem-se a outros elementos presentes no grupo, ou nos grupos com os quais os sujeitos identificam-se ao longo de sua história, vão atuando para a formatação do que aqui considero como *trajetórias*. Esses traços, que atuam como objetivação dos *habitus* que distinguem os sujeitos em meio aos grupos sociais, vão resultando num *sistema de traços pertinentes de uma biografia individual ou de um grupo de biografias* (Bourdieu, 1998), o que, pois, nos permite definir a trajetória como a objetivação das relações entre os sujeitos (os agentes) e as forças presentes no campo. Diferentemente das biografias, a noção de trajetória nos permite compreender a *série de posições* ao longo do tempo *ocupadas* pelo mesmo sujeito num determinado campo considerado²⁴⁵ (Bourdieu, 1996)²⁴⁶.

Por sua vez, utilizo aqui o conceito de *narrativa* valendo-me da definição que Jane Elliot conferiu ao termo:

Narrativas (histórias) nas Ciências Humanas poderiam ser definidas, provisoriamente, como discursos com uma ordem sequencial clara, que conecta eventos de um modo significativo para uma audiência definida e, ainda, oferece insights sobre o mundo e/ou experiências das pessoas sobre ele (ELLIOT, 2005, p. 4, tradução minha).

A partir dessa definição, podemos perceber como o discurso narrativo, além de ser cronológico, reportando-se a um tempo passado, é também *significado* e, exatamente por isso, possui uma dimensão social, uma vez que ele se dirige a uma “audiência definida”. Como lembra Gilberto VELHO, há uma relação dialética entre reconstrução de projetos individuais, constituição de identidades e produção de memórias que, nessa relação, se coletivizam, dando origem a identidades sociais:

A consciência e a valorização de uma individualidade singular, baseada em uma memória que dá consistência à biografia, é o que possibilita a formulação e condução de projetos. Portanto, se a memória permite uma visão retrospectiva mais ou menos organizada de uma trajetória e biografia, na medida em que busca, através do estabelecimento de objetivos e fins, a organização dos meios através dos quais esses poderão ser atingidos. A consciência do projeto depende, fundamentalmente, da memória que fornece os indicadores básicos de um passado que produziu as circunstâncias do presente, sem a consciência das quais seria impossível ter ou elaborar projetos. [...] O projeto e a memória associam-se e articulam-se à vida e às ações dos indivíduos, em outras palavras, à própria identidade. Ou seja, na constituição social da identidade social dos indivíduos, com particular ênfase nas

²⁴⁵ Observemos que, no caso de Moisés, ele vai de “jovem inspirado” a “fundador” de uma vocação, numa trajetória de excepcionalidade que inicia-se, ainda, com o “milagre” em torno da narrativa do seu nascimento.

²⁴⁶ O importante estudo de Kofes (2001), acerca da trajetória de Iracema Caiado, segue a definição do autor acerca do termo “trajetória”, ressaltando a importância do mesmo para a retomada de estudos sociológicos que levam em conta a perspectiva biográfica.



sociedades e segmentos individualistas, a memória e o projeto individuais são amarras fundamentais (2003, p. 101).

Assim sendo, o primeiro mecanismo de identificação entre o que diz o fundador e aquilo em que seus seguidores creem é a narrativa do que teria sido *o ato fundante* da Comunidade: a escolha de Moysés para presentear o papa João Paulo II durante sua visita à Fortaleza, em 1980. Uma vez que “as relações de dominação implicam o conhecimento e o reconhecimento” (BOURDIEU, 1996, p.23) daquilo que é dito por um sujeito legitimado a dizer exatamente o que se diz, e da forma como se, todos os membros da Comunidade entrevistados foram unânimes em dizer, quando perguntados sobre o momento exato em que a Comunidade foi fundada: “*no momento em que Moysés ofertou sua vida aos pés do papa*”, ou, melhor: “*quando ofertamos a nossa vida diante de são João Paulo II*”.

As palavras proferidas por Moysés Azevedo, sejam aquelas presentes nos “Escritos” da Comunidade, sejam aquelas ditas em suas pregações, portam uma significação de “palavras de ordem”, “palavras de verdade”, “palavras divinas”. Isto porque, como nos lembra Austin²⁴⁷, para certos sujeitos, proferir certas palavras, “é uma das ocorrências, senão a principal ocorrência na realização de um ato” (1990, p. 26); assim sendo, auto-referido por Moysés como um escrito “emanado do próprio Deus”, e ratificado por Emmir como também o sendo, resta aos demais membros cancelar tal representação acerca do teor de “revelação” presente nos “Escritos”: “Moysés é o nosso fundador, escolhido por Deus, alguém que zela por nossa vida e que não deixa de viver nada daquilo que dizem *nossos escritos*” (Entrevistado H); “ele é o nosso pai, que com uma grande graça dada por Deus *nos ensina*” (Entrevistado G); “ele foi o grande escolhido por Deus, e tudo o que ele faz tem essa marca de alguém que ama a Deus e aos homens, *alguém que tem uma autoridade espiritual*. Ele ama a humanidade” (Entrevistado A); “o Moysés é um homem de muita oração, de muita piedade. *Deus o escolheu para nos revelar sua vontade, que é a nossa identidade*” (Entrevistado I)²⁴⁸.

²⁴⁷ Bruner (1997) e Ducrot (1987) também destacam o “poder de fazer coisas com palavras”, a partir da análise de performativos e enunciados com força de significação a partir da “autoridade” dos sujeitos enunciadoreis.

²⁴⁸ Não há, aqui, como não ler tais declarações a partir da lógica de funcionamento da obediência, que engendra como “realidade” aquilo que foi produzido por ela mesma, uma vez que “Os atos de submissão e de obediência são atos cognitivos que, como tais, emprega, estruturas cognitivas, categorias de percepção, esquemas de percepção, princípios de visão e de divisão (...) Para compreender os atos de obediência, é preciso, pois, pensar os agentes sociais não como partículas num espaço físico – eles também podem ser – mas como partículas que pensam seus superiores ou seus subordinados com estruturas mentais e cognitivas (BOURDIEU, 20014, p. 226).



Podemos pensar, aqui, nas formas como as Ciências Humanas têm destacado o papel desempenhado pela “memória” (na verdade, pela *produção* de memórias) na vida coletiva²⁴⁹. Os estudos realizados por Halbwachs, por exemplo, trazem uma importante contribuição para a noção de *memória* e sua utilização na compreensão de processos sociais mais amplos, e de processos religiosos, mais particularmente. Para o autor, a produção da memória remete sempre a um grupo, já que “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos” (HALBWACHS, 2003, p. 30). A memória individual, assim, opera em diferentes contextos, e isso permite um trabalho de transposição da memória de sua natureza individual para um conjunto de acontecimentos partilhados coletivamente, passando de uma memória individual para uma memória coletiva.

Nesse sentido, a memória de um indivíduo é uma combinação das memórias dos diferentes grupos dos quais ele participa e dos quais sofre influência. O indivíduo participa de dois tipos de memória (individual e coletiva), uma vez que “o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas que toma emprestado de seu ambiente” (HALBWACHS, 2003, p. 72). Assim, a memória coletiva engloba a memória do grupo e cada componente desse grupo com ela se identifica, reproduzindo-a, transmitindo-a. O grupo é o portador por excelência da memória partilhada, tornando-se uma referência para o indivíduo na medida em que dele faz parte e na medida em que co-funde o seu passado com o do grupo, retomando para si os modos de pensar e as experiências comuns do grupo, fazendo com que a vitalidade das relações que trava com os demais indivíduos do grupo acompanhem-se da dimensão da presença da memória coletiva nele inscrita.

Mesmo que a lembrança diga respeito a um acontecimento longínquo no tempo, o contato com as pessoas que viveram a experiência ou que creem nas narrativas tais como contadas no tempo presente, permite a rememoração daqueles fatos, e a crença neles, uma vez que a “memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas,

²⁴⁹ No caso aqui em análise, a produção da memória das “origens” da Comunidade em torno da biografia de Moisés aproximam-se, como mecanismo, do que Bruner & Weisser (1997) chamaram de “memória semântica”, onde os fatos passados não transcorrem pela lembrança dos sujeitos como meros fatos, mas como acontecimentos significativos para os indivíduos diretamente envolvidos nos fatos narrados, ou que creditam legitimidade a tais narrativas, alcançando uma generalidade de outros indivíduos que serão açambarcados dentro do “lembrado”, fazendo com que este se torne, também, “vivido”. Mais do que saber e contar, por exemplo, que “Moisés entregou sua vida aos pés do papa”, o membro da Comunidade diz que “entregou sua vida aos pés do papa”. Lembrar o fato, tal como está presente na memória coletiva, é tomar parte dele, viver como um fato de *sua* própria vida.



são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo” (HALBWACHS, 2003, p. 69).

Na mesma linha de raciocínio, Michael Pollak reúne, em sua definição de *memória*, elementos da dimensão individual e da dimensão coletiva, entendendo-a como um conjunto de elementos assim expressos:

Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada. [...] Além desses acontecimentos, a memória é constituída por pessoas, personagens (POLLAK, 1992, p. 201).

Para o sociólogo, compreender os processos de formação de uma memória coletiva, e seus desdobramentos no trabalho de investigação social e da própria vida do grupo, requer-se: identificar os processos seletivos de produção da memória (pois, sendo ela “seletiva”, não permite que tudo fique gravado, registrado ou que seja transmitido); e compreender as inúmeras articulações em função de preocupações políticas e pessoais a que a memória produzida responde (pois ela é também “construída”). É assim que se torna possível a formação, pela memória coletiva, de uma identidade para os sujeitos:

Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros.

Nessa construção da identidade - e aí recorro à literatura da psicologia social, e, em parte, da psicanálise - há três elementos essenciais. Há a unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas, no caso do corpo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo; há a continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico; finalmente, há o sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados. De tal modo isso é importante que, se houver forte ruptura desse sentimento de unidade ou de continuidade, podemos observar fenômenos patológicos. Podemos portanto dizer que *a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade*, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de



continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

Se assimilamos aqui a identidade social à imagem de si, para si e para os outros, há um elemento dessas definições que necessariamente escapa ao indivíduo e, por extensão, ao grupo, e este elemento, obviamente, é o Outro. Ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo (POLLAK, 1992, p. 204, grifos do autor).

Logo, no caso da CCSH, tem-se um sujeito portador da “memória” por excelência do que se crê ser a “gênese” da Comunidade, sendo ele, Moisés, a própria memória individual transformada em memória coletiva (além de “memória”, ele também é, por assim dizer, o portador das “primícias” da vocação shalom), não havendo nenhuma outra narrativa ou nenhuma outra memória que possa colocar-se em competição com a sua, pois ele a encarna por completo.

Considerando que as instituições religiosas são governadas pelo “imperativo da continuidade”, levado a cabo pelo “processo de transmissão” de uma “memória autorizada” no interior do grupo religioso, Daniele Hervieu-Léger percebe na forma religiosa de crer um mecanismo que se apóia na referência a uma tradição que a legitima, garantindo, assim, sua continuidade no tempo (HERVIEU-LÉGER, 1993). É no terreno da *transmissão* de valores de uma geração a outra que uma ideia religiosa, ou mais precisamente uma comunidade religiosa, mostra sua vitalidade, em especial em tempos de fragmentação das identidades:

A transmissão não é apenas o processo de passagem regular dos conteúdos de crença que põe os novos membros em conformidade aos valores da comunidade a cada nova geração. Se considerarmos o fato de que na medida e que essa transmissão se confunde com a elaboração de uma linhagem da memória a partir da qual um grupo crente se realiza como grupo religioso, a ideia de transmissão amplia seu sentido e associa-se diretamente ao conceito de religião. Ou seja, a transmissão é o próprio movimento através do tempo: é a fundação continuada da própria instituição religiosa (HERVIEU-LÉGER, 2000, p.62).

Assim, se na “produção” da memória que rege os comportamentos, crenças, valores e cotidiano da CCSH está a ação de Moisés, Emmir Nogueira atou/atua como a principal legitimadora de tal memória produzida, permanecendo, no tempo, como sua fiel depositária e, por isso mesmo, transmissora, numa relação crida, comunitariamente, de complementaridade entre homem e mulher, conforme veremos no próximo tópico.



4 HUMANA, MATERNA E AUXILIAR: OS MODOS COMO A MULHER (EMMIR) INSCREVE-SE NA MEMÓRIA COLETIVA

O posicionamento “auxiliar”²⁵⁰ legado à Emmir Nogueira no interior da CCSH é o objeto dessa artigo, conforme vimos o início. Ao longo desses 35 anos de inteira dedicação à CCSH, Emmir adquiriu grande notoriedade, seja no meio carismático (tendo sido por muito tempo coordenadora diocesana do movimento no Ceará, e participando, ainda hoje, como pregadora em vários eventos da RCC, como, por exemplo, nos 40 anos do movimento no Ceará, em 2017), seja entre as Novas Comunidades (por várias vezes esteve na Canção Nova como pregadora de eventos, inclusive ministrando cursos sobre seus livros), seja no interior do próprio catolicismo (além do reconhecimento de sua persona, por exemplo, o Vaticano nomeou-a, em 2008, como colaboradora do grupo de estudos sobre a Carta Apostólica Dignidade da Mulher, escrita por João Paulo II em 1988, grupo ao qual se faz presente a cada dois anos), seja no seio da sociedade secular em geral (em 2017, por exemplo, foi uma das contempladas com o prêmio “Mulheres Rio Mar”, ação promovida pela rede de *shoppings* de mesmo nome).

No interior da CCSH é a formadora geral, o que lhe confere uma autoridade para ser a intérprete²⁵¹ daquilo que, segundo creem, vem à Moisés como “inspiração divina”, o que, por certo, lhe é imposto por ter-se mostrado, ao longo do tempo, digna de confiança tanto de Moisés, como das outras autoridades comunitárias. A formação interna da Comunidade passa, sobremaneira, por seus livros (que hoje contabilizam mais de 30), em especial por aqueles redigidos em torno de questões referentes à “formação humana” e aos “estudos bíblicos” por ela escritos, o que significa dizer que a “forma” como os membros da Comunidade leem os textos bíblicos passa por sua interpretação e condução.

Apresenta um quadro de interpretação bíblica, “Salmos Hoje”, na Rádio Shalom AM 690, levado ao ar 2 vezes ao dia, e retransmitido para as rádios que a Comunidade administra

²⁵⁰ Durante a entrevista realizada para esta pesquisa, Emmir definiu-se como a “feliz auxiliar” de Moisés, a quem “várias vezes” já indagou o por quê dele “não ter desistido” dela.

²⁵¹ Três de seus livros, por exemplo, tomaram a forma de um longo comentário acerca dos principais textos escritos por Moisés: Amor Esposal (2010), Belo é o amor humano (2010) e Obra Nova (2012), constituindo-se, também, como leitura obrigatória para os membros da Comunidade.



Brasil a fora. Está presente, como formadora, em todos os principais eventos promovidos pela CCSH, sejam externos (Renascença, Halleluia, Fórum Shalom, Encontro Geral da Obra), sejam internos (CACV, Retiro da Grande Comunidade, Retiro das Autoridades, Reciclagem).

A análise que aqui apresento foi construída, como todo o texto, a partir das entrevistas, da leitura do material selecionado (inclusive os documentos da Comunidade) e das observações de campo realizadas durante o tempo da pesquisa doutoral (2014-2017).

Quando conheceu Moysés, o “jovem que pregava com poder”, em 1978, Emmir já era uma liderança de destaque dentro da RCC, tendo iniciado seu engajamento eclesial nos grupos do Cursilho de Cristandade, junto com seu esposo, Sérgio Nogueira²⁵², e cujos encontros aconteciam aos finais de semana. Do Cursilho de Cristandade, seguiu com estudos do “círculo bíblico” e, em março de 1976, realizou seu “seminário de vida no Espírito Santo”²⁵³. A partir daí, começa a trabalhar na Pastoral da Juventude em Fortaleza.

Nascida em Fortaleza no ano de 1951, Emmir teve de ir ao Rio de Janeiro para cursar a faculdade que desejava e que, à época, não existia na cidade: Psicologia. Por causa de problemas familiares, teve de voltar ao estado do Ceará e iniciou o curso de Letras, no qual graduou-se e, a partir do qual, atuou como professora de inglês numa importante escola de idiomas da cidade, por alguns anos. Dividia-se entre o trabalho profissional, o trabalho na pastoral²⁵⁴ e a coordenação do grupo de oração Adonai, que reunia-se no colégio Santa Filomena e que, conforme vimos nas palavras de Célio di Cavalcanti, era o que reunia “o pessoal mais preparado”, o que significava dizer os membros de maior escolaridade e capital cultural dentre os grupos da RCC.

²⁵² Sérgio foi, por algum tempo, membro da Comunidade de Aliança, estando hoje dela desligado, mas atuando profissionalmente no setor de Tecnologia da Informação da CCSH, na Diaconia (Aquiraz, CE). Dos quatro filhos que tem com Emmir, dos quais apenas um, Felipe, foi membro da Comunidade de Vida, mas hoje, também, encontra-se dela desligado.

²⁵³ Se inúmeras foram as referências ao “batismo no Espírito” do “nosso fundador” que ouvi durante as entrevistas, inclusive sendo ressaltado como um importante fato para a “história da Comunidade”, nenhuma referência ouvi do “batismo no Espírito” de Emmir. Mesmo o livro “Uma Obra Nova para um Novo Tempo”, escrito pelo Padre João Wilkes, que apresenta, no capítulo dedicado ao “fundador”, a experiência vivenciada por Moysés, não há referência ao mesmo fato vivenciado por Emmir e nem um capítulo dedicado à “co-fundadora”. Há, pois, se o leitor me permite afirmar isso numa nota de rodapé, um primeiro fato a ilustrar a relação de subalternidade de Emmir: seu “batismo no Espírito” não porta a importância comunitária que o de Moysés.

²⁵⁴ Uma vez que estou a falar do final dos anos 1970, este ainda era um período em que a RCC não havia estabelecido-se estruturalmente como conhecemos hoje e, tampouco, tinha a legitimidade que hoje tem, estando, aí, seus membros “obrigados” a dividirem-se entre os grupos de oração e os trabalhos pastorais.



Nesse tempo Emmir já era uma figura de expressividade no que depois constituiria a RCC de Fortaleza. É em 1978 que se dará seu encontro com Moysés, descrito por ela da seguinte forma:

Coincidentemente nós trabalhávamos na mesma pastoral, mas nunca encontrei com o Moysés na pastoral. Ele era do 21 e eu era do 37, eu e o Sergio. Historicamente, é distante um do outro. Eu era coordenadora da Renovação e começaram a me falar: “olha tem um rapaz que prega com autoridade, com poder, um menino”. Eu dizia: “ô meu Deus, que coisa maravilhosa, quem é essa criatura?”. E um dia ele me ligou perguntando se eu aceitava pregar num encontro. Ai eu falei: “você é o famoso Moysés que prega com poder?”. E a partir desse dia, pronto, nós nunca mais nos separamos.

Com a intensificação do trabalho pastoral, multiplicaram-se os encontros com os membros dos outros grupos de oração, e a inevitável aproximação com o grupo liderado por Moysés, ainda que na condição de “formadora” dos retiros e dos encontros de oração. Uma vez que já era uma liderança dentro da RCC (sendo, depois, por várias vezes coordenadora do movimento no Ceará), conhecedora de outros idiomas e com as habilidades desenvolvidas na profissão de professora, Emmir destacava-se no plano da “formação” dos diversos grupos, e será nessa condição que se intensificará sua presença entre aqueles que, depois, formariam o primeiro núcleo da CCSH.

Quando, a partir de 1997, a CCSH resolveu pedir o reconhecimento diocesano, em Fortaleza, para suas “Regras de Vida”, Moysés ainda ocupava a função (e se denominava como) de “coordenador” da Comunidade, o que nos leva a concluir que Emmir ainda não havia se tornado a co-fundadora, ou ao menos ainda não se autodenominava assim. De fato, estes termos só vieram a fazer parte da Comunidade quando da constituição dos Estatutos que balizariam as formas de vida e estruturariam a Comunidade frente ao Direito Canônico Católico.

A identificação de Emmir como “co-fundadora” se deve ao próprio Moysés, como quase tudo o que diz respeito à CCSH existe por seu poder de enunciar coisas, “fazer coisas com palavras”. Isso foi-me relatado pelos dois durante a realização das entrevistas:

Eu sempre identificava nela uma graça, fui percebendo que o chamado de Deus a mim a envolvia também. [...] Fomos percebendo, como Comunidade, que a construção do carisma passava por ela (Moysés).

Um dia, depois de uma oração comunitária, o Moysés me chamou e disse: “Emmir, você não percebe que você é a co-fundadora desse carisma?” (Emmir)

Passo, agora, a apresentar as imagens/representações em torno da *persona* de Emmir Nogueira que pude observar a partir da realização das entrevistas, transcrevendo, abaixo, aquelas que foram mais significativas, a começar pelas representações do próprio Moysés e da



própria Emmir, passando pelos demais entrevistados. Tais representações ressaltam, sobretudo, a compreensão acerca do “feminino” e da “mulher” que estão presentes no imaginário da CCSH e que, presentes em Emmir, espraiam-se pelas demais mulheres da Comunidade. Para facilitar a compreensão do leitor e minha exposição, agrupei tais imagens em blocos, uma vez que fui percebendo que elas se repetiam, dando mostras de um verdadeiro trabalho de produção do pensamento comunitário, quase a produzir uma “unanimidade”, que leva os sujeitos a referirem-se quase que nos mesmos termos, ou, quando não, utilizando termos semelhantes, mas para expressar uma mesma ideia, que aqui considero central: mesmo sendo a “co-fundadora”, Emmir apresenta uma dimensão “mais humana” do que Moysés, o que significa dizer que ele é, de fato, representado como alguém “divinizado”, enquanto ela é “humana”, no sentido de “inferior” a ele, conforme veremos adiante.

A primeira imagem utilizada para referir-se à Emmir é a da “mulher” que “complementa”²⁵⁵ a pessoa de Moysés, homem, revelando, para os membros, uma suposta “sabedoria divina” na escolha dos dois sexos para a “condução” da Comunidade²⁵⁶. Vejamos algumas afirmações nesse sentido:

Há uma complementaridade de gênero. O homem tem a visão mais prática, desbravadora, e a mulher é mais observadora, detalhes [...] A dimensão da ação da graça de Deus num homem e numa mulher já é uma complementaridade; eu, celibatário; ela, casada; eu como homem sou mais da evangelização, no sentido de que a Comunidade vá à fonte. (Moysés de Azevedo).

Deus gosta dessa complementaridade, Francisco e Clara, Teresa e João (Entrevistado A).

Deus deu o carisma de, junto com o fundador, tornar inteligível, formativo, aquilo que Deus deu ao Moysés. *Há uma complementaridade humana, perfeita. Moysés é homem 100%*, sublinha o que é um homem e um pai: olhar para fora, ter autoridade, tirar de cada filho o que cada filho pode dar. [...] Uma paternidade, isso foi fundamental para a Comunidade [...] *A Emmir é muito mãe, muito mulher*, olha para cada um, minuciosa, vê as necessidades de cada um, se fazendo presença materna de cada um na Comunidade (Entrevistado B).

²⁵⁵ Tão arraigada é essa crença na suposta “complementaridade” de sexo/gênero entre Moysés e Emmir na CCSH, que uma entrevistada chegou a dizer que “se não fosse ela, seria outra mulher”, o que mostra uma certa não-imprescindibilidade da pessoa de Emmir em sua fala. Destaco, porém, que essa crida “complementaridade” não é observada no conjunto das Novas Comunidades, especialmente das brasileiras: a Canção Nova, por exemplo, é fundada por Padre Jonas, e tem como co-fundadores o casal Eto e Luisa; a Comunidade Oásis (RS) tem duas mulheres, uma como fundadora e outra como co-fundadora; a Comunidade Recado (CE) tem apenas Luis de Carvalho; os exemplos podem ser muitos.

²⁵⁶ Apesar de, efetivamente, como venho afirmando nesse texto, o comando seja exercido efetivamente por Moysés.



Como mulher ela exerce a nível pessoal e comunitário a missão primordial da mulher: ser “ezer”²⁵⁷, socorro de Deus [...] o auxílio, a “ezer” para a Comunidade [...] o impacto da Emmir como mulher, nas mulheres da Comunidade, é muito forte [...] a postura silenciosa, o estar no seu lugar [...] a capacidade intelectual da mulher [...] sem querer se impor (Entrevistado C).

Emmir tá pensando e já tá escrevendo; eles são complementares, como um homem e uma mulher; é um amparo, um suporte nas grades formativas (Entrevistado D)

E entre mim e o Moisés há uma grande complementaridade espiritual e de amizade, como homem e mulher (Emmir).

O que podemos depreender dessas primeiras afirmações? Moisés, “como homem”, “homem 100%”, é, em suas próprias palavras, aquele que “desbrava”, que abre os caminhos por onde a Comunidade deve ir, apresentando-se mesmo como a “fonte”, tem “autoridade”, sendo de fundamental importância sua “paternidade” para a Comunidade. Por sua vez, como “mulher”, “muito mulher”, “mãe”, Emmir é representada como “observadora”, que enxerga os “detalhes”, com uma forte presença “materna” e que, acima de tudo, “realiza” de modo pleno o “ser mulher”²⁵⁸: ser “auxiliar” (obviamente, de Moisés, o “homem 100%”), de “postura silenciosa” (para não revidar ordenações de Moisés? Para resignar-se ao longo do tempo diante da condução da Comunidade?²⁵⁹) e que sabe “estar no seu lugar”, o lugar de mulher, de “ezer”, de “auxiliar”, de “submissão”, de subalternidade.

Por ser uma “mulher”, Emmir é continuamente associada ao papel de “mãe”, exercendo uma “maternidade” sobre a Comunidade, que se difere da “paternidade” de Moisés, que diz respeito à “autoridade” sobre esta, que exerce por ser “homem 100%” (observe o leitor a reprodução das representações naturalizadas acerca das figuras do homem e da mulher):

A maternidade tem sempre uma dimensão de educação, cuidado, de humanização até [...] Ela tem esse papel (Moisés de Azevedo).

Uma mãe que me ensina a ser amigo de Deus [...] maneira dela olhar, dela exortar, uma sabedoria (Entrevistado E).

Um pai que mostra o caminho e educa e uma mãe que forma (Entrevistado B).

Emmir é maternidade [...] é aquela que chora as dores dos filhos [...] mãe de consolar e de corrigir (Entrevistado F).

²⁵⁷ Palavra hebraica que significa “auxílio”, “ajuda”, “socorro”.

²⁵⁸ Obviamente, reproduzindo aqui imagens naturalizadas do que venha a “ser uma mulher”, imagens estas desde há muito tempo desconstruídas por inúmeros nomes das Ciências Humanas, ao menos desde a obra de Simone de Beauvoir.

²⁵⁹ A autora da afirmação, hoje consagrada na Comunidade de Aliança, trabalhou por muito tempo com dos dois, o que significa dizer que a afirmação, dita por ela, tem um profundo conhecimento do cotidiano das relações intracomunitárias.



Fui assumindo uma maternidade espiritual mais relevante do que meu exercício apostolar. O que eu vejo a comunidade reconhecer é a minha maternidade espiritual e a paternidade espiritual do Moisés (Emmir).

Como “mulher”, “auxiliar” e “mãe” coube a Emmir desempenhar um papel a que, ao que pude observar, corresponde uma certa dimensão “menor”, mais “humana”²⁶⁰ em relação ao papel desempenhado por Moisés, cabendo-lhe executar aquilo que este, por ser mais “elevado” no que eles consideram ser o “plano da graça divina de fundação da Comunidade”, não pode realizar. Vejamos algumas afirmações que vão nesse sentido:

Ela vai validando, confirmando, dando entendimento daquilo revelado pelo Moisés. O Moisés, como homem, lança; a Emmir vai juntando as peças, como que dando uma compreensão, como que ela fosse uma decodificadora do carisma [...] ela consegue traduzir o pensamento do fundador em forma de formação [...] são pessoas que se complementam, como Clara e Francisco (Entrevistado C).

Moisés não tem paciência para essas coisas [...] ela é como a lua, que recebe a luz [...] vai traduzindo, tentando cavar dentro do que o Moisés falou [...] vai na raiz do verbo, vai cavando, e fazendo um bem enorme à Comunidade (Entrevistado D).

A Emmir é a sabedoria [...] é essa pessoa, como alguém mais velho, que conheceu o Moisés mais jovem, que vai captando tudo, e vai traduzindo muito isso para a Comunidade [...] nos ajuda a interpretar o espírito do fundador [...] a capacidade de estudo dela, de análise, ela fez Letras, né? Ela faz essa interpretação muito profunda do carisma (Entrevistado A).

Emmir é algo inexplicável, é uma potência, super inteligente, se tivesse no mundo seria um estrago. Estaria no Jô Soares [...] *tem uma capacidade de intelectualizar aquilo que o Senhor coloca de espiritual e sobrenatural no Moisés [...] ela vai juntando, condensando aquilo que ele vai recebendo, porque a graça é dele, ela torna natural aquilo que é sobrenatural. [...] É sabedoria de Deus escolher o ser feminino e o masculino (Entrevistado G).*

Mulher muito culta, inteligentíssima [...] ela consegue interpretar aquilo que o Moisés diz, que o Moisés vive, fala [...] ele não interpreta, ele vive; ela interpreta, consegue ler de uma forma que nós não conseguimos [...] Ele fala como um homem e ela interpreta por meio da psicologia feminina (Entrevistado F).

O pessoal diz que *o Moisés tange a boiada e que eu vou do lado para pôr os bois na fila. Gostei muito dessa definição e é assim que eu me sinto, entendeu? O Moisés é aquele, e é um papel bem masculino mesmo (Emmir).*

As afirmações, cada uma a seu modo, ilustram aquilo que afirmamos antes: a autoridade e a centralidade do “carisma shalom” pertence a Moisés. Sua ocupação, por assim dizer, como “fundador” – “escolhido dos escolhidos” – é com “negócios espirituais”, por isso, como disse

²⁶⁰ Na peça teatral “O campo de trigo”, encenada por ocasião dos 35 anos da Comunidade, em 2017, há uma referência à Emmir como aquela que “tem a sensibilidade de uma mulher de Deus”, que “tem uma profunda capacidade de se colocar no lugar do outro”, “cheia de palavras de sabedoria”, e que, “como filha”, se deixa “amar e cuidar”.



o entrevistado D, e também o próprio Moysés²⁶¹, “ele não tem paciências para essas coisas”, ou seja, para a orientação formativa da Comunidade por meio de textos escritos, livros etc, cabendo à sua “auxiliar”, dada sua “condição humana” de mulher, por excelência, essa “função” (observe, pois, uma verdadeira “divisão do trabalho” religioso, onde o papel de “contato com o divino” cabe, na melhor tradição católica, ao homem). A função dada à Emmir é a de confirmar, “naturalmente”, aquilo que é, “sobrenaturalmente” revelado a Moysés, “juntar as peças”²⁶² daquilo que ele vai dizendo à Comunidade, como alguém a quem cumpre “decodificar” a mensagem dada a ele, pois, sendo tal mensagem representada como algo do plano “sobrenatural”, não seria compreensível, segundo se crê comunitariamente, aos demais membros (“*ela consegue traduzir o pensamento do fundador*”).

Não tendo “luz própria” - pois, como lembrou o entrevistado C, “a graça é dele”, de Moysés - Emmir, assim, como a “lua”, só pode obter sua luz do “sol”²⁶³, o homem Moysés (como se lê na declaração acima), “traduzindo” e “cavando” coisas a partir não do que ela mesma pode enunciar, mas sempre a partir do que é dito ao e pelo fundador. Segundo suas próprias palavras, ela não “tange a boiada”, mas apenas vai “ao lado” para auxiliar “os bois” no rumo do caminho traçado pelo grande chefe. É pois, também ela, uma liderada. Ou, em outras palavras, uma dominada que se vê, ela mesma, nessa “feliz condição de auxiliar”²⁶⁴. Enquanto Moysés “vive”, Emmir ocupa-se de “interpretar” a vida deste, naquilo que interessa à condução da Comunidade, tendo essa capacidade pelo fato de exercer a “psicologia feminina”.

Assim, pois, ao que me parece, estamos diante de uma espacialidade – a CCSH – estruturada em termos de uma clara divisão de trabalho religioso entre os dois (Moysés e Emmir), sendo um o “revelador” e a outra a “intérprete”, tomando, ao fim e ao cabo, pelo que se pode depreender das afirmações acima transcritas, a forma de uma estruturação por sexo/gênero, que reproduz a mesma lógica de dominação existente na sociedade ocidental, em geral, e no catolicismo, em particular.

²⁶¹ “Não gosto de escrever, gosto de falar”, disse-me ele durante a realização da entrevista.

²⁶² Essa imagem de Emmir como aquela que “junta as peças” lançadas por Moysés é muito representativa do pensamento comunitário, aparecendo reiteradas vezes nas entrevistas, inclusive com os entrevistados se reportando ao espetáculo “Resposta”, que conta a “história da Comunidade” (na verdade, ao assistirmos, o que vemos é a história de Moysés), onde se vê Emmir ser interpretada como uma jovem que vai, ao longo do tempo, juntando folhas de papel que são lançadas ao chão pelo jovem que interpreta Moysés.

²⁶³ “Moysés é mais importante, a autoridade é dele, é masculina, é do homem”, disse o entrevistado G durante a entrevista.

²⁶⁴ Como lembra Bourdieu (2001, p. 209), “os atos de submissão, de obediência, são atos de conhecimento e de reconhecimento os quais, nessa qualidade, mobilizam estruturas cognitivas susceptíveis de serem aplicadas a todas as coisas do mundo e, em particular, às estruturas sociais”.



Ora, não podemos aqui enxergar a reprodução milenar de posição de poder e comando conferida ao sexo masculino como o único que pode obter a ordenação sacerdotal e, por isso mesmo, serem os homens os “dispensadores dos bens simbólicos de salvação”? Ou seja, não os homens os únicos que podem fazer parte do clero católico? Nesse sentido, Moysés parece ocupar essa mesma posição, de “dispensador da graça” dentro da CCSH. A “revelação” do carisma, os encaminhamentos, as modificações, as orientações, aberturas de novas missões, decisões importantes, representação da Comunidade perante a Igreja, e mais uma infinidade de coisas passam por ele, não se produzem sem ele. Quanto à Emmir, ao que me parece, foi-lhe legado, na história comunitária, um lugar de subalternidade, uma posição inferior em relação ao fundador, também ressaltada pelos interlocutores a partir de sua condição de “mulher”; uma função de “primeira” observadora atenta de suas ordenações, de sua vontade, de suas “revelações”, mantendo o lugar historicamente reservado à mulher no interior do próprio catolicismo.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Moysés. **Vós, quem dizeis que eu sou?** – incluindo testemunho de vida do autor, 5ª ed, Aquiraz, Ce, Edições Shalom, 2011.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov *In:*

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, arte e política:** ensaios sobre literatura e história da cultura, 7ª ed, São Paulo, Braziliense, 1994.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido:** a orientação do homem moderno, 2ª ed, Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BERTAUX, Daniel. **Narrativas de Vida:** a pesquisa e seus métodos, São Paulo: Paulus, 2010.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades:** limites da democracia no Brasil, São Paulo, Boitempo, 2018.

BOUILLOUD, Jean Philippe. **A Autobiografia** – um desafio epistemológico *In:* TAKEUTI, Norma (org.). Reinvenções do sujeito social: teorias e práticas biográficas, Porto Alegre, Sulina, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado:** Cursos no Collège de France (1989-92), Trad.: Rosa Freire D’Aguiar, São Paulo, Companhia das Letras, 2014.

_____. **Meditações Pascalianas,** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.



_____. **A Economia das Trocas Linguísticas: O que falar que dizer**, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1996. (Clássicos; 4).

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude; CHAMBOREDON, Jean-Claude. **A Profissão de Sociólogo: preliminares epistemológicas**, Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BRUNER, Jerome. **Fabricando Histórias: Direito, Literatura, Vida**. São Paulo, Letra e Voz, 2014.

_____. **Atos de Significação**, Porto Alegre, Artes Médicas, 1997.

CARRANZA, Brenda. Perspectivas da neopentecostalização católica. *In: CARRANZA, Brenda; MARIZ, Cecília; CAMURÇA, Marcelo. Novas Comunidades Católicas: em busca do espaço pós-moderno*, Aparecida, SP, Ideias&Letras, 2009.

_____. **Renovação Carismática Católica: origens, mudanças e tendências**, Aparecida, SP: Santuário, 2000.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. *In: MARI, Hugo et alii* (org.). **Análise do Discurso: fundamentos e práticas**, Belo Horizonte, Núcleo de Análise do Discurso, 2001.

CONNEL, Raewyn&PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global – compreendendo o gênero – da esfera pessoal à política – no mundo contemporâneo**, 3.ed. São Paulo, nVersos, 2015.

DIAS, Maria Odila Leite. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**, 2.ed, São Paulo: Brasiliense, 1995.

DUCROT, Oswald. **O Dizer e o Dito**, Campinas, SP, Pontes, 1987.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**, São Paulo, Centauro, 2003.

_____. “Memória, esquecimento, silêncio”. **Estudos Históricos**, vol. 2, n.3, Rio de Janeiro, p. 3-15, 1989.

HÉRVIEU-LEGER, Danièle. “A transmissão religiosa na modernidade: elementos para a construção de um objeto de pesquisa”. **Estudos de Religião**, n.18, Rio de Janeiro, 2000.

KOFES, Suely. **Uma Trajetória, em narrativas**, Campinas, SP, Mercado de Letras, 2011.

LEJEUNE, Philippe. **O Pacto Autobiográfico: de Rousseau à internet**, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.

LIDHOLM, Charles. **Carisma: êxtase e perda de identidade na veneração do líder**, Rio de Janeiro: Zahar, 1993.



LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher** – permanência e revolução do feminino, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARIZ, Cecilia. Novas Comunidades: por que crescem? *In: Novas Comunidades Católicas: em busca do espaço pós-moderno*, Aparecida, SP, Ideias&Letras, 2009.

NOGUEIRA, Maria Emmir Oquendo. **Estudo Sobre o Escrito Amor Esponsal**, 5ª ed, Aquiraz, 2012.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, vol. 5, n.10, Rio de Janeiro, p. 200-212, 1992.

SOUSA, Ronaldo José de. **Carisma e Instituição**: relações de poder na Renovação Carismática do Brasil, Aparecida, SP, Editora Santuário, 2005.

VELHO, Gilberto. **Um antropólogo na cidade**: ensaios de antropologia urbana, Rio de Janeiro, Zahar, 2013.



Uma imagem, tantas possibilidades: os avanços e desafios no estudo das caricaturas

Gabriel Ignacio Garcia²⁶⁵

Recebido em: 27/01/2019

Aceito em: 01/03/2019

RESUMO

As caricaturas são uma das formas de comunicação visual mais populares na contemporaneidade. Desde os escritos de Charles Baudelaire, no século XIX, até as últimas décadas, com os trabalhos mais recentes da nova História Cultural, estudiosos vem se debruçando sobre as caricaturas, refletindo até que ponto essas imagens reproduzem os imaginários e mentalidades de sujeitos e grupos sociais. Amparado em alguns desses estudos, o presente trabalho tem dois propósitos. O primeiro, pensar a historicidade das caricaturas, seus usos e apropriações políticas e sociais. O segundo, efetuar um mapeamento dos principais desafios que esse tipo de linguagem oferece aos historiadores. Esperamos assim, oferecer um panorama sobre as discussões metodológicas que têm sendo feitas acerca desse formato imagético nas ciências humanas.

Palavras-chave: Caricatura. Representações. Metodologia.

An image, so many possibilities: the advances and challenges in the caricature study

ABSTRACT

The caricatures are one of the most popular forms of visual communication in contemporary times. From the writings of Charles Baudelaire in the nineteenth century to the last decades, with the most recent works of the new Cultural History, scholars have been examining the caricatures, reflecting the extent to which these images reproduce the imaginaries and mentalities of subjects and social groups. Based on some of these studies, the present work has two purposes. The first is to think about the historicity of caricatures, their uses and political and social appropriations. The second is to map the main challenges that this type of language offers historians. We hope to provide an overview of the methodological discussions that have been made about this imaging format in the humanities.

Keywords: Caricature. Representations. Methodology.

²⁶⁵ Graduado em História pela Universidade Estadual de Londrina. Mestre em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina. Durante a graduação e o mestrado desenvolveu pesquisas sobre o papel das caricaturas. Link do Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K8130550T0>. E-mail: gabriel-i-garcia@hotmail.com.



1 INTRODUÇÃO: A IMPORTÂNCIA DA CULTURA VISUAL

A caricatura não deixará de ser o espelho fiel de nosso tempo de chalaças, de decepções políticas, de macaquices e paradas religiosas, monárquicas ou patrióticas.²⁶⁶

Vivemos em uma realidade permeada pelas imagens nos mais diversos formatos e plataformas. As redes sociais, com destaque para o Facebook, potencializam a instantaneidade de uma comunicação visual baseada em “memes” e *emotions*. Vinculados ao noticiário, na mesma velocidade em que se multiplicam rapidamente nos posts, também se tornam obsoletos e saem de moda. Seriam os “memes” os espelhos de nosso tempo, marcado, assim como o de Philipon, por tantas decepções políticas? Apenas constatar esse poder que as imagens exercem não é suficiente, é preciso investigar o papel que desempenham, as representações e conteúdos que vinculam, os grupos que delas se servem, afinal, como observou o pesquisador da cultura midiática Douglas Kellner, “são as representações que nos ajudam a constituir uma visão de mundo e de indivíduo, o senso de identidade e sexo, consumando estilos e modos de vida, bem como pensamentos e ações sociopolíticas”.²⁶⁷

Para lidar com essa crescente cultura visual, no meio historiográfico, uma série de avanços teóricos foi feita nas últimas décadas, permitindo que as imagens deixassem de ser usadas como meras ilustrações das pesquisas acadêmicas. Nesse processo, impossível não mencionar a influência de estudiosos da arte, como Erwin Panofskye e seu famoso método iconográfico e iconológico.²⁶⁸ Ou ainda, no campo da história, do historiador inglês Peter Burke e sua obra “Testemunha Ocular”.²⁶⁹ Contudo, os desafios não cessam, e o estudo meramente descritivo das imagens segue figurando como problema a ser enfrentado. Como veremos, embora nosso objetivo central seja a discussão sobre as metodologias de análise imagética, acreditamos na necessidade de ampliação da nossa concepção do que é o “Visual”, tal como sustentou Ulpiano Bezerra de Menezes:

Assim, a expressão “História Visual” só teria algum sentido se se tratasse não de uma História produzida a partir de documentos visuais (exclusiva ou predominantemente), mas de qualquer tipo de documento e objetivando examinar a dimensão visual da sociedade. “Visual” se refere, nessas condições, à sociedade e não às fontes para seu

²⁶⁶ Charles Philipon, **La Caricature**, 28 de abril de 1831.

²⁶⁷ KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. Bauru, SP: EDUCS, 2001, p. 82.

²⁶⁸ PANOFSKYE, Erwin. **Estudos de Iconologia**. Lisboa: Estampa, 1986.

²⁶⁹ BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru: EDUSC, 2004.



conhecimento — embora seja óbvio que aí se impõe a necessidade de incluir e mesmo eventualmente privilegiar fontes de caráter visual.²⁷⁰

Desse modo, caminham, paralelamente, o tratamento diferenciado da fonte (com todas as singularidades iconográficas), e a justaposição com outras tantas fontes imagéticas e textuais, que de modos particulares complementam o cenário histórico que se deseja visualizar. Visa-se assim, abranger os sistemas de comunicação social (produção, circulação e consumo visual); os sistemas de controle, que conferem ostentação ou invisibilidade aos objetos de observação; e por fim, “os instrumentos e técnicas de observação”, com “os modelos e modalidades do ‘olhar’.”²⁷¹

Partindo dessas rápidas pinceladas sobre a “cultura oculocêntrica” em que estamos imersos, e dos desafios propostos pela História Visual, na sequência recuaremos no tempo localizando as principais etapas do surgimento e desenvolvimento das caricaturas, especialmente, a partir dos séculos XVIII e XIX. Através das novas técnicas de impressão, o cotidiano, lugar de lutas e negociações, passou a ser narrado por meio de imagens e textos nas páginas dos panfletos, folhetins e jornais. Além disso, mapearemos os principais elementos gráficos e discursivos que compõe essa linguagem, bem como, sua constituição ideológica, política e social.

2 O DESENVOLVIMENTO DA CARICATURA COMO GÊNERO ARTÍSTICO

Joaquim da Fonseca em seu livro “Caricatura; a imagem gráfica do humor”, propôs um recuo até a Roma Antiga para buscar “manifestações daquela arte ainda balbuciante, que se expressava pela linguagem do grotesco, um dos muitos aspectos da caricatura”.²⁷² Tomados os devidos cuidados para não incorrer em anacronismo, algumas imagens romanas, como é o caso de um grafite que retrata um homem de nariz grande e queixo pontudo, com a inscrição em latim “*Rufus est*” (Este é Rufo), possui uma boa semelhança com os traços de tipo caricato moderno. Alguns teóricos recuaram ainda mais, como é o caso de Robert de La Sizeranne que recordou o aspecto simbolista da civilização egípcia, metamorfoseando animais e seres humanos na composição das divindades. Na divisão proposta por ele, essa seria a primeira fase

²⁷⁰ MENESES, Ulpiano Bezerra de. **Fontes visuais, cultura visual, História visual**. Balanço provisório, propostas cautelares. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 23, nº 45, 2003, p. 28.

²⁷¹ *Ibidem*, p. 30-31.

²⁷² FONSECA, Joaquim da. **Caricatura: a imagem gráfica do humor**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999, p. 43.



da história da caricatura. O segundo momento, na Renascença, a conceituação em torno da palavra *caricare* teria delineado a sua finalidade. Finalmente, a terceira fase se caracterizaria pelos artistas especializados na elaboração desse tipo imagético.²⁷³

Passando pela Idade Média, Fonseca chamou a atenção para a presença de um “espírito caricatural”. Em iluminuras, manuscritos, pórticos e vitrais, mesmo sob o olhar cauteloso e vigilante da Igreja, a sátira encontrou espaço para debochar e criticar, até mesmo, os desvios religiosos. No final do medievo, isso se tornou ainda mais nítido em razão dos movimentos de Reforma e Contra-Reforma, com gravuras contundentes atacando as autoridades religiosas, como o papa Alexandre VI e o reformador Martinho Lutero. No campo da pintura, não há como deixar de mencionar a originalidade do holandês Hieronymus Bosch (1450-1516), com sua imaginação fantástica expressa em “O jardim das delícias” (entre 1480-1505).²⁷⁴ Sua ousadia proporcionou representações que até hoje intrigam os historiadores da arte.

Chegando a Modernidade, marcada pela agitação das revoluções e uma acelerada dinâmica social, nos deparamos com um terreno fecundo onde a caricatura pode crescer e amadurecer. Gilberto Maringoni de Oliveira levantou a tese de que a caricatura teve como genitores duas revoluções; a Industrial e a Francesa. Enquanto a primeira ofereceu as novas técnicas de reprodução, a segunda apresentou com novos ideários.²⁷⁵ Marilda L. P. Queluz salientou ainda que, o desenvolvimento urbano e a formação de uma cultura de massa do humor ilustrado (na forma de jornais, revistas, quadrinhos...), propulsionaram o consumo das imagens visuais, que somando-se com outros elementos, culminaram mais tarde na cultura do consumo.²⁷⁶ Por sua vez, Elias Tomé Saliba, sublinhou esse suporte imagético como uma resposta às novas modalidades de sensibilidade e percepção, impactadas pelas revoluções tecnológicas:

As próprias formas de representação humorística (concisão, brevidade, trucagens, rapidez, reversibilidade de significados, desfamiliarização etc.) se prestavam de servir de recurso típico de representação, dada a sua saliente afinidade com a fragmentação, a velocidade e, em termos humanos, com os deslocamentos de sentido e subsequente alienação: em síntese, a afinidade, dos procedimentos mais comuns à representação

²⁷³ Ibidem, p. 19.

²⁷⁴ Ibidem, p. 46-48.

²⁷⁵ OLIVEIRA, Gilberto Maringoni de. **Angelo Agostini ou impressões de uma viagem da corte à capital federal (1864 - 1910)**. São Paulo: USP, 2006 (Tese de doutorado), p. 17-18.

²⁷⁶ QUELUZ, Marilda Lopes Pinheiro. **Releitura do cotidiano: as estratégias da caricatura**. Curitiba: Anais III Fórum de pesquisa científica em arte. Escola de Música e Belas Artes do Paraná, 2005, p. 245.



humorística com tudo aquilo que – segundo a descrição famosa – “era sólido e se desmanchava no ar”.²⁷⁷

Traçando a história do riso e do escárnio, George Minois destacou a liberdade de expressão como um fator catalisador dessa forma de expressão. Na França setecentista, as caricaturas, ou desenhos comentados, serviram-se de elementos populares, temas carnavalescos, e mascaradas, abrangendo um público diverso que incluía artesãos, operários iletrados e até camponeses ricos. Colocando em cena tipos coletivos ou destruindo ídolos, desempenhava uma função pedagógica, derribatória e carnavalesca.²⁷⁸ Assinalando o papel político e o alcance junto às camadas populares, o estudioso descreveu a instrumentalização revolucionária da caricatura:

A função essencial da caricatura revolucionária é a dessacralização, o rebaixamento dos antigos valores, dos antigos mestres, dos antigos ídolos: monarquia, nobreza, clero são precipitados numa onda de escatologia e obscenidade. Essa função é claramente definida por uma moção do Clube dos Jacobinos: “Vamos empregar todos os desenhistas para fazer as caricaturas mais desonrosas contra os inimigos dos jacobinos. M. Gorsa ficara encarregado de emprestar o seu gênio burlesco para a execução desse projeto”. Da mesma forma, o comitê de saúde pública pede a David que empregue todos os seus meios e seus talentos para “realizar com muitas gravuras e caricaturas que possam despertar o espírito público e fazê-lo sentir que são atozes e ridículos os inimigos da liberdade e da República”. Segundo o comitê, essa “espécie de escrita falada e colorida serve maravilhosamente aos iletrados”, é uma arma de propaganda eficaz entre os sans-culottes.²⁷⁹

Não apenas os revolucionários fizeram o uso da caricatura como ferramenta de persuasão, mas também os contra-revolucionários a empregaram de forma cáustica e virulenta.²⁸⁰ O episódio revolucionário nos serve para pensar o papel paradoxal dessas imagens na sociedade, servindo tanto para atacar e fustigar situações de exploração e injustiça, quanto para se encobrir com “as vestes do moralismo, do puritanismo e até mesmo do conformismo”.²⁸¹ Com base em tais acontecimentos, dois pontos merecem a nossa atenção para o entendimento das caricaturas nos séculos XVIII e XIX. O primeiro, a maleabilidade, a fácil apropriação por diferentes grupos na defesa de seus valores e na confrontação de seus inimigos. O segundo, a percepção do seu alcance junto às massas, servindo como um meio de esclarecimento, convencimento e chamamento às causas.

²⁷⁷ SALIBA, Elias Tomé. **Raízes do riso**: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio. São Paulo: Cia das Letras, 2002, p. 32.

²⁷⁸ MINOIS, Georges. **História do riso e do escárnio**. São Paulo: UNESP, 2003, p. 468-469.

²⁷⁹ Ibidem, p. 469.

²⁸⁰ Ibidem, p. 470.

²⁸¹ FONSECA, Joaquim da. **Caricatura**: a imagem gráfica do humor. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999, p. 19.

Podemos então localizar entre os séculos XVI e XVII as influências e mudanças que foram determinantes para essa consolidação da caricatura nos séculos seguintes. As novas concepções artísticas advindas com a modernidade questionaram a noção de uma arte voltada para propósitos estritamente religiosos, colocando o ser humano e sua racionalidade em lugar de evidência. O italiano Giuseppe Arcimboldo (1530-1593), com criatividade propôs uma nova forma de retratar, confeccionando a representação de fisionomias humanas a partir da harmonização de livros, verduras, frutas e flores, como no retrato do imperador romano-germânico Rodolfo II (1590). Destacado desenhista, Jacques Callot (1592-1635), denunciou os efeitos da guerra dos Trinta Anos em sua série “*Les Grandes Misères de la guerre*” (1633), e não deixou esquecidos os personagens marginalizados e oprimidos de seu tempo, como em “O mendicante” (1622). Esses são apenas dois, entre tantos outros nomes que despontaram ainda no século XV e XVI com uma proposta artística e estética marcada pelo grotesco.²⁸²

No século XVIII, outro grande nome das artes, o espanhol Francisco Goya (1746-1828), impactou a Europa com suas obras que denunciavam as injustiças, matanças, crueldades e obscuridades na natureza humana. Além de se notabilizar por célebres quadros como “A família de Carlos IV” (1801) e “Saturno devorando um filho” (1823), produziu uma quantidade notável de gravuras em água-forte. Uma delas, nomeada “Estragos da guerra” (figura 1), é uma entre 82 ilustrações que integram a série “*Los desastres de la guerra*”. Os horrores, atrocidades e a barbárie da guerra de independência espanhola foram retratados de forma crua. Os corpos despojados de sua dignidade apareceram largados, mutilados, retorcidos e expostos em árvores e locais públicos.

Figuras 1 e 2: Na direita, Goya denunciou a destruição e o caos gerados pela violência da guerra. Corpos e objetos se misturam formando uma composição dramática. Na esquerda, a gravura batizada de “*Asta su Abuelo*”, ridicularizou o militar Manuel Godoy (1767-1851). Buscando legitimar sua posição de prestígio, o duque contratou especialistas para forjar sua árvore genealógica. Mordaz, o artista ilustrou um asno apresentando um livro com as imagens de seus antepassados. Próximo ao livro, a imagem de um equídeo se repete dentro do brasão.²⁸³

²⁸² Ibidem, p. 24-55.

²⁸³ Imagens disponíveis em: <https://www.museodelprado.es/coleccion/artista/goya-y-lucientes-francisco-de/39568a17-81b5-4d6f-84fa-12db60780812>. Acesso em: 23 dez. 2018.



Obras como essas, nos trouxeram uma “natureza problemática e paradoxal, antinaturalistas, emancipadoras de novos processos artísticos”.²⁸⁴ Vale dizer que uma manifestação artística nunca se isola em determinado contexto, mas dialoga com outras correntes, seja de forma atrativa ou repulsiva. Assim sendo, atentar para os movimentos artísticos, as tendências estéticas e a originalidade de homens como Arcimboldo, Callot e Goya, nos parece uma alternativa segura para a compreensão mais abrangente dos aspectos gráficos da caricatura. A fragmentação vivenciada na arte, a alternativa do grotesco e, depois, da caricatura, ofereceram a possibilidade de representar uma realidade disforme e multifacetada. Os artistas mencionados anteriormente lançaram a base de imagens mais fluidas, com traçados destoantes da padronização imposta pelos cânones das artes clássicas. Além disso, o engajamento político e social foi um combustível extraordinário para a inspiração de alguns desses nomes de vanguarda.

Também no campo das técnicas de impressão algumas mudanças foram o estímulo que a caricatura precisava para romper fronteiras. A invenção dos tipos móveis, em 1450, por Johannes Gutenberg, desencadeou - com intervalos de tempo cada vez mais curtos - novas formas de editar e reproduzir. Em 1797, uma invenção foi determinante para o rumo dos impressos no século XIX, tratava-se da litografia.²⁸⁵ Inventada por Aloys Senefelder (1771-

²⁸⁴ BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. **Voltolino e as raízes do modernismo**. São Paulo: Marco Zero, 1992, p. 12.

²⁸⁵ O termo provém do grego e significa escrever sobre pedra. O processo da elaboração da litografia, mais comumente usado, consistia basicamente no seguinte procedimento: sobre a chamada “pedra de *Kelheim*”, com a ajuda de um lápis gorduroso, o artista fazia o desenho às avessas, feito isso, “a pedra passava por um processo de



1834), possibilitou duas grandes conquistas: a aceleração no processo de impressão dos exemplares²⁸⁶ e o barateamento dos custos. Situado pouco antes da popularização da fotografia, esse método foi mencionado pelo crítico literário e filósofo judeu Walter Benjamin, em seu texto “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”:

Com a litografia, a técnica de reprodução atinge uma etapa essencialmente nova. Esse procedimento muito mais preciso que distingue a transcrição do desenho numa pedra de sua incisão sobre um bloco de madeira ou uma prancha de cobre, permitiu às artes gráficas pela primeira vez colocar no mercado suas produções não somente em massa, como já acontecia antes, mas também sob a forma de criações sempre novas. Dessa forma, as artes gráficas adquiriram os meios de ilustrar a vida cotidiana. Graças à litografia, elas começaram a situar-se no mesmo nível que a imprensa.²⁸⁷

O ganho também foi perceptível na qualidade artística das imagens. O uso do creiom litográfico negro à base de gordura derivou em belíssimas ilustrações, ricas em traços, sombreados e acabamentos, de realização mais delongada com técnicas anteriores, como a xilogravura. De acordo com Fonseca²⁸⁸, desenhando diretamente nas matrizes de pedra, sem tanta dependência do gravador, o artista ganhou mais autonomia no processo de produção, imprimindo no resultado final uma “identidade técnica pessoal”.²⁸⁹

Difícil de precisar o instante do seu nascimento, a caricatura tem o exato dia de seu parto “perdido nas noites do tempo”, contudo, foi a partir do século XVII que se encorpou e definiu

gravação química, que tinha por objetivo fazer com que a gordura do material utilizado para desenhar penetrasse na pedra, criando uma ‘mancha química’, e dessensibilizando as áreas sem imagem, tornando-as insensíveis à recepção de gordura”. Para que ocorresse essa fixação, eram utilizados ácidos e substâncias específicas, como a goma arábica. O passo seguinte era espalhar uma pequena quantidade de água sobre a pedra, de forma que nas partes não desenhadas com o lápis ocorreria a absorção da água. Logo depois, com a ajuda de uma espécie de rolo, a tinta era espalhada sobre a superfície da pedra e as partes marcadas pela substância gordurosa absorviam. A tintura retida na pedra era posteriormente transferida para o papel, no momento da impressão. VEZZANI, Iriana Nunes. **Uma revista de tipo europeu: educação e civilização na Galeria Illustrada (Curitiba 1888-1889)**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2013, p. 125.

²⁸⁶ A oficina litográfica não exigia muita mão de obra. As tarefas eram divididas entre, “[...] ajudantes e aprendizes cuidavam das pedras, polindo-as e dando os banhos químicos de preparação para o desenho ou aplicação da tinta; o desenhista, que muitas vezes também era chamado de litógrafo, se responsabilizava pela criação na pedra; e o impressor operava a prensa. Em alguns casos havia ainda o letrista, prendado na arte de escrever invertido”. REZENDE, Livia Lazzaro. A circulação de imagens no Brasil oitocentista. CARDOZO, Rafael (org.). **O design brasileiro antes do design: aspectos da história gráfica, 1870 /1960**. São Paulo: COSACNAIFY, 2005, p. 36.

²⁸⁷ BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução. In: **Textos escolhidos**. Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Jürgen Habermas (sem org.). São Paulo: Abril Cultural, 1993, p. 6.

²⁸⁸ FONSECA, Joaquim da. **Caricatura: a imagem gráfica do humor**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999, p. 34.

²⁸⁹ Segundo Philippe Kaenel, foi no século XIX que a atividade de ilustrador se profissionalizou. Entre 1830 e 1880, os termos “ilustrar”, “ilustração”, “ilustrador” difundiram-se em todas as línguas, revelando uma paulatina especialização na prática de ilustração. KAENEL, Philippe. **Lê métier d’illustrateur (1830-1880)**: Rodolphe Töpffer, J. – J. Grandville, Gustave Doré. Paris: Ed. Messene, 1996, p. 8.



como gênero artístico.²⁹⁰ E meio ao contexto moderno, de transformações sociais e políticos, melhorias e ampliações nas comunicações, especialmente pelos meios impressos, as imagens galgaram um novo *status*. De raras e onerosas, destinadas aos serviços religiosos e aos interesses de autoridades e grupos abastados, elas se multiplicaram, ganharam novos suportes, dessacralizaram-se e industrializaram-se, promovendo uma crescente literatura ilustrada.²⁹¹ Popularizando-se, chegaram às mãos humildes e calejadas dos indivíduos das camadas inferiores da sociedade. A caricatura, de manifestação marginal às regras da estética, tornou-se “obra de arte, expressão positiva e rica em sentido”²⁹².

3 A CARICATURA COMO LINGUAGEM: ASPECTOS GRÁFICOS E DISCURSIVOS

Algo mais do que homens armados de um lápis e tendo como escudo uma folha de cartolina, são, em suma, os caricaturistas, eternos David a enfrentar, com espírito e brava galhardia, os vários e inumeráveis netos de Golias.²⁹³

Antes de adentrarmos nas particularidades da caricatura, cabe explicarmos o porquê escolhemos esse conceito em detrimento ao de *charge*. Isso se dá pelo nosso afastamento de definições mais “fechadas”,²⁹⁴ pois entendermos o conceito de caricatura estimando a sua dimensão ideológica, tal como propôs Alberto Gawryszewski:

[...] a caricatura ideológica como: imagem de personagem política, podendo abranger também fato político envolvido na questão proposta na ilustração, com a agressividade como essência. O humor não é seu objetivo final, mas pode existir de forma irônica visando denunciar o caráter do retratado. O uso do grotesco, da zoomorfia, da busca da equivalência com uso de símbolos políticos é uma de suas possibilidades.²⁹⁵

²⁹⁰ SILVEIRA, Mauro César. **A batalha de papel**: a charge como arma de guerra contra o Paraguai. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2009, p. 28.

²⁹¹ SALGUEIRO, Heliana Angotti. **A comédia urbana**: de Daumier a Porto-Alegre. São Paulo: Fundação Álvares Penteado, 2003, p. 33.

²⁹² COTRIM, Álvaro. **O Rio na caricatura**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1965, p. 9.

²⁹³ *Ibidem*, p. 9.

²⁹⁴ Aqui nos referimos a autores como Camilo Riani, que defendeu a seguinte diferenciação: “Caricatura – desenho humorístico que prioriza a distorção anatômica, geralmente com ênfase no rosto e/ou em partes marcantes/diferenciadas do corpo do retratado, revelando também, implícita ou explicitamente, traços de sua personalidade; Charge – desenho humorístico sobre fato real ocorrido recentemente na política, economia, sociedade, esportes etc. Caracteriza-se pelo aspecto temporal (atual) e crítico”. RIANI, Camilo. **Tá rindo do quê?** (Um mergulho nos salões de humor de Piracicaba). Piracicaba: UNIMEP, 2002, p. 34.

²⁹⁵ GAWRYSZEWski, Alberto. **Conceito de caricatura**: não tem graça nenhuma. Domínios da imagem, Londrina, n. 2, p.07-26, maio 2008, p. 24.



Como indica o trecho, o humor não é a finalidade última da caricatura, algumas caricaturas sequer despertam o riso.²⁹⁶ Quando provocado, não se trata de uma mera artimanha para distração, mas um meio para “alertar, denunciar, coibir e levar a reflexão”.²⁹⁷ Contudo, esse componente exige uma sucinta reflexão acerca do cômico e do riso.

Rir significa muito. Nesse gesto aparentemente simples manifestam-se preconceitos e estereótipos que atravessam gerações. Para a Igreja, especialmente no século XIX, soltar uma gargalhada revelaria os sentimentos humanos mais baixos, manifestando os pecados do homem decaído. Fonte de deformação na expressão humana, tal gesto não seria condizente com a santidade expressa na fisionomia austera dos ícones e imagens cristãs.²⁹⁸ Considerando o potencial do riso, André Breton (1896-1966) chegou a afirmar que, “não há nada que o humor inteligente não possa reduzir a uma gargalhada, ou até mesmo a nada”.²⁹⁹

Charles Baudelaire (1821-1867), intrigado pela relação que o homem mantém com o cômico, fez importantes observações sobre os aspectos culturais do riso em seu escrito “Da essência do riso e, de um modo geral, do Cômico nas Artes Plásticas” (1998). Baudelaire, grande admirador das obras de Honoré Daumier, sentiu-se intrigado por esse estilo artístico:

Na caricatura, bem mais do que nos outros ramos da arte, existem dois tipos de obras preciosas e recomendáveis sob diferentes aspectos e quase contrários. Estas só valem pelo fato que elas representam. [...] Assim como as folhas volantes do jornalismo, elas desaparecem levadas pelo vento incessante que delas trás notícias; mas as outras, e são aquelas das quais quero especialmente me ocupar, contêm um elemento misterioso, durável, eterno, que as recomenda à atenção dos artistas. Coisa curiosa e verdadeiramente digna de atenção a introdução desse elemento inapreensível do belo até nas obras destinadas a representar ao homem sua própria feiúra moral e física! E, coisa não menos misteriosa, esse espetáculo lamentável excita nele uma hilaridade imortal e incorrigível³⁰⁰.

O escritor parisiense estabeleceu uma relação entre a miséria humana e riso, anotando que, “o riso e as lágrimas não podem se fazer ver no paraíso de delícias. Eles são igualmente os filhos da aflição, e surgiram porque faltava, ao corpo de homem enervado, força para contê-

²⁹⁶ Paul Gautier chegou a afirmar que a caricatura, apesar de fazer rir com a ajuda do exagero, “é triste por inspiração, é triste no fundo”. Acrescentando ainda que, “longe de ser testemunho de alegria, o próprio exagero caricatural não é senão um meio nas mãos do artista para exprimir o seu rancor. De fato, os caricaturistas são, como todos os autores cômicos, naturalmente inclinados a humores negros”. GAULTIER *apud* LIMA, Herman. **História da caricatura no Brasil**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1963, p. 20.

²⁹⁷ AGOSTINHO, Aucione Torres. **A charge**. São Paulo: ECA/USP, 1993, p. 229.

²⁹⁸ MINOIS, Georges. **História do riso e do escárnio**. São Paulo: UNESP, 2003, p. 500.

²⁹⁹ *Ibidem*, p. 485.

³⁰⁰ BOUDELAIRES, Charles. **Escritos sobre arte**. Plínio Augusto Coelho (org. e trad.). São Paulo: Imaginário, 1998, p. 9-10.



los”.³⁰¹ Longe de condenar o riso, o poeta partiu dessa reflexão teológica para realçar a humanidade manifestada no humor. Ao pensar a “hilaridade imortal e incorrigível” própria do ser humano, torna-se necessário percebê-la como uma construção cultural, muitas vezes, com características específicas que mudam de uma sociedade para outra. Isso adquire ainda mais significado quando pensando num contexto de formação dos estados nacionais, onde “cada imaginação, da mesma forma que produz a sua narrativa, produz também sua peculiar representação humorística; cada uma forma suas peculiares línguas e falas cômicas [...]”.³⁰²

Sigmund Freud (1856-1939) desbravando o inconsciente humano pensou o humor em pelos menos dois de seus textos. Sua ênfase no chiste demonstrou o humor como um meio de extravasamento para os instintos e sentimentos reprimidos cotidianamente. Manifestação do “triunfo do narcisismo”, o humor seria uma forma de libertação do homem e obtenção de prazer, ao insistir que “não pode ser afetado pelos traumas do mundo externo”.³⁰³

Outro francês, Henri Bergson (1859-1941), se lançou no desafio de pensar o papel ocupado pelo cômico. Na tentativa de conceituar a comicidade, o estudioso frisou a relação estabelecida entre vida social, cômico e os imaginários. Questionou Bergson, “[...] acaso a fantasia cômica não nos informará sobre os processos de trabalho da imaginação humana, e mais particularmente da imaginação social, coletiva e popular?”.³⁰⁴ De fato, como observou recentemente Guimarães, “é a interação social que confere uma existência social e sensorial aos sentidos e valores, fazendo-os atuar efetivamente”.³⁰⁵ Nessa linha de pensamento, o riso, envolto em seu ambiente natural expressa funções sociais:

O riso deve ser alguma coisa desse tipo, uma espécie de gesto social. Pelo medo que inspira, o riso reprime as excentricidades, mantém constantemente vigilância e em contato recíproco certas atividades de ordem acessória que correriam o risco de isolar-se e adormecer; flexibiliza enfim tudo o que pode restar de rigidez mecânica na superfície do corpo social.³⁰⁶

Como vemos, bem antes de cair nas graças dos historiadores, o humor visual já era objeto de estudos em outros campos das ciências humanas e sociais. Um exemplo brasileiro de

³⁰¹ Ibidem, p. 12.

³⁰² SALIBA, Elias Tomé. **Raízes do riso**: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio. São Paulo: Cia das Letras, 2002, p. 31.

³⁰³ FREUD, Sigmund. **Sobre o narcisismo**: uma introdução (1914). In: Edição Standart das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1974, p. 190.

³⁰⁴ BERGSON, Henri. **O riso**: ensaio sobre a significação do cômico. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 11-12.

³⁰⁵ GUIMARÃES, M. (2007). **Vendo o passado**: representação e escrita da história. Anais Do Museu Paulista: História E Cultura Material, 15(2).

³⁰⁶ Ibidem, p. 14-15.



renome, Herman Lima (1897-1981), memorialista e crítico de arte cearense, ainda no começo da década de 1960, com seus quatro volumes de “A história da caricatura no Brasil”, já alertava a importância que as caricaturas viriam a ter para a História:

Certo, não é necessário, por evidente, encarecer a importância da caricatura, como divulgadora dos acontecimentos contemporâneos, a tal ponto que a História tanta vez se verá forçada a recorrer a uma expressão do grotesco intencional numa charge do passado, para a exata compreensão dos homens e das coisas do seu tempo, dando sê-lhe, assim, o mesmo apreço que a um palimpsesto ou a um códice [...] ³⁰⁷

Em meio à diversificação de métodos e abordagens vivida pela historiografia nas últimas décadas, pesquisadores de diversas regiões vêm demonstrando os múltiplos papéis desempenhados por caricaturas, quadrinhos, charges e *cartoons*. Na conjuntura internacional, Peter Burke, um dos teóricos expoentes do estudo iconográfico, rebateu os historiadores que se servem das fontes imagéticas apenas como forma de ilustração de suas teses e chegou a afirmar que, as imagens, “constituem-se no melhor guia para o poder de representações visuais da vida religiosa e política de culturas passadas”. ³⁰⁸ Motivados por essa fala, seguimos agora, com as problemáticas e aspectos metodológicos que balizam estudos desse gênero.

Segundo o professor Rozinaldo Antônio Miami, ³⁰⁹ a palavra caricatura provém da expressão italiana “*caricare*”. ³¹⁰ Uma busca no dicionário virtual *Treccani.it* nos oferece uma extensa definição, dela, selecionamos um pequeno trecho; “1. a. Colocar em um veículo ou em um animal, uma pessoa, um fardo para carregar. [...] b. Alterar, colocar em caricatura, retratar uma pessoa reproduzindo com exagero deliberado suas características”. ³¹¹ A partir dessa noção, que enfoca a representação “carregada” de alguém, iniciaremos a análise dos aspectos estéticos e gráficos que arranjam a caricatura.

Recorrendo novamente a Minois, selecionamos sua análise acerca do impacto da caricatura na virada do século XVIII para o XIX, tendo como base as representações de Napoleão Bonaparte. O tipo físico do imperador despertou a sanha dos humoristas que

³⁰⁷ LIMA, Herman. **História da caricatura no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963, p. 6.

³⁰⁸ BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru: EDUSC, 2004, p. 17.

³⁰⁹ MIANI, Rozinaldo Antonio. **Charge**: uma prática discursiva. São Paulo: 9ª Arte, v. 1, n. 1, p. 37-48, 1º semestre/2012.

³¹⁰ Conforme Cotrim, o termo teve sua origem no século XVII. Em 1646, Monsenhor Giovanni Antonio Massini, sob o pseudônimo de Mossini, no seu “Trattato”, empregou o termo ao comentar oitenta desenhos que abordavam tipos populares da Bolonha. Os desenhos tinham a autoria de Agostino Carrache e foram gravados por Guillain. COTRIM, Álvaro. **O Rio na caricatura**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1965, p. 8.

³¹¹ “1. a. *Mettere sopra un veicolo, o addosso a un animale, a una persona, un peso da trasportare. [...] b. Alterare, mettere in caricatura, ritrarre una persona riproducendone con voluta esagerazione i tratti caratteristici.*” Disponível em: <http://www.treccani.it/vocabolario/caricare/>. Acesso em 21 dez. 2018.



elaboraram uma série de imagens satirizando-o. Conseqüentemente, não tardou para que o governo francês recrudescesse a censura.³¹² Outro exemplo, em 1833, Honoré Daumier (1808-1879) conhecido como o Michelangelo da caricatura, na pioneira *La caricature*, representou o rosto do monarca Luís Felipe se transformando gradativamente em uma pera. Em outra, mostrou o rei da França sentado em seu trono com a cabeça deformada, aos moldes de Gargantua, o personagem de François Rabelais. Insatisfeito com a relação corrupta entre o soberano e a burguesia, Daumier mostrou Luís Felipe alimentando-se com sacos de ouro, enquanto defecava nomeações e condecorações. As sátiras extravagantes custaram-lhe seis meses de prisão em Sainte-Pelagie e o pagamento de multas. Como se não bastasse, em setembro de 1835 leis mais severas com relação à imprensa foram votadas, resultando em mais censura oficial.³¹³ Os dois casos, de Napoleão e Luís Felipe, ajudam a refletir sobre a conotação subversiva que a caricatura pode adquirir ao parodiar os detentores do poder.³¹⁴ Portanto, mais do que a habilidade de tornar burlescas algumas fisionomias, o talento artístico de um mestre nesse tipo de imagem vai além, como exaltou Lago:

A missão dos caricaturistas é alguma coisa de mais alto e decisivo do que refletir aspectos ridículos ou obter assombrosas semelhanças fisionômicas com a maior graça e simplificação possíveis [...] isso não seria bastante para a verdadeira importância da caricatura. Arte, isso, tão sutil e objetiva, reflete os momentos contemporâneos com uma exatidão, com um instinto heróico e uma consciência instintiva da vida futura que, a seu lado, qualquer das belas-artes se amesquinham, e a literatura se confessa envergonhada de seus artifícios retóricos.³¹⁵

Sabemos que nenhuma imagem apresenta-se como retrato objetivo da realidade, mas sim, como fruto dos recortes, interpretações e subjetividades de seus produtores. O mais interessante, no caso caricatura, é a perspicácia de seus idealizadores. Atentos ao seu ambiente social, esses artistas desenvolvem sua percepção para as minúcias do cotidiano. Segundo escreveu Herman Lima, “não é a caricatura que torna os homens ridículos, eles é que são ridículos por si mesmos, e quando o são, não há força que os livre disso”.³¹⁶ Como pontuou Cotrim, entre as principais habilidades do caricaturista estaria o poder de observação, a atenção às atitudes psicológicas e a memória privilegiada.³¹⁷

³¹² MINOIS, Georges. **História do riso e do escárnio**. São Paulo: UNESP, 2003, p. 471.

³¹³ FONSECA, Joaquim da. **Caricatura**: a imagem gráfica do humor. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999, p. 69.

³¹⁴ O caricaturista Álvaro Cotrim enxergou que o “germe inicial” da caricatura estaria na habilidade humana em imitar e parodiar a si mesmo e aos outros. Isso se manifestaria, através dos tempos, por múltiplos instrumentos e elementos. COTRIM, Álvaro. **O Rio na caricatura**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1965, p. 7.

³¹⁵ LIMA, Herman. **História da caricatura no Brasil**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1963, p. 15.

³¹⁶ *Ibidem*, p. 15.

³¹⁷ COTRIM, Álvaro. **O Rio na caricatura**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1965, p. 11.



Outra problemática extremamente relevante é a intrincada rede das relações estabelecidas entre o autor e seus receptores. Ambos, enunciador e enunciatário, estabelecem uma cumplicidade cotidiana, formando opiniões, gerando estranhamento ou familiaridade, como notou Marilda Lopes Pinheiro Queluz:

A caricatura, pela rapidez, pelo exagero dos traços e pela síntese formal, alarga os pontos de vista, propõe relações diferentes para algo que todos conheciam aparentemente, todos teoricamente já sabiam. Assim, ela acaba por deslocar o leitor mediante a identificação ou estranhamento para, então abrir a possibilidade para outras realidades, alteradas, reelaboradas. Revela o absurdo na familiar e a familiaridade do que nos é estranho, mostrando além da imagem, além do alvo que pretende atingir. Torna expostos muitos julgamentos, mas de forma democrática, abrindo espaço para a decisão do leitor. Ela é formadora de opinião, mas em co-autoria, ou melhor depende de uma relação de compromisso do leitor com a realidade, do estabelecimento de uma cumplicidade cotidiana, estando autor/leitor inseridos num mesmo contexto, numa experiência cultural comum.³¹⁸

Pensando o aspecto temporal, ou, os “momentos contemporâneos”, como vimos na passagem de Lago acima, as caricaturas se inscrevem como portadoras de tramas, linguagens e eventos. Frutos de complexos aparatos mentais, espacialmente e culturalmente localizados, “a representação humorística é uma epifania da emoção”, que “se dilui na vida cotidiana e só de vez em quando brilha e ilumina, como um intervalo de riso e de alegria na rotina dos ritmos repetitivos e diários”³¹⁹. Essa diluição da imagem pelos espaços e ao longo do tempo, pode também permitir que ela assuma novos papéis, ressemantize-se e produza novos efeitos³²⁰.

Nessa pluralidade de polifonias, intertextualidades e sugestões, as imagens nos fazem visualizar a realidade como “um plano multifacetado, no qual aprendemos a pensar o “Eu” e o Outro, num processo interativo”.³²¹ O elemento humorístico, entendido como uma espécie de vínculo, ainda que em situações de confronto, permite relevar as características e facetas dos agentes envolvidos. Portanto, o estudo das formações identitárias e das relações de alteridade tem muito a ganhar, quando encontra na caricatura um caminho de “incursão no procedimento moral, físico e mental dos caricaturados”.³²²

³¹⁸ QUELUZ, Marilda Lopes Pinheiro. **Releitura do cotidiano**: as estratégias da caricatura. Curitiba: Anais III Fórum de pesquisa científica em arte. Escola de Música e Belas Artes do Paraná, 2005, p. 241.

³¹⁹ SALIBA, Elias Tomé. **Raízes do riso**: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio. São Paulo: Cia das Letras, 2002, p. 29.

³²⁰ MENESES, Ulpiano Bezerra de. **Fontes visuais, cultura visual, História visual**. Balanço provisório, propostas cautelares. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 23, nº 45, 2003, p. 29.

³²¹ Ibidem p. 38.

³²² COTRIM, Álvaro. **O Rio na caricatura**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1965, p. 10.



Se, o historiador, como afirmava Marc Bloch em “Apologia da história”, tem na “carne humana” a sua “caça”, o seu objeto de estudo,³²³ estamos então frente a uma grande fonte no estudo de sensibilidades e comportamentos, silêncios e discursos do homem contemporâneo. Nessa empreitada, o perigo reside quando, pautados em conceitos e ou interpretações anacrônicas, aferimos uma leitura errada dos signos e símbolos que as caricaturas comportam. Como previne Alcione T. Agostinho, os signos,

[...] colocados como expressões de ‘uma verdade’, querem fazer-se passar por sinônimos de ‘toda a verdade’. Nessa medida, não é difícil depreender que o discurso persuasivo se dota de recursos retóricos objetivando o fim último de convencer ou alterar atitudes e comportamentos já estabelecidos. Isso nos leva a deduzir que o discurso persuasivo é sempre expressão de um discurso institucional. As instituições falam através dos signos fechados, monossêmicos, dos discursos de convencimento [...] A charge dirige-se à ação do indivíduo dentro do social e, como consequência, necessita de vários elementos gráficos para se materializar, tais como: cenário, espaço, perspectiva, movimento, onomatopeias e, às vezes, texto verbal para completar a ação ou para dar voz aos personagens.³²⁴

Como comentamos na introdução desse artigo, a intertextualidade se apresenta com uma das ferramentas mais valorizadas pela História Visual. E são justamente as caricaturas excelentes fontes para esse exercício, afinal, boa parte delas está inserida em jornais, folhetos e revistas. Sendo assim, é imprescindível pensar nas possíveis relações que a caricatura estabelece com essa diversidade textual a sua volta. Nesse vínculo de complementaridade entre a imagem e o texto,

A fala do retratado torna-se mais um elemento de sua expressão e pode ajudar a acentuar as características de seu caráter, como seus pensamentos, impossíveis de serem explicitados pela forma visual. As legendas também ampliam os recursos de disjunção, que são características da técnica da caricatura. Não só ampliam as disjunções entre o retratado e ele mesmo, entre o que ele mostra e o que ele fala. Elas ampliam as relações entre personagens pelos diálogos e aliam à caricatura os recursos do dito espirituoso, do chiste, do gracejo verbal em múltiplas combinações com a imagem.³²⁵

No transcorrer do tempo, uma série de aproximações e distanciamentos marcou a relação entre os suportes imagéticos e textuais. Manoel Luiz Salgado Guimarães avaliou a tensão entre o escrito e a imagem, dando como exemplo o Cristianismo onde, “o papel das imagens, anteriormente percebidas exclusivamente como fonte do erro e do pecado, passam a

³²³ BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

³²⁴ AGOSTINHO, Alcione Torres. **A charge**. São Paulo: ECA/USP, 1993. Tese (Doutorado em comunicação), p. 228.

³²⁵ BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. **Voltolino e as raízes do modernismo**. São Paulo: Marco Zero, 1992, p. 23-24.



ser vistas como impulsionadoras da recordação e, por esse caminho, poderiam estimular o pensar e o aproximar-se das forças incorpóreas, mais próximas à verdade da fé cristã.”³²⁶ Por sua vez, Paulo Knauss, recordou que as antigas formas de escrita, como os hieróglifos, favoreceram um estilo de narrativa extremamente visual. E ainda, lembrou que na própria dinâmica do pensamento, a prática de leitura desenvolve-se em função de imagens que vão sendo resgatadas pela memória ou fabricadas pela imaginação. Sendo assim, embora nosso foco esteja voltado para as caricaturas, devemos considerar que “sociedade se organiza, também, a partir do confronto de discursos e leituras de textos de qualquer natureza - verbal escrito, oral ou visual”.³²⁷

Na linguagem caricatural, assim como em outras linguagens imagéticas, encontramos um canal catalisador de ideologias e sensibilidades, em que “a imagem possui uma função epistêmica, de dar a conhecer algo, uma função simbólica, de dar acesso a um significado, e uma estética, de produzir sensações e emoções no espectador”.³²⁸ O humor, instrumentalizado pelos artistas, se apresenta como tribuna³²⁹ para proposição de novas ideias, ou a reafirmação de velhos valores. Em vistas disso, além de adeptos, essas imagens podem despertar inimigos, como vimos anteriormente com a repressão sofrida por H. Daumier. Atento a isso, Fonseca caracterizou a caricatura como uma arma incisiva:

Arma ferina e terrorista, a caricatura tem sido, através da história, voz contundente e impiedosa que, mesmo sob as condições severas de censura, usando a linguagem metafórica, subversiva e velada da ironia, da sátira do sarcasmo e do trocadilho, denuncia e reivindica o sofrimento dos oprimidos. A caricatura é, portanto, arma aguçada que o povo aplaude ao ver ridicularizadas nelas a força, o despotismo, o autoritarismo, a intolerância e a injustiça.³³⁰

A ironia, recurso mencionado acima, merece uma atenção especial. Em alguns casos, sutil, disfarçada atrás de uma palavra. Em outros, escrachada. Seu uso foi exaltado pelo humorista e escritor Millôr Fernandes (1923-2012), qualificando-a como o último refúgio do

³²⁶ GUIMARÃES, M. (2007). **Vendo o passado**: representação e escrita da história. Anais Do Museu Paulista: História E Cultura Material, 15(2), p. 20.

³²⁷ KNAUSS, Paulo. **O desafio de fazer História com imagens**: arte e cultura visual. ARTCULTURA, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, jan.-jun. 2006, p. 100.

³²⁸ PASAVENTO, Sandra. **Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades**. Disponível em: <https://nuevomundo.revues.org/229#ftn1>. Acesso em: 9 dez. 2018, p. 53.

³²⁹ Francis Grose se serviu da comparação da caricatura a um tribunal. Segundo ele, a pintura satírica, dom perigoso e temido, teria capacidade de se vingar da virtude e da dignidade ultrajadas, “apontando os culpados ao público, único tribunal a que eles não podem fugir; ou fazendo tremer à simples ideia de ver suas loucuras, seus vícios, expostos à ponta acerada do ridículo”. GROSE *apud* LIMA, Herman. **História da caricatura no Brasil**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1963, p. 5.

³³⁰ FONSECA, Joaquim da. **Caricatura**: a imagem gráfica do humor. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999, p. 12.



oprimido. Enquanto a poetisa portuguesa Florbela Espanca (1894-1930) a assinalou como a mais perfeita expressão do pensamento. Finalmente, cabe perguntar; até que ponto somos capazes de captar a ironia presente nos escritos e imagens? Novamente, batendo na tecla da intertextualidade, devemos estar atentos a todos os documentos com os quais a caricatura conecta-se, bem como, os enunciados e sinalizações artísticas que compõe o discurso caricato³³¹.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por sim, resumidamente, o desafio divide-se em pensar a historicidade da caricatura enquanto um gênero visual que responde a demandas sociais, políticas e culturais. Imagem que narra e, ao mesmo tempo, contém a história. E, considerando que o “olhar precisa ser preparado para ver e analisar as imagens”,³³² carecemos treinar certas “competências visuais” para localizar nas fontes o “jogo complexo entre visualidade, aparatos, instituições, discursos, corpos e figuração”³³³.

No decorrer do artigo, bebendo em diferentes fontes das humanidades, procuramos mapear as principais discussões em torno das caricaturas, pensando os marcos do seu desenvolvimento, seus múltiplos usos, discursos e silêncios. Em tempos de comunicação hegemonicamente visual, esperamos que essa pequena resenha tenha oferecido um panorama dos avanços e lacunas teóricas nesse campo de estudos. Um campo em expansão, que atraiu a atenção de tantos pesquisadores nas últimas décadas.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Aucione Torres. **A charge**. São Paulo: ECA/USP, 1993 (Tese de Doutorado em comunicação).

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. **Voltolino e as raízes do modernismo**. São Paulo: Marco Zero, 1992.

³³¹ BRAIT, Beth. **Ironia em perspectiva polifônica**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996, p. 105.

³³² Apoiando-se no mito grego de Édipo rei, que mesmo dotado da visão não conseguiu ver a evidência dos fatos a sua volta, Knauss, articulou a “capacidade de ver e o ato de enxergar”. Para ele, “desnaturalizando” o sentido da visão, “trata-se de definir o olhar como pensamento e fazer dele matéria do conhecimento histórico”. KNAUSS, Paulo. **O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual**. ARTCULTURA, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, jan.-jun. 2006.

³³³ Ibidem, p. 115.



- BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução*. In: **Textos escolhidos**. Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Jürgen Habermas (sem org.). São Paulo: Abril Cultural, 1993.
- BERGSON, Henri. **O riso**: ensaio sobre a significação do cômico. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOUDELAIRE, Charles. **Escritos sobre arte**. Plínio Augusto Coelho (org. e trad.). São Paulo: Imaginário, 1998.
- BRAIT, Beth. **Ironia em perspectiva polifônica**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
- BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru: EDUSC, 2004.
- COTRIM, Álvaro. **O Rio na caricatura**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1965.
- FONSECA, Joaquim da. **Caricatura**: a imagem gráfica do humor. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.
- FREUD, Sigmund. **Sobre o narcisismo**: uma introdução (1914). In: Edição Standart das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1974, p. 85-119.
- GAWRYSZEWSKI, Alberto. **Conceito de caricatura**: não tem graça nenhuma. Domínios da imagem, Londrina, n. 2, p. 7-26, maio, 2008.
- GUIMARÃES, M. (2007). *Vendo o passado*: representação e escrita da história. **Anais Do Museu Paulista**: História e cultura material, v.15. n.2. p. 11-30. jul- dez. 2007.
- KAENEL, Philippe. **Lê métier d'illustrateur (1830-1880)**: Rodolphe Töpffer, J. – J. Grandville, Gustave Doré. Paris: Ed. Messene, 1996.
- KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. Bauru, SP: EDUCS, 2001.
- KNAUSS, Paulo. **O desafio de fazer História com imagens**: arte e cultura visual. ARTCULTURA, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, jan.-jun. 2006.
- LIMA, Herman. **História da caricatura no Brasil**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1963.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. **Fontes visuais, cultura visual, História visual**. Balanço provisório, propostas cautelares. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 23, nº 45, 2003, p. 28.
- MIANI, Rozinaldo Antonio. **Charge**: uma prática discursiva. São Paulo: 9ª Arte, v. 1, n. 1, p. 37-48, 1º semestre/2012.



MINOIS, Georges. **História do riso e do escárnio**. São Paulo: UNESP, 2003.

OLIVEIRA, Gilberto Maringoni de. **Angelo Agostini ou impressões de uma viagem da corte à capital federal (1864 - 1910)**. (Tese de doutorado). São Paulo: USP, 2006.

PANOFSKYE, Erwin. **Estudos de Iconologia**. Lisboa: Estampa, 1986.

PASAVENTO, Sandra. **Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades**. Disponível em: <https://nuevomundo.revues.org/229#ftn1>. Acesso em: 2 dez. 2018.

QUELUZ, Marilda Lopes Pinheiro. *Releitura do cotidiano: as estratégias da caricatura*. Curitiba: **Anais III Fórum de pesquisa científica em arte**. Escola de Música e Belas Artes do Paraná, 2005.

RIANI, Camilo. **Tá rindo do quê?** (Um mergulho nos salões de humor de Piracicaba). Piracicaba: UNIMEP, 2002.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. **A comédia urbana: de Daumier a Porto-Alegre**. São Paulo: Fundação Álvares Penteado, 2003.

SALIBA, Elias Tomé. **Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

SILVEIRA, Mauro César. **A batalha de papel: a charge como arma de guerra contra o Paraguai**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2009.



***Pontifex Maximus* e monarquia inglesa: bipolarização e disputa de poderes na era elisabetana.**

Giovana Eloá Mantovani Mulza³³⁴

Recebido em: 13/12/2018

Aceito em: 28/02/2019

RESUMO

Fundamentados no conjunto de documentos *Queen Elizabeth's Proclamation to Forbid Preaching* (1558), *Elizabeth's Supremacy Act*, *Restoring Ancient Jurisdiction* (1559) e *Elizabeth's Act of Uniformity* (1559), nos tornamos aptos a problematizar o antagonismo estatal-ideológico suscitado entre a monarquia inglesa de Elizabeth I (1558-1603) e o *Pontifex Maximus*. A bipolaridade monárquico-pontifical fora empreendida em uma conjuntura de ascendente fortalecimento do Estado da Inglaterra, cuja consolidação implicou na notória contestação do poderio temporal papal secularmente empreendido nas ilhas inglesas. Elizabeth I antagonizar-se-ia à precedente aquiescência política e religiosa comungada pelo *Pontifex Maximus*, fenômeno consonante ao reformismo religioso do século XVI. A hegemonia ideológica papal permaneceria amplamente refutada na era elisabetana mediante a ratificação da doutrina anglicana, a qual rechaçara o poderio da Santa Sé nos domínios ingleses. Por conseguinte, o presente trabalho fundamenta-se na análise de tal antagonismo de poderes empreendido no transcurso da era elisabetana, usufruindo como fonte a documentação precedentemente elencada.

Palavras-chave: Bipolaridade estatal-ideológica. Era elisabetana. Inglaterra quinhentista.

Pontifex Maximus and english monarchy: bipolarization and power struggle in the elizabethan era.

ABSTRACT

Based on the documentary framework of *Queen Elizabeth's Proclamation to Forbidden Preaching* (1558), the *Elizabeth's Supremacy Act*, *Restoring Ancient Jurisdiction* (1559) and *Elizabeth's Act of Uniformity* (1559), we become apt to problematize the state-ideological antagonism aroused by the English monarchy of Elizabeth I (1558-1603) and the *Pontifex Maximus*. The monarchical-pontifical bipolarity had been undertaken in a conjuncture of ascending fortification of the State of England, whose consolidation implied in the notorious contestation of the papal temporal power secularly undertaken in the English islands. Elizabeth I would antagonize the previous political and religious acquiescence communed by the *Pontifex Maximus*, a phenomenon consonant with religious reformism of the sixteenth century. The papal ideological hegemony would remain largely refuted in the Elizabethan era through the ratification of Anglican doctrine, which had rejected the Holy See's power in English domains. Therefore, the present work is based on the analysis of such antagonism of powers undertaken during the Elizabethan era, using as a source the documentation previously mentioned.

³³⁴ Giovana Eloá Mantovani Mulza é graduanda em História pela Universidade Estadual de Maringá (PR), é bolsista do CNPq e orientanda da professora Dr^a Solange Ramos de Andrade. Link do currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7065371321256473>; Endereço eletrônico: gio_mantovani@hotmail.com



Keywords: States-ideological bipolarity. Elizabethan era. 16th century England.

1 INTRODUÇÃO

Discorrer sobre a Reforma religiosa na Inglaterra quinhentista parte de uma premissa: política estatal e religião auferiam intrínsecos vínculos no século XVI. Aplicar o conceito de laicização política para tal íterim significa adentrar no perigoso perímetro do anacronismo. Embora não prevaleça uma teocracia, o quinhentos comporta uma centúria na qual a religião constituía um sistema cultural proeminente, influenciando sobremaneira no âmbito estatal inglês (ROMANO, TENENTI, 1980). Transcendendo as relações estatistas, uma mentalidade eminentemente religiosa auferia preeminência no cotidiano e nas relações sociais da Inglaterra quinhentista, aquando do plano metafísico exercer imprescindibilidade para a vida temporal dos indivíduos (ARIÈS, DUBY, 2009; BENNASSAR, 1998).

Renomados historiadores como Lucien Febvre (2009) e Carlo Ginzburg (2006) dedicaram-se ao estudo do fenômeno religioso do século XVI, os quais implicitamente corroboram uma premissa: a proeminência social conferida à religião no medievo permanecera corroborada e, inclusive, exacerbada no decorrer do quinhentos. Assim, inferimos que o modelo cronológico quadripartite não permanece profícuo para a análise das mentalidades, mostrando-se irrisório para delimitar o estudo da História das religiões e religiosidades.

Inserido no âmbito das ideias político-religiosas, o presente trabalho visa apreender criticamente um fenômeno determinante para a história inglesa: o antagonismo estatal-ideológico suscitado na Inglaterra elisabetana (1558-1603) entre a monarquia e o *Pontifex Maximus*. Sem dúvida, evidenciando notória marginalidade na historiografia brasileira, estudos referentes ao período elisabetano auferem um cunho factual, secundarizando-se frequentemente as análises concernentes ao vínculo empreendido entre política e religião em tal contexto. Inferimos que tal situação constitui um resultado da especialização excessiva que acometera a historiografia no transcurso do século XX (LOVEJOY, 2000, CHARTIER, 2002).

Ante a ascendente ampliação do campo da História das religiões, torna-se imprescindível transcender as compilações factuais precedentemente formuladas. A disputa de poderes monárquica-papal culminaria na reintrodução de uma Igreja nacional inglesa e na excomunhão de Elizabeth I, bem como na ascensão de uma ética protestante que os weberianos



determinariam como imprescindível para a proeminência capitalista da Inglaterra nos séculos posteriores. Tais desmembramentos receberão o enfoque da presente pesquisa, os quais virão a ser analisados oportunamente. Primariamente, convém suscitar o contexto político-religioso que caracterizava a era elisabetana, um período no qual o cristianismo permanecia determinante.

O cristianismo correspondia a um sistema cultural hegemônico, em que “[...] a religião – que caracteriza inteiramente a arte e a filosofia, plasma a moral e influi decisivamente em quase todos os aspectos da atividade humana – é una e comum a todos os países do Ocidente.” (ROMANO, TENENTI, 1980, p. 73-74; tradução nossa). A doutrina cristã institucionalizada pela Igreja Católica exercera secular proeminência na Europa, onde o plano temporal permanecia impregnado pela observância cristã. Assim, “O aspecto físico das cidades, vilas e aldeias era dominado pelas igrejas. Não havia multidão, nem estrada de intenso tráfego onde não surgissem os hábitos do clero, os crucifixos e os relicários” (HALE, 1971, p. 179).

Estudar a história do cristianismo demanda do reconhecimento de um axioma central: a instituição católica romana exercera uma notória hegemonia ideológica no decorrer de centúrias, combatendo e rechaçando hibridismos religiosos. Amplamente hierarquizado sob o *Pontifex Maximus*, o clero romano detinha a domínio da mediação entre o sacro e o profano, aquando de combater explicitamente quaisquer heterodoxias que transcendessem as estipulações da Santa Sé. Neste ponto, entrariam os ricos estudos acerca das intituladas *heresias* religiosas, campo que transcende a temática da presente pesquisa. Por hora, cabe-nos reconhecer que a hegemonia ideológica pontifical fora explícita no decorrer de séculos (FEBVRE, 2009).

Ao nos depararmos com o papel proeminente que a religião exercia no século XVI, um questionamento-chave adentrara em nosso horizonte: de que modo as crenças influenciaram no sistema político da Inglaterra elisabetana? Ideias religiosas e crenças exerceram preeminência no século XVI, as quais viriam a propiciar o fortalecimento do Estado inglês, evidenciando o vínculo auferido entre política e religião em tal conjuntura. Em consonância com o ascendente antipapismo quinhentista, concepções metafísicas fundamentariam a consolidação da pujança de Elizabeth I em detrimento ao papado. Convém suscitar as crenças tangíveis ao *Toque das Escrófulas* e aos *Dois Corpos do Rei*, cuja sacralização da realeza culminaria na legitimação das ações e intentos procedentes do Estado inglês.



[...] para compreender o que foram as monarquias de outrora, para sobretudo dar-se conta de sua longa dominação sobre o espírito dos homens, não é suficiente apenas esclarecer até o último detalhe o mecanismo da organização administrativa, judiciária, financeira que essas monarquias impuseram a seus súditos; nem é suficiente analisar abstratamente ou procurar extrair de alguns grandes teóricos os conceitos de absolutismo ou de direito divino. É necessário também penetrar as crenças e as fábulas que floresceram em torno das casas principescas (BLOCH, 2005, p. 44).

Em um primeiro momento, convém suscitar a crença concernente ao poderio sobrenatural do rei em curar os escrofulosos, a qual permanecera corroborada na Inglaterra do século XVI (BLOCH, 2005). Implicando na sacralização de Elizabeth I, a crença referente ao Toque das Escrófulas implicou na subjugação da população inglesa às determinações monárquicas, visto que os reis taumaturgos obtinham um amplo poder social. A rainha era visualizada enquanto uma mediadora do âmbito sacral e da esfera profana, em que a curabilidade dos escrofulosos legitimava ideologicamente a manutenção da instituição monárquica. Em consonância com tal crença, destacar-se-ia a doutrina dos *Dois Corpos do Rei*, em que seu ideal de bicorporificação do rei viria a conferir ampla legitimidade à realeza inglesa. Correspondendo a um misticismo político, a crença na bicorporificação real fora comungada sobretudo pelos juristas tudorianos, os quais determinavam que o monarca permanecia composto por um corpo natural mortal e um corpo político, imortal, justo e perfeito (KANTOROWICZ, 1998, p. 27). Corroboramos que tais crenças viriam a ser determinantes na Inglaterra do século XVI, implicando no fortalecimento político da coroa.

Retomemos o questionamento inicial: de que modo as crenças influenciaram no sistema político da Inglaterra elisabetana? Fundamentados bibliografia suscitada, inferimos que as ideias político-religiosas seriam determinantes para fortalecer o poder político de Elizabeth I, legitimando-a em seus intentos de contestar o poderio temporal secularmente exercido pelo papado nas ilhas inglesas. Além de rechaçar a influência do *Pontifex Maximus* na Inglaterra, a monarca objetivou sobrepor-se ideologicamente à Santa Sé através do monopólio do clero nacional. Com o intuito de adentrar brevemente na história das ideias, convém evocar que as contestações ao poderio temporal pontifical remetem ao século XIV, aquando de destacar-se o pensamento de *Marsílio de Pádua* (1275-1342), amplamente analisado por Quentin Skinner (1996). Poderíamos determinar que o antipapismo de Elizabeth I se fundamentara em tal filósofo italiano trecentista. No entanto, adentraríamos no campo das conjecturas. Por hora, convém suscitar que a ideia de contestar o poder temporal pontifical já circulava na Europa do século XVI, em que o antagonismo monárquico-papal da era elisabetana não fora algo



eminentemente inédito no panorama europeu. As cidades italianas lutaram durante decênios pela emancipação da influência política da Santa Sé (SKINNER, 1996).

Grande quantia da bibliografia historiográfica referente à bipolaridade monárquico-pontifical inglesa faz referência única e singularmente à ruptura institucional empreendida por Henry VIII (1509-1547). Diversos monarcas haviam objetivado restringir o poder temporal do papa nas ilhas inglesas, em que a promulgação das jurisdições *Provisors* e *Praemunire* evidenciam tal intento. Assim, “[...] as relações entre os monarcas ingleses e a Sé de Roma foram marcadas por várias querelas, decorrentes das pretensões do Papa em centralizar o poder da Igreja e na defesa da autonomia jurisdicional da Ecclesia Anglicana, já assim referida na Magna Carta” (ABREU, 2003, p. 16). Embora preconizada por Henry VIII, fora no governo de Elizabeth I que a ruptura institucional fora proeminente. O cisma permanecera ratificado nos primeiros anos da era elisabetana, expresso sobretudo nos documentos estatais *Queen Elizabeth’s Proclamation to Forbid Preaching* (1558), *Elizabeth’s Supremacy Act*, *Restoring Ancient Jurisdiction* (1559) e *Elizabeth’s Act of Uniformity* (1559). Homologando a ascensão de uma Igreja nacional anglicana, tais textos conferiram máximo poder temporal e eclesiástico à instituição monárquica, refutando os influxos do Pontifex Maximus na Inglaterra (JONES, 2005; LAROUSSE, 1997; WOODWARD, 1957; DELUMEAU, 1981; CARVALHO, 2013).

Ao se edificar a doutrina anglicana, contestar-se-ia ideologicamente o catolicismo pontifical. Outorgando a ascensão de uma distinta teologia, o anglicanismo conferira explícita superioridade eclesiástica à realeza inglesa, aquando de rechaçar o poder espiritual intrínseco ao *Pontifex Maximus*. Assim, “Henrique VIII e Elizabeth I não poderiam ser comparados aos grandes reformadores do século XVI. A sua obra religiosa [foi] amplamente inspirada pelo desejo de subordinar a vida eclesiástica aos interesses de Estado” (DELUMEAU, 1981, p. 137). Por conseguinte, a homologação da doutrina anglicana representa o intrínseco vínculo auferido entre religião e política estatal no quinhentos. Finalmente, compete ao presente trabalho apreender tal antagonismo estadista-ideológico suscitado no transcurso da era elisabetana, cuja crítica permanecerá fundamentado na problematização do arcabouço documental *Queen Elizabeth’s Proclamation to Forbid Preaching* (1558), *Elizabeth’s Supremacy Act*, *Restoring Ancient Jurisdiction* (1559) e *Elizabeth’s Act of Uniformity* (1559). Tal análise contará com as determinações epistemológicas intrínsecas a André Cellard (2008) e Silvia Hunold Lara (2008).

Poder e saber permanecem intrinsecamente vinculados nas sociedades disciplinares. Comungar tal premissa foucaultiana permanece profícua para uma análise acerca da escrita da



história no Brasil contemporâneo. A história de uma ciência não constitui um desenvolvimento linear e contínuo, sendo marcada pelas intermináveis buscas de precursores (FOUCAULT, 1979, p. VII). A construção das ciências humanas resulta da interlocução entre os saberes, os quais colocam o homem como objeto e sujeito do conhecimento, ascendendo a possibilidade do estudo do homem como representação. O poder exercido em âmbito institucional tornar-se-ia determinante para a produção dos saberes. Em *Microfísica do Poder* (1979), M. Foucault evidencia o modo como as instituições psiquiátricas detinham o monopólio do saber médico, exercendo um amplo poder social. Ao transpormos tal análise para a História, deparamo-nos com Michel de Certeau (1982), para quem o poder da instituição é determinante para a construção e regulamentação do saber histórico. A cientificidade e legitimidade da escrita da história procede do emprego de uma metodologia institucionalmente determinada (CERTEAU, 1982, p. 65).

Compreender o modo como a metodologia da história permanece formulada torna-se fundamental para o historiador, cuja função também consiste em analisar as ciências antes que as caixas-pretas do conhecimento se fechem (LATOUR, 2000). Ao fim das breves discussões teóricas suscitadas, compete-nos concluir que a escrita da história não permanece isenta de seu contexto de produção. Assim, “Todo texto está enraizado numa sociedade, num meio social e num movimento político.” (CHESNEAUX, 1995, p. 17). Parte-se de problemáticas presentes para analisar o passado, prática que já inibe a história de total imparcialidade. Assim, inferimos que “Pelo simples fato de participar de um passado realizado no presente, de pertencer ou se projetar num determinado grupo social, seu trabalho expressará uma historicidade intrínseca na escolha de temas, na abordagem, na leitura da documentação, no processo de reflexão” (QUEIROZ; IOKOI, 1999, p. 08). Mediante tal argumentação, corroboramos que a História constitui uma disciplina eminentemente subjetiva, visto que consiste em uma representação da realidade (RICOEUR, 2007). A própria recepção do texto ocorre mediante processos subjetivos, visto que o leitor não permanece passivo ao que apreende.

Em consonância com tal arcabouço teórico, o presente trabalho usufrui como fonte uma tríade de documentos estatais *Queen Elizabeth's Proclamation to Forbid Preaching* (1558), *Elizabeth's Supremacy Act, Restoring Ancient Jurisdiction* (1559) e *Elizabeth's Act of Uniformity* (1559), cujas análises se fundamentarão na epistemologia proposta por André Cellard (2008) e Silvia Hunold Lara (2008). Trabalhar com documentos textuais parte de um pressuposto principal: quem é o autor? Em palestra proferida em 1969, M. Foucault (2009)



evidencia o contínuo desaparecimento do autor em seu texto, em que a individualidade do sujeito que escreve permanece abafada diante da neutralidade. Assim, compete-nos ressaltar que os textos que serão criticamente problematizados são de autoria de Elizabeth I, a segunda monarca Tudor da Inglaterra. O nome de um autor apresenta significações que transcendem a classe gramatical de nome próprio, possuindo certa ligação com o que nomeiam (FOUCAULT, 2009, p. 272). Em sua complexidade, convém analisarmos Elizabeth Tudor não somente como rainha da Inglaterra, mas como autora de documentos que influíram no cotidiano da sociedade inglesa. *Queen Elizabeth's Proclamation to Forbid Preaching* (1558), *Elizabeth's Supremacy Act, Restoring Ancient Jurisdiction* (1559) e *Elizabeth's Act of Uniformity* (1559) não constituem simples e cotidianas palavras, mas assumem *status* na sociedade inglesa (FOUCAULT, 2009).

Seria um anacronismo apreender Elizabeth I enquanto uma monarca que transcendera a misoginia quinhentista. Não nos ateremos a tal discussão secundária. Diversas biografias se atentaram para a vida de Elizabeth Tudor, evidenciando sua predisposição ao conhecimento e caracterizando-a por possuir “estômago de rei” (LEVIN, 1994). Outros, como evoca Lisa Hilton (2016), apreendem as anomalias de seu governo como resultado de sua feminilidade biológica. Questões de gênero passam largo de nossa pesquisa, competindo-nos analisar Elisabeth I enquanto príncipe renascentista. O corpo político da monarca não possuía gênero, aquando do corpo natural biológico permanecer secundário. Com efeito, nosso trabalho tem como intuito problematizar o antagonismo de poderes monárquico-pontifical, usufruindo como fonte uma tríade de documentos escritos.

Neste ponto, compete-nos suscitar os mecanismos e paradigmas necessários para a formulação do saber histórico a partir de fontes textuais. Concomitante a Paul Ricoeur (2007), inferimos que a produção do discurso historiográfico consiste em uma representação, visto que somente a verossimilhança pode ser alcançada pelo historiador. A História consiste em um mecanismo seletivo, em que os documentos remanescentes do passado humano sobreviveram devido a dados interesses conjunturais (CHESNEAUX, 1995; LE GOFF, 1990). Os escritos humanos propiciam aos autores vencerem a morte, competindo ao historiador atravessar o rio do tempo e conferir visibilidade aos mortos (ALBUQUERQUE, 2012). Em um primeiro momento, compete ao historiador separar e convergir os materiais que virá a empregar, em que somente mediante o usufruto da epistemologia um simples documento converte-se em fonte para o saber histórico (LARA, 2008, p. 33). Os dados devem ser constituídos, não devendo ser



meramente reproduzidos, tal como permanecera empreendido pela historiografia historicista (QUEIROZ, IOKOI, 1999). O historiador não deve permanecer passivo ante a documentação, em que a criticidade e a problematização tornam-se imprescindíveis (CERTEAU, 1982, p. 81).

A crítica documental, por conseguinte, parte da localização da documentação a ser analisada. Nossa tríade textual *Queen Elizabeth's Proclamation to Forbid Preaching* (1558), *Elizabeth's Supremacy Act, Restoring Ancient Jurisdiction* (1559) e *Elizabeth's Act of Uniformity* (1559) encontra-se presente na obra *Documents Illustrative of English Church History* (GEE, HARDY, 1896), disponível integralmente no site da Universidade de Hanover. Embora encontrem-se ao livre acesso público, tais documentos não permaneceram apreendidos pela historiografia brasileira ou latino-americana, conclusão que chegamos a partir da leitura da exígua produção acerca da temática (CELLARD, 2008).

Qual fora a receptividade dos Atos elisabetanos? Convém lembrarmos que no decorrer de centúrias o domínio da escrita permanecera restrito a dadas categorias sociais (MALATIAN, 2009, p. 236). A produção provinha de um círculo restrito e se dedicava a um público restrito. A nobreza e o clero consistiam nos detentores da escrita ao longo do medievo, visto que a Igreja secularmente monopolizara os saberes (TERUYA, 2004; BITTAR, 2012). Para as demais categoriais da sociedade inglesa, prevaleciam as leituras em voz alta frequentemente empreendida nas tabernas, cafés, sociedades ou reuniões (CHARTIER, 2002, p. 124). Assim, os decretos nos quais Elizabeth I afirma sua supremacia ante o papado verificaram uma ampla receptividade na Inglaterra do século XVI, visto que se fazia necessário o conhecimento acerca de seu conteúdo. O usufruto do inglês vernáculo já possuía como intuito ampliar o acesso aos textos. Transgredir as determinações da rainha significava a perda de bens e privilégios e, inclusive, a condenação à morte, conforme ameaça *Elizabeth's Uniformity Act* (1559). Usufruímos criticamente de fontes originalmente publicadas no século XVI, mas reeditadas por Henry Gee e W. J. Hardy em 1896.

2 O ANTAGONISMO DE PODERES: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL

Em um primeiro momento, gostaríamos de evocar as principais diferenças entre as ideias luteranas e anglicanas, procedendo posteriormente a uma análise mais pontual da relação entre a disputa de poderes elisabetana e a reforma religiosa na Inglaterra. A religiosidade institucionalizada pela Santa Sé constituía um preeminente sistema ideológico, integrando o



quotidiano europeu (TOUCHARD, 2004). Para muitos medievalistas, a Igreja Católica fora a principal instituição da Idade Média, em que o catolicismo conferiu unicidade à Europa durante diversos séculos. Restringiu-se o advento de uma cultura autônoma alternativa (BITTAR, AMARILIO, 2012). O aristotelismo viria a compor o quadro ideológico da Igreja Católica a partir do século XIII, permanecendo presente no período anterior à reforma luterana (ULLMANN, 2009, p. 152). O culto católico fundamentava-se em um conjunto de ritos institucionalizados, os quais conferiam consistência à Igreja enquanto mediadora do plano sacro e profano.

Estudar a reforma luterana corresponde a discorrer sobre uma temática amplamente consolidada na historiografia ocidental. Lutero viria a refutar o tomismo e contestar a natureza virtuosa atribuída aos homens, corroborando ideais anti-humanistas e ultra agostinianos (SKINNER, 1996, p. 285). Para os agostinianos, a humanidade possuiria uma natureza decaída, não permanecendo apta a seguir as leis de Deus – concepção essa essencial para os tomistas. Rechaçando as capacidades humanas, Lutero refutara as atribuições virtuosas conferidas ao homem pelos humanistas. Assim, “Opõe-se de forma implacável, porém, à tese central e tipicamente humanística de Erasmo, segundo a qual o homem tem à sua frente a possibilidade de utilizar seus poderes racionais para descobrir como Deus quer que ele aja.” (SKINNER, 1996, p. 287). Quaisquer atos humanos evidenciam sua natureza pecaminosa e decaída, refutando-se, assim, a importância das obras para a salvação. Lutero chega a um empasse: o homem realmente permanece apto à salvação? A resposta repousaria em uma argumentação central: a salvação pela fé (ELTON, 1982).

Ruptura da hegemonia católica e instabilidade religiosa: tais seriam as consequências do luteranismo na Europa dos séculos XVI e XVII. Fora em tal conjuntura que ascenderia a reforma da Igreja Anglicana na Inglaterra henriquina e elisabetana. Compete-nos agora suscitar a doutrina anglicana, evidenciando o modo como veiculou-se ao antagonismo monárquico-pontifical. Introduzido na governança de Henry VIII, o anglicanismo permaneceria ratificado e sistematizado na era elisabetana. Conferindo ao monarca o cunho de *Chefe Supremo* da Igreja da Inglaterra, o anglicanismo retirou a proeminência ideológica do *Pontifex Maximus* e a conferiu para o rei (DELUMEAU, 1991). O clero inglês permaneceria subordinado à autoridade da coroa em ascendente fortalecimento (WOODWARD, 1962). Assim, o antipapismo do anglicanismo implicaria na contestação do poderio temporal e eclesiástico corroborado pelo pontificado, conferindo superioridade à Elizabeth I (JONES, 2005; GREEN, 1984).



Distintamente do luteranismo, o anglicanismo correspondeu a uma *via média* entre catolicismo e calvinismo, não suscitando uma ruptura efetivamente ideológica com a Santa Sé (CALVANI, 2005; JONES, 2005; ALBA, 1968; WOODWARD, 1962). O anglicanismo vinculou-se ao intento de rechaçar a autoria pontifical nas ilhas inglesas. Assim, para nós, a reforma da Igreja da Inglaterra constituiu um desmembramento do antagonismo de poderes entre a monarquia e o papado.

Começamos, por conseguinte, a crítica documental. *Queen Elizabeth's Proclamation to Forbid Preaching* (1558), *Elizabeth's Supremacy Act, Restoring Ancient Jurisdiction* (1559) e *Elizabeth's Act of Uniformity* (1559) fundamentam-se no ideal de Elizabeth I em afirmar sua superioridade temporal e eclesiástica diante de quaisquer autoridades. O ideal de supremacia política e religiosa permanecera homologado pelo *Elizabeth's Supremacy Act, Restoring Ancient Jurisdiction* (1559), o qual visa ratificar ou refutar dadas jurisdições anteriores. Com o intuito de evidenciar a manutenção das medidas de Henry VIII, Elizabeth I refere-se continuamente a seu pai, glorificando-o e exaltando sua memória ao longo do documento (GEE, HARDY, 1896). O governo de Henry VIII viria a comportar o primário antagonismo monárquico-pontifical e a consequente ruptura religiosa com a Santa Sé. Evidenciar aos leitores do Ato que seu regime corroboraria os ideais do “tempo do reinado de seu mais querido pai, de memória digna, o Rei Henry VIII” (GEE, HARDY, 1896, p. 443; tradução nossa) era fundamental para Elizabeth I. O passado também viria lhe conferir legitimidade.

Elizabeth I visava rechaçar a influência de quaisquer autoridades estrangeiras em seu reino, revigorando as leis henriquinas que conferiam superioridade temporal e eclesiástica à coroa. Assim, no decorrer da governança de Henry VIII “diversas leis e estatutos foram feitos e estabelecidos, para a absoluta extinção e abandono de todos os poderes e autoridades usurpadores e estrangeiros fora de seu reino” (GEE, HARDY, 1896, p. 443; tradução nossa). Embora o papa não fosse tratado pelo nome, torna-se evidente que o Ato faz referência implícita a ele. Tais jurisdições permaneceriam rechaçadas por Mary Tudor, cujo governo caracterizou-se pelo catolicismo exacerbado e pela perseguição aos protestantes (WOODWARD, 1962; ALBA, 1968). Com um certo rancor, Elizabeth I evidencia que “[...] por um Ato do Parlamento feito no primeiro e segundo ano do reinado dos falecidos Rei Filipe e Rainha Mary, irmã de sua majestade, instituíram um Ato que revoga todos os estatutos, artigos e estipulações feitos contra a Sé Apostólica de Roma” (GEE, HARDY, 1896, p. 444; tradução nossa).



O *Pontifex Maximus* viria a ser representado como potência usurpadora, competindo à rainha evitar sua influência na Inglaterra. Afinal, “[a] Igreja não só tinha alguns dos atributos do Estado, como instituições duradouras e uma teoria do ‘poder supremo’ papal, mas, além disso, influenciava diretamente a política secular, pelo envolvimento do clero nos negócios públicos” (KRITSCH, 2004, p. 103). Seria um anacronismo empregar a terminologia *nacionalismo* para designar o ideal de Elizabeth I em refutar o poder pontifical. No entanto, o ideal de *liberdade* permanecia amplamente comungado nesse período, aquando de Marsílio de Pádua tornar-se imprescindível para fundamentá-lo (SKINNER, 1996). Visando manter a liberdade da Inglaterra, Elizabeth I revoga os atos de Mary Tudor e afirma sua supremacia ante o papado. Com o objetivo de ratificar a ruptura com o íterim mariano, Elizabeth I homologa o término das perseguições aos protestantes. Assim, “[...] um Ato e estatuto feitos no primeiro e segundo ano do reinado dos falecidos Rei Filipe e Rainha Mary, intitulado, Um Ato para a revitalização dos três estatutos feitos para a punição de heresias [...] permanecerão totalmente revogados, nulos, e sem efeitos” (GEE, HARDY, 1896, p. 447; tradução nossa).

Contestando as determinações da Santa Sé, Elizabeth I outorga a “[...] exoneração dos súditos reais de extorsões e imposições até então pagas à Sé de Roma” (GEE, HARDY, 1896, p. 445; tradução nossa). Os dízimos direcionados ao pontificado passam a convergir para a coroa, a qual empregará tais quantias para a estabilização financeira da Inglaterra e para o financiamento de expedições marítimas ao Novo Mundo (WOODWARD, 1962). Ademais, anatas e primícias até então pagas ao papado foram revogadas, aquando de afirmar-se a “[...] submissão do clero à majestade real” (GEE, HARDY, 1896, p. 445; tradução nossa). Assim, *Elizabeth’s Supremacy Act, Restoring Ancient Jurisdiction* (1559) outorgou a subordinação da Igreja ao Estado. Conforme já expusemos, política e religião permaneciam intrinsecamente vinculados em tal contexto.

E com a intenção de que todo poder e autoridade usurpadora e estrangeira, espiritual e temporal, pode para sempre ser claramente extinta, e nunca ser utilizada ou obedecida dentro deste reino, ou em quaisquer outros domínios ou países de sua majestade, pode agradar sua alteza que pode ser ainda promulgada pela mencionada autoridade [Parlamento], que nenhum príncipe, pessoa, prelado, estado, ou potentado estrangeiros, espiritual ou temporal, deve a qualquer momento posterior ao último dia desta sessão do Parlamento, usar, gozar, ou exercer qualquer forma de poder, jurisdição, superioridade, autoridade, preeminência ou privilégio, espiritual ou eclesiástico, dentro deste reino, ou dentro de quaisquer outros domínios ou países que agora sejam de sua majestade, ou que daqui em diante serão, mas a partir daí o mesmo será claramente abolido fora deste reino, e em todos os outros domínios de sua alteza para sempre; apesar de qualquer estatuto, regulamentação, hábito, constituições, ou



qualquer outra matéria ou motivo em qualquer disposição ao contrário em qualquer sensatez. (GEE, HARDY, 1896, p. 447-448; tradução nossa)

Finalmente, compete-nos evidenciar que *Elizabeth's Supremacy Act, Restoring Ancient Jurisdiction* (1559) estipulou que todos os indivíduos que viessem a ocupar cargos políticos ou religiosos deveriam proferir um juramento em prol da rainha. O juramento seria alvo de críticas do papado, cujas retaliações virão a ser analisadas por nós posteriormente. Para enriquecer nossas análises, convém expor o juramento em íntegra.

“Eu, A. B., testemunho e declaro totalmente em minha consciência, que a excelentíssima rainha é a única governadora suprema deste reino, e de todos os outros domínios e países de sua alteza, bem como em todas as coisas ou causas espirituais ou eclesiásticas, como temporais, e que nenhum príncipe, pessoa, prelado, estado ou potentado estrangeiros, têm, ou deverá ter, qualquer jurisdição, poder, superioridade, preeminência, ou autoridade eclesiástica ou espiritual, dentro deste reino; e portanto eu renuncio e abandono totalmente todas as jurisdições, poderes, superioridades, e autoridades estrangeiras, e prometo que de agora em diante eu assumirei fé e verdadeira lealdade à excelentíssima rainha, seus herdeiros e sucessores legais, e meu poder deverá assistir e defender todas as jurisdições, preeminências, privilégios, e autoridades concedidas ou pertencentes à excelentíssima rainha, seus herdeiros ou sucessores, ou unidos e anexados à coroa imperial deste reino. Que Deus me ajude, e pelo conteúdo deste livro” (GEE, HARDY, 1896, p. 449-450; tradução nossa).

Através do juramento, Elizabeth I garantia juridicamente que os principais funcionários do Estado reconheciam sua superioridade ante o *Pontifex Maximus*. Rejeitá-lo significava a perda de “[...] toda e qualquer promoção, benefício, e cargo eclesiástico e espiritual, e cada promoção e cargo temporal e leigo, que ele tem exclusivamente no momento de tal recusa feita” (GEE, HARDY, 1896, p. 450; tradução nossa). Desempenhar ministérios ou cargos temporais demandava impreterivelmente da corroboração do juramento, em que penalidades poderiam ser atribuídas aos indivíduos que o rejeitassem.

Quais as implicações de tais homologações para a Igreja da Inglaterra? Quais as modificações institucionais que a religião verificou em tal período? Neste ponto, adentram em nosso horizonte os documentos *Queen Elizabeth's Proclamation to Forbid Preaching* (1558) e *Elizabeth's Uniformity Act* (1559). Tais fontes discorrem sobre a política religiosa de Elizabeth I, evidenciando o intervencionismo do Estado inglês no âmbito religioso. A proeminência da rainha também se expressara no plano eclesiástico, intento que suscita seu ideal de manter sua soberania sobre todos os assuntos temporais e espirituais. Ao ascender à coroa da Inglaterra, Elizabeth I outorgou *Queen Elizabeth's Proclamation to Forbid Preaching* (1558), decreto que contém as primeiras determinações religiosas da monarca. Tal promulgação visava suscitar uma temporária regulamentação religiosa para a Igreja inglesa em tal período de transição de



regimes. Corroboramos que Elizabeth I objetiva antagonizar-se ao catolicismo mariano, embora sua política religiosa ainda não estivesse integralmente formulada em 1558. Assim, *Queen Elizabeth's Proclamation to Forbid Preaching* (1558) possui as primeiras determinações da rainha regulamentando quais ritos e práticas religiosas poderiam ser empreendidas no reino enquanto uma posterior documentação não viesse a ratificar a doutrina a ser adotada. Assim, tal determinação prevalecerá “até que consultas possam ser feitas pelo Parlamento, por sua majestade e seus três estados neste reino” (GEE, HARDY, 1896, p. 417; tradução nossa).

Refutando o catolicismo institucional corroborado por Mary Tudor, Elizabeth I conferiu licitude ao usufruto dos Evangelhos e das Epístolas nas igrejas inglesas, em que os Mandamentos judaico-cristão ainda poderiam ser comungados pelos súditos. Assim, “que eles deixem de pregar, ou ensinar, ou dar atenção para qualquer outra doutrina ou pregação a não ser para os Evangelhos e Epístolas” (GEE, HARDY, 1896, p. 416; tradução nossa). O inglês vernáculo fora visualizado enquanto língua lícita a ser proferida religiosamente, contestando simbolicamente o latim pontifical. Tais determinações permanecem aplicáveis tanto para leigos como para membros do corpo eclesiástico, os quais não deveriam fazer “exibição ou adição de qualquer maneira, sentido, ou significado a ser aplicado e adicionado; ou utilizar qualquer outra forma de oração pública, rito, ou cerimônia na Igreja” (GEE, HARDY, 1896, p. 417; tradução nossa). Ademais, “[...] a Ladainha comum usada nesse presente na própria capela de sua majestade, e a Oração do Senhor, e o Creio em Inglês” (GEE, HARDY, 1896, p. 417; tradução nossa) também poderiam ser empregues. Fora o *Elizabeth's Uniformity Act* (1559) que viria a decretar a política religiosa de Elizabeth I e ratificar seu antipapismo.

Aprender *Elizabeth's Uniformity Act* (1559) torna-se fundamental para a compreensão do antagonismo monárquico-pontifical. A onipotência política e religiosa de Elizabeth I permaneceria afirmada em tal documento jurídico, no qual a rainha influi amplamente no âmbito teológico e pontifical. Contestar-se-ia o poderio ideológico do *Pontifex Maximus* através da afirmação do anglicanismo como doutrina comungada pelo Estado inglês. Ratificar-se-ia o usufruto do *Livro de Orações Comum* nas cerimônias e práticas religiosas, edificado no governo eduardiano (1547-1553). Assim, “[O Livro de Orações Comum] foi revogado e tirado pelo Ato do Parlamento no primeiro ano do reinado da nossa última soberana, Rainha Mary, para a grande decadência da devida honra de Deus e desconforto para os pregadores da verdade de Religião de Cristo” (GEE, HARDY, 1896, p. 458; tradução nossa). Tal compilação visava conferir uniformidade religiosa à Inglaterra, bem como regulamentar os ritos.



E, ainda que seja decretado pela rainha, com o consentimento dos Lordes e dos Comuns presentes nesta assembleia Parlamentar, e por autoridade do mesmo, que todos e ministros singulares em qualquer catedral ou igreja paroquial, ou outro lugar dentro deste reino da Inglaterra, do País de Gales e que caminhe neste, ou em outros domínios da rainha, de agora e após a próxima festa da Natividade de São João Batista, deverá dizer e usar as Matinas, Evensong, celebração da Ceia do Senhor e administração de cada um dos sacramentos, e toda a sua oração comum e aberta, de ordem e forma tal como é mencionado no referido livro, assim autorizado pelo Parlamento nos referidos quinto e sexto anos do reinado do rei Eduardo VI, com uma alteração ou adição de certas lições a serem usadas em todos os domingos do ano, e a forma da ladainha, alterada e corrigida, e duas frases apenas adicionadas na entrega do sacramento aos comunicantes, e nenhuma outra ou de outra forma. (GEE, HARDY, 1896, p. 460; tradução nossa)

Elizabeth's Uniformity Act (1559) viria a se caracterizar pela rigidez das penalidades aos que transgredissem as determinações religiosas da rainha. A Igreja Anglicana permaneceria revitalizada mediante tal decreto, o qual estipula a contestação das determinações teológicas do papado. Ao conferir ao monarca o cunho de *chefe supremo* da Igreja inglesa, corroboramos que a reforma da Igreja da Inglaterra constituiu em desmembramento do antagonismo de poderes monárquico-pontifical. A coroa promulgou sua hegemonia espiritual ante a Santa Sé mediante tal documento. A hierarquia e os sacramentos católicos foram mantidos na Inglaterra, em que o anglicanismo obteve o caráter de via média entre o catolicismo e o calvinismo (JONES, 2005; GEE, HARDY, 1896). A reforma da Igreja inglesa constituiu um ato estatal, não consistindo no resultado de um movimento popular ou preconizado por clérigos (DELUMEAU, 1981). A ascensão do anglicanismo deve ser apreendida de forma distinta da reforma luterana ou calvinista (ABREU, 2003).

3 CONCLUSÃO

Neste ponto, visaremos responder a uma última questão: como o papado reagiu à bipolaridade monárquico-pontifical? No transcorrer de 1570, o Papa Pio V viria a empreender a excomunhão de Elizabeth I através de *Regnans in Excelsis* (1570), a qual corresponde à resposta do *Pontifex Maximus* ao antagonismo de poderes. Em tal bula, o Pio V (1566-1572) ratifica que a Igreja Católica constitui na verdadeira herdeira do cristianismo, em que o papa constitui no “servo dos servos de Deus” (PIO V, 1570; tradução nossa). Não haveria salvação fora da Igreja Católica, visto que Deus lhe conferira legitimidade através de Pedro. Através do tardio discurso de Pio V – proferido em 1570 –, inferimos que o catolicismo visava reestruturar-se após as reformas protestantes. A perda de fiéis levaria o clero a organizar o *Concílio de*



Trento, cujo término em 1563 levaria à Excomunhão dos Príncipes protestantes. Secularmente, a Igreja usufruía da excomunhão para obter o apoio dos reis e grandes nobres. Assim, excomungar Elizabeth I integrava um processo de reestruturação da Igreja Católica, a qual objetivou se posicionar diante das doutrinas religiosas ascendentes.

Mas o número dos ímpios cresceu tanto em poder que não há mais lugar no mundo que eles não tenham tentado corromper com suas doutrinas mais iníquas; e entre outras, Elizabeth, a pretensa rainha da Inglaterra e serva do crime, ajudou nisso, com quem, como num santuário, os mais perniciosos de todos encontraram refúgio. (PIO V, 1570; tradução nossa)

Glorificando o reinado de Mary Tudor, Pio V confere um notório caráter negativo à Elizabeth I em tal bula, a qual proibiu “com mão forte o uso da verdadeira religião” (PIO V, 1570; tradução nossa). Conferindo a si o freixo da justiça, o *Pontifex Maximus* empreende a excomunhão da rainha, evidenciando seu perigo para os reinos católicos europeus. Já no fim de nosso trabalho, gostaríamos de reproduzir uma longa declaração contida na bula de excomunhão contra Elizabeth I. Embora longa, convém reproduzi-la na íntegra.

[Elizabeth I] removeu o Conselho Real, composto da nobreza da Inglaterra, e encheu-o de homens obscuros, sendo hereges; oprimiram os seguidores da fé católica; instituiu falsos pregadores e ministros da impiedade; aboliu o sacrifício da missa, orações, jejuns, escolha de carnes, celibato e cerimônias católicas; e ordenou que livros de conteúdo manifestamente herético fossem propostos a todo o reino e que ritos e instituições ímpios após o governo de Calvino, entretidos e observados por ela mesma, também fossem observados por seus súditos. Ela ousou expulsar bispos, reitores de igrejas e outros padres católicos de suas igrejas e benefícios, para conferir essas e outras coisas eclesiásticas aos hereges e para determinar as causas espirituais; proibiu os prelados, o clero e o povo de reconhecer a Igreja de Roma ou obedecer a seus preceitos e sanções canônicas; forçou a maioria deles a aceitar suas leis iníquas, a renunciar à autoridade e obediência do papa de Roma e a aceitar, sob juramento, como sua única dama em questões temporais e espirituais; impôs penalidades e punições àqueles que não concordassem com isto e exigiram então daqueles que perseveraram na unidade da fé e da obediência acima mencionada; jogou os prelados e pastores católicos na prisão, onde muitos, desgastados pela longa languidez e tristeza, terminaram miseravelmente suas vidas (PIO V, 1570; tradução nossa).

REFERÊNCIAS

ABREU, Maria Zina Gonçalves de. **A Reforma da Igreja em Inglaterra**. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

ALBA, André. **Tempos Modernos**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1968.

ALBUQUERQUE, Eduardo Basto de. Da História Religiosa à História Cultural do Sagrado. **Ciências da religião – História e Sociedade**, v. 5, n. 5, 2007, p. 34-49.



ALBUQUERQUE, J. R. Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história. In: GONÇALVES, Márcia de Almeida. et al. (Org.). **Qual o valor da história hoje?** Rio de Janeiro: Editora FGC, 2012, p. 21-39.

ANDRADE, Almir de. A evolução política dos parlamentos e a maturidade democrática. **Revista Informativa Legislativa**, Brasília, ano 21, n. 81, 1984.

ARIÈS, Philippe, DUBY, Georges. **História da vida privada**: da Renascença ao século das Luzes (v.3). São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BENASSAR, M. B. Los tiempos modernos: en busca de una definicion. In: **Historia Moderna**. Madri: Akal, 1998.

BITTAR, Marisa; AMARILIO, Ferreira Jr. História e Filosofia da Ciência. In: SOUZA, Maria de Fátima Matos de; MORAIS, André Santos de (Orgs). **Origem e evolução do conhecimento** – OEC. Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, 2012, p. 14-30.

BLOCH, Marc. **Os Reis Taumaturgos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. A Escola Metódica. In: **As Escolas Históricas**. Portugal: Publicações Europa-América, 1983, p. 97-118.

CALVANI, Carlos Eduardo B. Anglicanismo no Brasil. **REVISTA USP**, São Paulo, n.67, setembro/novembro 2005, p. 36-47.

CARVALHO, Tarcísio Amorim. *A igreja oficial em meio à sociedade multicultural: considerações* sobre o estado confessional na Inglaterra contemporânea. **Revista de Teologia e ciências da Religião**, Universidade Católica de Pernambuco, v. 3, nº 1, dez. 2013, p. 63-96.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean. **A Pesquisa Qualitativa**: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Trad. Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 295-316.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CERTEAU, Michel de. Operação historiográfica. In: **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**. A História entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**. Entre práticas e representações. Algés: Difusão Editorial, 2002.

DELUMEAU, Jean. **Nascimento e afirmação da reforma**. São Paulo: Pioneira, 1981.



DÜLMEN, Richard Van. **Los inicios de europa moderna**. 1550-1648. España: Siglo Veintiuno, s/d.

ELTON, G. R. **A Europa durante a Reforma**. 1517-1559. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

FEBVRE, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI**. A religião de Rabelais. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Estética**: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**. Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GEE, Henry; HARDY, William John. Elizabeth's Act of Uniformity (1559). In: **Documents Illustrative of English Church History**. New York: Macmillan, 1896, p. 458-467.
Disponível: <http://history.hanover.edu/texts/engref/er80.html> / Acesso: 12/12/2016.

_____. Elizabeth's Supremacy Act, Restoring Ancient Jurisdiction (1559). In: **Documents Illustrative of English Church History**. New York: Macmillan, 1896, p. 442-458.
Disponível: <http://history.hanover.edu/texts/engref/er79.html> / Acesso: 12/12/2016.

_____. Queen Elizabeth's Proclamation to Forbid Preaching (1558). In: **Documents Illustrative of English Church History**. New York: Macmillan, 1896, p. 416-417.
Disponível: <http://history.hanover.edu/texts/engref/er77.html> / Acesso: 12/12/2016.

_____. **Renascimento e Reforma**. A Europa entre 1450 e 1660. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984.

HALE, J. R. **A Europa durante o Renascimento**. 1480-1520. Lisboa: Editorial Presença, 1971.

HILTON, Lisa. **Elizabeth I**. Uma biografia. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

HOBSBAWM, E. J. **Nações e Nacionalismos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

JONES, Lindsay. **Encyclopedia of Religion**. Second edition. Thomson Gale, v. 01, 2005.

KANTOROWICZ, Ernst H. **Os dois corpos do rei**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KRITSCH, Raquel. Rumo ao estado moderno: as raízes medievais de alguns de seus elementos formadores. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 23, nov. 2004, p. 103-114.

LARA, Silvia Hunold. Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, dez. 2008, p. 17-39.



LAROUSSE. **Grande Enciclopédia Cultural**. São Paulo: Nova Cultura, 1997.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e Memória**. Campinas: editora da UNICAMP, 1990, p. 535-553.

LEVIN, Carole. **The Heart and Stomach of a King**: Elizabeth I and the politics of sex and power. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1994.

LATOUR, Bruno. **Ciência em Ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla e LUCA, Tania (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 235-289.

PAPA PIO V. **Regnans in Excelsis**. Basílica de São Pedro, Roma, 1570. Disponível: <http://www.papalencyclicals.net/pius05/p5regnans.htm> Acesso: 12/02/2018.

QUEIROZ, Tereza Aline Pereira de; IOKOI, Zilda Márcia Grícoli. **A História do Historiador**. São Paulo: Editora USP, 1999.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROMANO, Ruggiero, TENENTI, Alberto. **Los fundamentos del mundo moderno**. España: Historia Universal Siglo XXI, 1980.

SANTOS, Pedro Ivo dos. **Renascimento, Reforma e Guerra dos Trinta anos**. Rio de Janeiro: JCM, s/d.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TERUYA, Teresa Kazuko. A ética puritana, a educação, a ciência e a tecnologia na Inglaterra do século XVII. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**. Maringá, v. 26, nº 1, p. 117-121, 2004.

TOUCHARD, Jean. **Historia de las ideas políticas**. Espanha: Tecnos, 2004.

ULLMANN, Walter. **Historia del pensamiento político en la Edad Media**. Barcelona: Editorial Ariel, 2009.

WOODWARD, E. L. **Uma História da Inglaterra**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.



O Acervo Padre José Nilson e o Mucuripe: entrecruzando a memória e escrevendo a história.

Ianna Edwirges Uchoa Almeida³³⁵

Recebido em: 27/01/2019

Aceito em: 25/02/2019

RESUMO

Nosso mote é o *Acervo Padre José Nilson* localizado em uma sala anexa a Igreja de Nossa Senhora da Saúde no bairro Mucuripe, este memorial é um recorte do amplo acervo sobre o Mucuripe que foi idealizado por Vera Lúcia Miranda em 1997. A figura central deste acervo, Padre José Nilson de Oliveira Lima, pároco dessa igreja dos idos de 1950 a 2003 permeia a memória social desta comunidade por mediar as questões sociais do bairro, como os problemas habitacionais decorrentes da remoção das prostitutas da Rua da Frente (atual Avenida Beira Mar), a melhoria das condições de vida dos jangadeiros, principalmente pela profissionalização de seus filhos. Por isso, as próximas linhas refletem sobre a constituição desta *memória coletiva* em torno de Padre Nilson. Daí utilizarmos o acervo que é composto por fotografias, recortes de jornais e objetos que remetem ao Padre Nilson, por isso o entendemos como um *lugar de memória* segundo a acepção de Pierre Nora.

Palavras-chaves: Mucuripe- Padre José Nilson- memória.

The Pe José Nilson collection and the Mucuripe: crossing the memory and writing the history.

ABSTRACT

Our theme is the *Padre (Priest) José Nilson Collection* located in a room adjacent to the Church of Nossa Senhora da Saúde in the Mucuripe neighborhood, this memorial is a fragment of the large collection about the Mucuripe that was conceived by Vera Lúcia Miranda in 1997. The central figure of this collection, Padre José Nilson de Oliveira Lima, parish priest of this church dating from 1950 to 2003 permeates the social memory of this community for mediating the social problems of the neighborhood, such as the housing problems due to the removal of prostitutes from Rua da Frente (current avenue Beira Mar), the improvement of the living conditions of the *jangadeiros* (sea workers, men who use the *Jangada* (a kind of boat) to fish), mainly by the professionalization of their children. For that reason, the next lines reflect on the constitution of this collective memory around Padre Nilson. For this we use the collection that consists of photographs, newspaper clippings and objects that refer to Padre Nilson, so we comprehend it as a place of memory according to the understanding of Pierre Nora.

Keywords: Mucuripe- Padre José Nilson- memory.

1 NAS PAREDES DA MEMÓRIA: O ACERVO CULTURAL PADRE JOSÉ NILSON

³³⁵ Graduada em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), E-mail: iannaedwirges@yahoo.com.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4672289517814976>



O Acervo Cultural Padre José Nilson que se localiza em sala anexa da Igreja de Nossa Senhora da Saúde se constitui essencialmente por recortes de jornais e fotografias que aludem á Padre José Nilson de Oliveira Lima, o pároco da comunidade Mucuripe por 50 anos, e durante este meio século foi uma figura essencial para luta da melhoria de vida dos mucuripenses. Diante disso, levantamos algumas questões: Quais fatores levam o Padre Nilson a se fazer presente na memória individual e coletiva dos moradores do bairro Mucuripe? De que modo esta memória coletiva constitui um elemento da identidade desta comunidade?

Ao levantarmos tais questões torna-se necessário apontarmos algumas reflexões tais como as relações e diferenças entre a História e a Memória, e o papel da memória na escrita da História, além de pensarmos nos fundamentos da *memória coletiva* mucuripense. Para tanto utilizamos o próprio acervo/memorial como fonte a ser analisa e da metodologia da História Oral para destacarmos as mudanças ocorridas no acervo.

Este memorial é uma porção de um acervo maior, que objetivava não só ser um espaço de memória voltado à Padre José Nilson, mas de todas as pessoas que foram marcantes para o Mucuripe. O espaço foi idealizado e organizado por Vera Lúcia Marcelino Miranda, como veremos esta moradora da comunidade também foi importante para o combate à miséria no bairro do Grande Mucuripe³³⁶.

Intitulado inicialmente por “Acervinho do Mucuripe Padre José Nilson”, apresentava um montante de recortes de jornais, fotografias, postais e tudo que Verinha, como a mucuripense era carinhosamente chamada, podia juntar e organizar na pequena residência de sua mãe, localizada na Rua Boa vista, nº 26, no próprio bairro Mucuripe. Conforme Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez) em *Cronologia ilustrada de Fortaleza-roteiro para um turismo histórico e cultural* (1995), o acervo do Mucuripe Padre José Nilson foi fundado em 17 de maio de 1997.

A organização do acervo proposta por Vera Miranda se centrara em abordar os aspectos sobre a comunidade, sobre a escola, que neste caso acreditamos ser a Escola Padre José Nilson, e sobre a linha férrea. Com exceção deste último elemento, os dois primeiros apresentam uma

³³⁶ Região que abrangiam as comunidades Morro santa Terezinha, Morro do Teixeira, Serviluz, Castelo Encantado.



série de descrições, que para a organizadora eram fundamentais para se conhecer a realidade do Mucuripe.

Para compor o acervo, Verinha estabeleceu um roteiro de coleta de dados do Mucuripe³³⁷. “Um roteiro sentimental, fotografias e pinturas para dar conta do eterno e do transitório- ou do que há de eterno no transitório. Eternos e nobres, para ela, são os homens do mar. Por isso, eles têm lugar de honra no acervo iconográfico³³⁸. Destacamos a seguir os pontos apresentados no roteiro elaborado por Vera Lúcia Miranda, a Verinha:

Sobre a comunidade:

1. Aspectos históricos (fundador, data, principais fatos ligados ao início da formação da comunidade, principais fases de desenvolvimento- origem do bairro - características da comunidade);
2. Localização da comunidade em relação à cidade e ao estado;
3. Serviços da comunidade: meios de comunicação e meios de transporte mais utilizados;
4. Segurança pública - presença de policiamento e orientação de trânsito;
5. Saúde – assistência médico-hospitalar: posto de saúde, pronto socorro, hospitais, ambulatório;
6. Saneamento básico: serviços de água encanada, lavanderias públicas, rede de esgoto;
7. Coleta de lixo domiciliar: tratamento de lixo, depósito de lixo, doenças provocadas pela falta de higiene e saneamento;
8. Assistência Social: centro social urbano, formas de assistência social e trabalho comunitário;
9. Melhoramentos urbanos - características dos domicílios, favelas existentes, principais vias de acesso, problemas enfrentados pela comunidade pela falta de melhoramentos urbanos;
10. Serviços de recreação e esporte: clubes, centros recreativos, cinemas, parques infantis, campo de futebol e outros;
11. Serviços culturais: presença de escolas de educação infantil, ensino fundamental e médio, bibliotecas existentes, escolas mais respeitadas pela comunidade (justificar). Existência de grupos artísticos, principais festas populares (folclóricas, cívicas, religiosas e outras);
12. Serviços religiosos: religião predominante na comunidade: Movimentos de grupos religiosos ligados ao trabalho com crianças e jovens (citar o trabalho que existe e as instituições envolvidas);
13. Abastecimento-supermercado, lojas, farmácias, mercado, feiras livres;
14. Recursos econômicos: Base da economia da comunidade. Principal fonte de renda, profissões mais comuns exercidas na comunidade (especificar o tipo de trabalho);
15. Lideranças comunitárias: tipos de lideranças comunitárias existentes, líderes comunitários, associações, trabalhos de educação popular desenvolvidos na comunidade;
16. Principais problemas que a comunidade enfrenta, considerando aspectos: estrutura física, social, econômica, política, cultural e outros que julgar importante;
17. Sugestões para melhoria de vida da população (na comunidade).

³³⁷ Atualmente este roteiro se encontra no Acervo Cultural Padre José Nilson. Igreja de Nossa Senhora da Saúde.

³³⁸ Matéria *Nas paredes da memória*. Revista Farol. Publicação da prefeitura municipal de Fortaleza. Nº 1, outubro, ano ilegível.



Posteriormente, a construção da Via expressa fez com Verinha e o seu acervo fosse removido para o alto do morro, assim seu irmão Marcelo Miranda relata que:

(...) veio a Via Expressa, pegou o acervo, ela sentiu-se muito... (...) aí ela comprou essa casinha lá no morro, no mirante, era muito pequena, ela ficou muito desanimada. Vinha a reportagem das televisões ver, ela deu muita reportagem, se emocionava muito, chorava muito aí a partir daí a prefeitura deu, assim um apoio na época, que época política também (incompreensível) aí fizeram esse acervo lá em cima. (Marcelo Miranda, 61 anos)³³⁹.

Este processo de remoção prejudicou a acomodação do vasto material, por conta da diminuta extensão no qual deveria se alocar o acervo, isso fez com que Verinha fizesse uma mobilização junto aos veículos de comunicação para que tivesse algum auxílio. Que foi concedido por meio da Prefeitura de Fortaleza, que cedeu uma casa maior para que o acervo fosse realocado.

O memorial disposto no salão paroquial da Igreja de Nossa Senhora da Saúde foi iniciativa do então pároco Padre Alderi Leite de Araújo, que em 29 de março de 2008 inaugura a sala devotada à memória de Padre José Nilson. Para tanto conta com a doação das fotografias e recortes de jornais que constavam no Acervo do Mucuripe Padre José Nilson, de organização de Verinha. Além disso, passou a fazer parte do acervo mobílias, batina e livros que pertenciam ao religioso. No ano de 2010 (precisamente no dia 30 de maio) há a reinauguração, desta vez o memorial passa a denominar um *lugar de memória* à Padre Nilson.

Durante nossas visitas ao acervo/memorial nos deparamos com os materiais já mencionados (recortes de jornais, fotografias, dentre outros) e com os objetos de devoção criados pelos fiéis em agradecimento a um milagre ou graça alcançado, os ex-votos e muitas vezes essas graças eram atribuídas ao Padre José Nilson.

Solange Costa, uma das atuais organizadoras do acervo aponta que em fins do ano de 2015³⁴⁰ o acervo foi realocado para outra sala, no qual se encontra atualmente e no fins do ano de 2017 o grupo de extensão *O professor de História e o Patrimônio: Faz escuro, mas eu canto* vinculado ao curso de História da UECE realizou o processo de higienização digitalização e catalogação da porção do acervo presente na Igreja de Nossa Senhora da Saúde e em 2018

³³⁹ Entrevista concedida no dia 16/10/2017 na residência do entrevistado e encontra-se em nossos arquivos de pesquisa.

³⁴⁰ Entrevista realizada no dia 18/10/2017 no Acervo Cultural Padre José Nilson, Igreja de Nossa Senhora da Saúde, Mucuripe.



iniciou o processo arquivístico na outra parte do acervo, que após a falecimento de Vera Miranda, ficou locado na residência de seu irmão.

Sobre a relação da comunidade mucuripense com o Acervo Cultural Padre José Nilson e sobre a imagem constituída ao sobre o religioso Solange Costa nos aponta:

(...) nós temos objetos pessoais dele, que tudo isso aqui tem registro de próprio punho, desde quando ele ficava aqui direto na paróquia, e a gente fez uma campanha também no final de 2015, para 2016, nós fizemos uma campanha com os paroquianos para quem tivesse alguma coisa do Padre José Nilson, alguma coisa pessoal, aí a gente conseguiu muitas coisas, muitas fotos aqui que nós temos apareceram na campanha certo?! Objetos pessoais, uma roupa do padre José Nilson, algum objeto pessoal que ele usava, uma estola, uma casula, foi aparecendo. Mas o nosso intuito maior aqui é preservar a história do Padre José Nilson né! Deixar viva na memória porque o padre José Nilson quando ele chegou aqui ele era pároco do Mucuripe até o Caça e pesca, então envolvia muitas comunidades, então é uma história que ele fez a evolução do Mucuripe ta entendendo?! Com a chegada do Padre José Nilson, com os pescadores, com as mulheres rendeiras, com as prostitutas lá do Serviluz. Então ele fez um trabalho, assim muito pé no chão, junto com as pessoas. Então ele era uma pessoa muito querida, muito respeitada. Quando ele chegou novinho ele ficou até desacreditado pelos pescadores(...) (Solange Costa da Silva Bandeira, 52 anos).

O trecho do relato concedido pela organizadora do memorial nos evidencia o modo como o acervo cultural Padre José Nilson está organizado atualmente, respeitando uma cronologia. Embora a imprecisão das datas e referências seja algo problemático para leitura e entendimento das fotografias expostas. Outro aspecto que merece atenção nesta passagem é o fato de alguns mucuripenses guardarem em suas casas objetos ou fotografias que remetam a Padre José Nilson, e ao serem convidados a levarem esses elementos de recordação ao acervo mostra o quanto a memória constituída em torno de Padre Nilson é importante elemento de identidade coletiva ou social. Neste caso a memória é um fator que congrega uma geração em torno da figura de Padre Nilson.

Como nos coloca Pierre Nora no famoso artigo *Entre memória e História, a problemática dos lugares* (1993) vivemos em um momento de aceleração da História, uma ruptura com o passado, por isso as pessoas passam a criar “lugares de memória”, pois a memória está esfacelada, embora alguns elementos tenham resistido. Diante disso entendemos que o Acervo Cultural Padre José Nilson se caracteriza por ser um lugar de memória. Memória esta que resistiu aos processos de desestruturação sócio-espaciais da comunidade, fruto do processo histórico, onde a especulação imobiliária expulsou os moradores em detrimento da elite, que passou a ocupar a zona litorânea da cidade.

2 MEMÓRIA E HISTÓRIA: A IDENTIDADE DO MUCURIPENSE.



A memória é um elemento fundamental para entendermos o processo de constituição da História, devemos reconhecê-la como fundante do homem enquanto um ser social. Pois quando o homem estabelece sua memória individual e coletiva ele aprende. Portanto, se torna um ser consciente de si e dos outros. Não podemos ainda deixar de mencionar o papel da linguagem na composição da memória, sobre isso o historiador francês Jacques Le Goff (2013), se valendo do estudioso das questões psíquicas Pierre Janet, pontua em sua obra *História e Memória*:

Assim Pierre Janet “considera que o ato mnemônico fundamental é “comportamento narrativo”, que se caracteriza antes de mais nada pela sua *função social*, pois se trata de comunicação a outrem de uma informação, na ausência do acontecimento ou do objeto que constitui o seu motivo” (FLÓRES, 1972, p. 12 *Apud* LE GOFF, 2013, p. 389).

Vale ressaltar que no caso de nosso objeto de estudo tomaremos a ideia de *memória coletiva*, daí faz-se mister valeremos das reflexões do sociólogo francês Maurice Halbwachs que reconhece que a memória se edifica na medida que construímos nossas impressões, lembranças, e conhecimentos por meio das heranças de outrem. Muitas vezes a memória é fruto daquilo que fora vivido e ressignificado pelas gerações anteriores, como em casos ligados a acontecimentos que se registraram na memória nacional, e que não foram vividos diretamente pelo indivíduo que compartilha a memória com a comunidade.

Este processo é aceito e exposto por Michel Pollak (1992) em *Memória e identidade social* no qual discute a identificação com o passado e as projeções de uma memória são possíveis em meio a “socialização política e histórica”. Por isso o autor aponta a possibilidade de ocorrer o reconhecimento de personagens que viveram em outro espaço-tempo, mas pela identificação entre os seus pares, acaba se fazendo importante no presente. Esta relação é um dos elementos para o estabelecimento da sacralização “dos grandes heróis” e dos “feitos históricos” da memória nacional.

A memória deve ser pensada contemporaneamente, como coloca Jacques Le Goff (2013), como um processo de organização e sistematização, sendo um aspecto psíquico que se atualiza constantemente, por isso é recuperada diante das demandas do presente, e no caso da memória social devemos questionar: quais motivos levam um grupo ou comunidade estruturarem uma memória? O autor de *História e memória* aponta que a memória coletiva se



estabelece em meio as disputas de poder pela História de uma sociedade, afirmando a lógica de que a História se escreve por meio de embates:

Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 2013, p. 69).

Sobre o Mucuripe, devemos indagar: por quais motivos a memória de Padre José Nilson se estrutura entre os moradores idosos da comunidade? Quais elementos desta memória perpassaram à população mais jovem do bairro? Quais razões levaram à criação de um *lugar de memória* pela comunidade mucuripense? Ao levantarmos tais questões identificamos que a memória em torno do religioso é um tecido social da comunidade mucuripense, são filamentos que ligam o passado e o presente. O acervo comunica as gerações mais jovens o passado de resistência ante ao grande capital imobiliário que afetou essa comunidade.

O memorial dedicado a Padre José Nilson evoca um líder religioso e comunitário que empenhava lutas em busca de melhorias nas condições de vida dos moradores, por meio da redução da miséria e promoção dignidade social, para que os jangadeiros, estivadores e suas famílias, principais habitantes da região, pudessem ter direitos a habitação, trabalho e educação. Dona Mundinha³⁴¹, em seu relato, elenca uma série de acontecimentos no qual Padre José Nilson buscou mediações junto a população mais sofrida:

Ah, o Padre Zé Nilson só fez bondade pelo Mucuripe, ele ajudou aquelas prostitutas lá da (pausa), no momento eu não tô lembrada, levou lá para o farol, ele fez o colégio, as crianças do Mucuripe estudavam nesse colégio, não pagavam nada, e tinham aquelas pessoas pobres do bairro que ele ajudava, enfim ele foi um pai. Eu tenho muito respeito por ele(...). (Dona Mundinha, 84 anos).

Os moradores idosos, que partilharam as vivências com o pároco, mantem neste *lugar de memória* um espaço de sacralização das lembranças, em muitos casos um saudosismo ao “tempo de Padre Zé Nilson”³⁴². Contudo, entendemos que a memória coletiva constituída sobre padre José Nilson denota a identidade dos que viveram a construção do bairro, não se trata apenas de um retorno ao passado, que era “um tempo melhor do que o presente” mas definem “o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os

³⁴¹ Entrevista realizada na paróquia de Nossa senhora da Saúde no dia 21/06/2017.

³⁴² Expressão percebida durante a realização das entrevistas e é utilizada comumente entre os moradores mais idosos.



sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais” Por isso, não faria sentido entendermos os depoimentos dos moradores idosos de maneira isolada³⁴³, pois as narrativas atestam acontecimentos comuns aos indivíduos que pertencem à um “quadro social”, por isso as memórias de Padre José Nilson evidenciam a constituição de uma “comunidade afetiva”. Com isso, refletimos:

A memória individual existe, mas ela está enraizada dentro dos quadros diversos que a simultaneidade ou contingência reaproxima momentaneamente. A rememoração pessoal situa-se na encruzilhada das malhas de solidariedade múltiplas dentro dos quais estamos engajados (...). Assim, a consciência jamais está fechada sobre si mesma, nem vazia, nem solitária. Somos arrastados em múltiplas direções, como se a lembrança fosse um ponto de referência que nos permitisse situar em meio à variação contínua dos quadros sociais e da experiência coletiva histórica (HALBWACHS, 1990, p. 45).

Ao trabalharmos com a metodologia da História Oral, especificamente com a vertente da História oral de vida nos valem da leitura da obra de Ecléa Bosí, *A memória e sociedade. Lembrança dos velhos*, que nos oferece uma reflexão sobre o papel da pessoa idosa em nossa sociedade. Buscamos tal leitura por nos depararmos com as reminiscências de mucuripenses que vivenciaram a “era de Padre Nilson”³⁴⁴, no qual destacamos as memórias de Dona Mundinha e Dona Olímpia, senhoras mucuripenses que vivenciaram a transformação de sua comunidade e enxergam no religioso um grande benfeitor da comunidade. Dona Olímpia Magalhães Rodrigues³⁴⁵ nos apresenta um líder que estava à disposição para buscar melhorias para os mucuripenses. A labirinteira nos apresenta um episódio no qual o religioso auxiliou os moradores numa tentativa de remoção de suas moradias:

[...]meio dia o povo ia chamar, aí ele veio, quando ele chegou estavam derrubando tudo...o pessoal da prefeitura, do governo, aquele pessoal que vem né... derrubar as casas do pessoal que mora nos becos... aí até na rua do Expedito (referência à outro morador)... Castro Monte!(Nome da rua)[...] Aí eles tinham feito muitas casinhas num sabe! Aí eles vieram derrubar nesse dia, aí derrubaram até uma certa altura, quando, um filho meu morava lá também, quando ele viu foi lá no padre, aí ele veio, aí eu me lembro como hoje, olhou assim, e disse pare! Pode parar! Num to dizendo que pare! O que fizeram, as que derrubaram tudo bem, mas essas outras não bole(sic) mas em nada! (Lembrando as palavras de Pe. José Nilson neste episódio de tentativa

³⁴³ Estes depoimentos, apresentados parcialmente neste artigo foram utilizados como metodologia da História Oral na monografia intitulada *História e Memória da trajetória do Padre José Nilson: “através da igreja edificará o Mucuripe” (1950-1960)* defendida como requisito parcial para o título de graduado na Universidade Estadual do Ceará(UECE) e sob orientação da Profª Drª Berenice Abreu de Castro Neves.

³⁴⁴ Esta expressão é importada da obra de Blanchard Girão *Mucuripe: de Pinzón ao Padre Nilson*, e é utilizada para delimitar o período de estudo da memória da comunidade mucuripense.

GIRÃO, Blanchard. *Mucuripe: De Pinzón ao Padre Nilson*. Fortaleza: Edições Fundação Demócrito Rocha, 1998.

³⁴⁵ Entrevista realizada na casa da idosa, data imprecisa.



de remoção). Ele era uma autoridade esse padre! (a colaboradora se emociona). (Dona Olímpia, 80 anos)

O manuseio das fontes, sejam elas as iconográficas, presentes no acervo ou os depoimentos fruto do trabalho com a História Oral possibilitaram relacionar a memória e a identidade do povo mucuripense, que cada vez mais vem sendo minada pelo processo de fragmentação geográfica do Grande Mucuripe. Este processo de fatiamento traz consigo a ideia de não pertencimento, o que qualifica o desconhecimento ou negação da História local, processo esse intencional.

Pollak estabelece as intrínsecas relações entre memória e identidade (POLLAK, 1992, p. 200-212), e afirma que para se engendrar a identidade há o estabelecimento de uma unidade por meio dos critérios de aceitabilidade, admissibilidade e credibilidade, o que possibilitam o sentimento de continuidade e coerência. Tais elementos, perceptíveis na memória dos mucuripenses evidenciam que a figura de Padre José Nilson é fundamental para entendermos a identidade dos moradores idosos do Mucuripe.

Ao entrecruzarmos tais memórias, a imagem de Padre José Nilson é atrelada aos meandros das lutas e resistências comunitárias, além de sua liderança política-social-religiosa se destacaram Otacília Verçosa (D. Tatá) que ainda em mocidade mediou o processo de remoção dos moradores da Rua da Frente (atualmente, Avenida Beira-mar) e continuou auxiliando a comunidade nestas problemáticas sociais; Raimunda Alves de Souza (D. Mundinha) defensora da causa ambiental do Riacho Maceió e artista plástica, no qual pintou as belezas naturais e os costumes dos mucuripense e Vera Lúcia Marcelino Miranda (Verinha) que realizou um árduo trabalho social e em defesa da memória e a História do Mucuripe, além de se destacar nas artes.

A História nos serve acima de tudo para pensarmos as questões do presente, por isso estas reflexões são cada vez mais pertinentes em um contexto crescente de remodelações que o bairro Mucuripe vem passando desde meados do século XX. O capital, por meio da especulação imobiliária, ao construir o processo de verticalização e o poder público ao permiti-las, destruiu as moradias, e com elas, o pertencimento e a identidade dos moradores. Os mucuripenses vem resistindo e com eles, as suas memórias.

3 A HISTÓRIA DE PADRE JOSÉ NILSON É A HISTÓRIA DO MUCURIPE



O acervo Cultural Padre José Nilson foi nosso ponto de partida, conhecemos um pouco de seu histórico e refletimos sobre a sua importância como *lugar de memória* da comunidade Mucuripe, além de pensarmos sobre seu papel de aglutinador da *memória coletiva*, assim como evidenciamos a figura do pároco como bastião da identidade dos moradores idosos.

Neste momento, nos questionamos: quem fora Padre José Nilson? Sabemos que os homens são frutos de seu tempo, são resultados de uma equação inalterável, produtos do passado somado ao presente, e como resultado, o que serão para o futuro. Por isso achamos necessário responder a indagação acima e fazer um apanhado da trajetória do religioso, que será entendido na perspectiva de “sujeito globalizante”³⁴⁶, como todo indivíduo, é múltiplo, e atua no âmbito político, econômico, social, cultural do Mucuripe.

Padre José Nilson teve sua formação no Seminário da Prainha, um dos maiores centros de formação religiosa no Norte-Nordeste. A construção do Seminário da Prainha figura no chamado século de ouro dos seminários que foram construídos massivamente na segunda metade do século XIX. Para a cidade de Fortaleza esta instituição figurou como marco de formação não só teológica, sobretudo intelectual, principalmente em um contexto onde se materializava a modernização da cidade por meio do processo de urbanização ou na construção da instituição que propunham a formação moral e intelectual, como o Seminário de Fortaleza. Além disso, a formação ofertada se baseava na cultura francesa, tida como moldes de civilidade.

Durante os fins do século XIX e primeira metade do século XX, o Seminário Provincial de Fortaleza foi o centro de formação em excelência de jovens do Nordeste, e, vale ressaltar que toda a sua imponência como instituição educacional perpassou todas as transformações políticas e sociais que ocorreram nesse contexto. Muitos jovens advindos do interior do Ceará ou mesmo de outros estados se tornavam seminaristas, é o caso do jovem José Nilson, natural de Aratuba e aos 25 anos inicia a sua formação sacerdotal concluindo-a em 1943 juntamente com o curso de Filosofia. Anos mais tarde (1947) concluiu a sua formação em Teologia e continua na instituição, desta vez, como professor de Português.

Segundo as memórias apresentadas na obra *Mucuripe: De Pinzón ao Padre Nilson* de autoria do jornalista Blanchard Girão, o Mucuripe era uma aldeia de pescadores, que carecia de assistência em todos os sentidos, inclusive religiosa, uma vez que os párocos que eram

³⁴⁶ Expressão utilizada na obra São Luís.



destinados à comunidade não permaneciam muito tempo devido as grandes dificuldades, o penoso quadro de miséria contrastava com as belezas naturais.

Em maio de 1950 chega a uma comunidade marcada por muitas dificuldades, seja pelo difícil acesso, pela longa distância e pela falta de transportes, e ainda pelas problemáticas que afligiam a população e em um contexto de muitas remodelações urbanísticas, que consequentemente afetaram os paroquianos, que em grande parte eram pescadores, estivadores e “mulheres da vida” que viviam sob a brisa do mar. Contudo os que moravam na Rua da Frente (atual Avenida Beira-mar) foram remanejados para o Serviluz ou para a Praia mansa recém-formada pelo processo de assoreamento.

Como nos aponta Blanchar Girão e Erika Pinho, fora Padre José Nilson que aceitou a difícil tarefa de mediar o processo de remoção dos moradores junto a Prefeitura, principalmente o caso das prostitutas que viviam em situação de vulnerabilidade, pois muitas moravam onde trabalhavam, “ Padre José Nilson, pároco do Mucuripe à época e pelos 50 anos seguintes, que indicou Tatá (Otacília Verçosa) para as negociações com o prefeito, sensibilizado com a expulsão das mulheres da Rua da Frente para a área inóspita do Farol” (PINHO, 2010).

Padre José Nilson aponta que: Naquele tempo, não tinha quem quisesse ir para o Mucuripe. Ali era pobre demais. Não tinha quase nada. As casas eram de palha e a igreja também. Tinha as meninas da Beira Mar que moravam em frente à capela de São Pedro. Elas me deram trabalho não pelo comportamento delas, mas porque, no tempo do Cordeiro Neto [prefeito de Fortaleza de 1959-63] ele queria tirá-las de lá e então eu enfrentei. Disse que ele só tiraria se as colocasse num lugar propício para elas. Ele as colocou no Farol [...]. No tempo que queriam fazer a Beira-Mar, o prefeito [Cordeiro Neto] arranhou uma pessoa para indenizar casa por casa, mas era uma coisinha de nada. Então, pedi a ele que desse uma casa, mais ou menos, conforme elas viviam. Em parte, ele atendeu. Mas elas não gostaram muito da ida lá para o Farol porque não tinha quase ninguém – tinha, talvez, umas três ou quatro casas.³⁴⁷

Por ser pescador de profissão³⁴⁸ Padre Nilson entendia as dificuldades dos homens do mar, por isso não se restringia ao altar, além de oferecer a fé e o alento espiritual o pároco lutava para que os jangadeiros se profissionalizassem e tivessem alguma seguridade, Como mostra o jornal presente no acervo: *pescadores fazem procissão e pedem ministério da Pesca*³⁴⁹. Além disso, combatia severamente os vícios (prostituição, álcool e a vadiagem) que eram empecilhos para o trabalho e consequentemente alimento para a miséria de suas famílias.

³⁴⁷ Entrevista de Padre José Nilson ao Jornal O Povo, publicada em 9.3.2004.

³⁴⁸ As carteiras de pescadores do religioso estão expostas no Acervo Cultural Padre José Nilson.

³⁴⁹ O recorte de jornal presente no acervo não apresenta nenhuma referência, mas cremos que se trata da reivindicação dos jangadeiros para participar da Assembleia Nacional Constituinte que teve a primeira eleição em



Padre Nilson é fruto de uma formação de rígida disciplina, onde a Igreja buscava se adaptar as transformações no qual a sociedade estava a passar, para tanto a relação com o Estado foi crucial para o estabelecimento de um controle político-ideológico e moral. Vários mecanismos foram criados para estreitar as relações entre Estado-Igreja-Povo, dentre eles os movimentos leigos. Neste caso, voltaremos nossa atenção para os Círculos operários Católicos, isso se justifica pela sua presença no bairro Mucuripe.

Os Círculos Operários Católicos no estado do Ceará foram inegavelmente instituições de grande importância para a mediação na luta de classes, vale destacar que o modelo empreendido pela Igreja era o de mediação entre patrões e empregados. Vale salientar que em nosso estado os círculos operários eram divididos por categoria, como por exemplo, o Círculo Operário do Mucuripe, que era formado apenas por pescadores. De certo modo este modelo de organização circuilista canalizava a relação entre empregadores e empregados.

É inevitável atrelarmos a História do Mucuripe ao Padre José Nilson por conta do seu trabalho social, por isso a história do Padre José Nilson se imbrica com a história da própria comunidade, os 50 anos no qual fora pároco da Igreja de Nossa Senhora da Saúde o bairro passou por intensas modificações decorrentes do acelerado processo urbanístico de Fortaleza.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história apresentou muitos usos e abusos ao longo do tempo, desde a legitimação de opressão, busca por libertação, constituição nacional, dentre outros aspectos ideológicos. Diante de tudo que pudermos mencionar o elemento constituinte de um determinado regime de historicidade é a afirmação ou destituição da identidade, por isso buscamos neste breve texto apresentar peças da história de nossa cidade, que muitas vezes é desconhecida pela própria população e dar voz aos “protagonistas anônimos” é um dos papeis da História.

A imagem de padre José Nilson é o que proporciona o entrelaçamento das memórias individuais formando um campo identitário e coletivo. É unívoco a percepção de que o pároco foi uma personalidade que lutou para o estabelecimento de dignidade para a população mais pobre, por meio de suas empreitadas na questão da moradia, trabalho, educação. Com isso

15 de novembro de 1986 e que fora instalada em 1º de fevereiro de 1987 e em 20 meses depois promulgaria a atual constituição.



percebemos que seus objetivos iam além do assistencialismo, mas, sobretudo pela sistematização de melhoria substancial da vida dos mucuripenses. Não podemos renegar suas relações políticas com o poder público que concediam auxílio na estruturação deste projeto social. As memórias dos mucuripenses indicam que tais auxílios eram benesses sociais, e não tinham relações de politicagem.

A identidade é o elo psicossocial de um determinado grupo, é o que fundamenta a História e a memória da comunidade do Mucuripe. Trazemos aqui esta concepção como prenúncio de nossas reflexões. Encontramos a identidade como sustentáculo da memória social constituída na comunidade do Mucuripe, fenômeno analisado neste artigo. Vale ainda mencionar que Padre José Nilson é a figura central para a edificação deste quadro por meio do estabelecimento de um *lugar de memória*.

REFERÊNCIAS

AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **Usos e abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

AZEVEDO, Miguel Ângelo (Nirez). **Cronologia ilustrada de Fortaleza-roteiro para um turismo histórico e cultural**. Fortaleza: Editora Banco do Nordeste, 2005.

BOSI, Ecléa. **A memória e sociedade**. Lembrança dos velhos. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Trad. de Maria Letícia Ferreira. 1ª ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CAVALCANTE, Eider de Olivindo. **Os meandros do habitar na metrópole: expansão urbana e controle territorial na produção do litoral de Fortaleza**. Tese de doutorado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2017.

D'ALESSIO, Márcia Mansour. *Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora*. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, nº 25/26, p.97-103, 1993.

FECHINE, José Alegnberto Leite. **As alterações no perfil natural da zona costeira da cidade de Fortaleza, Ceará, ao longo do século XX**. Dissertação de mestrado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes Ferreira. *História, tempo presente e história oral*. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, dezembro, 2002, pp. 314-332.



GIRÃO, Blanchard. **Mucuripe**: De Pinzón ao Padre Nilson. Fortaleza: Edições Fundação Demócrito Rocha, 1998.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. São Paulo: Edições Vertice/ Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **História oral**: como fazer, como pensar. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. **Guia prático de história oral**: para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto, 2011.

MENEZES, Maria Aparecida. *História oral*: uma metodologia para o estudo da memória. Natal - RN, n.28, p. 23-36, 2005.

NORA, Pierre. *Entre memória e história*: a problemática dos lugares. **Projeto história**. São Paulo (10) de dezembro, 1993.

PINHO, Érika Bezerra De Meneses. “**O tempo bom do Farol**”: transgressão, sociabilidade e afeto nas trajetórias de ex-prostitutas idosas. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2012.

POLLAK, Michel. *Memória, esquecimento, silêncio*. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989, p. 3-15.

_____. *Memória e identidade social*. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992, p. 200-212.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho*. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Revista Projeto História**. São Paulo, n. 15, abr. 1997.

SANTOS, Jovelina Silva. **Círculos Operários no Ceará**: “instruindo, educando, orientando, moralizando” (1915-1963). Fortaleza, 2007.



O púlpito como lugar de combate:

a crítica de Teodoro de Almeida ao pensamento moral francês no século XVIII

Júnior César Pereira³⁵⁰

Recebido em: 27/01/2019

Aceito em: 01/03/2019

RESUMO

O trabalho a seguir teve como objetivo principal averiguar o debate promovido pelo padre e filósofo oratoriano Teodoro de Almeida (1722-1804) acerca da difusão dos livros de alguns pensadores franceses no âmbito de sua parenética. A questão ética e moral no interior do pensamento desse importante pensador português da época das Luzes foi muito investigada na historiografia, que se debruçou com maior afinco nos últimos tomos de sua obra magna, a *Recreação Filosófica*. No entanto, nosso estudo tentou mostrar que o embate travado pelo clérigo contra a filosofia moral moderna representada por filósofos como Voltaire, Rousseau e Marmontel, se deu com grande ênfase no púlpito também, e para isso analisamos um de seus sermões pregado em 1778 ou 1779 e publicado em 1787, portanto anteriores à publicação dos citados tomos da *Recreação Filosófica*. A leitura de tal sermão nos permite verificar como um importante agente da cultura letrada portuguesa setecentista refletiu sobre a difusão de tais ideias naquele tempo.

Palavras-chave: Teodoro de Almeida; parenética; filosofia moral.

The pulpit as a place of combat: a critique of Teodoro de Almeida to the french moral thought in the eighteenth century

ABSTRACT

The main objective of this work was to analyze the debate promoted by the priest and the oratorian philosopher Teodoro de Almeida (1722-1804) about the diffusion of the books of some French thinkers in the scope of his parenética. The ethical and moral question within the thought of this important Portuguese thinker of the Enlightenment era was much investigated in historiography, which has been more fully studied in the last volumes of his great work, *Philosophical Recreation*. However, our study attempted to show that the clash held by the clergy against modern moral philosophy represented by philosophers such as Voltaire, Rousseau, and Marmontel, took a great deal of emphasis in the pulpit as well, and for this we have analyzed one of his sermons preached in 1778 or 1779 and published in 1787, therefore prior to the publication of the abovementioned volumes of *Philosophical Recreation*. Reading

³⁵⁰ Possui graduação em História pela Universidade Estadual de Londrina. Atualmente é mestrando pelo Programa de Pós Graduação em História Social na mesma Universidade, recebendo bolsa CAPES. Lattes em: https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=C5C39788D0CB573A807B50B722F6C80AE -mail: juniorenhawaii@hotmail.com.



this sermon allows us to verify how an important agent of eighteenth-century Portuguese literary culture reflected on the diffusion of such ideas at that time.

Keywords: Teodoro de Almeida; parenética; moral philosophy.

1 INTRODUÇÃO

Nas sociedades ocidentais do período moderno a oratória sagrada foi uma prática cultural de extrema relevância no cotidiano das pessoas. Para além de um espaço onde o pregador transmitia as doutrinas cristãs, o púlpito também era um pólo difusor de propagandas políticas, modelos comportamentais, críticas aos costumes etc, configurando-se como espaço de circularidade cultural, uma vez que a maioria dos ouvintes era iletrada.³⁵¹

Em Portugal, no tempo em que o iluminismo se forjava na cultura, o padre e filósofo oratoriano Teodoro de Almeida (1722-1804) foi uma figura cimeira no campo da oratória sagrada. De sua atividade no púlpito resultou a publicação de três tomos de *Sermões* em 1787. Caracterizado por um forte ímpeto devocional, o *corpus* parenético desse importante padre da Congregação do Oratório nos permite vislumbrar o contexto português da segunda metade do século XVIII por meio de diversas vias, uma delas é a recepção das ideias filosóficas dos pensadores franceses.

Muitos historiadores se debruçaram sobre a vida e a obra de Teodoro de Almeida, enfatizando sua relevância para a formação do iluminismo em Portugal.³⁵² Sua obra magna, a *Recreação Filosófica* (1751-1800) publicada em dez tomos é tida como uma obra fundamental na difusão das ideias ilustradas em solo lusitano. Os dois últimos tomos da *Recreação* onde Almeida se debruçou sobre a moral foi longamente analisado por seus estudiosos.

³⁵¹ BRAGA, Isabel M. R. Drumond. As realidades culturais. In: MENESES, Avelino de Freitas (cor). **Nova história de Portugal: Portugal da paz da Restauração ao ouro do Brasil**. Editorial Presença, 2001, p.509.

³⁵² Além dos que referiremos ao longo do trabalho, poderíamos lembrar dos seguintes: AZEVEDO, Ferdinand. **Teodoro de Almeida (1722-1804) and the portuguese enlightenment**. Washington: The Catholic University of América, 1975. AZEVEDO, Ferdinand. **Padre Teodoro de Almeida: um oratoriano no Iluminismo português**. *Revista Brotéria*, Vol. 109, 1979, p. 301-317. AZEVEDO, Maria Leopoldina de. **Padre Teodoro de Almeida – Subsídios para o estudo de sua vida e obra**. Coimbra: Dissertação de Licenciatura Datilografada, 1960. DOMINGUES, Francisco Contente. **Ilustração e Catolicismo: Teodoro de Almeida**. Lisboa: Edições Colibri, 1994. DOMINGUES, Francisco Contente. Um projecto enciclopédico e pedagógico: A *Recreação Filosófica* de Teodoro de Almeida. *Revista de História das Idéias*, Vol.10, 1988. p. 235-248. DOMINGUES, Francisco Contente. **Teodoro de Almeida (1722-1804)**. Subsídios para uma biografia. F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa: Dissertação de Mestrado, 1986. DUARTE, Maria Teresa. **A filosofia do padre Teodoro de Almeida, através da “Recreação Filosófica”**. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: Dissertação de Licenciatura, 1959.



Um dos traços fundamentais da reflexão antropológica iluminista, a saber, o ideal de Humanidade se configurou como um dos valores mais elevados para o homem. Nesse quadro, a moral passa a ser concebida em esfera autônoma à teologia. Subordinada aos imperativos da razão, a Ética devia corresponder aos anseios de perfectibilidade espiritual e moral do homem, dar sentido à liberdade dos atos humanos e salvaguardar o direito dos indivíduos à felicidade terrena.³⁵³

A razão encarada como fonte das verdades morais debate-se com o problema da superioridade da moral evangélica, vista como fruto da revelação divina. Tal problema foi exposto por Antônio Soares Barbosa no *Tratado Elementar de Filosofia Moral* (1792). No debate de ideias realizado à época a resposta em favor de uma apologética foi predominante entre diversos pensadores portugueses, incluindo Teodoro de Almeida.³⁵⁴

As fontes mais exploradas para se verificar os delineamentos da questão ética e moral no pensamento de Teodoro de Almeida foram os dois últimos tomos da *Recreação Filosófica*, publicados respectivamente em 1793 e 1800. Neles, o oratoriano debate uma série de questões, e como Marta de Mendonça pode notar

Há, no entanto, um elenco de teses que atravessam todo o texto e uma espécie de balanço global da ética moderna que se poderia resumir do ponto de vista formal ou metodológico nas seguintes acusações, mais ou menos explicitamente formuladas: Acusação de superficialidade; acusação de incoerência; acusação de manipulação e instrumentalização do discurso; dogmatismo e irracionalidade.³⁵⁵

No tomo X da referida obra, Teodoro de Almeida organiza seu discurso em três partes. Na parte um aborda os deveres do homem para com Deus. Na segunda, ocupa-se do que o homem deve em relação a si mesmo. E finalmente, detém-se na reflexão das bases éticas da vida social, ou os deveres do homem nas suas relações com os seus semelhantes.

Não obstante, buscaremos argumentar no presente trabalho que o combate à moral da filosofia moderna não foi realizada apenas na *Recreação Filosófica*, mas foi também matéria de reflexão no púlpito do oratoriano. E para isso analisaremos um sermão em específico, pregado em 1778 ou 1779 em Lisboa, e que foi publicado no terceiro tomo dos *Sermões*.

³⁵³ ARAÚJO, Ana Cristina. Cultivar a razão, educar e civilizar os povos: a filosofia das Luzes no mundo português. *Revista de História Regional*, 19(2): 263-281, 2014, p.266.

³⁵⁴ Ibidem.

³⁵⁵ MENDONÇA, Marta de. O problema moral em Teodoro de Almeida. *Revista de Estudos Filosóficos*. Minas Gerais, n. 7, 2011, p.106-118, p.112.



Ali Teodoro de Almeida avalia os livros de pensadores como Voltaire, Rousseau, Marmontel entre outros como uma peste que começava a se proliferar em solo lusitano. Um veneno que contaminava diversas pessoas, espalhando as doutrinas ímpias de tais filósofos, contrariamente à boa razão da religião católica. Se os historiadores se debruçaram com mais afinco na *Recreação Filosófica*, aqui buscaremos mostrar como tal questão foi encarada por Almeida anteriormente no púlpito. Começemos por situar o oratoriano na cultura de seu tempo, depois tecemos algumas considerações metodológicas sobre os sermões para então averiguar como a matéria aventada aparece na fonte investigada.

2 TEODORO DE ALMEIDA E A CULTURA DE SEU TEMPO

A formação intelectual de Teodoro de Almeida teve início na Congregação do Oratório, instituição erigida primeiramente em Roma no ano de 1565 pelo clérigo florentino Felipe Neri, tendo sido acolhida em diversas outras parte da Europa. Em Lisboa onde se instalou no ano de 1668 o trabalho desempenhado pelos oratorianos caracterizou-se pelo seu caráter assistencial voltado à recuperação daqueles que viviam à margem da sociedade, além de ter sido um importante centro difusor das novas ideias filosóficas emanadas dos movimentos iluministas que grassavam em algumas partes da Europa, apontando deste modo, caminhos inovadores para a produção do conhecimento, e por conseguinte para a orientação pedagógica no Reino às vésperas do limiar do setecentos.³⁵⁶

Nesse tempo uma das bases mais significativas da cultura portuguesa foi a valorização da língua pátria, o que implicou na paulatina subalternização do latim que era utilizado sobretudo pelos membros do clero. Para esses a utilização dessa língua fazia parte do cotidiano, ao contrário do uso de alguns laicos, decorrente dos currículos escolares onde o aprendizado da lógica, retórica, aritmética e todos os outros saberes se dava em latim.³⁵⁷

A prática privada e silenciosa da leitura foi uma transição marcante na época moderna, e Portugal acompanhou essa tendência. Ao mesmo tempo é possível notar alguns eventos significativos para esse contexto, como a fixação de uma ortografia, a utilização da imprensa e a gramaticalização das línguas vulgares. Pessoas menos cultas mas capazes de ler e escrever em português somaram-se àqueles conhecidos consumidores de letra impressa, como os

³⁵⁶ GOVASKI, Patrícia. **Ilustração e filosofia natural em Portugal** : a Recreação Filosófica (1751-1800) do padre Teodoro de Almeida. Universidade Federal do Paraná: Dissertação de Mestrado em História, 2017, p.30.

³⁵⁷ BRAGA, Op.cit., p.425.



membros do clero, letrados, cortesãos e mercadores endinheirados. Conseqüentemente, nota-se o aumento paulatino do público leitor.³⁵⁸

Na segunda metade do século XVIII era notável a importância pedagógica da Congregação do Oratório onde Teodoro de Almeida foi admitido como membro aos 13 anos de idade, fato incomum no meio oratoriano, conforme indica os estatutos da instituição, que preconizavam os 18 anos de idade para o ingresso de seus membros. Sendo assim o jovem dedicou-se à filosofia por três anos, seguindo por mais quatro no ramo da teologia, e aplicando-se ao estudo da matemática posteriormente. Sob a tutela do padre João Baptista de Castro conheceu as novas ideias que configuravam o quadro da filosofia moderna, sobretudo as iluministas.³⁵⁹

Teodoro de Almeida ordenou-se sacerdote no ano de 1744, ocupando o posto de pregador da congregação logo na sequência. Em 1748 foi nomeado professor de filosofia do convento das Necessidades, atividade que desempenhou até o ano de 1754, tendo como pupilos entre outras figuras da nobreza, José Maria Távora, filho do Marquês de Távora. Suas bases filosóficas indicavam a formação ilustrada que teve. Descartes, Newton, Locke e uma gama de outros importantes pensadores endossavam as atividades intelectuais do clérigo, que contribuiu em grande medida para a conformação do iluminismo português.³⁶⁰

A década de 1740 presenciou eventos de grande relevo para as mudanças no clima intelectual lusitano. Podemos citar a publicação do *Verdadeiro Método de Estudar*, de Luís Antônio Verney, e da *Lógica Racional, Geométrica e Analítica* de Manuel Azevedo Fortes, obras fundamentais da ilustração portuguesa. Os trabalhos científicos realizados por D. Rafael Bluteau e pelo 4. Conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Meneses, assinalou em Portugal um importante marco que convergiu com o novo clima propugnado pelas Luzes na Europa. Sob os auspícios de D. João V contemplam-se inúmeros pontos nodais para a participação do Reino lusitano nesse novo cenário, como a instituição da Aula de Física Experimental no Palácio das Necessidades, e ainda as aulas de filosofia proferidas pelo P. João Baptista na Congregação do Oratório.³⁶¹

³⁵⁸ Ibidem, p.487.

³⁵⁹ GOVASKI, op.cit., p.43.

³⁶⁰ Ibidem, p.35.

³⁶¹ BIRON, Berty. Considerações acerca do iluminismo luso-brasileiro. RCL, **Convergência Lusíada** n. 32, julho - dezembro de 2014, p.1.



Na esfera política, Sebastião José de Carvalho Melo, o Marquês de Pombal, primeiro ministro de D. José I, determinou em grande medida o desenvolvimento do ideário ilustrado em Portugal. Sob sua égide, *De suprema regnum* de Antônio Pereira de Figueiredo, obra de fundamental importância para os desígnios da monarquia foi publicada; e ainda a *Dedução Cronológica e Analítica* (1768) que precede os dois documentos mais característicos concernentes às reformas empreendidas no campo educacional: o *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra* (1771) e os novos *Estatutos da Universidade de Coimbra* (1772).³⁶²

A atuação política de Pombal forjou uma contradição essencial para a compreensão da conjuntura intelectual em quadro. Contrapostas, de um lado as trevas, representadas pelos inacianos, de outro, as luzes redentoras tendo o estado pombalino como baluarte. A Companhia de Jesus foi elegida como a principal causa do atraso e decadência cultural e intelectual do Reino, uma vez que tinha amplo domínio da esfera educacional. Desse modo tornava-se urgente a expulsão destes homens dos domínios lusitanos.³⁶³

A filosofia peripatética, vértice do edifício educacional inaciano foi amplamente denunciada como retrógrada, abstrata e contrária às novas ideias científicas que visavam o progresso humano tendo como pedra de toque a verdade auferida por meio do método racional e científico. Os sistemas abstratos e as cosmologias seiscentistas eram objetos de repúdio por essa nova ciência, que também em Portugal revestiu-se de um caráter multidisciplinar. Nesse quadro a epistemologia newtoniana aliada aos preceitos de John Locke foi a base da nova forma de produção do conhecimento. Em terras lusitanas o ecletismo caracterizou a forma de pensar dos mais importantes intelectuais, assim como um forte pedagogismo foi associado à figura do governo real.³⁶⁴

O repúdio aos jesuítas não deve ser entendido em um quadro que apresenta de forma antitética o iluminismo e o catolicismo. A ilustração portuguesa não foi avessa ao catolicismo, pelo contrário, objetivou em grande medida, sobretudo na esfera moral, atualizar a tradição de pensamento católico aos novos paradigmas advindos das luzes europeias. A forte influência de

³⁶² CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy. **As luzes da educação: fundamentos, raízes históricas e prática das aulas régias no Rio de Janeiro. 1759-1834.** Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002, p.141.

³⁶³ CARVALHO, Flávio Rey de. **Um Iluminismo português? A Reforma da Universidade de Coimbra de 1772.** Universidade de Brasília: Dissertação de Mestrado em História: 2007, p.35.

³⁶⁴ JUNIOR, Eduardo Teixeira. **O método em Verney e o Iluminismo em Portugal.** Universidade Federal Paraná: Tese de Doutorado em História, 2015, p.95.



pensadores italianos como Muratori e Genovesi em figuras de destaque no meio intelectual português corrobora a ideia de atualização do pensamento cristão, que ao contrário de diversos pensadores ingleses e franceses não defendia princípios deístas e materialistas.³⁶⁵

Entendida como paradigma absoluto das ações humanas a razão também sustentaria, de acordo com alguns pensadores desse contexto, a possibilidade de uma sociedade a-religiosa, fundada exclusivamente na moral. Tal ideia pode ser rastreada na influência de Pierre Bayle e sua noção do ‘ateu virtuoso’ e na liberdade filosófica de Spinoza. Ambos os autores se situam na esfera daquilo que se poderia chamar de jurisdição universal da consciência, onde a questão da tolerância é central.³⁶⁶ Vemos a partir daí a aproximação de um deísmo, que propõe uma religião natural preceituada por uma moral universal, cuja supremacia não admitiria instituições eclesásticas ou ortodoxias religiosas.³⁶⁷

A título de exemplo, o já citado Anastácio da Cunha buscou harmonizar o conceito de divindade providente e benfazeja de Pope com o conceito de artífice inacessível e insondável de Voltaire. Procura-se desse modo elevar a liberdade à categoria de linguagem universal do homem em busca da felicidade. Nesse seguimento, o tolerantismo se torna, no final do século XVIII, um problema a ser enfrentado pelos setores católicos ilustrados, pois é confundido com os mais altos desígnios dos homens das luzes e dos insondáveis caminhos abertos por libertinos, ateus, materialistas e revolucionários. A tolerância religiosa e civil passa a ser vista como uma ameaça ao catolicismo, aos bons costumes que fundamentavam a moralidade pública e à ordem política da monarquia.³⁶⁸

Nesse sentido, a definição que Cândido dos Santos deu ao Iluminismo português nos permite ter uma visão holística acerca de sua relação com o catolicismo. Nas palavras do autor tal movimento pode ser lido como um iluminismo católico, pois

caracterizou-se pela renovação da liturgia, pelo abandono de formas populares de devoção, pelo sentido histórico, pelo gosto da história eclesástica, pela oposição ao escolasticismo, pela austeridade moral e recusa do probabilismo, pela predileção das línguas vulgares, pela crítica do barroco de pregação etc ... assim, alguns aspectos

³⁶⁵ CARVALHO, op.cit., p.25.

³⁶⁶ Schwartz (2009) rastreou o desenvolvimento das manifestações de tolerância no mundo ibérico, assumindo uma postura metodológica que segue as ideias em sua heterogeneidade, contestando pressuposições universalistas acerca do tema. O autor defende que nos meios intelectuais a ideia de tolerância vinha sendo desenvolvida desde os tempos de Spinoza, até culminar no cerne do pensamento iluminista do século XVIII. Havia no entanto, outra fonte de manifestação de ideias de tolerância vincada nas tradições populares ibero-americanas. SCHWARTZ, Stuart B. **Cada um na sua lei**. Tolerância religiosa e salvação no mundo ibérico. São Paulo: Editora Schwartz, 2009, p.193

³⁶⁷ ARAÚJO, op.cit., p.267

³⁶⁸ Ibidem, p.268



deste movimento regalista em política, jansenista em moral, progressista na cultura anti-Aristóteles e anti-Escolástica estão presentes em Portugal. Regalista, Jansenista e progressista. Não, porém, anti-religioso como na França. É, talvez, anti-clerical. Com certeza, anti-jesuíta. Como quase todas as ordens religiosas e uma parte dos bispos portugueses.³⁶⁹

Mas logo as luzes se transformaram em trevas para Teodoro de Almeida. Conforme Eugênio dos Santos:

Nos anos que cobrem os fins da década de cinquenta e os inícios da seguinte, a maioria dos membros do instituto a que Teodoro pertencia mantinha relações difíceis com o poderoso ministro de D. José. A intransigência deste último tinha que fazer vítimas entre aqueles que ousassem opôr-se-lhe. E foi o que aconteceu ... Quatro dos filipinos mais ilustres tiveram que deixar Lisboa a caminho do desterro. Chamavam-se João Baptista, João Chevalier, Teodoro de Almeida e Clemente Alexandrino. O primeiro e último foram para o Hospício de Monção de onde, depois, o padre alexandrino, irmão de João Baptista, passou para Viseu, prestando a essa cidade excelentes serviços. Teodoro rumou ao Porto e João Chevalier esperava-o o remoto Alto Douro, como já referimos. Que crime, afinal, haviam cometido? Recusaram o *imprimatur* às ideias regalistas da obra *De Protestate Regis* escrita pelo intendente geral de polícia Inácio Ferreira Souto 'mas inspirada diretamente por Pombal'. João Baptista e Teodoro manifestaram sem equívocos o seu desacordo para com a doutrina do escrito. O mesmo acontecendo, ao que se presume, aos outros dois, até porque João Chevalier era homem de prestígio firmado.³⁷⁰

Nesse sentido, os dias que se seguiram no trajeto de Teodoro de Almeida foram marcados pela perseguição do Marquês de Pombal, tendo que partir de Lisboa imediatamente, reconhecendo morada na cidade do Porto, onde chegou em 1760. Nessa cidade obteve acolhimento e sustentação para continuar exercendo seus trabalhos de missionário e escritor até 1768. O ano seguinte tornou-se traumático para o padre, que não conseguiu fixar moradia em nenhum dos lugares por onde esteve. Adquiriu nesse tempo grande aversão por viagens marítimas, passou ainda por humilhações, como quando fora expulso do solo espanhol acompanhado por oficiais de justiça armados. No entanto, em 1769 conseguiu sossego espiritual em Bayonne, na França, onde permaneceu junto ao mosteiro das religiosas da Visitação. Gozou de grande prestígio nesse lugar por oito anos, aliando trabalhos religiosos à prática docente.³⁷¹

Se por um lado os anos finais de seu exílio deram-se sob conforto e estabilidade financeira, por outro a saudade de sua terra natal não o deixava completamente em paz. O retorno à pátria ocorreu em maio de 1778, quase um ano após a queda de Pombal. Em Lisboa,

³⁶⁹ SANTOS, Cândido dos. **Matizes do Iluminismo católico da época pombalina**. Faculdade de letras da Universidade do Porto, 2004, p.949-956.

³⁷⁰ SANTOS, Eugênio dos. Para a história da cultura em Portugal no século XVIII: Oração de abertura da Academia de Ciências de Lisboa do padre Teodoro de Almeida. **Repositório Digital Universidade do Porto**, 1980, p.53-90, p.63.

³⁷¹ *Ibidem*, p.75.



não tardou em retomar aquilo que o diferenciou entre os demais, a aguda lida com as matérias do intelecto.³⁷²

Em 1779 um antigo projeto de Teodoro de Almeida idealizado em parceria a um amigo também apreciador das mais diversas ciências, o Duque de Lafões, materializou-se enfim na capital do reino. A Acadêmia Real das Ciências de Lisboa configurou-se como um importante espaço de produção e divulgação do conhecimento.³⁷³

Entre 1792 e 1795 Teodoro de Almeida retornou à docência na Congregação do Oratório, ministrando aulas de filosofia natural na Casa das Necessidades. Nos anos finais do século XVIII continuou atuando vigorosamente nestes mesmos ambientes de produção intelectual. Faleceu em 10 de abril de 1804 legando uma vasta produção composta por obras como: *Recreação Filosófica* (1751-1800), *O feliz independente do mundo e da fortuna* (1779), *Sermões* (1787), *Lisboa destruída* (1803), *A morte alegre do filósofo cristão*, *Uma drama para a festa de nascimento do menino Jesus*, *A vida alegre do filósofo cristão* (as três publicadas em 1767), entre outras.

3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A PARENÉTICA

Na época moderna a prática sermônística era multifacetada, atendendo a vários objetivos. Havia a pregação de cariz pedagógico, pastoral ou ordinária, voltada à educação para a fé, senão para um modelo de homem e sociedade, que estava a cargo dos bispos e dos párocos, e ainda aquelas de cunho encomiástico (panegírico e oração fúnebre), deprecatório (prece), eucarístico (ação de graças) e gratulatório (regozijo), que reforçavam o caráter edificante das utopias laicas vigentes. A oratória cortesã e cidadina cabia ao pregador régio, figura distinta dada a função política destacada. Seu cariz era mais amplo do que o religioso, alcançava interesses sociais e pretendia-se uma espécie de filosofia moral.³⁷⁴

A peça oratória se situa na esfera da eloquência sacra. Dirigindo-se à comunidade dos fiéis por força das obrigações do ministério eclesiástico, como nos lembra João Francisco Marques, “a intervenção do orador, mesmo quando preparada, pode não haver sido previamente

³⁷² Ibidem, p.76.

³⁷³ Ibidem, p.79.

³⁷⁴ BRAGA, op.cit., p.509.



reduzida a escrito ainda que só num esquemático alinhamento de ideias.”³⁷⁵ Nesse ensejo muitas questões surgem para o pesquisador de tais fontes documentais:

Como averiguar a fidelidade do texto dado ao público e a oração realmente pronunciada? Os tópicos elaborados antes e a posterior redação integral do discurso? O texto concebido para o ato e a sua inclusão mais tardiamente na edição, às vezes póstuma, da obra oratória do pregador? O texto impresso não era a única via de difusão do sermão, que corria também de forma manuscrita. A sua expansão dependia do renome do pregador e da importância do assunto.³⁷⁶

Ao ser impresso o sermão assume um caráter diferente, seu alvo já não é o ouvinte mas sim o leitor. Nesse formato, extrapola o espaço do templo ou o recinto da praça onde foi escutado para circular numa área mais ampla e diversificada. Se dirige ao homem culto e aos diletantes, ao eclesiástico, leigo, nobre, burguês letrado entre outros atores do cotidiano. Muitos sermões publicados não eram sequer pregados. A atualidade do tema abordado era mais um estímulo para a sua difusão e procura.³⁷⁷

Tendo sido determinado um tempo restrito para a pregação no púlpito, muitos pregadores ampliavam os sermões para serem impressos. Tais acréscimos se davam a partir de informações e talvez de queixas de ouvintes só possíveis depois de feita a pregação. Em muitos casos as peças oratórias se avolumavam, se assemelhando a tratados.³⁷⁸

O formalismo do texto parenético servia como modelo estrutural para muitos outros tipos de textos que circulavam. Continham as peças oratórias justificações moralizantes, dados históricos e genealógicos, testemunhos de milagres e profecias que faziam também parte dessa produção literária circulante. Essa situação textual importa na medida em que diversos sermões eram ampliados a partir de trechos explanatórios desses demais textos. Um texto assim trabalhado pode ser visto como absorção e transformação de uma multiplicidade de outros textos, tendo papel fundamental na cultura escrita.³⁷⁹

Nesse sentido os *Sermões* do padre oratoriano Teodoro de Almeida representa uma prática discursiva no interior da cultura portuguesa da segunda metade do século XVIII. O que em outras palavras significa que frente às múltiplas representações daquela realidade social (sua

³⁷⁵ MARQUES, João Francisco. **A Parenética Portuguesa e a Restauração**, 1640-1668, a revolta e a mentalidade. Porto, INIC – Centro de História da Universidade, 1989, p.8.

³⁷⁶ Ibidem.

³⁷⁷ Ibidem, p.9.

³⁷⁸ Ibidem, p.10.

³⁷⁹ Ibidem, p.26.



descrição segundo o modo como os agentes culturais pensavam que ela fosse ou como desejassem que ela fosse) se fazia como produtora de ordenamento de tais visões de mundo.

No entanto, se nos foge o modo como tal discurso foi apropriado, ressignificado, é possível descrever algumas condições e processos determinantes das operações construtoras de sentido, tendo em conta as diferenças entre a apropriação de um sermão proferido e um sermão lido, tornado portanto um material impresso, submetido às transformações posteriores, encarnada em um processo editorial, que agora deve levar em consideração diversos outros fatores materiais que condicionam sua difusão e por conseguinte sua apropriação. Essa dinâmica nos mostra que “as categorias aparentemente mais invariáveis devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas.”³⁸⁰ Passemos então à descrição geral das temáticas abordadas por Almeida nos seus *Sermões*.

A obra parenética de Teodoro de Almeida foi publicada em três tomos, todos no ano de 1787. No prólogo, Teodoro explana alguns dos objetivos que o levaram a publicar seus *Sermões*.

Se tantos livros maus há que são muito defeituosos no estilo, e frase, e linguagem, os quais mentindo, se encaminham a semear nos corações humanos costumes perversos; porque se não sofrerá na República das Letras um livro, que só diz a verdade pura do evangelho, e persuade o bem, ainda que o tenham por frio, insípido, languido, e comum. Lá cairá nas mãos do oficial rude, da donzela recolhida, do preso atribulado, da pobre velha, que entendem o estilo simples, lá o levarão ao doente solitário, que não podendo ir à igreja, se quer consolar nos dias festivos com estes sermões mudos, e lhes poderão ser úteis.³⁸¹

O primeiro tomo, intitulado *Sermões de Nossa Senhora*, é conformado por quinze peças oratórias, quais sejam: I- Sermão para a festa da Conceição, pregado em Lisboa, no ano de 1779; II- Para uma missa nova em dia da Senhora dos Martyres, pregado em Lisboa, no ano de 1779; III- Para a Natividade da Senhora, pregado em Lisboa, no ano de 1756, depois do famoso terremoto; IV- Para uma missa nova na festa da Senhora das Mercês, pregado em Lisboa, no ano de 1780; V- Do Santíssimo nome de Maria, pregado em Lisboa, no dia da Exaltação da Cruz, em 1755; VI- Para a Soledade da Senhora, pregado em Lisboa, em 1779; VII- Para a restituição da imagem da Senhora das Necessidades, depois de falecer o Senhor Rei D. Pedro III, pregado na igreja das necessidades, em 1786; VIII- Da Senhora da Piedade, pregado em

³⁸⁰ CHARTIER, R. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel. 2002, pp.26-27.

³⁸¹ ALMEIDA, Theodoro de. **Sermões do P. Theodoro de Almeida, da Congregação do Oratório**. Lisboa : Na Offic. de António Rodrigues Galhardo, Impressor da Real Meza Censoria, 1787, pp.5-6.



Lisboa, em 1757 em ações de graças quando o Duque de Lafões D. João de Bragança saiu de Portugal para ir militar em Alemanha; IX- De assunção da Nossa Senhora, pregado em Lisboa em 1767; X- Da fugida de Nossa Senhora para o Egito, pregado na igreja da congregação do Porto, em 1764; XI- II do Santíssimo nome de Maria, pregado em Lisboa na Dominga 14 depois da pentecoste, ano de 1778; XII- Da Senhora de Nazareth, pregado na igreja da congregação do Porto, no dia da dedicação da sua catedral, em 1764; XIII- II Da conceição da Senhora, pregado em Lisboa, no ano de 1782; XVI- II Da Senhora das Necessidades, pregado em Lisboa no ano de 1786; XV- Sobre um prodígio da Senhora das Necessidades, pregado em Lisboa no dia dos apóstolos S. Felipe e S. Thiago, em 1780.

O tomo dois têm como título *Sermões Quaresmais*, sendo composto por treze sermões, a saber: I- Sermão para a primeira domingo da quaresma, pregado em Lisboa na igreja da Senhora das Necessidades em 1783; II- Para a segunda domingo da Quaresma, pregado em Lisboa na igreja da Senhora das Necessidades, em 1780; III- Para a terceira domingo da Quaresma, pregado em Lisboa na igreja da Senhora das Necessidades, em 1785; IV- Para a quarta domingo da quaresma, pregado em Lisboa na igreja da Senhora das Necessidades, em 1786; V- Para a quinta domingo da Quaresma, pregado em Lisboa na igreja da Senhora das Necessidades, em 1782; VI- Para a festa das dores da Senhora, no dia da sua Encarnação, pregado na igreja da Congregação do Porto, em 1768; VII- Para domingo de ramos, pregado em Lisboa na igreja da Senhora das Necessidades, em 1784; VIII- Da paixão pregado em Lisboa na igreja da Senhora das Necessidades, em 1778; IX- II da Soledade da Senhora, pregado em Lisboa na igreja da Senhora das Necessidades, em 1783; X- II para domingo de ramos, pregado na missão de passo d'arcos em 1755; XI- III da Soledade da Senhora, pregado na igreja da Congregação do Porto, em 1764; XII- IV para a soledade da santíssima virgem, pregado na real casa de n. senhora das Necessidades, no ano de 1755; XIII- V para a soledade de nossa senhora, pregado na igreja da senhora das necessidades, em 1760.

O terceiro tomo leva o título de *Panegíricos*³⁸². É composto por 15 sermões, intitulados respectivamente: I- Sermão para a festa de São Felipe Néri; II- de São Francisco de Sales; III- de S. Carlos Borromeo; IV- Para a festa de Santa Ana; V- Para o dia dos Santos Inocentes; VI- Para o dia de São Miguel; VII- Da instituição do Santíssimo Sacramento; VIII- Para a festa da

³⁸² Até o presente momento de nossa pesquisa não conseguimos ter acesso ao segundo e terceiro tomo em língua portuguesa, de modo que estamos utilizando as edições espanholas. O sumário do terceiro tomo não apresenta as datas e locais onde os sermões foram pregados.



Conceição da Senhora; IX- Para o dia de S. Joaquim; X- Sermão II para a festa de S. Felipe Néri; XI- Para o reparo de Nossa Senhora; XII- Sermão II do Santíssimo sacramento; XIII- para a festa do Espírito Santo; XIV- da Ascensão; XV- Sermão III do Santíssimo Sacramento.³⁸³

Para melhor organizar nossa análise descritiva resolvemos agrupar os sermões de acordo com os temas apontados nos títulos dos mesmos, malgrado as diferentes abordagens realizadas pelo pregador no interior de seu discurso. Desse passo analítico resultaram 11 grupos: 1)- Soledade de Nossa Senhora (5 sermões); 2)- Domingas quaresmais (5 sermões); 3)- Domingo de Ramos (2 sermões); 4)- Santíssimo Sacramento (3 sermões); 5)- Santos em geral (8 sermões); 6)- Conceição de Nossa Senhora (3 sermões); 7)- Missa nova (2 sermões); 8)- Santíssimo nome de Maria (2 sermões); 9)- Nossa Senhora das Necessidades (2 sermões); 10)- Outras festas (3 sermões); 11)- Avulsos sobre Nossa Senhora (8 sermões).

Malgrado a divisão em três tomos por parte do autor e o nosso próprio agrupamento, é bem nítido que o tema geral, ou a personagem central do discurso parenético em questão é Nossa Senhora. Definida como fonte de consolo, amparo e refúgio para todos os homens e mulheres, a devoção mariana é o grande escopo de tais sermões, inclusive do que elencamos como fonte desse trabalho, que passaremos a analisar a seguir.

4 O PÚLPITO COMO LUGAR DE COMBATE: TEODORO CONTRA AS MODERNAS HERESIAS

O sermão em questão tem o título de *Sermão para o reparo de Nossa Senhora, das blasfêmias que contra ela proferiram as modernas heresias*. Almeida começa o sermão explicando que aquela solenidade celebraria o triunfo da religião contra a incredulidade dos portugueses, motivo pelo qual a ocasião se revestia de luto.³⁸⁴

Na sequência exclama em tom de advertência: “como se obscureceu o ouro puro de nossa fé, que brilhava com vivíssima cor, e servia de consolo à igreja, de inveja aos estrangeiros, e de admiração ao mundo!” Para o pregador era lamentável reconhecer que os que possuíam

³⁸³ A obra parenética datada e localizada totaliza vinte e oito sermões. Vislumbrando as composições cronologicamente, atentos ao fato de que o oratoriano viveu em exílio durante dezessete anos (de 1760 a 1777), oito deles passados na cidade do Porto e mais nove em alguns países europeus, percebemos que cinco sermões foram pregados antes do exílio, outros cinco durante o tempo no Porto, e dezessete após seu retorno à Lisboa.

³⁸⁴ALMEIDA, Teodoro de. **Sermones del padre D. Teodoro de Almeida De la Congregación del Oratorio de San Felipe Neri de Lisboa, de la Academia Real de las Ciencias, de la Socied Real de Londres, y de la de Viscaya**. Tomo II. Sermones de Quaresma. Madrid, en la Imprenta Real. 1988, P.204



grande fé abraçaram os mais vis e grosseiros erros, se encontrando naquela ocasião afundados na lama imunda e abominável das impiedades.³⁸⁵

Para reforçar sua advertência e o enorme pesar, tece elogios ao caráter português apelando à memória dos grandes feitos:

zelo nunca antes visto, e jamais bastantemente imitado ... a custa de seu próprio sangue foram plantar a fé nos mais remotos climas ... se tornaram os novos apóstolos da África, Ásia e América, causando inveja às outras nações ... quem diria que estes portugueses teriam filhos que são o horror da religião, o escândalo do mundo, e a desonra da mesma humanidade.³⁸⁶

Teodoro de Almeida compara a incredulidade portuguesa à um corpo enfermo, e sublinha que a desonra desses filhos portugueses é como uma ferida que segue vertendo sangue, que desnorreia o ânimo, assustado com a memória do ocorrido e temeroso com o futuro. A alma prostrada e triste na ocasião dos louvores solenes da igreja faz com que o sangue do coração saia pelos olhos, completa na sequência.

As atitudes heréticas dos novos ímpios seriam caracterizadas, grosso modo, por duas heresias. A primeira seria o atentar contra os evangelhos ao renunciarem a virgindade de Maria, e a segunda seria a defesa da ideia de que Deus nunca falou com os homens, ao contrário da proposição “bem aventurados os que ouvem com respeito a palavra de Deus.”³⁸⁷

A palavra de Deus encarnada faz toda a felicidade da virgem, argumenta o orador, e a palavra de Deus revelaria a felicidade dos homens. Os incrédulos daquele momento queriam privar a virgem e os homens de sua felicidade. Contra esse ímpeto vil e errado se dirigiria o sermão proferido naquela ocasião, justifica o oratoriano.

Ao expor os pontos que organizam o discurso, Teodoro ressalta que não se trataria de afetos tristes apenas, mas de louvar o fato de que a misericórdia de Deus e o patrocínio da Senhora triunfou dessas impiedades. Do horror das impiedades se tiraria utilidade para a prevenção do contágio. O entendimento e o discurso estariam alterados entre dois afetos: o sentimento e o horror, que fariam impróprios os ornatos, e mais presentes o cair e enxugar das lágrimas.³⁸⁸

A súplica à virgem é um trecho bastante elucidativo pois apresenta em resumo os principais pontos do discurso, a saber: as injúrias feitas aos céus; louvores e sentimentos de

³⁸⁵ Ibidem, p.205

³⁸⁶ Ibidem, p.206

³⁸⁷ Ibidem, p.207

³⁸⁸ Ibidem, p.208



horror ofertados como reparo e felicidade pelo triunfo da misericórdia divina; injúrias à humanidade e funestas consequências da negação da palavra de Deus; e cautela contra semelhante influência.

Teodoro afirma não saber elucidar o contágio em Portugal como no exterior, ou ainda como estaria o caso português se não fosse a atividade vigilante dos sentinelas de Cristo, com certeza os membros da Real Mesa Censória, a quem cabia a função de avaliar os livros e censurá-los. Mas, seria possível afirmar a existência de sementes e princípios desse mal. Na sequência adverte:

os homens que são hereges são homens falhos como os que não são, mas que tem de vigiar suas condutas para não se tornarem. Esses homens também beberam do leite do cristianismo conforme a razão, como inferiu São Pedro. Beberam o sangue de Cristo e negaram, que horror! Não os armeis de sanha e cólera contra eles, mas sim de compaixão e piedade.³⁸⁹

Almeida mostra enorme espanto frente à imprudente ação do ímpio contra Deus, de modo que faz uma pintura negativa da figura humana. Em suas palavras o homem nada mais seria que um “pequeno verme”, quase figura de sonho, imagem e sombra, que não bem existe, logo desaparece; como confessa o coro dos incrédulos, homem que por pouco não acabou sendo nada.³⁹⁰

A principal arma dos incrédulos seria a espada da eloquência mais sagaz, aguda e penetrante, por meio da qual defenderiam suas blasfêmias, a saber: a negação da providência, condenação da justiça, escarnecimento da bondade divina, ridicularização dos mistérios e das ameaças. A seguir, Almeida traz à memória alguns hereges históricos. Cita os Nestorianos³⁹¹, Arianos³⁹², Gregos, Cismáticos, Judeus, Pagãos, Iconoclastas, Calvinistas³⁹³, Luteranos e

³⁸⁹ Ibidem, p.209

³⁹⁰ Ibidem, p.210

³⁹¹ Nestório (381-451) era um monge vindo da Anatólia. Foi o promotor da crença de que em Cristo haviam duas naturezas independentes entre si, uma divina e outra humana, completamente distintas. Esta doutrina ficou conhecida como nestorianismo. Vista pela igreja católica como uma heresia, foi combatida no Concílio de Calcedônia no ano de 451, onde ficou estabelecida a fórmula que unia as referidas naturezas na figura de Cristo, definindo-o como verdadeiro Deus e verdadeiro homem. Nestório chegou a ser arcebispo de Constantinopla entre os anos de 428 e 431. ANTISERI, Dario; REALE, Giovanni. **História da Filosofia: Patrística e Escolástica**. São Paulo: Editora Paulus, 2003, vol.2, p.36

³⁹² Ário nasceu na Líbia em 256, mesmo lugar onde morreu no ano de 336. Sua doutrina defendia que o filho de Deus havia sido criado do não-ser do mesmo modo como o resto. Tal preceito contribuiu para a promoção do Concílio de Nicéia em 325. Este evento da igreja fixou o credo católico, tendo como pontos centrais a crença em um só Deus onipotente e criador de todas as coisas, e em um só senhor, isto é, Jesus Cristo, filho de Deus. Ibidem, pp.56-57

³⁹³ Defensores das ideias do francês João Calvino (1509-1564). Sua intensa atuação em Genebra se expressou em alguns postulados fundamentais de sua doutrina, como a ideia de Providência, vista como continuidade do ato de criação que contempla a todos, e a Predestinação, conceito que expressa aquilo que Deus previu para cada homem.



Socinianos,³⁹⁴ que em sua visão fingiram para si deuses manchados pelas paixões e vícios humanos, que odeiam a pureza e a virgindade. E completa esta parte sublinhando uma vez mais os argumentos dos incrédulos, organizados em três principais: 1-Não se deve dar culto externo à Deus; 2- Deus não se importa se somos bons ou não; 3- De seu trono, Deus não se ocupa com esta pequena parte do globo.³⁹⁵

Almeida propõe uma investigação da raiz desse mal para aplicar um lenitivo, se questionando “por que existem tantos apóstatas nesses dias?; muitos que saíram, devo dizer com lágrimas de santos, dos sacrossantos altares ... do grêmio da cristandade”,³⁹⁶ e curiosamente exulta os ouvintes a não se contentar com lágrimas débeis, com uma dor que ele qualifica de feminina.

Antes de dar a resposta, o pregador supõe duas hipóteses. A primeira seria o possível medo das perseguições, como no tempo dos dioclecianos, das ameaças dos bárbaros Alfanges, os touros de bronze da morte. A segunda, um suposto sentimento de horror natural à morte e aos tormentos. Sua resposta é: “a causa total destes males, é a liberdade ímpia de pensar sem freio, e o desejo de pecar sem remorsos.”³⁹⁷

Outra vez o orador traz à memória alguns casos de heresias históricas, de homens que em sua opinião tentaram acomodar Deus às suas paixões, e em decorrência disso causaram muito mal à seus coetâneos. A ambição de Ário na Síria e no Egito; a soberba Donatista na

Calvino acreditava ainda que o pecado original destruiu totalmente os dons sobrenaturais dos homens e que a salvação se encontra somente na palavra de Deus contida nas Escrituras. ANTISERI, Dario; REALE, Giovanni. **História da Filosofia: Do Humanismo a Descartes**. São Paulo: Editora Paulus, vol.3. 2004, p.77, vol.3

³⁹⁴ O socinianismo expressa os preceitos defendidos pelos seguidores de Fausto Socino. Essa doutrina é contrária à concepção trinitária da divindade, considerando Deus uma só pessoa e Jesus Cristo como um homem. Esse pensamento se desenvolveu nos Países Baixos, na Polônia e na Transilvânia. BERKHOF, Louis. **A história das doutrinas cristãs**. Editora PES, 1992., pp.87-88.

³⁹⁵ ALMEIDA, op.cit., pp.210-211-212

³⁹⁶ Ibidem.

³⁹⁷ Ibidem.



igreja africana³⁹⁸; o desprezo de Lutero na Alemanha³⁹⁹; os amores de Enrique VIII na Inglaterra⁴⁰⁰; a hipocrisia e tenacidade dos jansenistas franceses⁴⁰¹. A seguir anota:

E que funestos incêndios nos experimentam hoje, e se choram por todas as partes, pelo desejo desordenado, de discorrer, de ler de falar sem freio, não o que diz o Evangelho, mas o que diz o coração? Todo mundo queima meus irmãos, arde: e as labaredas após a queima, o A terra já toca nos céus. Até que ele reges, os judeus e os mouros, é soletrado a doutrina que vai a todos os lugares esta nova impiedade se espalhando pelo mulheres e crianças, por artesãos e ignorar, secular e leigo 2. enfim, pelo quem não sabe responder, nem ousa im luta, ou por aqueles que gostam de ceder a a nova doutrina por estar na moda, e convenir ao apetite. Conheça meus irmãos que Falo de minha própria experiência e que minha razão manifesta a dor concentrada nele por muitos anos.⁴⁰²

Com pesar o pregador infere que são inúteis as várias censuras que tentam opor a virtude, a decência, a luz da razão, como a queima de livros ímpios, a ação pastoral, os sermões dos oradores contra a irreligião e impiedade, as demonstrações filosóficas, a alegação dos santos livros pelos teólogos, os feitos inegáveis demonstrados pelos historiadores,

pois basta uma ode elevada e sublime, uma copla picante e harmoniosa, um dístico satírico e envenenado, uma história falsa e corrompida, mas escrita com graça, bastam para render o coração pervertido, e arrastar o entendimento ignorante, e amigo da liberdade.⁴⁰³

Nessa altura do sermão, Almeida revela com uma pergunta retórica as raízes heréticas do mal a que ataca: “quem há que ignore, que todas estas injúrias contra o céu, se atribuem às

³⁹⁸ Iniciada no início do século IV e extinta no final do século VII o donatismo foi uma seita religiosa cristã vista pela igreja católica como herética e cismática. Seu promotor foi o bispo da Numídia e depois de Cartago chamado Donato de Casa Nigra. Esse grupo foi muito influenciado por Tertuliano e São Cipriano. O rigor era a marca característica dos donatistas, que defendiam a exclusão dos pecadores do seio da igreja, sem a possibilidade de serem perdoados. Se posicionavam contrariamente aos *traditores* (aqueles que negaram serem cristãos durante o período da perseguição perpetrada por Dioclesiano (303-305).

³⁹⁹ FEBVRE, Lucien. **Martinho Lutero, um destino**. Tradução de Dorothee de Bruchard. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

⁴⁰⁰ FRASER, Antônia. **As seis mulheres de Henrique VIII**. Editora: Best Bolso. 2009

⁴⁰¹ Nas palavras de Reale e Antiseri “O jansenismo toma seu nome do teólogo flamengo Cornélio Jansênio (1583-1638), que por 22 anos trabalhou no seu Augustinus, obra em três volumes publicada em 1640, em que pretendia expor a doutrina genuína de Santo Agostinho. Interessantes são as teses sobre a relação razão-fé, motivo pelo qual, em matéria de fé, a razão deve ser deixada de lado e é preciso recorrer à memória da tradição, em primeiro lugar a Agostinho; quanto ao problema da graça, Jansênio afirma que, se a caridade celeste não interviesse para determinar infalivelmente a vontade de fazer o bem, todas as ações humanas seriam pecaminosas. O Augustinus foi logo atacado pelos jesuítas, e em 1641 foi condenado pela sagrada Congregação do Index e da Inquisição.” ANTISERI, Dario; REALE, Giovanni. **História da Filosofia: do Humanismo a Kant**. São Paulo: Editora Paulinas, 1990, vol.4, p.161

⁴⁰² Ibidem, p.214

⁴⁰³ Ibidem, p.215



obras de Voltaire, de Rousseau, de Marmontel e outros muitos que todavia ocultam seus nomes?”⁴⁰⁴

Na sequência esboça um detalhado esquema da “sedução que leva à perdição.” Ele explana da seguinte forma: no princípio estes livros despertariam uma inocente curiosidade nas pessoas, o juízo e a alma seriam encantados pela harmonia do estilo, a graça dos pensamentos, a frase nova e delicada. Mesmo aqueles que iriam ler para impugnar sua leitura, aqueles que já conheciam seu refinado e oculto veneno seriam encantados.⁴⁰⁵

No decorrer da explicação o pregador mostra o que acontece com aqueles que por insaciável curiosidade não medem os passos, acreditando estarem pisando em um campo de flores até sentir a picada de Aspid (espécie de cobra venenosa). Primeiramente, o livro oferece um título que bane os escrúpulos e move o apetite. Introduce uma irrisão graciosa com arte de forma paulatina, graça que é memorizada com facilidade. A matéria inocente é aplicada para disfarçar a ferida ocasionada, sugere o pregador, sendo que as blasfêmias mais duras não causariam tanto horror porquanto o veneno já estria presente no coração do leitor. Por conseguinte, a alma se tornaria cética sempre se questionando: quem sabe? A partir dessa dúvida continuaria estudando outros livros ímpios até que o entendimento ficaria perdido, a alma envenenada, o homem embrutecido e as paixões dominantes e senhoras da razão. Nesse seguimento Teodoro conclui “Esta é a origem, os progressos e o término desta enfermidade geral, enfermidade a que assisti tomando muitas vezes o pulso a esta espécie de enfermos.”⁴⁰⁶

Almeida se serve de um princípio que ao seu ver seria confessado até mesmo pelos próprios ímpios para atacá-los, a inferência de que quando um homem está dominado por uma paixão, essa o impede de acertar qualquer juízo. Paixões que impedem os mesmos, defende o orador, de proferir juízos corretos sobre um assunto tão sublime como a religião.

Tais paixões incendeiam, segue argumentando, a terra toda e chegam ao céu, lugar de onde pode descer uma chama contra esse incêndio, a misericórdia de Deus e da Virgem, ambos ultrajados por estas chamas negras. O silêncio divino não significaria ignorância das blasfêmias,

⁴⁰⁴ Ibidem.

⁴⁰⁵ Avaliando *A Harmonia da Razão e da Religião*, Zulmira Santos ressalta que “Teodoro de Almeida recupera aqui uma temática disseminada pela grande maioria das obras da literatura apologética que se prendia à verificação de que os textos que procediam aos ataques contra a religião cristã possuíam uma qualidade de estilo que os tornava particularmente atraentes, em termos de leitura, potenciando a respectiva multiplicação.” SANTOS, Zulmira C. **Literatura e Espiritualidade na obra de Teodoro de Almeida (1722-1804)**. Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Tese de Doutorado, 2002, p.363

⁴⁰⁶ Ibidem, p.216



mas sim um servir-se das armas de sua santa paciência. Contra tais setas (palavras ímpias) Deus lança suas setas de amor, espera o pedido de perdão do pecador.⁴⁰⁷

Enquanto os incrédulos estendiam seus braços em guerra contra deus, o mesmo estendia os seus exortando esses homens ao perdão, informa o pregador.

Nesta parte Teodoro busca convencer seus ouvintes da vitória divina por meio de um exemplo vivenciado na França (a Babilônia do Ocidente). O caso teria ocorrido dois anos antes do sermão ser proferido.⁴⁰⁸ Almeida relata que o Monsenhor de Apehon, Arcebispo de Auch o contou um caso de uma nobre senhora parisiense que fazia de sua casa salão filosófico (aula pública de incredulidade) onde recebia os espíritos fortes (incrédulos), de modo que “acompanhava dentro de casa um dos maiores homens de gênio e literatura, que hoje se conhece na França, calo seu nome porque vive”.

Teodoro afirma que Deus lançou uma seta na senhora que adoeceu, e lançou outra em sua alma. O juízo e o coração lutavam dentro do peito da nobre, narra Teodoro. Deus continuava enviando setas doces e silenciosas que encobriam os ferimentos até que um sobrinho seu veio à corte de longe para resolver negócios, sobrinho que era marquês e que Deus usou para desferir mais setas. Avisaram ao vicário de S. Sulpício que ouviu a confissão da nobre senhora, afirmando que seu coração estava cravado de setas do Senhor, depois de sessenta e cinco noites de luta. Perante o ocorrido, todos os membros da assembleia foram expulsos de sua casa. O relato é encerrado no momento em que afirma que o antigo dono da casa voltou ao Luvre, e Deus foi ao encontro da alma feliz da nobre, levando-a para si.⁴⁰⁹

A seguir o orador esclarece que a felicidade alcançada por aqueles que não desejavam e nem mereciam as setas de Deus foram auferidas por meio da escuta das palavras divinas. Mas, se pergunta: “e quanto àqueles que não creem que Deus possa falar com os homens, seja por meio dos antigos profetas, seja por seu filho?”⁴¹⁰

Almeida continua desenvolvendo sua argumentação onde expõe a proposição de Voltaire presente ao fim do segundo canto de seu famoso poema⁴¹¹ “com uma graça que encanta, com uma energia que embeleza, e com um veneno que mata”, “que é intolerável insolência e presunção, que coloque um homem leis a outro homem” que atine à absoluta

⁴⁰⁷ Ibidem, p.217

⁴⁰⁸ De acordo com seus biógrafos, Teodoro de Almeida teria voltado à Portugal em 1778 partindo da França. Portanto isso indica que o sermão foi pregado em 1778 ou 1779.

⁴⁰⁹ Ibidem, p.220

⁴¹⁰ Ibidem, p.223

⁴¹¹ Certamente trata-se do poema intitulado *La religion naturelle, poème par M. Arouet de Voltaire*.



liberdade. Voltaire postula a lei da natureza contra a lei positiva, denuncia o orador, sendo que a partir disso muitos seguiriam a lei natural, estando nas palavras de Teodoro, “alistados na bandeira levantada pelo filósofo francês como anota o oratoriano”.⁴¹²

Na sequência, ainda no mesmo parágrafo, o pregador explica as razões do amor próprio desses homens. O homem, argumenta, tem o divino código dentro de si, do qual é o único intérprete e nesse sentido acreditaria ser senhor absoluto de si mesmo, não admitindo sujeição a ninguém. Este postulado seria o elo de todos incrédulos na opinião de Teodoro e teria consequências funestas para a sociedade, como se pode ler no longo trecho a seguir

Vê, meus irmãos, as consequências somente deste princípio geralmente adotado; os pasmareis do estado deplorável da humanidade! Se não é lícito para um homem ousar dar leis a outro homem, alguém virá dizendo: Então todos os impérios e Reinos, todas as repúblicas e governos são injustos: quantos monarcas existem, então tiranos diremos: quantos magistrados haverão, eles nos parecerão muitos ladrões; porque nos privam da jóia mais preciosa, É liberdade natural, não servia. Veja o que horror! Se o pai que governa o filho, este poderá dizer Não Quero; porque eu sou dono de mim mesmo, não sirvam. Há ímpio entre estes, que ordena, que o filho deve olhar a seu pai como a um respeitável inimigo, Não sirvam: dirão as filhas à suas mães, os criados à seus amos, os soldados à seus chefes, os cidadãos aos magistrados, e os vassallos aos reis, Não sirvam. Vê, que escândalo, e que confusão! Deste princípio que os ímpios falam da lei da razão, interpretada a seu modo, há quem tire por consequência, que a regra de toda justiça é, que cada um busque o que lhe tenha em conta. Eu vi defender em público sobre esse princípio bárbaro, que o furto era louvável; que a violência das armas entre o ladrão, e o dono era virtude nos dois; e que só o representar-me uma ação, cômoda aos próprios interesses, embora prejudicial aos outros, bastava para ser louvável e vitoriosa. Vê que pestífera doutrina! Deste mesmo princípio tira o autor de um livro chamado os costumes: que cada qual deve abandonar-se à todas suas paixões, e que é grande loucura reprimí-las: outros inferem que é louvável, e não só permito o suicídio; que a esposa não deve fidelidade ao marido; que a decência é preocupação do vulgo; que a religião é uma cerimônia ridícula, e que do homem ao bruto não há outra diferença que o mais ou menos; Santo Deus! Quê abominações! Quê blasfêmias! Quê loucura!⁴¹³

Almeida compara tal doutrina com um córrego encharcado que tudo destrói. No fim desse parágrafo alude aos sentinelas de Cristo

Veja, que elogios merecem os cuidados, dos que Deus colocou como sentinelas para que velem sobre Jerusalém e suas portas; dos que estão destinados para o bem e conservação da igreja e do estado; e quanto devem louvar-se a cautela na introdução e no uso daqueles livros em que se acham e se bebem semelhantes doutrinas.

Ao término do sermão conjura os pais de família e senhores a queimarem tais livros, para o louvor de Deus, o bem da humanidade e deles mesmos. Na sequência introduz um interlocutor artificial com quem contra argumenta a respeito dos benefícios da posse de tais

⁴¹² Ibidem.

⁴¹³ Ibidem, pp.224-226



livros. Se o motivo para não se livrar de tais livros fosse a sua escrita eloquente Almeida cita a bíblia: “se seus olhos servem de ruína à sua alma arranque-os”. E se o motivo fosse o de ter muitas coisas boas nesses materiais, ele recorre à metáfora do veneno como outrora.

Na exortação final o orador roga à Senhora que não permitisse que passasse os Pirineus aquilo que ele chama de peste, que tanto ameaçava, livrando os corações portugueses do contágio das paixões desenfreadas e os entendimentos da perniciosa curiosidade.⁴¹⁴

5 CONCLUSÃO

No trabalho exposto intentamos mostrar que o intenso debate acerca da supremacia da moral católica em relação à moral dos filósofos franceses realizado pelo padre e filósofo oratoriano Teodoro de Almeida também teve o púlpito como arena de embate.

Mostramos que até então a historiografia privilegiou os últimos tomos da *Recreação Filosófica*, obra magna do clérigo, para apresentar os contornos de tal debate no interior do pensamento de Almeida, negligenciando a obra parenética desse importante personagem português do setecentos.

Publicados em três tomos no ano de 1787, os *Sermões* de Teodoro de Almeida nos mostra que sua atividade no púlpito foi bastante intensa, e que malgrado a devoção mariana ser o escopo dos mesmos, é possível investigar a sociedade e o tempo vivido pelo oratoriano a partir de inúmeras temáticas abordadas em tais peças oratórias.

Vimos que no *Sermão para o reparo de Nossa Senhora, das blasfêmias que contra ela proferiram as modernas heresias* pregado muito provavelmente em 1778 ou 1779 o problema da incredulidade portuguesa, que Teodoro de Almeida compara à um corpo enfermo carente do lenitivo da Religião é atribuído ao desejo de pecar sem remorsos e a liberdade de pensar sem freios remetidos à leitura de obras heréticas como as de Voltaire entre outros filósofos ilustrados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Theodoro de. **Sermões do P. Theodoro de Almeida, da Congregação do Oratório**. Lisboa : Na Offic. de António Rodrigues Galhardo, Impressor da Real Meza Censoria, 1787.

⁴¹⁴ Ibidem, p.230



_____. **Sermones del padre D. Teodoro de Almeida De la Congregación del Oratorio de San Felipe Neri de Lisboa, de la Academia Real de las Ciencias, de la Sociad Real de Londres, y de la de Viscaya.** Tomo II. Sermones de Quaresma. Madrid, en la Imprenta Real. 1988.

ANTISERI, Dario; REALE, Giovanni. **História da Filosofia: Patrística e Escolástica.** São Paulo: Editora Paulus, 2003.

_____. **História da Filosofia: Do Humanismo a Descartes.** São Paulo: Editora Paulus, 2004.

_____. **História da Filosofia: do Humanismo a Kant.** São Paulo: Editora Paulinas, 1990.

ARAÚJO, Ana Cristina. Cultivar a razão, educar e civilizar os povos: a filosofia das Luzes no mundo português. **Revista de História Regional**, 19(2): 263-281, 2014.

BERKHOF, Louis. **A história das doutrinas cristãs.** Editora PES, 1992.

BIRON, Berty. Considerações acerca do iluminismo luso-brasileiro. **RCL Convergência Lusíada** n. 32, julho - dezembro de 2014.

BRAGA, Isabel M. R. Drumond. As realidades culturais. In: MENESES, Avelino de Freitas (cor). **Nova história de Portugal: Portugal da paz da Restauração ao ouro do Brasil.** Editorial Presença, 2001.

CARVALHO, Flávio Rey de. **Um Iluminismo português? A Reforma da Universidade de Coimbra de 1772.** Universidade de Brasília: Dissertação de Mestrado em História: 2007.

CARVALHO JUNIOR, Eduardo Teixeira. **O método em Verney e o Iluminismo em Portugal.** Universidade Federal Paraná: Tese de Doutorado em História, 2015.

CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy. **As luzes da educação: fundamentos, raízes históricas e prática das aulas régias no Rio de Janeiro. 1759-1834.** Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002.

CHARTIER, Roger. Escutar os mortos com os olhos. **Estudos avançados**, São Paulo, n.64, 2010.

GOVASKI, Patrícia. **Ilustração e filosofia natural em Portugal : a Recreação Filosófica (1751-1800) do padre Teodoro de Almeida.** Universidade Federal do Paraná: Dissertação de Mestrado em História, 2017.

MARQUES, João Francisco. **A Parenética Portuguesa e a Restauração, 1640-1668, a revolta e a mentalidade.** Porto, INIC – Centro de História da Universidade, 1989.

MENDONÇA, Marta de. O problema moral em Teodoro de Almeida. **Revista de Estudos Filosóficos.** Minas Gerais, n. 7, 2011, p.106-118.



SANTOS, Cândido dos. **Matizes do Iluminismo católico da época pombalina**. Faculdade de letras da Universidade do Porto, 2004, p.949-956.

SANTOS, Eugénio dos. Para a história da cultura em Portugal no século XVIII: Oração de abertura da Academia de Ciências de Lisboa do padre Teodoro de Almeida. **Repositório Digital Universidade do Porto**, 1980, p.53-90.

SANTOS, Zulmira C. **Literatura e Espiritualidade na obra de Teodoro de Almeida (1722-1804)**. Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Tese de Doutorado, 2002.

SCHWARTZ, Stuart B. **Cada um na sua lei**. Tolerância religiosa e salvação no mundo ibérico. São Paulo: Editora Schwartz, 2009.



Discursos de uma cidade em dúvida: tradicionalismo e Modernidade no Recife dos anos 1920

Luiz Vinícius Maciel Silva⁴¹⁵

Recebido em: 25/01/2019

Aprovado em: 28/02/2019

RESUMO

Buscou-se realizar uma análise das mudanças político-sociais que tiveram espaço no Recife do início do século XX, objetivando compreender como esse cenário de influência da *belle-époque* francesa e da mundialização comercial acarretou embates discursivos no cenário intelectual recifense. Para esse fim se utiliza leituras sobre modernidade no Recife do início do século, em especial, produções a partir da década de 1990 que permitem estabelecer uma visão ampla desse cenário a partir de diversos recortes. Percebendo assim a inquietação que viveu o Recife produzindo uma (re)ação frente a modernidade que chegava aos países da periferia do mundo capitalista e como todo esse processo sacudiu o cenário sociocultural recifense, sobretudo, nas elites intelectuais.

Palavras-chave: Recife. Modernidade. Tradicionalismo. Regionalismo. Discurso.

Discourses of a doubtful city: Traditionalism and Modernity in the 1920's Recife

ABSTRACT

Analysis of the social-political changes held in the early 20th century's Recife, willing to comprehend how these scenario of French *belle époque* and comercial globalisation influences created discourses clashes into the Recifian intelectual scenario. Based on texts about modernity in Recife of the early century, especially productions that came from the 90's and permits to stablish a greater vision of these scenary for diverse looks. In that way, it is observed a anxiety that Recife was imersed, producing a (re)action in front of the modernity that disembarked in the edge countries of the capitalist system and how theses process shook the Recifian socialcultural scenario, especially into the intelectual elites.

Keywords: Recife. Modernity. Traditionalism. Regionalism. Discourse.

⁴¹⁵ Licenciando em História na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), <http://lattes.cnpq.br/3777347669532357>, E-mail: viniciusmaciel@outlook.com.



1 INTRODUÇÃO

Um estudo sobre a cidade do Recife e a construção dos discursos que a envolvem se faz necessário pela necessidade de elucidar questões sobre as dinâmicas que construíram o imaginário socioespacial da cidade, ou seja, como o Recife se propõe ser visto e como é visto.

A cidade vive, na década de 1920, momentos de especial complexidade na sua história, período em que tradição e modernidade, velho e novo, lento e rápido, e muitas outras dicotomias vêm à tona expondo que as tensões que o mundo viveu na virada do século não tardaram em afligir, também, a capital pernambucana. Essa complexidade ganha vida com as alterações nos espaços físicos e nos hábitos sociais da cidade, assim como no campo intelectual, ou seja, como o discurso letrado vai pensar a cidade e reagir às mudanças.

Para compreender, ou elucidar, esse período histórico lança-se mão de produções, elaboradas, sobretudo, no contexto da produção historiográfica pernambucana sobre a década de 1920 e a modernidade no Recife. Principalmente os escritos da História Cultural impulsionados por Antônio Paulo Rezende na década de 1990 e que darão o estímulo necessário aos trabalhos que emergem nos anos 2000 em diante. Esse percurso da produção dos estudos históricos é referência chave para o presente trabalho, que dialoga com alguns dos autores que mais trataram sobre o tema nos últimos 20 anos.

Sem esquecer da necessidade de dialogar com produções do momento em fontes primárias oriundas da imprensa escrita, devido a sua relevância e poder de aglutinar os agentes da crítica cultural da época. Assim, destaca-se Gilberto Freyre como voz importante desse momento, tanto pelo seu protagonismo na cena intelectual como também pelas inferências que seus trabalhos posteriores nos permitem fazer em análises como essa.

Com isso, entende-se a capital pernambucana como um dos exemplos mais ricos no Brasil para compreender as complexidades dos discursos que envolvem seu espaço e a sua modernidade própria. Complexidades geradas pelos ajustes que esse apelo global por modernização sofre ao desembarcar nas docas do porto do Recife, iniciando um processo de diálogo intenso com a realidade local. Dentro das manifestações populares, da classe média consumidora e do campo intelectual, toda uma rede de sociabilidades que dão face a uma noção de cidade mais subjetiva, ou seja, que foge a materialidade física, mas que se relaciona com os discursos e às visões próprias de cada grupo e recorte social.



2 O RECIFE E SEU LUGAR NA MODERNIDADE QUE AQUI DESEMBARCA:

O mundo, na virada do século XIX ao XX, passava por um processo marcante de mudanças que protagonizava a velocidade da produção na indústria, as inovações tecnológicas, intercâmbios comerciais e rearranjos culturais. Processo, nesse caso, que não necessariamente simbolizava progresso, tema alvo de muito debates na época em questão.

O Brasil, destacando o Recife junto as outras capitais, não estava alheio a isso tudo. Os ideais de *fin-de-siècle*, da *belle époque* francesa chegavam aqui com tremenda força. No Rio de Janeiro, o prefeito Pereira Passos punha em prática os ideais de modernidade no urbanismo e no sanitário da cidade, uma inspiração no reformador parisiense Georges Haussmann, repleta de autoritarismo e intransigência. Como exemplo podemos citar os acontecimentos da Revolta da Vacina que estão intimamente ligados a todo esse processo, entendendo a insatisfação popular e reação aos avanços desses ideais de modernidade pertencentes a uma elite político-econômica. Sobre o tema, assim destaca Teixeira: “Simbolicamente, mais do que qualquer outra coisa, o urbanismo haussmanniano foi a (com)sagração dos valores burgueses”.⁴¹⁶

No Recife, o representante do poder público que se apropria e põe em prática esses ideais modernizantes é Sérgio Loreto, que governou a cidade entre 1922 e 1926. O prefeito seguiu as tendências que a cidade já vinha flertando desde as vésperas da década de 1920, dando profundidade e intensidade a elas.

“(…) a preocupação marcante com a urbanização, higiene, saúde e instrução pública. O governo colocou como dever imperioso acompanhar os rumos do progresso, livrar-se do atraso que perseguia o País e aperfeiçoar os serviços públicos como métodos modernos de organização”.⁴¹⁷

Rezende observa ainda como o governo de Loreto se utilizou da sua atuação sobre a cidade do Recife como mote propagandista: “O governo Sérgio Loreto se cercou de um

⁴¹⁶ TEIXEIRA, Flávio Weinstein. Civilizar, Embelezar: a construção de uma cidade moderna. Recife de princípios do século XX. In: BARROS, Natália; REZENDE, Antonio Paulo; SILVA, Jaílson Pereira da (org.). *Os anos 1920: histórias de um tempo*. Editora UFPE. Recife, 2012, p. 152.

⁴¹⁷ REZENDE, Antônio Paulo. *(Des)encantos Modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte*. 2ª edição. Editora UFPE. Recife, 2016, p. 53.



esquema de propaganda para divulgar seus feitos, (...), com o progresso, dentro ‘do equilíbrio e da ordem’, princípio mágico para justificar o autoritarismo.”⁴¹⁸

O ideário de progresso ultrapassava a seara do poder político, pois se caracterizava como um fenômeno de mentalidades que estimulava mudanças em nome de uma tendência moderna e a metamorfose dos hábitos de vestir, de falar, de opinar, e, não menos importante, de consumir. Consumo que está intimamente ligado ao entretenimento enquanto mercadoria, a diversão como produto de valor mensurável, seguindo estéticas e formatos bem definidos. Sobre esse tema Sylvia Couceiro afirma:

“No Recife, os circuitos das consideradas “diversões modernas” passavam pelos cinemas, teatros, competições esportivas - sobretudo de futebol, turfe e remo -, as danças, festas nos clubes, exposições de pintura, concertos musicais, conferências e recitais de poesia, confeitarias, excursões e passeios ao ar livre, temporadas nas praias e banhos de mar, o footing pela Rua Nova, piqueniques, corridas de automóvel e motocicleta e parques de diversão, entre outros.”⁴¹⁹

A mesma velocidade que ditava a ânsia por divertimentos era a que cadenciava os descarregamentos no porto do Recife reformado de 1910 a 1924⁴²⁰, e balizava as curvas dos automóveis pelas ruas da cidade, que se via cada dia mais apertada e imprópria para o trânsito dos *autos* alertando para a necessidade de se abrir largas avenidas. Uma região amplamente afetada por intervenções urbanísticas deste tipo foi o Bairro do Recife, com a derrubada da Matriz Corpo Santo para a abertura das radiais em direção a praça Rio Branco e a reorganização do bairro para atender as demandas do porto, com estruturação de armazéns, linhas férreas, entre outros recursos, como pontua Jaílson Pereira da Silva: “[O porto] Fora recentemente reformado, e os novos equipamentos instalados exibiam como marcas inconvenientes a sua modernização. A reforma do porto, na verdade, agregava-se a todo o Bairro do Recife”⁴²¹

Gilberto Freyre, a partir da ampla divulgação que possuía de seus escritos na imprensa da cidade desde que ainda estudava no exterior, reagiu bastante às mudanças propostas no período, chamando atenção para as alterações de ordem espacial da cidade. Em seu livro

⁴¹⁸ REZENDE, Antônio Paulo. *Op. cit.* p. 51.

⁴¹⁹ COUCEIRO, Sylvia. Entre Festa, Passeios e Esportes: o Recife no circuito das diversões nos anos 1920. In: BARROS, Natália; REZENDE, Antonio Paulo; SILVA, Jaílson Pereira da (org.). *Op. cit.* p. 88.

⁴²⁰ ARRAES, Marcos Alexandre. Embates discursivos: a modernidade no Recife na primeira metade do século XX. *Albuquerque: revista de História*. v. 3, nº 5, jan/jun. Campo Grande, 2011, p. 119.

⁴²¹ SILVA, Jaílson Pereira da. Velo(z)cidade: o Recife dos anos vinte e os delírios das invenções modernas. In: BARROS, Natália; REZENDE, Antonio Paulo; SILVA, Jaílson Pereira da (org.). *Op. cit.* p. 116.



Nordeste, Freyre chega a contestar o plantio de árvores não-nativas sobre os mangues do estuário do Capibaribe, por isso afirma que

“(...) [O] eucalipto se prestar tão gulosamente a nos secar os pântanos, ecologista nenhum se limita a ver aí a vantagem tão exaltada pelos higienistas dos subúrbios e pelos burocratas das prefeituras, (...) o eucalipto australiano viria a concorrer, com suas raízes tão exageradamente gulosas de água, para diminuir a própria umidade do nosso solo, (...)”⁴²²

Esse trecho nos demonstra como houve um esforço, nas vias da modernidade, de reinventar o Recife a partir, inclusive, da ecologia, através do plantio de espécies específicas, aterros de mangues, etc. A questão é que as plantas muitas vezes destinadas ao embelezamento ou sanitarismo não eram próprias ao ecossistema da cidade, surgindo problemas como o narrado por Freyre. O sociólogo também opinou sobre o momento da cidade em algumas de suas colunas dominicais do Diário de Pernambuco, assim como na coluna de número 53 na edição de 20/04/1924:

“‘parece que tenho vivido em dois países diferentes’, dizia Antonio Candido ao sr. Fidelino de Figueiredo, alludindo á grande revolução que operara a republica na paisagem social de sua pátria.
Os que ainda meninos conhecemos o Recife da Lingueta, do Arco de Santo Antonio, dos kiosques e das gamelleiras, vamos experimentando sensação igual quanto á paisagem physica. Parece que temos vivido em duas cidades diferentes.
É uma agustia para as creaturas sensiveis viver nessas epocas de aguda transição. Vêem-se afinal numa cidade que lhes parece estrangeira.
Resignemo-nos os que ainda nascemos no tempo da Lingueta, do Arco de Santo Antônio e dos cocheiros de cartola, á melancolia desse destino: o de acabarmos estrangeiro na própria cidade natal. (...)”⁴²³

Nessa coluna, Freyre esclarece como estava incomodado com as mudanças repentinas que a cidade vivia e como elas descaracterizavam o Recife da sua infância. Saudosismo, este, compartilhado por Manuel Bandeira que sentia falta, assim como Freyre, do Recife pitoresco do passado que naquele momento encontrava-se descaracterizado. Utilizando uma análise de Marcos Arraes do poema *Evocação do Recife*:

[...]
Rua da União onde todas as tardes passava a preta das bananas
Com o xale vistoso de pano da Costa
E o vendedor de roletes de cana
O de amendoim
Que se chamava midubin e era torrado não era cozido

⁴²² FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 7ª edição revisada. Global Editora. São Paulo, 2004, p. 85.

⁴²³ *Diário de Pernambuco*. 20 de abril de 1924.



Me lembro de todos os pregões:
Ovos frescos e baratos
Dez ovos por uma patacas
Foi a muito tempo...
[...]
A vida com uma porção de coisas que eu não entendia bem
Terras que não sabia onde ficavam
Recife...
Rua da União...
A casa do meu avô...
Nunca pensei que ela acabasse!
Tudo lá parecia impregnado de eternidade
[...]

Em seguida Arraes considera:

Nesse poema, escrito em 1925, há o recurso à memória para narrar o Recife da infância de Bandeira, o Recife que desejava encontrar, mas sabia, através das notícias e impressões por cartas ou relatos de amigos conterrâneos que o iam visitar, que já estava mudado.”⁴²⁴

Com os já citados Freyre e Bandeira percebemos que a cena intelectual vinculada à cidade se inquietava com as mudanças que o Recife passava. Inquietação que reagia ao desordenamento do ideário de cidade que a capital pernambucana vivia. Além disso, não se percebe uma relação exclusiva com a cidade enquanto espaço físico, suas travessas ou avenidas, carroças ou automóveis, sobrados ou *chateaux* ecléticos; mas, sim, uma reação as mudanças do Recife enquanto ideia, enquanto espaço que abriga histórias que não são mais contadas da mesma maneira.

3 A CENA INTELECTUAL E AS RUGAS DO DISCURSO:

No campo do fazer intelectual⁴²⁵ no Recife, espaço bastante elitizado, embates discursivos⁴²⁶ tomam forma e protagonizam o debate sociocultural da época. Duas figuras

⁴²⁴ ARRAES, Marcos Alexandre. *Embates discursivos: a modernidade no Recife na primeira metade do século XX*. Albuquerque: revista de História. v. 3, nº 5, jan/jun. Campo Grande, 2011, p. 123 - 124

⁴²⁵ Nesse âmbito defende-se o caráter polimorfo que o conceito de intelectual apresenta, sobretudo na historiografia social francesa ao longo do século XX. Estabelecendo-se entre um setor social que responde as estruturas de suas classes sociais de origem e/ou, por conta de sua posição enquanto intelectuais, transitam entre problemáticas de outros recortes sociais e operam sobre eles. Observações nesse sentido são observadas em SERINELLI, Jean-François. Os intelectuais. REMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2003, p. 242; e em KURZMAN, Charles e OWENS, Lynn. The Sociology of Intellectuals. In: *Annual Reviews of Sociology*, nº 28, 2002. O caso recifense, ao nosso ver, consegue demonstrar uma riqueza de exemplos que evidencia esse trânsito, em diversos suportes como imprensa escrita, literatura, etc.

⁴²⁶ ARRAES, Marcos Alexandre. *Op. cit.*



representam o auge dessa disputa: Gilberto Freyre e Joaquim Inojosa, representando, respectivamente, um regionalismo tradicionalista e o modernismo.

Inojosa flerta com o modernismo quando vai ao sudeste do país e dialoga com a cena intelectual do Rio de Janeiro e São Paulo com muito entusiasmo, tornando-se uma espécie de embaixador do movimento no Recife. Sua atuação, na capital pernambucana, toma forma através de textos publicados no Jornal de Commercio, que, ao contrário do Diário de Pernambuco, abraçou a divulgação do ideário modernista.

É no ambiente da imprensa escrita que Inojosa lança suas primeiras ideias, depois de ler no Diário de Pernambuco uma crítica de Farias Neves Sobrinho a artistas e ao ideário modernista sudestino, põe-se a retrucar. Com isso

“O embaixador do modernismo em Recife, então, respondeu com um artigo intitulado *Que é Futurismo*, publicado no jornal *A Tarde*, ensaiando uma definição do futurismo, citando nomes dos modernistas do sudeste e defendendo as vanguardas criticadas no artigo de Neves Sobrinho. A partir daí, seriam frequentes os artigos de apresentação dos “novos” de São Paulo e suas vanguardas ao público recifense.”⁴²⁷

Freyre expunha suas reações de cunho tradicionalista e regionalista, sobretudo, em suas colunas de jornais. O jovem sociólogo já gozava de prestígio nos círculos intelectuais da cidade permitindo que tivesse sempre um canal aberto na imprensa escrita, especialmente do Diário de Pernambuco, para afirmar seus posicionamentos neste caso um desejo de revitalização das tradições e reação ao modernismo puro que desembarca no Recife.

O que chama atenção é como esse embate discursivo, inicialmente chamado de *futuristas* contra os *passadistas*, refletia embates políticos que fogem o pequeno espaço da intelectualidade recifense e ganha inquietações que se relacionam com o local do Recife enquanto cidade nordestina dentro das dinâmicas nacionais, uma espécie de luta por autoestima e espaço nos movimentos político-econômicos do Brasil como um todo. Como alertam Arraes e Mariana Chaguri:

“[O tradicionalismo], ele toma corpo no início do século XX com a emergência da modernidade em todo o Brasil e que se reveste de nova roupagem no Recife. É no bojo dessa formação da subjetividade capitalística no Brasil (...) que emergiram os dizeres constitutivos das regiões e suas especificidades. O Nordeste começou a ser dito e visto, sendo reconhecido como uma região de fortes laços arcaicos e atrasados, o que passou a fazer parte também dos discursos dos próprios “nordestinos”.⁴²⁸

⁴²⁷ ARRAES, Marcos Alexandre. *Op. cit.*

⁴²⁸ ARRAES, Marcos Alexandre. *Op. cit.*



“Os regionalistas (...) acusavam o governo federal de interferência indevida em Pernambuco, defendendo política, cultural e artisticamente aquilo que, para eles, definia-se como região e, por meio dela, a superação do frágil esquema das diversas unidades estaduais.

Tais discussões revelam aspectos significativos dos conflitos locais pelo poder político no estado (...). O choque entre futuristas e regionalistas reflete também as disputas entre os grupos oligárquicos que aspiravam ao comando político da região”.⁴²⁹

Entendendo o modernismo de Inojosa, nesse primeiro momento, quase como uma representação diplomática do modernismo sudestino no Recife, torna-se necessário analisar o regionalismo que aqui surge e seus caracteres próprios.

A reação dos regionalistas, como já abordada, possui um teor de (re)afirmação de um ideário nordestino⁴³⁰, o que chama atenção nesse caso é como Pernambuco parece aglutinar uma noção de Nordeste enquanto região. Ou seja, revela-se uma contradição diante do esforço de regionalizar o debate, porém resumindo um nordeste múltiplo e diverso a uma área que é o Pernambuco litorâneo e canavieiro alvo de reflexões de José Lins do Rego e Gilberto Freyre.

“[Lins do Rego] argumenta que um dos principais objetivos do regionalismo nordestino era transformar o chão do Nordeste: de Pernambuco, num pedaço de mundo. Era expandir-se ao invés de restringir-se. Por esse modo o Nordeste absorvia o movimento moderno no que ele tinha de mais sério. Queríamos ser do Brasil sendo cada vez mais da Paraíba, do Recife, de Alagoas, do Ceará (REGO, 1957).”⁴³¹

Em *Nordeste*, de 1937, volta a aparecer um ideário ligado a zona canavieira, e indo além, destacando claramente os canaviais de Pernambuco e do Recôncavo da Bahia. Assim destaca Manuel Correia de Andrade na apresentação da edição de 2004:

“O próprio Gilberto, no seu livro sobre a região, não procurou delimitar de forma bem objetiva onde o Nordeste começava e onde ele terminava.

Ele observou o Nordeste a partir de Pernambuco, como se entendesse que o ponto central do mesmo fosse a cidade de Recife, e que daí partiam, em várias direções, as características regionais que iam se diluindo à proporção que se caminhava deste centro – Recife e região açucareira – nas mais diversas direções.”⁴³²

⁴²⁹ CHAGURI, Mariana Miggiolaro. *O Recife dos Anos 20: Regionalismo, Modernismo e José Lins do Rego*. 32º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, 2008.

⁴³⁰ Esforço feito pelo movimento regionalista na década de vinte, iniciado no Congresso Regionalista de 1926, como abordado por Durval Muniz de Albuquerque Júnior em *A Invenção do Nordeste*. O autor evidencia como houve uma intenção de instituir uma origem para a região, buscando no passado um “conjunto de indícios que já denunciavam sua existência ou a renunciavam” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 89). Durval indica que esse esforço foi operado “pela emergência da formação discursiva nacional-popular” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 101), ou seja, uma construção identitária que leve em considerações especificidades nordestinas resgatadas pelo movimento regionalista.

⁴³¹ CHAGURI, Mariana Miggiolaro. *Op. cit.*

⁴³² ANDRADE, Manuel Correia. Apresentação da 7ª edição. In: FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 7ª edição revisada. Global Editora. São Paulo, 2004.



Outra dimensão, de importância elevada para o Regionalismo que floresce no período, é a questão estética *versus* temática. O tema das produções, o teor em que elas serão escritas e as bandeiras que irão defender já estão bem delineados: uma afirmação de um tradicionalismo nordestino frente a um modernismo, teoricamente, nocivo e desagregador das tradições. Porém, não houve grande purismo em relação a estética das produções, ou seja, as inovações do fazer artístico que o modernismo propôs dialogaram, sim, com o regionalismo pernambucano sem, é claro, alterar suas temáticas tradicionalistas e regionais.

Sobre essa dinâmica Chaguri reflete com base numa análise específica sobre José Lins do Rego, e afirma que

“(…) pode-se argumentar que o regionalismo nordestino possui como **projeto estético** (…)

Revela-se, assim, certo dinamismo do Regionalismo nordestino, isto é, ao recuperar o passado da região, os regionalistas buscam conferir inteligibilidade para o presente, atualizando, portanto, esse mesmo passado.”⁴³³

Portanto, vem à tona a ambiguidade que Gilberto Freyre representava nesse momento. Propunha de maneira muito atuante um regionalismo que regatasse tradições, que as não deixassem morrer, porém dialoga com o modernismo no seu ponto de vista estético, concedendo influências onde julgava necessário. Com isso, afirma Rezende:

“A defesa das tradições fez, realmente, de Freyre um intelectual com certa singularidade. Ele não atacava a modernidade em todas as suas dimensões. Simpatizava com as renovações acontecidas na produção cultural, com manifestações das vanguardas artísticas europeias. A questão fundamental era saber como absorver essas renovações sem afetar a originalidade da cultura brasileira, na sua mistura que ele tanto dizia admirar.”⁴³⁴

4 CONCLUSÃO

O que o Recife deste momento nos revela, após escavar um pouco dos seus segredos e à luz de outras abordagens historiográficas, é que era uma cidade em fervor, não cabendo convulsão pelo teor enfermo da palavra. O Recife não se via desvalido, mas sim, incomodado, inquieto com os corpos (naquele momento) estranhos que o deixavam febril, mas a cidade deu ao mundo, com seu jeito próprio, o resultado dessa modernidade que insistiu em ficar.

⁴³³ CHAGURI, Mariana Miggiolaro. *Op. cit.*

⁴³⁴ REZENDE, Antônio Paulo. *Op. cit.* p. 205



A capital pernambucana se viu tão conectada com a novidade que esteve, ao mesmo tempo, desconectada de si mesma, e mostrou através da fala de seus partícipes que estava incerta do seu futuro e incerta, também, de seu passado. Como observa Rezende: “Um tempo que se autodevora velozmente, esvazia referências históricas ou as torna, aparentemente, inúteis”⁴³⁵

O campo intelectual que disputava atordoadamente as rédeas do destino da cidade, retomava, mas negava o passado, adiantava e recusava o futuro. Dinâmica que só reforçava o Recife como ponto de inflexão de dúvidas, convergência de contradições. Cenário que só desata os nós dos discursos quando a modernidade, não a original, mas sim a modernidade constituída no Recife e fruto dessas dinâmicas de oposição de ideias, guia um Recife mais populoso, automobilístico, fanático pelo *football*, que de tão popular já não depende das nomenclaturas bretãs, e, sobretudo, participante de uma lógica nacional de inserção do capital industrial e desagregação das antigas sociabilidades provincianas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2009.

ARRAES, Marcos Alexandre. *Embates discursivos: a modernidade no Recife na primeira metade do século XX*. **Revista de História**. Campo Grande v. 3, nº 5, jan/jun, 2011.

CHAGURI, Mariana Miggiolaro. *O Recife dos Anos 20: Regionalismo, Modernismo e José Lins do Rego*. **Anais do 32º Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu, 2008.

COUCEIRO, Sylvia. *Entre festa, passeios e esportes: o Recife no circuito das diversões nos anos 1920*. In: BARROS, Natália; REZENDE, Antonio Paulo; SILVA, Jaílson Pereira da. (org.). **Os anos 1920: histórias de um tempo**. Editora UFPE. Recife, 2012.

FREYRE, Gilberto. *Coluna nº 53 - Diário de Pernambuco, Domingo, 20 de abril de 1924*. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_10&PagFis=11589&Pesq=gilberto%20freyre. Acesso em: 31 de outubro de 2018.

_____. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil**. 7ª edição revisada. São Paulo: Global Editora, 2004.

KURZMAN, Charles e OWENS, Lynn. The Sociology of Intellectuals. In: *Annual Reviews of Sociology*, nº 28, 2002.

⁴³⁵ REZENDE, Antônio Paulo. *Op. cit.* p. 165



REZENDE, Antônio Paulo. **(Des)encantos modernos**: histórias da cidade do Recife na década de vinte. 2ª edição. Editora UFPE. Recife, 2016.

_____. *O Recife, os espelhos do passado e os labirintos do presente ou as tentações da memória e as inscrições do desejo*. In: **Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano**. n° 59, janeiro. Recife, 2002.

SERINELLI, Jean-François. *Os intelectuais*. REMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2003, p. 242.

SILVA, Jaílson Pereira da. *Velo(z)cidade: o Recife dos anos vinte e os delírios das invenções modernas*. In: BARROS, Natália; REZENDE, Antonio Paulo; SILVA, Jaílson Pereira da (org.). **Os anos 1920: histórias de um tempo**. Editora UFPE. Recife, 2012.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. *Civilizar, embelezar: a construção de uma cidade moderna. Recife de princípios do século XX*. In: BARROS, Natália; REZENDE, Antonio Paulo; SILVA, Jaílson Pereira da (org.). **Os anos 1920: histórias de um tempo**. Editora UFPE. Recife, 2012.



Família & poder político na paraíba através do livro *Menino de Engenho*, de José Lins do Rego: literatura e história sob o viés da história cultural.

Queila Guedes Feliciano Barros⁴³⁶

Recebido em: 21/12/2018

Aceito em: 15/03/2019

RESUMO

Propomos neste trabalho uma breve discussão a respeito das questões conflituosas que envolvem o ofício do historiador e sua produção, tendo como ponto de partida a utilização da literatura como fonte para a história. Leva-se em consideração o conhecimento histórico enquanto ciência e prática narrativa, a partir da análise do romance paraibano “Menino de engenho” do autor José Lins do Rego. Para tanto, dialogamos com autores que nos permitem obter um olhar ampliado e profundo sobre a discussão a respeito da verdade e ficção que permeiam o trabalho do historiador e refletimos sobre as ações do historiador enquanto método e sua produção enquanto narrativa (texto), tomando por base reflexões sobre o conceito e utilização da representação *versus* a “verdade histórica” como aparato teórico-metodológico.

Palavras-chave: História. Literatura. Menino de engenho.

Título Em Língua Estrangeira: Subtítulo

ABSTRACT

We propose in this work a brief discussion about the conflictual issues that involve the craft of the historian and its production, starting with the use of literature as a source for history. Historical knowledge is taken into account as a narrative science and practice, based on the analysis of the novel by José Lins do Rego from Paraíba novel "Menino de engenho". In order to do so, we have dialogues with authors that allow us to obtain an extended and profound view of the discussion about truth and fiction that permeate the work of the historian and reflect on the actions of the historian as a method and its production as narrative (text). base reflections on the concept and use of representation versus "historical truth" as a theoretical-methodological apparatus.

Keywords: Story. Literature. Menino de engenho.

⁴³⁶ Mestre em História Cultural pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Graduada no Curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e pedagoga pela Universidade Braz Cubas (São Paulo). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1883696052969321>. mestrequeilabarros@gmail.com.



1 INTRODUÇÃO

A literatura é, pois, uma fonte para o historiador, mas privilegiada, porque lhe dará acesso especial ao imaginário, permitindo-lhe enxergar traços e pistas que outras fontes não lhe dariam (PESAVENTO, 2008, p. 08).

Propomos neste trabalho uma breve discussão a respeito das questões conflituosas que envolvem o ofício do historiador e sua produção. Tendo como ponto de partida a utilização da literatura como fonte para a história, levando em consideração o conhecimento histórico enquanto ciência e prática narrativa, a partir da análise do romance paraibano “Menino de engenho” do autor José Lins do Rego. Dialogando para tal pressuposto com as principais abordagens teóricas e metodológicas da história cultural que tem proporcionado ao longo do tempo a utilização da literatura na História, com o papel de facilitadora da produção do conhecimento histórico.

Fazendo parte desta discussão, o trabalho do historiador, assim como, as questões que envolvem as fontes documentais e nelas a classificação da literatura como fonte, com o propósito de analisar mudanças e tendências ocorridas no campo do saber histórico. Consistindo assim, nosso objetivo em demonstrar quais foram as influências e impactos que a crise na história das mentalidades causou ao ofício do historiador e sua produção. Dialogando com autores que nos permitem obter um olhar ampliado e profundo sobre a discussão a respeito da verdade e ficção que permeiam o trabalho do historiador. Refletindo sobre as ações do historiador enquanto método e sua produção enquanto narrativa (texto), tomando por base reflexões sobre o conceito e utilização da representação *versus* a “verdade histórica” como aparato teórico-metodológico.

2 HISTÓRIA E LITERATURA NA HISTÓRIA CULTURAL.

Destacando a importância para o desenvolvimento da história cultural como aporte teórico e dentro dela o viés que insere a literatura como fonte para a História, se faz necessário recordarmos as discussões iniciadas pelos historiadores ligados à revista *Annales d'histoire économique et sociale*, fundada em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch. Que tiveram a iniciativa de contestar a postura meramente científica da História, discutindo a necessidade de



sua problematização, defendendo o caráter particular das ciências humanas e reconhecendo a necessidade de uma estreita colaboração entre as disciplinas sociais e o método científico (BLOCH, 2001, p. 23).

Por não aceitar os pressupostos da historiografia política tradicional, que apenas narrava os acontecimentos como fatos verídicos, a escola dos *Annales* começou a questionar que as fontes para a construção do conhecimento histórico deveriam ser buscadas, interpretadas e analisadas de acordo com o objetivo de pesquisa de cada historiador. Acreditava-se que todos os acontecimentos humanos deveriam ser vistos a partir desta concepção, evidentemente, essas novas perspectivas do movimento historiográfico não se limitaram ao grupo dos *Annales*, nem à França. Significando, tanto uma mudança de produção do conhecimento histórico como uma circulação cultural de convergência com os interesses de historiadores europeus e norte-americanos (ARENDRT, 1992).

Como no conhecimento histórico nada permanece imutável, mediante novas realidades históricas, no final dos anos 60 do século XX, os historiadores passaram a ser chamados para voltar-se as questões do tempo presente. Em 1974, Jacques Le Goff e Pierre Nora publicaram o livro *Faire l'histoire*, divulgando trabalhos de historiadores contemporâneos, preocupados com novos problemas, objetos e abordagens da nova história. Na amostragem destes novos objetos do conhecimento histórico, surgiram os primeiros trabalhos sobre o inconsciente, o mito, o cotidiano, as mentalidades, dentre diversos outros temas, elaborados a partir das fontes consultadas e discutidas pelos autores desta época. Que acabaram demonstrando as dimensões interdisciplinares do conhecimento histórico dentro de novas perspectivas (CHARTIER, 1990, p. 50).

No decorrer dessa temporalidade a historiografia francesa passou a trilhar os rumos das mentalidades, campo privilegiado dos principais historiadores da “terceira geração” dos *Annales*. Abriu-se, assim, o caminho para que a produção historiográfica francesa passasse a enfatizar ao invés da vida material, também os processos mentais, a vida cotidiana e suas representações, tais como: o amor, a família, a criança. Quanto ao estilo utilizado naquele período, costumava ocorrer o apego à narrativa e à descrição em detrimento das explicações globalizantes (CHARTIER, 1990).

A chamada “Nova História” abriu-se de tal modo a outros saberes e questionamentos do tipo estruturalista, que acabou pondo em risco a própria legitimidade do conhecimento histórico. Nesse contexto de crítica, vai surgir uma nova forma de conhecimento histórico que



ficou conhecida como História Cultural. Essa nova maneira de se trabalhar a história procurou defender a legitimidade dos estudos do “mental”, sem deixar de lado a própria história como disciplina específica.

A chamada nova história cultural não recusa de modo algum as expressões culturais das elites “letradas”, mas revela especial apreço com a história das mentalidades, pelas manifestações das massas anônimas: as festas, as resistências, as crenças, heterodoxas. Em resumo, a nova história cultural revela em especial a ficção pelo informal, sobretudo pelo popular (VAINFAS, 1997, p.57).

A pluralidade da nova história cultural, que recusou o conceito vago de “mentalidade” e se preocupou com o “popular” dando visibilidade a diferentes maneiras de se fazer uma história a partir de princípios que não necessariamente estivessem engessados pela obsessão da “verdade”. Fez com que a história cultural se abrisse a novas concepções teórico-metodológicas, entrando em cena o uso da literatura na história. Já que a literatura há muito tempo utilizava no texto ficcional características e realidades do seu tempo, relatando o quadro histórico no qual o autor vivera e escrevera a sua obra (PESAVENTO, 2008. p. 1).

[...] discutir o diálogo da história com a literatura, como um caminho que se percorre nas trilhas do imaginário, campo de pesquisa que passou a se desenvolver significativamente no Brasil a partir dos anos 90 e que tem hoje se revelado uma das temáticas mais promissoras em termos de pesquisas e trabalhos publicados. Por constituir posturas epistemológicas que relativizam a dualidade verdade/ficção, ou a suposta oposição real/não real, ciência ou arte (PESAVENTO, 2006, p. 3).

Assim, literatura e história são narrativas que tem o real como referente, para confirmá-lo ou negá-lo, construindo sobre ele toda uma versão [...] (PESAVENTO, 2006. p. 3) Ressaltando Sandra Pesavento (2006) que “quem trabalha com história cultural sabe que uma das heresias atribuídas a esta abordagem é a de afirmar que a literatura é igual à história” (PESAVENTO, 2006, p. 3). Preconceitos atribuídos, por defenderem os historiadores do cultural uma postura da narrativa literária não se diferencia muito da construção da narrativa histórica, uma vez que o historiador utiliza a dimensão cultural na qual a narrativa literária é ilustrada para captar detalhes de sua época.

Seguindo esta linha de pensamento a utilização do romance “Menino de engenho” de José Lins do Rego, como fonte histórica, se faz não só possível como enriquecedora ao ofício do historiador que queira problematizar o cotidiano da Paraíba no período de glória dos engenhos. Sendo possível, dentre outras discussões, o estudo sobre a família, oligarquia, cultura política e poder, dentre tantas outras problemáticas que o olhar do historiador pode alcançar. Uma vez que, o romance se apoia na cultura brasileira, mais especificamente na cultura paraibana,



retratando um engenho-de-açúcar, típico do Nordeste que constitui o microcosmo da construção do romance. Em torno dele giram costumes, crenças, superstições que refletem bem a nossa cultura (REGO, 2003).

3 “MENINO DE ENGENHO”: HISTÓRIA & LITERATURA

A obra romanesca de José Lins do Rego está sob o “signo da memória e do regionalismo” e pode ser dividida em cinco ciclos. Sendo o primeiro, constituído pelo ciclo da cana-de-açúcar, abrangendo os romances: Menino de engenho (1932), Doidinho (1933), Bangüê (1934), Moleque Ricardo (1935), Usina (1936) e Fogo Morto (1943). Todos esses romances têm forte ligação com a terra e trazem aspectos memorialísticos de natureza autobiográfica (REGO, 2003). O romance tem como cenário a região limítrofe entre Pernambuco e Paraíba, o que pode ser deduzido pelas descrições da paisagem e da vida dos engenhos de açúcar.

O autor fixa ainda o esplendor do engenho de açúcar com sua estrutura feudal e patriarcal que caracterizou a paisagem agrária nordestina. Sendo sua obra situada no “ciclo de cana-de-açúcar” por trazer resquícios históricos da cultura que envolveu a Paraíba no período dos engenhos, trazendo ainda “o germe de outros romances”. O romance, narrado em primeira pessoa, apresenta uma estrutura memorialista, em quarenta capítulos. A passagem do tempo é marcada pelas cheias e vazantes do rio Paraíba, num movimento cíclico de bonança e penúria, que repercute no dia a dia do engenho. Passagem também da infância a adolescência, em que são decisivas as figuras tutelares do avô José Paulino, da tia Maria, de Totonha, da velha Sinhazinha e de tantos outros personagens que formam um microcosmo do mundo rural. Fluindo o tempo cronologicamente: o narrador (Carlinhos) tem quatro anos quando a narrativa começa e doze, quando termina o livro (REGO, 2003).

A estrutura memorialista do romance permite ao historiador adentrar nas questões regionais paraibanas, ressaltadas em muitos trechos do livro no qual autor deixa escapar suas memórias acerca da historicidade de sua época. Compondo uma simbiose de sentidos históricos ao qual Sandra Pesavento (2006) já havia enfocado como grande recurso teórico metodológico para o historiador (PESAVENTO, 2006).

A sociologia da literatura, desde há muitos anos circunscrevia o texto ficcional no seu tempo, compondo o quadro histórico no qual o autor vivera e escrevera sua obra. A história, por seu lado, enriquecia por vezes seu campo de análise com uma dimensão



“cultural”, na qual a narrativa literária era ilustrativa de sua época (PESAVENTO, 2006, p. 1).

Neste sentido, a relação entre a história e a literatura, permitem os estudos sobre o imaginário, a partir da recuperação das formas de ver, sentir e expressar o real dos tempos passados no que se encontra escrito no romance (PESAVENTO, 2006). Podendo-se vislumbrar no romance certa postura engajada pela valorização dos costumes de uma época, predominando no livro a ideia de evocação de uma infância marcada pela magia e o encanto da vida no engenho Santa Rosa. Não obstante, o autor expõe a miséria degradante em que vivia o povo e mesmo, em alguns momentos, o mandonismo e a prepotência do Coronel Zé Paulino. É visível no romance a separação em castas, em que negros e trabalhadores viveram num regime de total escravidão (REGO, 2003).

Como sugere o título, Menino de engenho pode ser analisado de duas perspectivas: a realidade do mundo rural do engenho e a educação, nesse contexto, do menino de engenho. Aliás, essa era a intenção expressa do autor. José Lins do Rego desejava como ele mesmo confessou, “traçar a biografia de seu avô, o velho José Lins, que era para ele o tipo representativo do senhor de engenho, expressão legítima do patriarcalismo rural da região açucareira do Nordeste” (REGO, 2003, p. 3). Por outro lado, no prefácio do romance Usina, a propósito dos livros do ciclo da cana-de-açúcar, o romancista declarou: “Comecei querendo apenas escrever umas memórias que fossem as de todos os meninos criados nas casas-grandes dos engenhos nordestinos” (REGO, 2003, p. 15).

Neste sentido, Sandra Pesavento (2006) afirmou que o uso da literatura como fonte, permite que o historiador perceba através dos inúmeros personagens de uma trama literária:

[...] perfis que retracem sensibilidades [...] que são dotados de realidade porque, encarnam defeitos e virtudes dos humanos, porque nos falam do absurdo da existência, das misérias e das conquistas gratificantes da vida. Porque falam das coisas para além da moral e das normas, para além do confessável, por exemplo, (PESAVENTO, 2006, p. 4).

Narrado em 1ª pessoa por Carlos Melo (personagem), que aponta suas tensões sociais envolvidas em um ambiente de tristeza e decadência, é o primeiro livro do ciclo da cana-de-açúcar. Publicado em 1932, Menino do Engenho é a estreia em romance de José Lins do Rego e já traz os valores que o consagraram na Literatura Brasileira. Durante a década de 30 do século XX, virou moda uma produção que se preocupava em apresentar a realidade nordestina e os seus problemas, numa linguagem nova, introduzida pelos participantes da Semana de Arte



Moderna de 22. José Lins do Rego seria o melhor representante dessa vertente, se certas qualidades suas não atenuassem fortemente o tom crítico esperado na época. A intenção do autor ao elaborar a obra *Menino de Engenho*, era escrever a biografia de seu avô, o coronel José Paulino, que considerava uma figura das mais representativas da realidade patriarcal nordestina. Seria também a autobiografia das cenas de sua infância, que ainda estavam marcadas em sua mente. Mas o que se constata é que o biógrafo foi superado pela imaginação criadora do romancista: a realidade bruta é recriada através da criatividade do gênero nordestino (REGO, 2003).

É a história típica, natural e sem retoques de uma criança, Carlos, órfão de pai e mãe, que, aos oito anos de idade, vem viver com o avô, o maior proprietário de terras da região - coronel José Paulino. Carlos é criado sem a repressão familiar e mesmo sem os cuidados e atenções que lhe seriam necessários diante das experiências da vida. Vê o mundo, aprende o bem e o mal e chega a uma provável precocidade acerca dos hábitos que lhe eram "proibidos", mas inevitáveis de serem adquiridos. Pela ausência de orientação, torna-se viciado, corrompido, aos 12 anos de idade. Além dos problemas íntimos do menino, desorientado para a vida e para o sexo tem a análise do mundo em que vivia, visto por Carlos, que é o narrador-personagem. Carlos vê o avô como um verdadeiro Deus, uma figura de grandiosidade inatingível (REGO, 2003).

O engenho é o mundo, um império, de onde o coronel José Paulino dirige e guia os destinos de todos. E, em consequência, Carlos considera-se, e é considerado pelos servos, escravos e agregados, o "coronelzinho" cujas vontades têm que ser rigorosamente realizadas. Descreve com emoção a vida dos escravos, a senzala, o sofrimento e os castigos do "tronco". Uma cena a ser destacada é a "enchente" do rio Paraíba, vista com admiração e susto por Carlos, constituindo uma descrição de grandiosidade bíblica. Também vêm à tona as superstições e credices comuns entre as camadas populares, como a do "lobisomem". Os bandidos e cangaceiros, comuns na região, são mostrados como única forma de reação social de um povo oprimido (REGO, 2003).

4 MENINO DE ENGENHO: A LITERATURA COMO FONTE, FAMÍLIA E PODER

O romance "Menino de Engenho" (1932), é o primeiro da vasta construção literária de José Lins do Rego, é uma ficção com fortes traços memorialistas sobre a infância e a primeira adolescência do autor que se coloca na história como narrador:



Dormia no meu quarto, quando pela manhã me acordei com um enorme barulho na casa toda. Eram gritos e gente correndo para todos os cantos. O quarto de dormir de meu pai estava cheio de pessoas que eu não conhecia. Corri para lá, e vi minha mãe estendida no chão e meu pai caído em cima dela como um louco. A gente toda que estava ali olhava para o quadro como se estivesse em um espetáculo. Vi então que minha mãe estava toda banhada em sangue, e corri para beijá-la, quando me pegaram pelo braço com força. Chorei, fiz o possível para livrar-me. Mas não me deixaram fazer nada. Um homem que chegou com uns soldados mandou então que todos saíssem, que só podia ficar ali a polícia e mais ninguém. Levaram-me para o fundo de casa, onde os comentários sobre o fato eram os mais variados. O criado, pálido, contava que ainda dormia quando ouvira uns tiros no primeiro andar. E, correndo para cima, vira o meu pai com o revólver na mão e minha mãe ensanguentada. “O doutor matou a dona Clarisse!” Por quê? Ninguém sabia compreender (REGO, 2003, p. 5).

Ao ler a citação acima, um historiador pode perceber que num depoimento pessoal que traz elementos autobiográficos, o autor retrata episódios de sua própria vida e assim do seu tempo. Ao pesquisarmos sobre a vida de José Lins do Rego, descobrimos que o autor nascido no Engenho Corredor, município paraibano de Pilar, filho de João do Rego Cavalcanti e Amélia Lins Cavalcanti, teve sua mãe assassinada pelo seu próprio pai ainda no período de sua infância, crime justificado por sofrer o pai de José Lins do Rego de esquizofrenia. Realidade demonstrada pela vida ficcional do menino personagem do livro “Carlinhos” (REGO, 2003).

Outras questões se fazem presentes nos relatos do autor, tendo enfoque para a família e sua estrutura não só sentimental, como de expressão do poder político no mundo do engenho. Índícios que podem ser percebidos quando o autor escreve: “Então comecei a chorar baixinho para os travesseiros, um choro abafado de quem tivesse medo de chorar” (REGO, 2003, p. 6). O menino, apesar de pequeno, sente o impacto da morte da mãe e a solidão que esta lhe deixa, mas, demonstra em sua fala que um menino de seu tempo, um “homem pequeno”, não poderia chorar. Revelando o autor através de sua narrativa, costumes de uma família patriarcal nordestina, aspectos que segundo a historiadora Serioja Mariano (2011) pouco tem sido abordado pela literatura paraibana:

A importância do casamento dentro da sociedade colonial e imperial na Paraíba ainda é pouco estudada pela literatura local, mas a historiografia traz uma série de informações, ainda que esparsas, sobre família e relações de poder (MARIANO, 2011, p.14).

Neste sentido a literatura, e nela tomamos por referência o trabalho de José Lins do Rego, nos traz importante contribuição para o estudo das famílias nordestinas dentro dos aspectos historiográficos. Ressaltando ainda o cosmos de uma família patriarcal dentro do enredo político, e através deste olhar se faz possível analisar todo o seu envolvimento social. O



narrador ao recordar com saudade e ternura de sua mãe, tão precocemente ceifada pelo destino. Recorda as suas carícias, a sua bondade, a sua brandura, mas, não deixa de recordar a sua posição social, que nos escapa ao relatar: “Os criados amavam-na”. Era filha de senhor de engenho, mas “falava para todos com um tom de voz de quem pedisse um favor” (REGO, 2003, p. 8).

Mais uma vez temos um aspecto verossímil para uma análise historiográfica, ao qual a família patriarcal nordestina se apresenta como instituição de poder, que não se centrava apenas na figura materna e paterna. Depois da tragédia familiar o menino será levado para viver com o seu avô paterno, no engenho Santa Rosa na Paraíba, configurando uma estrutura familiar a qual Serioja Mariano (2011) comentou: “As famílias tinham suas bases no grupo nuclear, em que o casal e seus filhos dominavam a estrutura, mas que, ao se tornarem extensas, ampliavam suas redes de controle para além dos parentes mais próximos” (MARIANO, 2003, p. 14).

Três dias depois da tragédia levaram-me para o engenho do meu avô materno. Eu ia ficar ali morando com ele. Um mundo novo se abriu para mim. Lembro-me da viagem de trem e de uns homens que iam conosco no mesmo carro. O tio Juca, que me fora buscar, contava a história, afirmando que meu pai estava doido. Todos olhavam para mim com grande pesar. – Eu avalio como não está o coronel Cazuza – dizia um deles. – Naquela idade, a sofrer destas coisas! Compreendi que falavam do meu avô. – Um homem de bem como ele, e tão infeliz com a família! O meu tio Juca ficava calado. E a conversa mudava para o inverno, que corria bem, para os partidos de cana. E depois, para a política (REGO, 2003, p. 9).

Mais uma vez um trecho literário reforça o cosmos social de uma época. Na fala do autor se expressa à lógica das sociedades patriarcais não só paraibanas, mas, de toda a sociedade que compunha o mundo do engenho. Mundo no qual o Senhor de engenho era por título e não por ações um “homem bom”, que dominava a economia do açúcar e conseqüentemente a política local. Já que ser detentor de poder econômico, significava possuir igual poder político. Além de nos trazer indícios dos casamentos e alianças que eram constituídos por estes, já que os avós tanto maternos quanto paternos do menino eram coronéis donos de engenho, para sermos mais precisos o coronel Cazuza (avô paterno), e o coronel Zé Paulino (avô materno). Representando que seus filhos efetuaram uma união matrimonial como também política.

Estudar o papel dos grupos políticos [...] para manutenção dos poderes locais, através da ocupação e circulação nos cargos públicos, por exemplo, é uma operação fundamental para a compreensão da cultura política de uma época. Essas redes podem ser observadas nas alianças de famílias, que em um primeiro momento, se articulam através dos laços matrimoniais, mas que em outro contexto, de redefinições políticas, utilizaram-se dos partidos e cargos públicos como suporte e espaços de poderes locais (MARIANO, 2011, p.12).



Serioja Mariano (2011) nos demonstra então que estes casamentos entre pessoas de posses, consideradas importantes em sua época, não se davam apenas por causa dos vínculos de afetividade que ambas as famílias poderiam ter numa determinada sociedade. Mas, representavam estratégias de poder que ressaltam nos trechos literários do romance *Menino de Engenho*, narrativa que Sandra Pesavento já afirmava “combinadas associariam os traços de permanência de estruturas mentais com as configurações específicas de cada temporalidade, desembocando na redescoberta da literatura pela história” (PESAVENTO, 2006, p. 3).

História e literatura correspondem a narrativas explicativas do real que se renovam no tempo e no espaço, mas que são dotadas de um traço de permanência ancestral: os homens desde sempre expressaram pela linguagem o mundo do visto e do não visto [...] assim, literatura e história são narrativas que tem o real como referente, para confirmá-lo ou negá-lo, construindo sobre ele toda uma outra versão (PESAVENTO, 2006, p. 3).

Neste sentido, o mundo evocado em *Menino de engenho* é o latifúndio do engenho de açúcar em todo o seu esplendor e opulência. Em torno dele, evidentemente, gira todo um mundo social, quase sempre de penúria e miséria, representado por trabalhadores do eito, moleques da bagaceira, negros das moendas, negras da cozinha e das senzalas e até mesmo da prostituição. Situado na zona canavieira, as margens do rio Paraíba, o engenho Santa Rosa, é uma espécie de mundo novo que contrasta com a cidade. Lá, a vida, as amizades da infância, o contato direto com a natureza, a precoce iniciação sexual, a convivência com personagens que moram e trabalham na casa-grande e na antiga senzala, tudo isso é evocado por um narrador que conheceu profundamente um pedaço de um Brasil arcaico, cuja herança escravocrata ainda se fazia latente (REGO, 2003).

Quando no engenho, o menino é levado para receber a bênção do avô e da preta velha Tia Galdina, ganha uma nova mãe – a tia Maria. No dia seguinte, com o mergulho nas águas frias do poço, o menino está batizado para a nova vida que vai começar. Aos poucos, o menino vai penetrando no mundo novo do engenho. Levam-no para ver o engenho e ele fica deslumbrado com o seu mecanismo. “A senzala do Santa Rosa não desaparecera com a abolição. Ela continuava pregada à casa-grande, com suas negras parindo, as boas amas-de-leite e os bons cabra do eito e as boas cabras do cifo” (REGO, 2003, p. 49).

Apesar de terem sido alforriados, muitos negros ficaram no engenho. Se tornando na fala do autor “um exército de homens miseráveis e esfarrapados que trabalham no eito: estavam na limpa do partido da várzea [...] Às vezes eu ficava por lá, entretido com o bate-boca dos



cabras” (REGO, 2003, p. 52). Muitos desfilam pelo romance — uns com suas virtudes, outros com seus defeitos. Em todos, um ponto comum: a vida de servidão, a miséria, a degradação. Contemplamos mais uma vez através da narrativa do autor realidades do nordeste após a abolição da escravidão, no qual, muitos dos eis escravos preferiram ficar sob a “guarda e os cuidados dos coronéis”. Para alguns historiadores por causa da segurança e laços de afetividades do engenho, para outros, pela falta de oportunidade que estes eis escravos teriam no novo mundo dos libertos. Mais uma vez podemos perceber na narrativa do autor o que nos evoca Sandra Pesavento (2006):

A literatura é, no caso, um discurso privilegiado de acesso ao imaginário das diferentes épocas [...] hoje, na contemporaneidade, são historiadores que trabalham com o imaginário e que discutem não só o uso da literatura como acesso privilegiado ao passado (PESAVENTO, 2006, p. 3).

O tio Juca leva o menino para o engenho do avô materno. Inicia-se uma Segunda infância que vai até a puberdade. O tio, que levando o menino da cidade para o engenho, apresenta-lhe o mundo novo do engenho e também o próprio avô, não chega a representar um papel de destaque no romance. Por ser filho do senhor de engenho, fazia e desfazia (sobretudo sexo com as mulatas), mas não era punido. De certa forma, representa o papel de pai de Carlinhos. Que o acompanha nas primeiras letras, onde começam os primeiros amores, “enfim, veio com a bela Judite, mulher do Dr. Figueiredo”. Com ela, começam a surgir os primeiros lampejos da sexualidade. “Sonhava com ela de noite, e não gostava dos domingos porque ia ficar longe de seus beijos e abraços” (REGO, 2003, p. 31). Depois o mandaram para uma escola onde tinha todas as regalias, em meio da miséria geral, por ser o “neto do Coronel Zé Paulino”. Paralelamente às letras, começa a iniciação sexual, apesar da pouca idade. Com Zé Guedes, moleque que o levava e buscava na escola, aprendeu “muita coisa ruim”. Com o primo Silvino e outros andou fazendo muita “porcaria” com as cabras e vacas da fazenda (REGO, 2003, p. 32).

Ao problematizarmos os trechos narrados acima pelo autor a respeito do personagem Tio Juca, e do menino Carlinhos, clara nos é a noção de que os personagens possuem um nome que fazem deles especiais. O fato de serem filho e neto do Coronel Zé Paulino lhes dava livre arbítrio e direitos que nenhum outro personagem além do coronel possuía. Retratando mais uma vez a literatura, fatos e costumes verídicos ainda hoje no nordeste brasileiro, local onde um sobrenome vale mais do que o próprio ser. Fator ao qual Serioja Mariano (2011) nota ser não apenas um valor de família, mas, projeção de honra e prestígio ao qual trazia o sobrenome uma carga de possibilidades, representativa das alianças e redes de poder: “os sobrenomes



funcionavam como projeção da honra da família, como pré-requisito políticos e como sinônimos de status social. Os sobrenomes serviam para fixar redes ou ramos familiares, criando uma referência espacial” (MARIANO, 2011, p. 15).

O engenho, na sua estrutura socioeconômica, envolve todo um mundo social que gira ao seu redor: as mais diversas castas estão aí representadas, desde o senhor de engenho até o moleque da bagaceira. Sua estrutura econômica centra-se evidentemente na figura do senhor de engenho que exerce, nos seus domínios, uma autoridade absoluta e avassaladora. Ali ele é o patriarca que “assoma como senhor absoluto” de gente e de coisas. Ao seu redor gira toda uma população a desempenhar o papel de uma vassalagem que cheira a escravidão. A todos o senhor de engenho, há um tempo, ordena e protege. Eis alguns trechos sobre o Coronel Zé Paulino — protótipo dessa realidade abrangente:

“Herdara o Santa Rosa pequeno, e fizera dele um reino, rompendo os seus limites pela compra de propriedades anexas [...] Tinha para mais de quatro mil almas debaixo de sua proteção. Senhor feudal ele foi, mas os seus párias não traziam a servidão como um ultraje” (REGO, 2003, p. 32).

O avô José Paulino – figura representativa da realidade patriarcal nordestina. Aos olhos de Carlos, um verdadeiro deus, uma figura de grandiosidade inatingível. Não era um devoto. A religião dele não conhecia penitência e esquecia alguns dos mandamentos da lei de Deus. Não ia às missas, não se confessava, mas em tudo o que procurava fazer, lá vinha um “se Deus quiser eu tenho fé em nossa Senhora”. Todos no engenho respeitavam o senhor José Paulino. Depois do jantar ele sentava-se numa cadeira perto do grande banco de madeira do alpendre. Lia os telegramas do “Diário de Pernambuco” ou dava as suas audiências públicas aos moradores. Todo o dinheiro dele era para comprar terras (REGO, 2003, p. 32).

“[...] a ocupação e a conquista foram montadas como um negócio de família, o que garantiu as bases dessa organização nas capitânias. Na conquista do sertão, o distanciamento e isolamento geográfico, em relação ao poder metropolitano, concorreu para uma maior autonomia das famílias mais ricas, garantindo o monopólio político local” (MARIANO, 2011, p.12).

Se utilizando mais uma vez da literatura para uma análise historiográfica, percebemos na fala do autor indícios de que a conquista e a ocupação das terras no sertão nordestino também se dava por meio do poder e prestígio dos grandes coronéis, que as adquiria por direito ou pela força. Ressaltando mais uma vez o que a historiadora Serioja Mariano (2011) demonstrou que a conquista espacial também acabava se tornando uma questão de família. Neste sentido, o



Coronel Zé Paulino - É o todo-poderoso senhor de engenho - o patriarca absoluto da região. Era uma espécie de prefeito - administrava pessoalmente, dando ordens e fazendo a justiça que ditava a sua consciência de homem bom e generoso.

No geral, essas famílias eram chefiadas por homens donos de engenhos e grandes proprietários de terras. A família é uma instituição que vai se transformando, lenta e gradualmente, nas suas práticas sociais, e era vista como uma unidade básica da ordem política (MARIANO, 2011. p. 13).

O autor demonstra então o coronel José Paulino e sua propriedade, como seres admiráveis, grandezas interdependentes, o que se amplia para a dimensão maior do patriarca, senhor do engenho que se confronta com outros senhores de engenho, no momento agudo de um poderio irremediavelmente ameaçado pela chegada da Usina. José Paulino também fazia remédios – abordando o autor a crença nos medicamentos naturais – “ele tratava de tudo, fazia sinapismos de mostarda, dava banhos quentes, óleo de rícino, jacaratiá para vermes. Curava assim os negros, os netos, os trabalhadores e lancetava furúnculos” (REGO, 2003. p. 35).

Após a ceia, o Coronel Zé Paulino gostava de contar seus casos de escravos a senhores de engenho, antes e depois da abolição. As ruindades do Major Ursulino com os negros sempre se destacam nas suas histórias. Gostava também de lembrar a visita de Dom Pedro ao Pilar e tinha grande orgulho de sua casta branca e nobre. O livro faz referências a credices populares, como a do lobisomem⁴³⁷, que é citada através de João Cutia, um comprador de ovos da Paraíba. “Não tinha uma gota de sangue na cara e andava sempre de noite, para melhor fazer as suas caminhadas, sem sol”. Achava-se que ele era lobisomem (REGO, 2003. p. 42).

Porém, além do personagem do avô outros personagens se destacam nos contos de história como a Velha Totonha – que vivia a contar história de Trancoso. A velha Totonha com suas histórias fabulosas encantam o narrador. Quando passava pelo engenho era uma festa. Suas histórias, sempre de reis e rainhas comoviam. Ela sabia como ninguém contar uma história. Era

⁴³⁷ O lobisomem é um mito presente no imaginário nordestino. Vindo da Europa, onde o mito do ser humano que vira lobo é conhecido desde a Grécia Antiga, no qual Liacon, por ter atacado Zeus, foi transformado num desses animais – esse mito, que por sinal existe no resto do Brasil, no Nordeste é explicado de várias formas. Uma delas é que quando um casal tem sete filhos homens, se não der o último para ser batizado pelo mais velho, ele vira lobisomem. Irmão que tem relações sexuais com a irmã se tiver filho, ele será lobisomem. Também filho de relação sexual entre compadre e comadre tem tudo para se um “lobo-homem”. Dizem que são nas noites de quinta para sexta-feira, principalmente se for noite de lua cheia, que a pessoa se transforma. Para haver o desencantamento há várias maneiras: deve-se tirar sangue dele, mas sem se sujar, pois se isso acontecer vira-se lobisomem também. Quando ele aparecer, deve-se fazer o sinal da cruz diante dele que ele corre. Ou, então, rezar três ave-marias. Já para matar o lobisomem, um jeito é usar bala besuntada com cera benta de vela de igreja” (REGO, 2003. p. 50).



pequenina e engelhada, tão leve que uma ventania poderia carregá-la, andava muito a pé, de engenho a engenho, “como uma edição viva das “Mil e uma noites”. Tinha talento em contar histórias. Não tinha nenhum dente na boca, mas dava tons às palavras”. Recitava contos inteiros em versos, intercalando a prosa com notas explicativas. “O que fazia a velha Totonha mais curiosa era a cor local que ela punha nos seus descritivos. Quando ela queria pintar um reino era como se estivesse falando dum engenho fabuloso. Os rios e as florestas por onde andavam os seus personagens se pareciam muito com o Paraíba e a Mata do Rolo. O seu Barba-Azul era um senhor de engenho do Pernambuco”. Para Carlinhos, sinhá Totonha possuía um “pedaço de gênio que não envelhece” (REGO, 2003, p. 43).

Pelo engenho, corria o boato de que um lobisomem estava aparecendo na Mata do Rolo. “Diziam que ele comia fígado de menino e que tomava banho com sangue de criança de peito”. Seria José Cutia? Além do lobisomem, outros duendes da superstição popular povoaram a infância do narrador: o zumbi, as caiporas, as burras-de-padre etc. Outros personagens faziam parte do folclore e cultura nordestina como Antônio Silvino - Representando bem o cangaceiro, sempre temido e respeitado pelo povo, em virtude de seu senso de justiça, tirando dos ricos e protegendo os fracos. Elementos que compõe bem a paisagem nordestina (REGO, 2003. p. 44).

O cangaceiro Antônio Silvino faz uma visita de cortesia ao engenho Santa Rosa. Há uma grande expectativa, sobretudo por parte dos meninos. O famoso cangaceiro chega e é recebido pelo senhor de engenho. A partir, entretanto, o narrador demonstra o seu desencanto: “Para mim tinha perdido um bocado de prestígio. Eu fazia outro, arrogante e impetuoso, e aquela fala bamba viera desmanchar em mim a figura de herói”. É que o mito se tornou real, descendo do seu pedestal. Organiza-se um passeio ao sítio do Seu Lucino, nas proximidades do engenho. “No caminho, gente que voltava da feira com seus quilos de carne. A caravana chega ao sítio e são recebidos com a boa hospitalidade sertaneja”. À tardinha, voltam todos para casa, quando os moleques começam a falar de mal-assombrados (REGO, 2003, p. 45).

Mais uma vez, percebemos a importância da união da literatura a história, como enfatizou Sandra Pesavento (2006) “o historiador não cria personagens nem fatos. No máximo, os descobre, fazendo-os sair de sua invisibilidade” (PESAVENTO, 2006, p. 4). O folclore nordestino está bem representado pela velha Totonha com suas histórias fabulosas e mesmo com o cangaceiro Antônio Silvino e seu bando. Nele fala alto a alma brasileira com sua maneira de ser e suas peculiaridades. Curioso observar que o estilo do autor reflete bem a espontaneidade desses “contadores” nordestinos. Ao visualizarmos os diversos personagens do romance,



sentimos em cada um os sabores e amores do nordeste. Sendo o uso da narrativa literária rica em detalhes do passado que jamais se reconstruirá, mas, que pode ser sentido através dos costumes que escapam da trama a realidade de uma época.

Assim, a noção proposta por Paul Ricoeur de “representância” vem ao encontro desta propriedade do trabalho do historiador: mais do que construir uma representação, que se coloca no lugar do passado, ele é marcado pela *vontade* de atingir este passado. Trata-se de uma militância no sentido de atingir o inatingível, ou seja, o que um dia se passou, no tempo físico já escoado (PESAVENTO, 2006. p. 5).

“Nesta medida, a narrativa histórica mobiliza os recursos da imaginação, dando a ver e ler uma realidade passada que só pode chegar até o leitor pelo esforço do pensamento” (PESAVENTO, 2003, p. 5). O livro enfoca os abalos de estruturas de uma sociedade rural aristocratizante, latifundiária e escravocrata. O universo complexo em questão é o “mundo” do menino de engenho, que vai da pureza às maledicências, caracterizando uma realidade totalizadora e ao mesmo tempo um destino individual. No romance de José Lins do Rego há algo de ternura e intensa humanidade, dominado pela nostalgia do ambiente do engenho sob a decadência do poderio da civilização açucareira. Esse autor procura sentir e compreender a grandeza e a memória da natureza nordestina, humanos, limites de um mundo do qual não deseja se desprender. Constatamos que o biógrafo foi superado pela imaginação criadora do romancista. “A realidade bruta, é recriada, através da criatividade do gênero literário nordestino” (REGO, 2003. p. 68).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. *O conceito de História – antigo e moderno. In: Entre o passado e o futuro*. 3ª ed., São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 69-99.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

MARIANO, Serioja R. C. *Culturas políticas, administração e redes familiares na Paraíba (1825-1840)*. *Saeculum – Revista de História*, n. 24, João Pessoa, jan./jun. 2011, p. 11 – 24.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & Literatura: uma velha-nova história*, Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Debates, 2006, [Em Línea], Puesto em línea el 28 janvier 2006. URL: <http://nuevomundo.revues.org/index1560.html>. Consultado el 06 décembre 2008.



REGO, José Lins. **Menino de engenho**. Organização Maria Amélia Mello. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2003.



“Pelotão, sentido!”: João Goulart sitiado e os impactos do golpe civil-militar em Sergipe (1964)

Raphael Vladmir Costa Reis⁴³⁸

Recebido em: 25/01/2019

Aceito em: 28/02/2019

RESUMO

O presente artigo, parte integrante de uma dissertação que se encontra em desenvolvimento, consiste em analisar as ressonâncias do golpe civil-militar em Sergipe, com destaque para sua dimensão sócio-política, adotando enquanto eixo analítico as dinâmicas da conjuntura nacional transcorridas após a Marcha da Família paulista, dia 19 de março. Para tanto, em linhas gerais, julga-se apropriado depreender os eventos que vão desde as precipitadas ações conduzidas por João Goulart, perpassando pelas articulações da conspiração militar, grande responsável pela plena efetivação da ruptura institucional, até o momento que remete a “consagração” das forças golpistas, representado pela realização da “Marcha da vitória” em terras cariocas. É com base nestes esforços de análise, amparados pela utilização de fontes orais e impressas, portanto, que este manuscrito se propõe a contribuir para ampliar a compreensão deste período arbitrário em Sergipe.

Palavras-chave: Sergipe. Conspiração militar. Golpe civil-militar

“Squad, sense!”: besieged João Goulart and the impacts of the civil-military coup in Sergipe (1964)

ABSTRACT

The present article, an integral part of a dissertation that is under development, consists of analyzing the resonances of the civil-military coup in Sergipe, with emphasis on its socio-political dimension, adopting as an analytical axis the dynamics of the national conjuncture that occurred after the March of the Family of São Paulo, on March 19. In order to do so, in general terms, it is considered appropriate to understand the events that go from the precipitous actions conducted by João Goulart, through the articulations of the military conspiracy, responsible for the full realization of the institutional rupture, until the moment that refers to the "consecration" of the coup forces, represented by the realization of the "Victory March" in Carioca lands. It is based on these efforts of analysis, supported by the use of oral and printed sources, therefore, that this manuscript attempts to contribute to broaden the understanding of that arbitrary period in Sergipe.

Keywords: Sergipe. Military conspiracy. Civil-military coup

⁴³⁸ Bacharel em Museologia pela Universidade Federal de Sergipe (2016), mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Ensino Superior (Capes). E-mail para contato: rafavladmir1990@gmail.com. Link do Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/8928914564612735>>



1 INTRODUÇÃO

Conforme avaliação consensual da historiografia, os anos 60 no Brasil foram marcados por suas complexas dimensões e características singulares. Não obstante, os mesmos esforços analíticos, sejam eles desenvolvidos por historiadores, cientistas políticos ou economistas orientados por paradigmas distintos, atribuem tamanha irrupção ao contexto da Guerra Fria. Naquele período, a América Latina testemunhou rearranjos nos quais regimes ditatoriais foram instaurados sob a chancela dos Estados Unidos e sua política externa alinhada a uma acentuada propaganda anticomunista. Em terras brasileiras, entretanto, desde a redemocratização em 1945, constataram-se, antes daquele famigerado golpe de 1964, duas tentativas de ruptura institucional.

Em 1954 e 1961, quando Getúlio Vargas cometera suicídio e Jânio Quadros renunciou ao cargo, respectivamente, forças conspiratórias articularam estratégias para violar o rito constitucional que previa a nomeação dos legítimos sucessores. Como a execução dos intentos demonstrou fragilidades, o “projeto” de ascender ao poder por vias transgressoras foi postergado para 1964. Estes esforços, no entanto, foram articulados a partir de 1961, quando o Congresso Nacional deferiu o afastamento de Quadros, cujo objetivo era retornar ao Planalto com a obtenção de plenos poderes.

Homologada a renúncia daquele que ficou conhecido pelo eleitorado como o “varredor da corrupção”, a escalada militar para monopolizar o Poder Executivo, agora fortalecida com o apoio de setores da sociedade civil, agrupamentos eclesiásticos, políticos e empresariais, encontrou na figura de João Goulart uma linha de defesa fortificada não por suas convicções, mas pela preponderância da democracia, mesmo encontrando-se inserida em uma sociedade predominantemente conservadora que flertava com o autoritarismo pragmático. Em 13/03/1964, líderes sindicais, estudantes e camponeses, impulsionados pela inflexão de Goulart as reivindicações da esquerda, organizaram o “Comício da Central”, no qual o presidente reafirmaria seu compromisso com as reformas de base, um pacote de intervenções responsável pela reestruturação das esferas agrária, educacional, tributária, entre outras.

Em represália, dia 19/03/1964, na cidade de São Paulo, setores conservadores das sociedades civil e eclesiástica, grupos empresariais e dirigentes políticos, conforme já mencionado, executaram uma manifestação intitulada Marcha da Família com Deus pela



Liberdade, a qual, segundo avaliação dos participantes e organizadores, operava com o intuito de “pulverizar as aspirações comunizantes incrustadas na estrutura governamental”. Enquanto o clima de radicalização alcançava proporções incontroláveis, a breve experiência populista iniciava sua contagem regressiva.

No dia 31/03/1964, com as tropas do general Olímpio Mourão Filho marchando desde Juiz de Fora-MG, o golpe civil-militar se materializava e inaugurava, desse modo, uma escalada repressiva que se estenderia por 21 anos. Partindo destas premissas, portanto, o presente artigo consiste em investigar as ressonâncias do golpe civil-militar em Sergipe, com destaque para suas dimensões sócio-políticas, adotando enquanto eixo analítico as dinâmicas da conjuntura sócio-política nacional transcorridas após a Marcha da Família paulista.

Neste sentido, em grande medida, julga-se apropriado evidenciar os eventos que vão desde as precipitadas ações conduzidas por João Goulart, perpassando pelas articulações da conspiração militar, grande responsável pela plena efetivação da ruptura institucional, até o momento que remete a “consagração” dos conspiradores, representado pela realização da “Marcha da vitória” em terras cariocas. Para tanto, o desenvolvimento do manuscrito está assentado no emprego de fontes orais e impressas, instrumentos que contribuíram significativamente para ampliar a compreensão daquele período caracterizado, sobretudo, pela impessoalidade e arbitrariedade.

2 O LONGO 31 DE MARÇO: DESDOBRAMENTOS DA CONSPIRAÇÃO QUE CULMINOU COM O GOLPE DE 1964

Enquanto progressistas, conservadores, reformistas e antirreformistas acentuavam o quadro de tensões, as Marchas irrompiam pela região sul/sudeste desde o dia 19 de março⁴³⁹ e

⁴³⁹ Conforme levantamento de Aline Alves Presot (2004), até o dia 31 de março, enquanto o golpe se consolidava, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade transcorreram em sete municípios paulistas e em um município paranaense, a saber: Araraquara (SP - 21/03), Assis (SP - 21/03), Bandeirantes (PR - 24/03), Santos (SP - 25/03), Itapetininga (SP - 28/03), Atibaia (SP - 29/03), Ipauçu (SP - 29/03) e Tatuí (SP - 29/03). Ver: PRESOT, Aline Alves. *As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o golpe de 64*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014. (Anexos).



as esquerdas ignoravam o ímpeto destas manifestações⁴⁴⁰, a conspiração militar⁴⁴¹ para destituir Goulart se materializava com base em suas precipitadas decisões.

A etapa “inaugural” deste levante, articulado desde o dia 20 de março, foi uma nota reservada emitida pelo general Castello Branco, que ocupava o posto de Chefe do Estado Maior, uma função biograficamente destacada e operacionalmente inócua, conforme assinala Gaspari (2004)⁴⁴², na qual o oficial “deixava claro o ultimato ao governo e a senha para o golpe, embora seu autor ainda hesitasse em assumi-lo de forma proativa”⁴⁴³.

Para Carlos Fico (2014), suplementando a análise de Marcos Napolitano (2014), os três últimos atos do presidente acentuaram os esforços empreendidos pelos conspiradores para alijá-lo do poder. O primeiro deles, em grande medida, foi o episódio da carta encaminhada ao Congresso, dia 15 de março, quando Goulart exigiu plenos poderes para empregar as reformas, ultrajando, segundo avaliação do autor, a esfera de competência delegada àquela instituição política. Posteriormente, no dia 25 daquele mês, “completar-se-iam dois anos de criação da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais (AMFNB), entidade que não contava com o reconhecimento da Marinha”⁴⁴⁴. Para Daniel Araão (2005), tal efeméride significava que “o barril de pólvora e a mecha estavam lá, à espera de um fósforo aceso [...] E quem acendeu foi a AMFNB”⁴⁴⁵.

Para além de operarem “clandestinamente”, os marinheiros e fuzileiros definiram que o local da “rebelião” seria uma instalação responsável por abrigar o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, provocando, por razões óbvias, reação imediata no Ministério da Marinha,

⁴⁴⁰ De acordo com Ferreira e Gomes (2014), poucas organizações de esquerda se preocuparam, efetivamente, com as Marchas da Família. Uma das únicas exceções, portanto, foi Dona Neusa Brizola, esposa do líder nacionalista Leonel Brizola, que convocou uma reunião entre a Liga Feminina da Guanabara e o Movimento Sindicalista Feminino, visando organizar outro ato articulado por mulheres como resposta às Marchas. No entanto, o projeto não se concretizou. Ver: FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

⁴⁴¹ O historiador Carlos Fico (2014) empenhou-se na distinção entre as campanhas de desestabilização e conspiração, evidenciando que não houve uma “continuidade” natural nestas escaladas, conforme avaliação de alguns historiadores. Para ele, a campanha desestabilização, repleta de sofisticação e organização, foi composta por forças anticomunistas representadas por civis, eclesiais, empresários, dentre outros, que visavam desestabilizar o governo Goulart para, segundo sua análise, impedir as aspirações continuístas do presidente. Contudo, a conspiração, propriamente dita, caracterizou-se de modo descoordenado e necessitava, em grande medida, da ostensiva participação militar para a sua plena efetivação. Ver: FICO, Carlos. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2014.

⁴⁴² Ver: GASPARI, Élio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

⁴⁴³ NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2014. p. 47.

⁴⁴⁴ FICO, op. cit. 2014. p. 50.

⁴⁴⁵ REIS, Daniel Araão. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*. São Paulo: Rio de Janeiro: Zahar, 2000. p. 31.



que proibiu a realização da comemoração. Mesmo com a emissão de ordens expressas para coibir a ação, aproximadamente três mil membros daquela entidade representativa compareceram ao local, conforme apontamento do jornal *Gazeta de Sergipe*⁴⁴⁶. Sob a liderança de José Anselmo dos Santos, popularmente conhecido por “cabo” Anselmo, que posteriormente se transformaria em agente duplo⁴⁴⁷, os manifestantes reivindicavam melhores condições de trabalho, reconhecimento da associação e modificações nos códigos disciplinares da Marinha.

Em represália, no sentido de autuar e prender os artífices do ato, o ministro Sílvio Mota autorizou o deslocamento de fuzileiros até o local da manifestação, “com o apoio de treze tanques, para invadir a sede do sindicato”⁴⁴⁸. Para a surpresa do chefe daquela pasta, o contra-almirante Cândido Aragão, seu comandante, e uma fração de fuzileiros, a rigor, somaram-se aos três mil manifestantes como gesto de adesão, enquanto os demais comandados retornaram ao quartel. A reação de Goulart, já definido por alguns historiadores como homem de fracas convicções, foi marcada pela ambiguidade.

Com efeito, ele decidiu enviar soldados para prender os amotinados e, por conseguinte, processou uma substituição no comando do ministério ao nomear o almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues, cuja orientação depreendida como “esquerdista” causava aversão à alta cúpula da corporação. O recém-nomeado, por sua vez, realocou Aragão no contra almirantado e os marinheiros/fuzileiros consentiram em ser conduzidos até a detenção provisória, uma vez que se tornaram receptivos as negociações realizadas com Amauri Silva, ministro do Trabalho.

Os insurgentes foram liberados à tarde, ratificando as ações de natureza ambígua conduzidas pelo presidente, e saíram em “vigília” pelas ruas da cidade com destino ao Ministério da Marinha. Lá, não obstante a afronta pela qual estavam incorrendo, encontraram o contra-almirante Aragão e carregaram-no nos ombros. Ao cometerem uma grave violação contra os princípios do comando hierárquico, os anistiados causaram revolta aos demais membros do Almirantado.

Segundo Marcos Napolitano (2014), “o episódio convenceu os últimos oficiais hesitantes das Forças Armadas que o próprio governo patrocinava a sublevação dos quartéis e a quebra de

⁴⁴⁶ Cf. *Gazeta de Sergipe*. 29-31/03/1964. p. 01.

⁴⁴⁷ Conforme os apontamentos de Ferreira e Gomes (2014), o cabo Anselmo se tornou um dos protagonistas daquela crise porque, meses depois, ampliou as alianças com o governo militar e delatou a polícia política vários companheiros de profissão, posteriormente torturados e mortos pelas forças de repressão. Tal fato, portanto, levanta uma tese segundo a qual Anselmo já era um agente infiltrado e patrocinado pela CIA no transcorrer da rebelião e seu objetivo era, fundamentalmente, criar uma crise na Marinha de Guerra para abalar as estruturas do convalescente governo Jango.

⁴⁴⁸ FERREIRA; GOMES, op. cit. p. 247.



hierarquia militar”⁴⁴⁹, enquanto os membros da contenda legalista foram relegados ao isolamento. Decorrida a crise dos marinheiros e fuzileiros navais, o presidente, que se deslocou até Brasília para descansar durante o final de semana, retornou à cidade maravilhosa no dia 29 de março, pois encontrava-se em regozijo pelo desfecho das negociações com os manifestantes.

No dia seguinte, de maneira precipitada, Goulart assegurou sua participação nas comemorações de quarenta anos da Associação dos Suboficiais e Sargentos da Polícia Militar, caracterizando, desse modo, sua derradeira decisão inoportuna. Realizada no auditório do Automóvel Club, a solenidade dos associados se empenharia, também, em homenagear Goulart. Levando-se em consideração o estabelecimento de uma atmosfera marcada pela estabilidade política, segundo Ferreira e Gomes (2014), a presença do presidente não seria inapropriada, tendo em vista que o fato de homenagear autoridades políticas no âmbito dessas oportunidades era comum. Entretanto, o país atravessava uma grave crise político-militar e Jango, afinal, não era uma simples figura política.

Antes do comparecimento ao local daquelas comemorações, Goulart foi advertido por Tancredo Neves, seu ministro, a não pronunciar-se naquela oportunidade. Testemunhando forte resistência do presidente, renunciou a instauração de uma guerra civil. As guerrilhas não emergiram, mas o fato de Jango se dirigir diretamente aos subalternos, violando todas as determinações do comando hierárquico, portanto, decretou o seu fim.

Ao passo que os conspiradores internos se deparavam com ações bastante fortuitas, o embaixador Lincoln Gordon e Vernon Walters, adido militar estadunidense, coordenavam os esforços da Operação *Brother Sam*, ação de invasão ao território brasileiro que seria executada caso as forças governistas resistissem à ofensiva conduzida pelos insurgentes⁴⁵⁰. Na verdade, com as contribuições da pesquisadora Phylis Parker (1979), que descobriu os documentos da mobilização estadunidense nos arquivos do presidente Lyndon Johnson, recém-nomeado para o cargo após a morte de Kennedy, foi possível constatar que a operação representava o desdobramento de um “plano de contingência”, encontrando-se dividido em atividades políticas e militares.

A primeira etapa, em grande medida, consistia na formação de um governo paralelo, sob a liderança de Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais, como mecanismo constitucional

⁴⁴⁹ NAPOLITANO, op. cit. p. 48.

⁴⁵⁰ Para saber mais sobre a Operação *Brother Sam*, ver PARKER, Phylis R. *Brazil and the quiet intervention, 1964*. Austin: University of Texas Press, 1979.



para afastar Goulart do poder. Este “Estado beligerante” seria imediatamente reconhecido pelo governo estadunidense. A segunda, por sua vez, previa a ação militar dos EUA em um cenário no qual fossem constatadas as intervenções de Cuba e URSS. O governador mineiro, autoproclamado líder do movimento civil para destituir o presidente, executou as determinações evidenciadas no plano e autorizou o gal. Olímpio Mourão Filho a marchar com suas tropas até a Guanabara no dia 31 de março, conforme assinalam Ferreira e Gomes (2014, p. 257):

Da cidade mineira de Juiz de Fora, o comandante da 4ª Região Militar, general Olímpio Mourão Filho, com o apoio do General Luís Carlos Guedes, comandante do IV Regimento Divisionário, sediado em Belo Horizonte, liderava um comboio militar, formado por recrutas, que marchava para a Guanabara.

No entanto, Castello Branco, considerado o grande líder de um agrupamento conspiratório caracterizado pela organização, demonstrou sua indignação afirmando que a ação se constituiu de forma precipitada, pois não existia articulação entre o movimento da Guanabara, liderado por Castello, e os conspiradores mineiros, capitaneados por Mourão e Magalhães Pinto.

Com efeito, o também gal. Costa e Silva repudiou aquela autorização e, em mais uma tentativa difusa de deflagrar o golpe, criou o “Comando Supremo da Revolução”. Como Goulart possuía a convicção de que uma estratégia pautada na “força pela força”, isto é, uma ação responsável por obstruir o avanço da onda golpista através duma reação proporcional, abria margem para a instauração de uma guerra civil, conforme foi possível avaliar, a única alternativa encontrada por ele se reduziu a conciliação, *modus operandi* que permeou seu governo até fins de 1963.

Em plena noite daquele decisivo 31 de março, segundo Napolitano (2014), Jango ouviu as propostas do gal. Amaury Krueel, “que deixou claro para o presidente: ele apoiaria o governo se Jango afastasse dele os ‘comunistas’, o que equivaleria a reprimir os movimentos sociais e se afastar dos sindicatos, sobretudo o CGT”⁴⁵¹. Ao recusar os termos e condições impostos pelo oficial, Goulart perdia progressivamente o controle da situação.

Antes do diálogo com Krueel, notícias advindas das principais cidades do país – Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo - evidenciavam que seus respectivos governadores empregaram medidas repressivas por intermédio das polícias civil e militar, sob o pretexto de “manter a ordem”, criando um cenário marcado pelas ações de violência. Com o alto comando

⁴⁵¹ NAPOLITANO, op. cit. p. 53.



do II e IV Exércitos aderindo rapidamente ao movimento golpista, agora se articulando organizadamente sob a liderança de Castello Branco, as tropas de Mourão incursionavam para a Guanabara e as forças militares legalistas⁴⁵², desnorreadas, esperavam ordens expressas que jamais foram emitidas pelo presidente. Enquanto o golpe civil-militar se consolidava, o Estado de Sergipe, cujo governador era declaradamente reformista, absorvia os impactos desta ruptura institucional.

3 ENTRE TERÇOS E QUEPES: A “MARCHA DA VITÓRIA” E AS RESSONÂNCIAS DO GOLPE EM SERGIPE

No dia 31 de março, período no qual a ruptura institucional se consolidava, informações imprecisas irromperam pelos canais midiáticos centrais e marginais de Aracaju, constituindo um *status quo* de profundas indefinições. Enquanto as forças legalistas, em linhas gerais, empenhavam irrelevantes esforços para resistir a uma medida intervencionista, os cooperadores da “Revolução”, terminologia empregada pelos conspiradores para caracterizar a capitulação das “aspirações comunizantes” que se esboçavam no governo Goulart, conforme avaliação da época, impulsionados pela propaganda anticomunista propagada naquela conjuntura, encontravam-se em regozijo pela iminente ação unilateral das Forças Armadas.

Nesse ínterim, com a ampliação da “rebelião militar” no decurso do dia 1º de abril, Goulart se dirigiu até o Rio Grande do Sul, estado simbolicamente estratégico que representou o berço da resistência civil durante a crise sucessória transcorrida em 1961, para empreender vãos esforços visando o estabelecimento de acordos e, no limite, contornar o irreversível impasse.

Ainda no dia 1º de abril, em plena capital sergipana, dezenas de estabelecimentos comerciais permaneceram desativados, levando os civis até a Praça Fausto Cardoso, epicentro das agitações políticas do estado. O jornal *Gazeta de Sergipe*, gradativamente modificando o perfil editorial e ideológico de seu conteúdo jornalístico, já que encontrava-se sob a tutela dos militares, evidenciou que “a capital sergipana, no dia de ontem, começou a viver momentos de

⁴⁵² No entreato de 31 de março e 1º de abril, João Goulart contava com o apoio do I e II Exércitos, já que unidades como a Força Aérea Brasileira (FAB) e Marinha foram paralisadas pelos fuzileiros e sargentos.



tensão, com o povo, notadamente estudantes e trabalhadores, nas praças e ruas, procurando saber as notícias”⁴⁵³.

Diante de uma maciça movimentação popular, o deputado federal Euvaldo Diniz, legislador udenista que votou favoravelmente a instituição do parlamentarismo, assegurando, desse modo, a posse de João Goulart em 1961, externou sua indignação às manobras articuladas contra o regime populista, porém, imediatamente, foi detido e permaneceu sob custódia do 28º Batalhão de Caçadores⁴⁵⁴.

Quando retornou a Sergipe, o governador João Seixas Dória, um dos oradores do comício pelas reformas, pronunciou-se ao povo sergipano, também em 1º de abril, como uma tentativa de reafirmar seu pleno e incondicional apoio às Reformas de Base. Utilizando a cabine da Rádio Difusora, atualmente conhecida como Rádio Aperipê, o dirigente sergipano evidenciou, também, o empenho do estado para a manutenção das instituições democráticas e preservação dos mandatos que se transformaram em alvo de cassação.

O posicionamento de Seixas Dória, entretanto, mobilizou os militares circunscritos em Aracaju que, sob ordens expressas, deslocaram-se até a sede do governo estadual e detiveram-no, segundo a publicação do periódico intitulado *A Semana* (11/04/1964, p. 02), que representava uma força oposicionista ao governo estadual.

Na noite de quarta-feira da semana passada, forças do 28º B/C, em Aracaju, efetuaram a prisão de Seixas, investindo no governo o vice Celso Carvalho. O Sr. Seixas Dória foi conduzido para Salvador, onde permanece preso e incomunicável no quartel do 19º B/C.

A sua intermitente destituição foi decretada, segundo Ibarê Dantas (2014), sob a alegação de desenvolver práticas como “instrumento de forças extremistas atentando contra a segurança e tranquilidade do país e do Estado”⁴⁵⁵, dimensionado o quão repressiva e impessoal seria a emergente ordem. Desse modo, o vice-governador Celso Carvalho assumiu a condição de

⁴⁵³ Cf. *Gazeta de Sergipe*. 02/04/1964. p. 02.

⁴⁵⁴ O 28º Batalhão de Caçadores foi criado no ano de 1838, em Desterro, Santa Catarina. Oriundo do 1º Batalhão de Caçadores, o destacamento fora sediado em cidades como Rio de Janeiro e Cuiabá. Em 09/03/1917, no entanto, foi transferido para Aracaju sob a nomenclatura de 41º Batalhão de Caçadores, sendo-lhe atribuída a atual denominação somente em fins de 1921. Vale ressaltar, ainda, que o Batalhão esteve presente em conflitos como a Guerra do Paraguai (1864-1870) e a Revolução Constitucionalista de 1932. Para saber mais sobre o 28º BC, ver MAYNARD, Andreza Santos Cruz. *A caserna em polvorosa: a revolta de 1924 em Sergipe*. Dissertação (Mestrado em História), UFPE, Recife, 2008.

⁴⁵⁵ DANTAS, Ibarê. *A Tutela Militar em Sergipe*. São Cristóvão-SE: EDUFS, 2014. p. 30.



mandatário estadual por intermédio da Resolução nº 4, documento que assegurava sua posse sob a tutela do contraditório *status quo* que se consolidava com a ruptura.

Em 02 de abril, enquanto uma atmosfera repleta de arbitrariedades preponderava em Sergipe, aprioristicamente em Aracaju, as lideranças conservadoras do Congresso declararam vacância da presidência, jocosamente ignorando o fato de que Goulart encontrava-se em seu estado natal. Com o cargo anunciado como vago, Ranieri Mazzili, presidente da Câmara, assumiu o poder Executivo Federal interinamente. Naquela mesma tarde, tendo em vista a materialização do golpe e o exílio de Goulart, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade transcorria no Rio de Janeiro. Conforme assinala Presot (2004, p. 15):

Eram pouco mais de quatro horas da tarde de dois de abril de 1964 e, nas ruas do Rio, a multidão multiplicava-se com grande velocidade. No seu auge, chegaria, segundo algumas estimativas, ao surpreendente número de um milhão de pessoas, que se colocaram em praça pública a expressar o seu apoio ao golpe militar que então se desencadeava. Da Candelária partia a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade".

Planificada antes do dia 01/04/1964, a Marcha carioca foi transfigurada em uma espécie de “desfile da vitória”, pois, àquela altura, o golpe civil-militar estava em vias de consolidação e os organizadores encontraram o momento oportuno para celebrar a capitulação do “perigo comunista”. A manifestação, portanto, iniciou com a apresentação do Regimento que integrava a Cavalaria da Polícia Militar e sua circunscrição foi delimitada entre a Praça Pio X, perpassando pelas avenidas Rio Branco e Almirante Barroso, estendendo-se até a Esplanada do Castelo, segundo apontamentos do periódico *Correio da Manhã*⁴⁵⁶.

Este veículo de comunicação, inclusive, dedicou uma significativa propriedade da primeira página no sentido de retratar os desdobramentos daquela Marcha. Entre a menção de elementos religiosos para acentuar a pregação anticomunista e o emprego de terminologias que enalteciam a intervenção das Forças Armadas, o perfil editorial do jornal destacou a presença de figuras como o ex-presidente Eurico Gaspar Dutra, gal. Olímpio Mourão Filho, padre Patrick Peyton e outros eclesiásticos que contribuíram para o desgaste ideológico das forças governistas, como o padre Caio Alvim de Castro, “que organizou o movimento anticomunista de Belo Horizonte contra Brizola”⁴⁵⁷. Todos foram convidados pela CAMDE, organizadora majoritária do evento.

⁴⁵⁶ Cf. *Correio da Manhã*. 03/04/1964. p. 01.

⁴⁵⁷ *Ibidem*.



A atribuição do termo “marcha” para designar a estrutura funcional da manifestação cívico-eclesiástica, em linhas gerais, está inscrita no conceito de universalização deste cortejo, pois o objetivo da organização era, fundamentalmente, agregar adeptos de doutrinas judaico-cristãs e afro-brasileiras. Neste sentido, quando o primeiro contingente de participantes convergiu pelas dependências da Praça Rio Branco, localizada na avenida homônima, o gal. Milton O’Reilly de Souza se pronunciou em nome das associações espíritas, utilizando, novamente, o credo religioso como instrumento de propaganda ideológica.

Ele afirmou que “Jesus está com nossos corações. Uma sinfonia de almas e corações firmados no mesmo ideal provou, mais uma vez, a grandeza do Brasil. Agradeçamos ao Pai pela graça obtida, mas marchemos até o fim pela total libertação do País”⁴⁵⁸. Ainda de acordo com o jornal, uma senhora, que representava os umbandistas e cujo nome não foi mencionado, discursou no palanque para “confirmar [grifo nosso] a participação da mulher umbandista no repúdio ao totalitarismo”⁴⁵⁹, demonstrando a efetiva e cirúrgica participação das organizações femininas para a destituição do presidente Goulart.

Posteriormente, Mário Leite Júnior e o reverendo Dumitro Michaelsen, representantes dos evangélicos e católicos ortodoxos, respectivamente, proferiram suas saudações às forças golpistas presentes naquela ocasião. Conferindo prosseguimento aos pronunciamentos de lideranças religiosas, a carta do Grã-Rabino Henrique Lemle, ou Heinrich Lemle, cidadão teuto-brasileiro que esteve internado no campo de *Buchenwald* em 1939⁴⁶⁰, foi lida e, dentre outras ponderações, assinalou que “os brasileiros israelitas deveriam estar na Sinagoga, comemorando a sua Páscoa, mas ali estavam para agradecer a Deus, que, mais uma vez, protegeu o país nesta hora grave”⁴⁶¹.

Para encerrar as explanações desta natureza, padre Caio Alvim de Castro e monsenhor Bessa, representando o cardeal-arcebispo do Rio, congratularam os participantes e rezaram a “Ave, Maria!” às 18h, segundo a matéria do jornal. Com a finalização dos discursos proferidos pelos religiosos, a líder da CAMDE, Amélia Bastos, e o gal. Olympio Mourão Filho também se manifestaram e infligiram um ponto final a Marcha carioca.

⁴⁵⁸ Ibidem.

⁴⁵⁹ Ibidem.

⁴⁶⁰ Para saber mais, ver LEMLE, Alfred. *Henrique Lemle: o homem que gostava da gente*. Universidade do Texas: Imago, 1998.

⁴⁶¹ Cf. *Correio da Manhã*. 03/04/1964. p. 01.



Em Sergipe, no dia 02 de abril, assim como no Rio, local no qual as milícias paramilitares de Lacerda reprimiam seus opositores, foram registradas várias detenções pelos conspiradores às forças de oposição, a quem os militares atribuíram à pecha de “subversivos”. Dantas (2014, p. 35), embora não mencione a composição de polícias políticas no estado, assinala as violações praticadas pelos agentes de segurança e militares que destacavam no 28° BC. Para ele:

A partir do dia 02 de abril, intensificaram-se as prisões de lideranças sindicais, estudantes, professores, funcionários públicos, jornalistas, operários e trabalhadores rurais através de diligências sem ordem judicial [...] Ser levado para a colina do bairro 18 do Forte, onde estava situado o quarte do 28° BC, tornou-se uma ameaça atemorizadora para todos os participantes da mobilização política do Estado populista.

À medida que organizações e grupos políticos de oposição orientados por uma conotação nacional-reformista eram sistematicamente silenciados, a imprensa, não obstante a preservação de alguns veículos, foi mantida sob controle da censura. É apropriado destacar, portanto, que operavam em Aracaju “quatro rádios (Difusora, Liberdade, Jornal e Cultura), um jornal diário (*Gazeta de Sergipe*), um jornal semanal (*Folha Popular*), do PCB, um periódico da UDN (*Correio de Aracaju*), que circulava de forma esporádica e o *Diário Oficial*”⁴⁶².

Em depoimento concedido ao autor que vos escreve, Aglaé D’Ávila Fontes⁴⁶³, atual presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), realizou uma sucinta e objetiva análise sobre as ressonâncias das arbitrariedades nos veículos de comunicação da capital sergipana, em especial a Rádio Cultura. Partindo de uma premissa segundo a qual o aspecto da oralidade “trata-se do encontro da História já vivida com a história pesquisada, estudada, analisada, enfim, narrada”⁴⁶⁴, a entrevistada afirmou que:

[...] a sociedade aracajuana tomou partidos muito fortes naquela época. Eu me casei em 64, portanto, era noiva quando se instalou o golpe militar. O meu noivo, na ocasião, era diretor da Rádio Cultura e a emissora foi foco de algumas atividades porque ela desenvolvia um trabalho de alfabetização à distância, utilizando o método Paulo Freire. Por isso, muitos colaboradores tiveram sua liberdade cerceada e foram presos⁴⁶⁵.

⁴⁶² Ibidem, p. 38.

⁴⁶³ Aglaé D’Ávila Fontes é professora aposentada da Universidade Federal de Sergipe, escritora, folclorista e historiadora. Integra, ainda, a Academia Sergipana de Letras e exerce, atualmente, o cargo de presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

⁴⁶⁴ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História oral e narrativa: tempo, memória e identidades*. In: *Revista da Associação Brasileira de História Oral*, nº. 6, pp. 9-25, 2003. p. 17.

⁴⁶⁵ Entrevista concedida ao autor dia 09/04/2018, na cidade de Aracaju.



As atividades de alfabetização retratadas pela depoente, para efeito de análise, permaneciam vinculadas ao Programa Nacional de Alfabetização (PNA – Paulo Freire)⁴⁶⁶. Conforme D'Ávila, o método pedagógico empregado pela campanha se caracterizava como inovador, pois a transmissão de todas as diretrizes previstas na cartilha daquele programa variava de acordo com o universo cultural no qual os aprendizes encontravam-se inseridos. Segundo a professora aposentada, “se eu iria alfabetizar uma comunidade de pescadores, por exemplo, a linguagem era outra, mais fácil, pois é mais apropriado trabalhar com os elementos culturais daquele universo”⁴⁶⁷.

Para a depoente, ainda, além da prisão daqueles colaboradores mencionados no relato⁴⁶⁸, o diretor da emissora, Clodoaldo Alencar Filho, também foi detido pelos militares e encaminhado às celas do 28º BC, onde suas dependências “ficaram abarrotadas [grifo nosso] de cidadãos de várias origens sem culpa formada”⁴⁶⁹. Entretanto, as acusações contra Alencar Filho se processaram, segundo D'Ávila, porque a vítima da arbitrariedade, utilizando os microfones da Rádio Cultura, posicionou-se favoravelmente a posse do presidente João Goulart em 1961, gerando, portanto, copiosas perplexidades, pois o diretor sequer era vinculado a agremiações partidárias de esquerda e movimentos sindicais, principais alvos da escalada repressiva praticada pela ordem autoritária em Sergipe.

Com as emissoras radiofônicas mantidas sob o domínio das forças militares, iniciando, portanto, um sistema de vigilância governamental “onipresente” para a imprensa, outro veículo de comunicação estava prestes a se submeter ao arbítrio da emergente estrutura de poder: os jornais. Enquanto a redação do semanário *Folha Popular* era fechada, um pequeno contingente militar ocupou a sede do jornal *Gazeta de Sergipe*, cuja circulação se processava diariamente,

⁴⁶⁶ O Plano Nacional de Alfabetização (PNA) foi instituído por intermédio do Decreto nº. 53.465, no dia 21 de janeiro de 1964. Conforme as diretrizes do decreto que implementou o programa, a Comissão do Programa Nacional de Alfabetização foi designada a articular uma cooperação entre agremiações estudantis, órgãos de difusão, associações esportivas, sociedades de bairros, dentre outros, para desenvolver as atividades que visavam a erradicação do analfabetismo. De acordo com um levantamento realizado pelo CPDOC, o programa visava construir 60.870 círculos de cultura para alfabetizar 1.834.200 adultos. Em Sergipe, a fase de implementação se estendeu até a formação dos mencionados círculos. Para saber mais, ver <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-nacional-de-alfabetizacao-pna>.

⁴⁶⁷ Entrevista concedida ao autor dia 09/04/2018, na cidade de Aracaju.

⁴⁶⁸ De acordo com Dantas (2014), que analisou os inquéritos atribuídos ao 28º BC, os implicados pelas práticas de “políticação, conscientização, agitação, subversão, corrupção e malversão de dinheiros públicos no CNA – Paulo Freire” foram Paulo Pacheco, Renato Chagas, Ary Silva Lisboa, Arly Silva Lisboa, Eleonora Pereira, Jackson de Sá, Jackson de Lima, Jugurta Barreto, José Maria Nascimento, Luiz Eduardo Costa, entre outros. Vale salientar, entretanto, que este documento, conforme assinala o autor, deve ser interpretado com cautela, pois alguns cidadãos listados nos inquéritos jamais foram detidos.

⁴⁶⁹ *Ibidem*, p. 35.



determinando que somente este e o *Diário Oficial* fossem distribuídos regularmente, pois, de acordo com os militares, “não havia outro órgão diário para divulgar os atos da ‘Revolução’ com certa abrangência, uma vez que o alcance do *Diário Oficial* era bastante limitado”⁴⁷⁰.

Sob a tutela da censura prévia, o perfil editorial do *Gazeta*, empregando os protocolos prescritos pelos militares, encaminhava os textos ao 28º BC no sentido de que estes se submetessem a uma revisão. Contudo, conforme depoimento concedido a Dantas (2014), o capitão Raul, responsável pela transferência dos conteúdos jornalísticos para o Batalhão, encontrava-se constantemente sob efeito de álcool, gerando uma miríade de reclamações. No afã de contornar a incômoda situação, portanto, a censura foi realocada para as dependências do próprio jornal.

Quanto aos dirigentes políticos identificados com o projeto reformista, para além de Seixas Dória, o desfecho não foi diferente daquele infligido ao ex-governador. O artigo publicado pela professora Célia Costa Cardoso⁴⁷¹, em grande medida, desenvolve uma bem fundamentada análise sobre a cassação dos parlamentares sergipanos, utilizando como fonte documental primária os processos impetrados contra alguns membros da classe política estadual. Segundo Cardoso (2011, p. 10):

Com a deposição do Presidente da República e de Seixas Dória das chefias dos Poderes Executivos nacional e estadual, deputados estaduais como Cleto Sampaio Maia (PRT), Viana de Assis (PR), José Nivaldo dos Santos (PR) e Baltazar José dos Santos (PSD) também foram atingidos por uma onda de perseguições políticas, tendo os mandatos cassados em 14 de maio de 1964, conforme resumo da Ata da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe.

Suplementando o esforço reflexivo retratado nesta citação, a autora ainda afirma que os deputados mencionados acima foram sistematicamente perseguidos pelo regime autoritário sob a alegação de estruturar e executar atividades qualificadas como “subversivas”, “variando apenas no grau de intensidade das práticas políticas dos acusados e na caracterização (grifo nosso) de ‘comunista’”⁴⁷². Entre ofícios emitidos por generais, requisitando ao presidente da Assembleia Legislativa de Sergipe a sumária cassação dos mandatos eletivos, relatórios sistematizados por membros do aparato repressivo que apresentavam uma descrição relacionada à trajetória política dos impetrados e as próprias atas confeccionadas após as

⁴⁷⁰ Ibidem, p. 39.

⁴⁷¹ CARDOSO, Célia Costa. *1964 em Sergipe: política e repressão*. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. Anpuh, São Paulo, 2011.

⁴⁷² Ibidem, p. 11.



sessões, a nova composição institucional intensificava suas arbitrariedades por intermédio de uma rede repressiva/investigativa que homologava todos estes documentos: os Inquéritos Policiais Militares (IPMs).

O caso que ilustra de modo mais elucidativo tal *opus operatum* controverso, portanto, encontra-se inscrito no processo contra o deputado Antônio Fernandes Viana de Assis, do Partido Republicano (PR). Para Cardoso (2011), os inquéritos encaminhados às terras sergipanas provinham da VI Região Militar, subordinada ao IV Exército e localizada na Bahia, cuja circunscrição era delimitada entre Alagoas e Sergipe. Deste modo, utilizando a prerrogativa de “fundamentar-se no cumprimento de determinações políticas nacionais regidas por uma nova lei de combate a ‘subversão’”⁴⁷³, a instituição militar decretou a suspensão dos direitos políticos de vários parlamentares, que alegaram, dentre outros argumentos, descumprimento do Regimento Interno da Assembleia e supressão das possibilidades de formalizar defesa. Não obstante a grave dimensão destas violações, os investigados questionaram, também, sob qual pretexto dois parlamentares integraram a esfera de indiciados, uma vez que jamais foram citados em um processo criminal.

Um destes dirigentes era o próprio Viana de Assis, julgado diretamente pelo 28º BC, que respondia diretamente a VI Região Militar, conforme já mencionado. De acordo com o documento analisado por Darlem Reis (2015), ratificando a análise desenvolvida por Cardoso, o deputado estadual foi submetido à cassação, pois, entre outras acusações, “era (grifo nosso) favorável a legalização do Partido Comunista [...] Numa demonstração evidente de sua ideologia taxou a ‘Marcha da Família com Deus pela Liberdade’ de subversiva”⁴⁷⁴, apresentando-nos, desse modo, o esboço da escalada autoritária que se estabelecia em Sergipe por intermédio daqueles rearranjos.

4 CONCLUSÃO

Ao testemunhar a consolidação das arbitrariedades impostas pela nova ordem, o *corpus* social sergipano encontrava-se dividido em grupos diametralmente opostos. Enquanto os

⁴⁷³ Ibidem, p. 12.

⁴⁷⁴ Fragmento extraído de um documento analisado por Carla Darlem Reis (2015). Mandado de Segurança impetrado contra Antônio Fernandes Viana de Assis. Arquivo Judiciário de Sergipe. Fundo: Aracaju/1ª Esc; Caixa 06. Ver: REIS, Carla Darlem Silva dos. *Gazeta de Sergipe X Rádio Liberdade: censura, imprensa E disputas políticas (1964-1970)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão 2014.



simpatizantes da ruptura depreendiam aquele processo como o alvorecer de uma fase marcada por grandes transformações, seus opositores, em linhas gerais, interpretaram a ascensão dos militares como um grande retrocesso infligido a um regime populista que empenhou-se, conforme avaliação de Ferreira/Gomes (2014) e Moniz Bandeira (1978)⁴⁷⁵, embora estes sejam adeptos de correntes interpretativas distintas, no emprego da justiça social dentro da lógica capitalista, procurando conduzir um desenvolvimento econômico autônomo e equilibrado

Desse modo, em meio a uma atmosfera caracterizada pelo ímpeto perverso dos delatores, pelas transgressões dos militares ao Estado Democrático de Direito, com a instauração do Ato Institucional Nº. 1 em 09/04/1964⁴⁷⁶, e uma rede colaboracionista capitaneada sob os auspícios duma corrente da Igreja, Sergipe legitimava a consolidação do golpe civil-militar. Tamanha demonstração de apreço a intervenção militar, portanto, manifestou-se com a realização das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, transcorridas entre abril e maio de 1964.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

A Semana;

Correio da Manhã;

Entrevista concedida por Aglaé Fontes D'Ávila, presidente do IHGSE;

Gazeta de Sergipe;

Folha Popular.

Sites consultados

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/atos-institucionais>

Bibliografia

⁴⁷⁵ Os autores em pauta são adeptos das correntes interpretativas conjuntural e conspiratória, respectivamente. Para saber mais sobre as possibilidades de interpretação atribuídas ao golpe de 1964, ver: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia*. Revista Tempo, vol. 14, nº. 28, pp. 125-145. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2010.

⁴⁷⁶ De acordo com o CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, a Junta Militar composta pelo gal. Artur da Costa e Silva, Francisco de Assis Correia de Mello (Tenente-Brigadeiro) e Augusto Hamann Rademaker Grunewald (vice-almirante) instaurou o AI-1, que, dentre outras determinações, “era precedido de um preâmbulo onde se afirmava que ‘a revolução’ investida no exercício do Poder Constituinte não procuraria legitimar-se através do Congresso, mas, ao contrário, o Congresso é que receberia através daquele ato sua legitimação. Além de conceder ao comando revolucionário as prerrogativas de cassar mandatos legislativos, suspender direitos políticos pelo prazo de dez anos e deliberar sobre a demissão, a disponibilidade ou a aposentadoria dos que tivessem ‘atentado’ contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração pública’. Para saber mais, ver <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/atos-institucionais>. Acessado em 15 de junho de 2018.



BANDEIRA, Moniz. **O Governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CARDOSO, Célia Costa. *1964 em Sergipe: política e repressão*. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. Anpuh, São Paulo, 2011.

DANTAS, Ibarê. **A Tutela Militar em Sergipe**. São Cristóvão-SE: EDUFS, 2014.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2014.

GASPARI, Élio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LEMLE, Alfred. **Henrique Lemle: o homem que gostava da gente**. Universidade do Texas: Imago, 1998.

MAYNARD, Andreza Santos Cruz. **A caserna em polvorosa: a revolta de 1924 em Sergipe**. Dissertação (Mestrado em História), UFPE, Recife, 2008.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

PARKER, Phylis R. **Brazil and the quiet intervention, 1964**. Austin: University of Texas Press, 1979.

PRESOT, Aline Alves. **As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o golpe de 64**. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

REIS, Carla Darlem Silva dos. **Gazeta de Sergipe X Rádio Liberdade: censura, imprensa E disputas políticas (1964-1970)**. Dissertação (Mestrado). São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2014.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. **Ditadura e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.



Memória em construção: implantação física e virtual do Centro de Memória Leopoldina Amélia Ribeiro de Souza Marques – CMLARSM

Fernanda Capri Raposo⁴⁷⁷

Vitor Manuel Pereira de Lima Gomes⁴⁷⁸

Recebido em: 27/01/2019

Aceito em: 25/02//2019

RESUMO

O presente trabalho refere-se ao processo de estruturação do Centro de Memória Leopoldina Amélia Ribeiro de Souza Marques – CMLARSM da Fundação Técnico Educacional Souza Marques – FTESM que tem como escopo reconstruir, preservar e divulgar não apenas parte da memória da educação brasileira, mas de igual modo, as memórias institucional e da família Souza Marques. Seu escopo está assentado na catalogação de seu acervo para futuramente disponibilizá-lo a comunidade acadêmica e público em geral. Apesar do breve período de existência o Centro já promove exposições nas dependências da FTESM.

Palavras-chave: Centro de Memória. Memória. Educação.

Memory in progress: physical and virtual implantation of the Memory Center Leopoldina Amélia Ribeiro de Souza Marques - CMLARSM

ABSTRACT

The present work refers to the structuring process of the Memory Center Leopoldina Amélia Ribeiro de Souza Marques - CMLARSM of the Souza Marques Educational Technical Foundation - FTESM, whose purpose is to reconstruct, preserve and disseminate not only part of the Brazilian education memory, but also Similarly, the institutional memories and the Souza Marques family. Its scope is based on the cataloging of its collection to make it available to the academic community and the general public in the future. Despite the short period of existence, the Center already promotes exhibitions in FTESM's premises.

Keywords: Memory Center. Memory. Education.

⁴⁷⁷ Doutoranda em História Social pela Universidade de São Paulo (2016), bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2002), licenciatura em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2015) e mestrado em Letras e Ciências Humanas pela Universidade do Grande Rio (2012). Atualmente é paleógrafa associada da Fundação Oswaldo Cruz, pesquisador associado - Laboratório de Estudos de Imigração (LABIMI), pesquisador doutoranda - Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação (LEER) e técnico em arquivo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4257742Y5>, fernandacapri@gmail.com.

⁴⁷⁸ Especialista em Ensino em Histórias e Culturas Africanas e Afro-Brasileiras, pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro (2019), bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense (1994) e licenciado em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2015). Atualmente é paleógrafo e professor de ensino fundamental da disciplina de História no Colégio Carlos Gomes, <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K8380569H9>, vmplgster@gmail.com.



1 INTRODUÇÃO

O escrito tem como mote o trabalho desenvolvido no período de 2017 e 2018 junto a Fundação Técnico Educacional Souza Marques – FTESM, cuja perspectiva fundamenta-se em apresentar o processo de constituição do Centro de Memória Leopoldina Amélia Ribeiro de Souza Marques – CMLARSM, físico e virtual, como também, seus primeiros resultados produzidos.

O fito da organização do CMLARSM de modo geral é preservar a memória institucional, perpassando pela memória do seu fundador, além de valorizar a história da educação brasileira em um espaço destinado para a organização do referido Centro, a partir da apresentação do projeto para direção da FTESM.

Nesse sentido, o acervo produzido no cotidiano tanto pelo fundador como pela instituição educacional ora referenciadas, reúnem diversos tipos de documentos, objetos e registros, quer sejam exigidos pela administração como um requisito para legalidade de suas ações, quer seja pelo âmbito pedagógico como um registro da cultura material escolar, e firmam-se com o passar dos anos enquanto fontes comprobatórias (ROUSSO: 1996, 87) que permitem uma reflexão sobre o “passado da instituição, das pessoas que a frequentaram ou frequentam, das práticas que nela se produziram e, mesmo, sobre as relações que estabeleceu e estabelece com seu entorno” (VIDAL: 2005,24).

Ressaltamos que a instituição de ensino é privada e possui trajetória, infraestrutura e acervo constituídos pela reunião das coleções: do seu fundador o Professor José de Souza



Marques⁴⁷⁹, do Colégio Souza Marques⁴⁸⁰ e, por fim, da FTESM⁴⁸¹, o que implica em formatos e propósitos diversos, em consonância com projetos e políticas educacionais pensadas por seu idealizador.

⁴⁷⁹ José de Souza Marques foi político, teólogo, educador e fundador do Colégio Souza Marques e da Fundação Técnico Educacional Souza Marques. Nasceu no dia 29 de março de 1894 e faleceu em 4 de janeiro de 1974, no Rio de Janeiro. Vindo de uma família de poucas posses bacharelou-se em Ciências e Letras e em Teologia no ano de 1922, aos 28 anos de idade. Durante algum tempo foi pastor no estado do Paraná e ao retornar ao Rio de Janeiro e formou-se em Direito. Em 15 de janeiro de 1929 fundou o Colégio Souza Marques e em 13 de junho de 1966 a Fundação Técnico Educacional Souza Marques. Casou-se com Leopoldina Amélia Riberio de Souza Marques em 07 de dezembro de 1922, com quem teve sete filhos: Stella, Diléia, Elza, Dulcinéia, José, Leopoldina e Neise. De acordo com Magalhães (s/d), em sua atuação como ministro evangélico vincula-se Convenção Batista Brasileira. Desempenha o cargo de pastor da Igreja Batista do Engenho Novo, no Rio de Janeiro e na Primeira Igreja Batista de Campo Grande no período de 1923 a 1925. Na mesma época auxiliou na construção de alguns templos batistas em outros bairros cariocas, como, Realengo, Osvaldo Cruz e Engenho Novo. Foi eleito para o cargo de Presidente da Convenção dos Batistas Cariocas, Presidente da Convenção Batista Brasileira, em 1935 e Presidente da Ordem dos Ministros Batistas do Brasil, em 1958. Participou do Primeiro Congresso de Pastores Batistas do Brasil. No campo da Educação foi Secretário e Vice-diretor do Colégio Batista do Rio de Janeiro. Por concurso público de provas e títulos, lecionou como professor do antigo Distrito Federal. Pós morte recebeu inúmeras homenagens, a exemplo disso, em 28 de março de 2012 foi inaugurada a Clínica da Família Souza Marques, localizada na Praça do Patriarca, bairro de Madureira, no município do Rio de Janeiro, criou-se um colégio estadual com o seu nome: "Colégio Estadual Professor José de Souza Marques", localizado no bairro de Brás de Pina, outro subúrbio carioca. Outra homenagem governamental foi a nomeação de "Praça Souza Marques" a um logradouro situado também na região central do bairro de Cascadura. Na área das comunicações, foi redator do jornal "O Batista Federal". Fundador do "Jornal Nova Era", diretor da "Editora Souza Marques", proprietário da "Livraria Evangélica Suburbana" e diretor-proprietário da "Revista Seleções Brasileiras". Na Academia Evangélica de Letras do Brasil foi o 1º Ocupante da Cadeira 04, tornando-se assim o Patrono desta vaga. Ampliando sua atuação em prol da educação republicana, atuou no cenário político, objetivando a melhoria das condições de ensino. Fundador e presidente do Partido Republicano Democrático, foi vereador no Rio de Janeiro em 1935, deputado constituinte durante a primeira legislatura do Estado da Guanabara e em 1974 era deputado estadual. Seguindo tradição inglesa e estadunidense de militância de líderes cristãos na maçonaria, foi um destacado membro do Grande Oriente do Brasil, exercendo cargos de expressão na administração maçônica, sendo presidente do Supremo Tribunal de Justiça Maçônica. Ainda hoje, a única foto existente no Salão do Conselho do Palácio Maçônico do Lavradio, é a que homenageia o professor Souza Marques. No mesmo Palácio, a sala do Tribunal de Justiça a qual também leva o nome de José de Souza Marques. Foi ainda membro efetivo do Supremo Conselho do Brasil para o Rito Escocês Antigo e Aceito, encontrando-se em sua sede, no bairro de São Cristóvão, em exposição, um retrato seu pintado a óleo. Em mais uma homenagem póstuma, desta feita organizada pela maçonaria, em 28 de abril de 1981 foi criada a Loja Maçônica José de Souza Marques, que, após alguns anos atuando em outros bairros da cidade, no início dos anos noventa fixou-se na Rua Nerval de Gouveia, situada também em Cascadura, ocupando o prédio da antiga Gráfica Souza Marques. Esta casa, de propriedade da família Souza Marques, foi cedida ao grupo de maçons que, a partir de então, ali realizam suas sessões semanais, mas atualmente está desativada. Proporcionalmente à extensa rede de atividades que desempenhou em seus oitenta anos de vida, são raras as fontes de informação escritas sobre Souza Marques. É citado em verbete do Dicionário Biobibliográfico Regional do Brasil, de Mário Ribeiro Martins (2003), esparsa e superficialmente analisado na Enciclopédia de Literatura Brasileira, de Afrânio Coutinho e J. Galante (2001), sendo melhor citado na obra História dos Batistas no Brasil: 1882- 2001, de José dos Reis Pereira (2001). Discreto, Souza Marques nunca fez militância da sua condição de integrante da raça negra ou do fato de ser batista ou maçom, despontando como um construtor pragmático, moderado e conciliador. MAGALHÃES, Fernando da Silva. *Raça, religião, política e maçonaria*. José de Souza Marques: confluências de uma memória negra, republicana e suburbana. s/d, s/l. Disponível em https://www.academia.edu/4214369/RACA_RELIGIAO_POLITICA_E_MACONARIA_Jose_de_Souza_Marques, acesso em 23 jan 2019.

⁴⁸⁰ Em 15 de janeiro de 1929, José de Souza Marques e Leopoldina Amélia Riberio de Souza Marques fundam em um dos cômodos de sua casa na rua Miguel Rangel no bairro de Cascadura, na cidade do Rio de Janeiro, uma escola primária chamada Colégio Souza Marques. Porém, com o aumento constante do número de alunos foi transferida, em 1930, para o local onde se encontra até a presente data, na avenida Ernani Cardoso nº 345, na época



Conforme enuncia Le Goff (2003) um documento⁴⁸² produzido nunca é inútil, visto que é consequência de uma construção consciente ou inconsciente do meio que o produziu, bem como, dos anos subsequentes aos quais continuou vivendo, por vezes esquecido, ou

manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento [...] que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. (LE GOFF: 2003, 538)

Por esta razão, durante a pesquisa questões colocadas pela História Cultural⁴⁸³ ganharam força para a fundamentação científica da história da educação, permitindo um entrecruzamento de novas perspectivas pelo viés da história social, história oral, arquivologia e museologia. Assim, no esteio da valorização da memória escolar cuja história institucional ultrapasse a secretaria escolar, foi pensado o CMLARSM.

Nas linhas seguintes descreveremos quem foi Leopoldina Amélia Ribeiro de Souza Marques e as etapas do projeto de implementação de um centro de memória físico e virtual e alguns resultados já alcançados.

2 LEOPOLDINA AMÉLIA RIBEIRO DE SOUZA MARQUES

rua Coronel Rangel, no bairro de Cascadura. O Colégio Souza Marques beneficiou muitos moradores de Cascadura, Madureira, Jacarepaguá e adjacências que não precisavam mais ir ao Centro da Cidade para frequentar o curso ginásial, na época eram os únicos existentes da região. A direção da instituição após o falecimento de José de Souza Marques passou para sua filha mais velha Stella de Souza Marques Gomes Leal, também falecida, no ano de 2016. Atualmente a direção está a cargo da filha do casal Leopoldina de Souza Marques. MARQUES, Leopoldina de Souza. Depoimento concedido em 08 dez 2017 à pesquisadora Fernanda Capri Raposo para compor acervo do Projeto de História Oral do CMLARSM.

⁴⁸¹ Fundada em 13 de junho de 1966, a FTESM é uma reunião das Faculdades que abrangem os seguintes cursos Medicina, Engenharia, Enfermagem, Administração, Ciências Contábeis, Biologia, Física, Química, Letras, Pedagogia e Formação de Professores, além e algumas especializações. Está localizada na avenida Ernani Cardoso nº 335, ao lado do Colégio Souza Marques.

⁴⁸² Adotamos aqui o termo documento para definir todo e qualquer objeto que informe algo a alguém independente de seu suporte.

⁴⁸³ De acordo com Chartier (1988, 45) uma “história dos objetos na sua materialidade, uma história das práticas nas suas diferenças e uma história das configurações, dos dispositivos nas suas variações” possibilitam uma variação de fontes que permitem compreender e responder problemáticas acerca da cultura escolar. CHARTIER, Roger. *A história cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.

Imagem 1: Foto de Leopoldina Amélia Ribeiro de Souza Marques. Local, Rio de Janeiro, s/d.



Fonte: Acervo: família Souza Marques.

Nascida na cidade do Rio de Janeiro em 09 de março de 1904, Leopoldina Amélia Ribeiro era filha de Antonio Lopes e Grata Diolinda Lopes. Concluiu seus estudos no Colégio Batista Americano, onde conheceu o professor José de Souza Marques que dava aulas particulares para complementar a renda. Contratado por seus pais, o professor José ia alguns dias da semana após o turno escolar até a casa de Leopoldina Amélia dar aulas de português.

Durante esse período aluna e professor se apaixonaram e resolveram casar em 07 de dezembro de 1922, ela aos 18 anos e José de Souza Marques, com 28 anos. Passando a se chamar Leopoldina Amélia Ribeiro Souza Marques. O casal teve sete filhos. Após contrair matrimônio Leopoldina Amélia mudou-se com o esposo para o Estado do Paraná, onde atuaram na Convenção Batista Estadual. Regressando ao Rio de Janeiro alguns anos depois fixaram residência no bairro da Tijuca e seu esposo voltou a trabalhar como vice-diretor do Colégio Batista Shepard.

Leopoldina ou Cachopa (moça bonita) apelido carinhoso que José lhe deu, permaneceu cuidando da casa, pois a primeira filha do casal, Stella, acabara de nascer. No ano de 1929 o casal já com três filhas e aguardando a chegada da quarta filha muda-se para Cascadura e fundam o Colégio Souza Marques com apenas dois alunos, usando a sala principal da residência como sala de aula. Nesta ocasião, Leopoldina Amélia, diante dos desafios da nova escola, passa a auxiliar diretamente de seu esposo, nas várias atividades inerentes de uma escola, entre elas: secretaria, tesouraria, inspeção de alunos, atendimento aos pais, faxina, enfim, tudo o que uma escola exigia.



Alguns anos depois, a escola já contava com um número expressivo de alunos, por esse motivo, a família decide mudar a residência e o colégio para rua Coronel Rangel, no bairro de Cascadura no Rio de Janeiro, e no espaço disponível também constroem um internato que passar a ser de responsabilidade exclusiva de Leopoldina Amélia.

Em paralelo as funções descritas, Leopoldina Amélia exercia algumas atividades nas igrejas em que seu marido era pastor, atuando várias vezes como líder da Sociedade Feminina (hoje Sociedade Mulher Cristã em Missão), Corista, Professora da Escola Bíblica Dominical, Tesoureira da Igreja, Visitadora, subindo os morros para evangelizar, entre outras atividades.

Em relação ao Colégio, o ultimo cargo ocupado por Leopoldina Amélia foi de tesoureira e encerrou oficialmente suas contribuições para com a instituição em 1941 quando decidiu se retirar da administração deixando o cargo para sua filha primogênita, mas nem por isso nos anos que se seguiram até o seu falecimento em 09 de julho de 1984 aos 80 anos, deixou de influenciar nas decisões da instituição.

Em virtude da grande contribuição, empenho e apoio que Leopoldina Amélia prestou para a fundação do Colégio Souza Marques e as Faculdades Souza Marques a família decidiu homenageá-la dando seu nome ao centro de memória.

3 CENTRO DE MEMÓRIA LEOPOLDINA AMÉLIA RIBEIRO DE SOUZA MARQUES DA FUNDAÇÃO TÉCNICO EDUCACIONAL SOUZA MARQUES – CMLARSM/FTESM

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. (NORA: 1993, 9).

Diante de diversas histórias que circundam o bairro de Cascadura na região norte do município do Rio de Janeiro, um ator social se destaca como um dos principais no cenário do final do século XIX e início do século XX. José de Souza Marques, fundador da Fundação Técnico Educacional Souza Marques, Faculdades Souza Marques e do Colégio Souza Marques. José foi antes de tudo um educador, político, advogado, pastor, teólogo, pai e marido, um jovem negro diante de uma sociedade ainda, predominantemente, branca e de negros recém-libertos, ganha espaço de voz no meio social.



Visto isso, hoje, as instituições por ele idealizadas tiveram no início de 2017 o desenvolvimento do Projeto para o CMLARSM, que visa valorizar a memória institucional por meio da preservação do legado do personagem histórico: professor José de Souza Marques. Nesse sentido, a ideia de constituir o centro de memória como um espaço para visitação, pesquisa com consulta de documentos e materiais, mas, sobretudo, para que o CMLARSM se constitua como um local de reflexão e debate sobre a história da instituição e, especialmente, sobre a história da educação brasileira.

A problemática residiu na necessidade de se trabalhar a preservação da memória acerca dessas instituições, colégios e faculdades que compõe a FTESM, pois se observou a pouca importância dada   história da mesma por parte da comunidade escolar e acadêmica as quais nem sempre as analisavam como lugares permeados de sentidos e plenas de vivências e situações relacionadas às suas origens e memórias.

Desse modo ao desenvolver o projeto do CMLARSM estabelecemos como prioridade a es de conscientização e valorização dessa história e desse patrim nio histórico.

Pretende-se reunir no Centro de Memória uma vasta coleção de documentos e de objetos que registrem o histórico da FTESM, cabendo destaque para: fotografias institucionais e familiares, indumentária, mobiliário, maquinário, entre outros. A coleção é dividida por: José de Souza Marques, Colégio Souza Marques e FTESM.

Os principais objetivos dessa divisão é facilitar o trabalho de catalogação do acervo. Almeja-se acima de tudo promover um novo olhar sobre o conceito de história por meio do registro das histórias de vida das pessoas envolvidas na fundação da instituição, e para  m, verificar as condições de preservação das fontes históricas referente à história das instituições, assim como, contribuir para criação do centro de memória. Para isto, o projeto envolveu algumas etapas para seu desenvolvimento, a primeira delas e principal foi iniciada por esta pesquisadora quando foram elaborados os projetos e diretrizes para o CMLARSM e história oral, no período de novembro de 2017 a setembro 2018.

O projeto de história oral se propôs a registrar os testemunhos orais das personalidades que atuaram e atuam na instituição, cujas narrativas, conjuntamente, com a documenta o escrita, imagética e audiovisual de valor histórico, irão reconstruir, preservar, divulgar e compor o acervo de memória institucional da Souza Marques. A próxima fase também projetada a partir dos levantados nos testemunhos prestados para o projeto de história oral teve inicio em abril de 2018 com o prazo estabelecido de 18 meses para a cataloga o e



levantamento da documentação histórica. Durante o período as seguintes ações estarão sendo implementadas:

- a) Mapeamento Documental: identificação dos locais onde estão armazenados possíveis documentos históricos (arquivísticos, museológicos e/ou bibliográficos) que irão compor o CMLARSM;
- b) Registro de Documentos: recolhimento dos documentos identificados como de valor histórico, ao Laboratório de Tratamento Documental. Até a inauguração efetiva do espaço, serão realizadas apenas o registro fotográfico e a catalogação da documentação selecionada;
- c) Tratamento Documental: higienização, restauração e acondicionamento de forma adequada, para devida conservação e preservação, os documentos históricos.

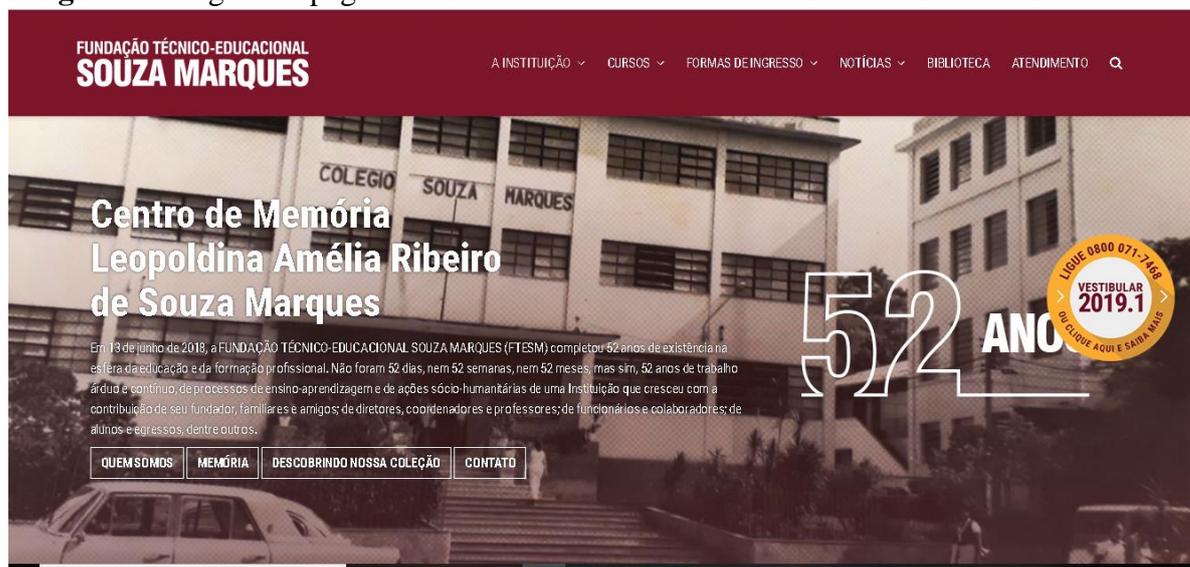
No intuito de atingir um maior número de pessoas a direção solicitou o desenvolvimento de um espaço virtual para divulgar e promover a memória institucional.

3.1 Centro de Memória Virtual Leopoldina Amélia Ribeiro Souza Marques

Criado com objetivo de divulgação dos trabalhos já concluídos desenvolveu-se um link (<https://souzamarques.br/a-instituicao/centro-de-memoria/>), vinculado à página da FTESM, para hospedar o Centro de Memória Virtual. Sua proposta inicial é um escopo abrangendo uma linha do tempo, o projeto de história oral, breve biografia de Leopoldina Amélia Ribeiro de Souza Marques e um recorte abrangendo três temas: Professor José de Souza Marques, Colégio Souza Marques e Fundação Técnico-Educacional Souza Marques, além de um exemplo de um objeto já catalogado.

O link foi lançado em ocasião da comemoração dos 52 anos de fundação da FTESM, em 13 de junho de 2018. A data também marcou o lançamento oficial do Projeto do CMLARSM.

Imagem 2: Imagem da página do Centro de memória Virtual CMLARSM/FTESM.



Fonte: Rio de Janeiro, 13 jun 2018. Acervo: FTESM

2.2. Projeto de História Oral para CMLARSM

Segundo Alberti a história oral é uma metodologia de pesquisa

e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador à fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente (ALBERTI: 2004,155).

A História Oral produz narrativas orais, que são testemunhos ou fontes de memória. Essas, por sua vez, são narrativas de identidade, na medida em que, aquele que dá o seu testemunho, não apenas mostra como ele vê a si mesmo e o mundo, mas também como ele é visto por outro sujeito ou por uma coletividade.

Ademais a fonte oral pode acrescentar uma dimensão viva, pois se centra na memória humana e sua capacidade de rememorar o passado enquanto testemunha do vivido. O modo mais utilizado para captação de uma história oral são as gravações de depoimentos, cuja produção é resultado de um trabalho conjunto entre depoente e entrevistador, os quais juntos produzem um documento. E foi este o método escolhido para a captação das memórias acerca da Fundação Técnico-Educacional Souza Marques, seu fundador e principais atores.

Mas por que utilizamos o termo depoimentos e não entrevistas? Respondemos à questão esclarecendo que em uma entrevista nunca se busca ir muito além da pauta, especialmente por questões de tempo e disponibilidade dos meios de comunicação que a produziram e geralmente



atendem a uma urgência de um fato. Diferentemente, o depoimento segue um roteiro inicial para a interlocução, mas que pode ser alterado de acordo com a intenção do depoente e do entrevistador. Um ponto importante é que o depoimento respeita a sequência memorialística do depoente, valorizando seus silêncios e os não ditos. Outro fator que diferencia um depoimento de uma entrevista refere-se a uma postura que o entrevistador deve ter: a de ouvinte.

Assim, fundamentado no aporte teórico-metodológico da história oral, o projeto de história oral captou os relatos de quinze indivíduos entre eles filhos, netos, funcionários, ex-funcionários, alunos e ex-alunos; e se propôs a registrar os testemunhos orais das personalidades que participam ou participaram em algum momento da constituição da instituição.

Para a realização do projeto de história oral estabeleceu-se algumas diretrizes, entre elas um roteiro básico para testemunhos, além de procedimentos para o registro audiovisual dos testemunhos. No que se refere ao roteiro básico para captação dos testemunhos utilizamos um questionário contendo perguntas abertas que encorajaram as pessoas a falarem mais, e em algumas situações, surgiram questões não previstas previamente no roteiro original e foram interessantes para a recuperação da memória institucional.

Houve uma prioridade para realização das gravações: os mais idosos, com saúde debilitada; os descendentes de primeira linha de Souza Marques e os funcionários mais antigos. Os atores envolvidos em um primeiro momento foram divididos, além da ordem de prioridades acima expostas, em:

- 1- Descendentes de primeira linha;
- 2- Descendentes de segunda linha;
- 3- Funcionários, colaboradores e alunos.
- 4- Qualquer outro membro da comunidade escolar que possa contribuir para o projeto.

Esclarecemos que a classificação de prioridades apresentada sofreu alterações na medida em que as entrevistas foram realizadas. O apontamento dos sujeitos para participarem das entrevistas foi definido após pesquisa por realizada por mim em documentos referentes à fundação da instituição. Tal pesquisa gerou uma lista de aproximadamente 30 nomes que foi submetida à direção geral para apreciação, estabelecendo após análise 15 nomes mais importantes que tiveram seus relatos gravados.

A segunda ação foi o agendamento das gravações com os sujeitos, uma vez marcado o encontro, a equipe chegava com 15 minutos de antecedência para poder preparar a “cena”: escolhendo um lugar iluminado e confortável para o depoente, definia-se a posição da câmera,



colocação do microfone, entre outras ações que eram necessárias. Depois, era explicado que eu faria poucas interferências e caso existisse alguma pergunta que o depoente não se sentisse confortável em responder sua vontade era respeitada. Pediu-se que o entrevistado seguisse se possível, uma cronologia dos fatos. Durante a gravação do testemunho eu costumava tomar nota dos nomes das pessoas, datas e situações ocorridas a fim de enriquecer a pesquisa e realizar possíveis cruzamentos de informações para ratificar a história contada.

Vale lembrar que, antes de iniciar as perguntas que compuseram o testemunho para fins arquivísticos e históricos, eu informava quais pessoas estavam presentes e quem compunha a equipe de gravação, além a data, hora e local em que foram realizados os registros, além de pedir para que o depoente começasse o seu relato se apresentado. Exemplo: Meu nome é..... nasci em na cidade de sou filho (a) de e, pais de outros tantos filhos (irmãos), nomes dos irmãos (as)(se for o caso). Realizamos esta ação para elaborar uma pequena genealogia.

Com intuito de respaldar juridicamente solicitava ainda, que o depoente preenchesse um “Termo de cessão de depoimento oral” e, se no decorrer da entrevista identificássemos ou fosse apresentado algum documento que pudesse enriquecer a narrativa, solicitava seu empréstimo mediante o preenchimento do “Termo de autorização e empréstimo de documentos”. Além disso, era preenchida a “Ficha de Identificação dos Entrevistados”, visando uma recuperação mais rápida das informações concedidas pelos depoentes. Futuramente, essa será de grande valia para realização de um inventário documental e memorialístico da FTESM.

Outro documento criado caso existisse algum objeto que o depoente quisesse doar a instituição tratava-se do Termo de Doação de Acervo, cuja finalidade era incorporar o documento, objeto ou obra ao futuro acervo histórico do CMLARSM. Ao final de cada entrevista, solicitei aos depoentes que deixassem uma mensagem para os jovens, nossa futura geração. Importante ressaltar que, de acordo com o perfil do entrevistado, algumas perguntas foram suprimidas e/ou acrescentadas. Destacamos por fim que todas as entrevistas já foram transcritas, revisadas e futuramente serão transcritas⁴⁸⁴, pela mesma equipe que desenvolveu

⁴⁸⁴ Quando afirmamos que as entrevistas serão transcritas estamos sinalizando que estes depoimentos em conjunto com as fontes que corroboram o relato serão transformados em textos para facilitar a difusão da história institucional.



o projeto de história oral, a qual aguarda somente a conclusão do levantamento do acervo documental para realizá-la.

2.3 Resultados Alcançados

Até o momento foram alcançados os seguintes resultados dessa fase já foram implementados:

a) Projeto de história oral – como já informamos foram realizadas a gravação de 15 testemunhos, são eles: filha e atual presidente do FTESM, Leopoldina de Souza Marques; neta e diretora financeira da FTESM, Ielva de Souza Marques Gomes Leal; professor, atual diretor da Faculdade de Engenharia Souza Marques e um dos fundadores do curso de engenharia mecânica, José Eduardo Hasselmann; ex-professor e fundador do curso de engenharia civil, Tito Luiz da Silveira; ex-professor e fundador da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Souza Marques – FFCLSM, Sergio Flores da Silva; ex-professora do curso de letras, Hilda Monetto Flores da Silva; ex-professor e diretor do curso de letras, Evanildo Bechara; diretora da Faculdade de Medicina, Yara Curvacho Malvezzi; ex-alunos, Paulo Rogério dos Santos Baía, Jeane Regina Guzenski e Filon Suarte Nogueira, ex-aluna e professora dos cursos de física, engenharias civil e mecânica, Sandra Penha de Souza Almeida; ex-aluna e ex-professora, Dulce Aparecida Liechosoki; diretor do cursos de Pós-Graduação, Paulo Pimenta Gomes; diretor administrativo Rui Antonio Alves da Fonseca; e o funcionário administrativo, José Carlos Estrela. Durante o período em que as gravações foram realizadas descobriu-se através dos relatos ratificados por documentos do acervo institucional que: todos os cursos os docentes das Faculdades Souza Marques, exceto do curso de Medicina, vieram de três instituições de ensino públicas, Colégio Pedro II, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ; o início do que viria se tornar a FTESM ocorreu em 1929 com a abertura do Colégio Souza Marques que costumava conceder bolsas de estudos integrais para alunos com poucos recursos que moravam no entorno; já a FTESM começa suas atividades em 1966, um ano depois obtém a autorização para o funcionamento das Faculdades de Engenharias Souza Marques – FESM, com os cursos de Engenharia Civil e Engenharia Mecânica, um dos primeiros a funcionar no turno noturno nesse segmento. Em 1969, foram implementados os cursos de Ciências Biológicas, Física, Química, Pedagogia e Letras, inaugurando a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Souza Marques – FFCLSM; a Escola de Medicina Souza Marques – EMSM obteve autorização para seu funcionamento, em 1969, iniciando suas atividades no Palacete São Cornélio, na Glória, a partir de 1971, os alunos da primeira turma eram oriundos das cotas de excedentes dos vestibulares de instituições públicas e foram isentos de pagar o curso. No ano de 1971, ocorreu a implantação da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis – FCCAE, oferecendo os cursos de Bacharelado em Administração de Empresas e



Bacharelado em Ciências Contábeis; em 1974 falece o fundador Professor José de Souza Marques e sua filha, Stella de Souza Marques Gomes Leal assume seu lugar na instituição; já em 1985, a FTESM criou a Escola de Enfermagem Souza Marques – EESM, ofertando o curso de Bacharelado em Enfermagem; em finais da década de 1990, foi montado o Curso de Formação Pedagógica de Docentes, também conhecido por Licenciatura Especial, para às disciplinas de Matemática, Física e Química; modernização, no ano de 1988, da Biblioteca Rosa Domingas Marques, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Educação – MEC; Em 2002, lançaram-se cursos de Pós-Graduação Lato Sensu na FTESM, nas áreas de Administração, Educação, Engenharia, Física Médica, Letras, Meio Ambiente, Química e Saúde. Três anos depois, deu-se a transferência integral da Escola de Medicina Souza Marques para sede da FTESM, em Cascadura; Leopoldina de Souza Marques é eleita para presidência da fundação após o falecimento de Stella, no ano de 2016. Todas essas informações foram apuradas durante o projeto de história oral e transformadas em um texto que serviu para escrever a linha do tempo da FTESM no centro de memória virtual CMLARSM. Vale lembrar que esse texto não se refere à transcrição das histórias contadas, trata-se na verdade apenas um texto informativo para aqueles que se interessem pela história da FTESM, bem como, de base para a busca de documentos, objetos e mobiliário para compor o CMLARSM. Atualmente o projeto de história oral está paralisado por falta de recursos financeiros para manter a pesquisa, dando preferência a dar continuidade as ações para implantação do CMLARSM por uma museóloga que está utilizando pessoal do quadro administrativo para auxiliá-la.

b) Relatório da documentação histórica levantada – para atender às demandas do CMLARSM, foi necessário realizar uma pesquisa para elaboração de ficha catalográfica, tal como ficha de laudo técnico e ao layout do CMLARSM virtual, baseados em informações coletadas pelo projeto de história oral. Tendo em vista a contribuição através de empréstimo de itens da coleção pessoal do professor^o Paulo Pimenta Gomes⁴⁸⁵ e da família Souza Marques, captados pela pesquisadora no durante as gravações dos depoimentos, foi possível colocar em prática o preenchimento dessas fichas para visualizar a compatibilidade dos campos de informações a serem utilizados. As fichas visam à recuperação da informação, além de registrar o estado de conservação e evitar que se percam itens físicos em meio à dispersão, já que estes não se encontram em uma área de acondicionamento própria e centralizada. O registro dessa documentação possibilitará agilidade no acesso à informação, assim como restringir o manuseio

⁴⁸⁵ Professor Paulo Pimenta Gomes é geógrafo e está na FTESM desde 1969, atualmente é diretor dos cursos de Pós-Graduação *Latu Sensu* das Faculdades Souza Marques. (PAULO PIMENTA GOMES, informação retirada da entrevista concedida em 15 mar 18 a pesquisadora Fernanda Capri Raposo para o Projeto de História Oral)



dos documentos originais, preservando-os e prolongando sua vida útil. Nestas fichas há o registro imagético por meio de fotografia a fim de evitar duplicidades ou enganos quanto à identificação dos itens históricos. Cada item recebeu uma análise das informações físicas contidas na materialidade do documento histórico e este o laudo técnico é uma análise sobre seu histórico, junto a ficha catalográfica somatizam-se um total de 2 fichas por documento histórico. Até finais de 2018 haviam sido catalogados 18 itens. Também foi cedida uma sala nos fundos da capela para o funcionamento do Laboratório de Tratamento Documental, que já totalmente adaptado as normas e realizando tratamento de higienização, catalogação e guarda de objetos, livros e documentos que irão compor o acervo histórico do CMLARSM. Chegou-se inclusive a realizar duas exposições.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O incremento do CMLARSM representa uma contribuição para os estudos da história da educação brasileira, como também, para a difusão da história institucional da FTESM e seu fundador, José de Souza Marques. Espera-se que o acervo captado pelo centro de memória possa disponibilizar informações para um número expressivo de usuário e acima de tudo, que este cumpra o papel de integrador entre o mundo acadêmico e comunidade, através de exposições, publicações e, sobretudo, atividades lúdicas. A organização e captação de acervo para compor o CMLARSM envolveu uma pesquisa sobre sua história que contou a contribuição precisa dos registros de relatos de personagens envolvidos na fundação da FTESM.

Infelizmente ocorreram cortes no projeto que talvez possam comprometer seu desenvolvimento, mas apesar desse revés espera-se que futuramente, após disponibilizar seu acervo, o CMLARSM consiga se consolidar como um local de disseminação da informação e pesquisa histórica.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CHARTIER, Roger. *A história cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: *História e Memória*. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, p. 525-541.



MAGALHÃES, Fernando da Silva. *Raça, religião, política e maçonaria*. José de Souza Marques: confluências de uma memória negra, republicana e suburbana. s/d, s/l. Disponível em https://www.academia.edu/4214369/RACA_RELIGIAO_POLITICA_E_MACONARIA_Jose_de_Souza_Marques , acesso em 23 jan 2019.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, vol.10, p.7-28, dez/1993.

RAPOSO, Fernanda Capri. Projeto De Implantação Do Centro De Memória Leopoldina Amélia Ribeiro De Souza Marques E Projeto De História Oral. Rio de Janeiro, 13 novembro 2017. Mimeo

RESENDE, Eliana. *História Oral: o que é? Para que serve? Como se faz?*. Disponível em <http://pensadosatinta.blogspot.com.br/2014/06/historia-oral-o-que-e-para-que-serve.html>. Acesso em 16 nov 2017.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.9, nr.17, p.85-91, 1996.

VIDAL, Diana G. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, Rosa F. e VALDEMARIN, Vera T. (orgs.) *A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa*. Campinas, SP: autores Associados, 2005. Apoio: Unesp/FCLAr, p.3-30.

_____ e ZAIA, Iomar B. De arquivo morto a permanente: o arquivo escolar e a construção da cidadania. In: MORAES, Carmem S. V. e ALVES, Júlia F. (orgs.) *Contribuição à pesquisa do ensino técnico no Estado de São Paulo: inventário de fontes documentais*. São Paulo: Centro Paula Souza, 2001(?), p. 33-42.



História Global para uma cidadania global⁴⁸⁶

Autor: Patrick O'Brien⁴⁸⁷.

Tradução: José Fernando Saroba Monteiro⁴⁸⁸.

Tradução Recebida em: 15/10/2018

Tradução Aceita em: 20/11/2019

1 UM PREFÁCIO AUTOBIOGRÁFICO

Antes de eu falar da História Global que poderia apoiar uma consciência mundial necessária para a “cidadania global” e porque a autobiografia adquiriu cunho durante este (agora moribundo) debate com os pós-modernistas sobre “verdade” e “desprendimento pessoal”, permitam a “indulgência” de me referir a minha própria formação intelectual só para informar os leitores de como eu vim a ser o que sou, tardiamente, na tentativa de reconfigurar minha identidade acadêmica pela leitura, ensino e escrita de um gênero chamado História Global⁴⁸⁹.

Minhas referências e publicações são em grande parte nas áreas da História Econômica, britânica e europeia. Mas em 1960 eu tive o meu primeiro trabalho acadêmico na Escola de Estudos Orientais e Africanos para desenvolver a especialidade na área de Oriente Médio. Com dificuldade, eu aprendi a ler árabe, mas tão lentamente que dez anos depois eu decidi voltar para Oxford para um posto na História Econômica europeia.

Na década de 1970, havia somente três historiadores econômicos na faculdade: Peter Mathias, Joan Thirsk e eu. Apenas quatro décadas atrás os departamentos de história na Grã-Bretanha contavam principalmente com pesquisadores que trabalhavam em seus próprios países, complementados por uma minoria isolada responsável pelo ensino de graduação e supervisão de pós-graduação em um mundo alienígena – que naqueles dias incluía o continente europeu, bem como o império descolonizado do reino. Então, por cerca de vinte anos eu cobri

⁴⁸⁶ Título original: *Global History for Global Citizenship*. Agradecemos a Patrick O'Brien a permissão para a tradução de seu artigo. Ressaltamos que são encontradas três versões deste texto, com algumas diferenças, e mais uma versão adaptada, sendo que aqui procuramos contemplar informações de todos os textos (ver: Referências Bibliográficas, ao final do artigo) bem como fazer algumas correções e indicações de obras já traduzidas para o português.

⁴⁸⁷ Professor Centenário de História Econômica da Escola de Economia de Londres (*London School of Economics*), Reino Unido.

⁴⁸⁸ Doutorando em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), com estágio sanduíche na Universidade de Lisboa (ULisboa), bolsa FAPERJ. e-mail: jfmonteiro2@hotmail.com.

⁴⁸⁹ JENKINS, K. (ed.). *The Postmodern History Reader*. London: Routledge, 1997.



a História Econômica em sentido lato, de qualquer e em todos os lugares *exceto* o Reino Unido. Eu li capítulos de teses relacionados a muitos lugares que dificilmente eu poderia localizar nos mapas e menos ainda compreender suas histórias e culturas.

Em 1990, eu me mudei para Londres como diretor do Instituto de Pesquisa Histórica e para o divertimento de meus colegas, convoquei o instituto para o primeiro seminário em História Global⁴⁹⁰. Previsivelmente, o seminário começou e continuou discutindo, seguidamente, uma pequena lista de livros famosos localizáveis neste novo campo. Wittfogel, McNeill, Braudel, Hodgson, Wallerstein, Gellner, Jones, Hall e Mann estavam entre as publicações. Landes, Frank, Goody, Bin Wong e Pomeranz logo publicaram suas controversas teses comparando a Europa e a Ásia⁴⁹¹.

Pouco depois de minha aposentadoria como diretor eu fui convidado a retornar para a Escola de Economia de Londres (onde eu havia feito a graduação no final da década de 1950) para ajudar o Departamento de História Econômica a organizar o primeiro mestrado sobre este tema no reino.

O curso foi anunciado como História Global, mas (como você pode esperar de um grupo de historiadores econômicos) com referências que cobrem a Europa, as Américas, África, China, Índia e Japão, é, com efeito, um programa integrado focado na remota história da “vida material”. O plano de estudos foi projetado para estudantes de pós-graduação estudarem o que é (talvez) o mega problema de seu tempo: nomeadamente, quando e porque algumas sociedades (localizadas em grande parte no Oeste e Norte do nosso mundo moderno) tornaram-se e mantêm-se ricas, enquanto a maioria das sete bilhões de pessoas do mundo que residem em países (para o Leste e do Sul) ainda estão pobres⁴⁹². Demarcado em seus componentes, o curso leva a bordo uma série de temas que sustentam metanarrativas em histórias do mundo focadas no meio ambiente, Estados, geopolíticas, religiões, culturas, gêneros, doenças, etc.⁴⁹³. No entanto, a educação oferecida é “concebida” pela preocupação com as mudanças econômicas e

⁴⁹⁰ Assumido, quando me aposentei como diretor, por Felipe Fernandez-Armesto, que mais tarde mudou-se para a Universidade de Tufts.

⁴⁹¹ Referências literárias (artigos e livros) são incluídos em uma abrangente bibliografia compilada em: MANNING, P. *Navigating World History: Historians Create a Global Past*. New York: Palgrave Macmillan, 2003, atualizada por dois grandes jornais da área *The Journal of World History*. Honolulu: University of Hawaii Press e *Journal of Global History*. Cambridge: Cambridge University Press.

⁴⁹² COLLIER, P. *The Bottom Billion: Why the Poorest Countries are Failing and What Can be Done About It?*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

⁴⁹³ Escola de Economia de Londres, Departamento de História Econômica, Mestrado em História Global. Notas dos estudantes (publicado anualmente).



nossas bibliografias são baseadas em escritos de historiadores e cientistas sociais que enfrentam a grande preocupação de Adam Smith com a *Riqueza e a Pobreza das Nações*⁴⁹⁴.

Sem surpresa, o projeto de um curso inovador trouxe à mesa todo o problema de quanto os “historiadores profissionais” (obcecados, como a maioria de nós somos, pela erudição, detalhes e arquivos) sabiam ler, ensinar, escrever e empreender pesquisa em uma escala global – não confinada pelo espaço e pelo tempo. Em resumo, isto poderia ser inevitavelmente relevante, cada vez mais em voga e – como eu vou sustentar – um moralmente significativa e politicamente necessário esforço acadêmico a ser realizado de forma que possa atender as normas do rigor teórico definido pelas ciências sociais. Além disso, poderia o respeito pela evidência, a compreensão de contextos e cronologia, bem como as aspirações de ideias imaginativas e de esclarecimento eloquente demandados pelos estilos modernos da micro-história serem satisfatórios? Houve um grau suficiente de expectativas racionais (ou onda de fé) para lançar um programa de mestrado em História Global que o Departamento de História Econômica acredita ser academicamente respeitável e, até agora, uma bem-conceituada referência para professores e seus alunos.

2 ARGUMENTOS BÁSICOS PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA GLOBAL

Cinco anos após o lançamento do mestrado, a Escola de Economia de Londres e a Editora da Universidade de Cambridge patrocinaram a publicação de uma nova revista – a *Journal of Global History*. Fui convidado pelos editores para escrever um prolegômenos para a sua primeira edição e produzi um longo ensaio intitulado: *Historiographical Traditions and Modern Imperatives for the Restoration of Global History* (Tradições Historiográficas e Imperativos Modernos para a Restauração da História Global)⁴⁹⁵. Escrevi para encorajar a mim mesmo e um crescente corpo de historiadores encabeçando, colaborando ou cooptados ao empreendimento de transmissão da História Global, de modo que nossa inovação e “restauração” poderia ser justificada. Tentei fazer isso através de três, relacionados, mas, distintos, argumentos introdutórios.

⁴⁹⁴ LANDES, D. *The Wealth and Poverty of Nations*. New York: Little Brown, 1998 (N.T.: LANDES, D. A Riqueza e a Pobreza das Nações. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1998) e para uma eloquente exposição da visão alternativa baseada sobre uma gama extraordinária de experiências no pensamento da História Econômica, ler: REINERT, E. S. *How Rich Countries Got Rich and Why Poor Countries Stay Poor*. London: Constable, 2007.

⁴⁹⁵ O'BRIEN, P. K. *Historiographical traditions and modern imperatives for the restoration of global history*. *Journal of Global History*, vol.1, nº 1, 2006, pp. 3-40.



Primeiramente, eu me referi a observação de Nietzsche na qual “o conhecimento do passado sempre foi desejado a serviço do presente” e concluí que a difusão da História Global na educação básica e, acima de tudo, no ensino superior é praticamente “inevitável” nestes nossos tempos de acelerada globalização.

Em segundo lugar, usei uma analogia para representar a História Global como o anverso da nova nano ciência a qual é baseada em teorias e experimentos que acontecem no universo quando seus componentes básicos (moléculas, partículas e prótons, etc.) são reduzidos em átomos infinitamente menores. As escalas científicas caminham em direção ao minúsculo, mais e mais escalas históricas caminham para o global.

Em terceiro, e apesar das dificuldades em lidar com longas cronologias, espaços mais amplos e heterogeneidades culturais, uma série de publicações recentes de historiadores eminentes mostram que não há problemas insuperáveis ou particulares envolvidos no reposicionamento de perspectivas na interpretação da história para fora, para trás e para frente. Para citar alguns exemplos: todos os jovens pesquisadores em Austin, Texas, envolvidos em um esforço exemplar, liderado por Tony Hopkins para promover a História Global, não encontrou dificuldades em explorar interações e interconexões entre o “local” (que limita seus conhecimentos especializados) e o “universal”, que eles reconheceram como o contexto para a sua compreensão e comunicação mais ampla⁴⁹⁶. Célebres biógrafos históricos têm percebido a nada incongruente exposição e contemplação do universal na vida dos indivíduos⁴⁹⁷. Dois eminentes cientistas sociais (Jack Goody e John Hobson) experimentaram, sem problemas, inverter uma tradição da historiografia eurocêntrica, analisando o “Oriente no Ocidente”. Enquanto a inserção de relevantes experiências da Ásia (incluindo China) e Europa no atual, vivo e significativo debate sobre os Estados Unidos como um “império”, tem atraído intercâmbios heurísticos entre historiadores, cientistas políticos, sociólogos e especialistas em relações geopolíticas para o estudo comparativo de impérios⁴⁹⁸.

⁴⁹⁶ HOPKINS, A. G. (ed.). *Global History: Interactions Between the Universal and the Local*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2006.

⁴⁹⁷ DAVIS, N. Z. *Trickster Travels: In Search of Leo Africanus, a Sixteenth Century Muslim Between Worlds*. London: Faber, 2005; COLLEY, L. *The Ordeal of Elizabeth Marsh: A Woman in World History*. London: Harper Press, 2007, e CHAKRABARTY, D. *Provincializing Europe*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

⁴⁹⁸ CALHOUN, C. (ed.). *Lessons of Empire: Imperial Histories and American Power*. New York: New Press, 2006; FERGUSON, N. *Colossus: The Rise and Fall of the American Empire*. London: Allen Lane, 2004; MAIER, C. S. *Among Empires: American Ascendancy and its Predecessors*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 2006.



Meu apelo geral para incluir mais História Global no ensino superior (porque é inevitável, politicamente necessário e não tão difícil de construir com o rigor necessário para atender os padrões estabelecidos pela ciência moderna em História e Ciências Sociais) leva-me a oferecer três posições para este ensaio: primeiro – globalização e História Global; segundo – abordagens e métodos para o seu estudo; e terceiro – imperativos morais para a restauração de um engajamento sério com o estudo da humanidade como um todo⁴⁹⁹.

Além disso, vários grandes temas que poderiam beneficiar perspectivas derivadas da História Global, já provocaram um debate sustentado através das Ciências Naturais e Sociais. Por exemplo, as Ciências Naturais (que reivindicaram a universalidade de suas teorias, métodos de investigação e recomendações) são intensamente interessados na rapidez e extensão da degradação ambiental⁵⁰⁰. A “rainha” das Ciências Sociais (Economia) está agora realmente tentando compreender as implicações que podem fluir a partir da cada vez mais estreita integração de mercados de bens, capital de trabalho e conhecimento⁵⁰¹. Filósofos estão debatendo os significados que podem ser associados aos direitos humanos universais e noções de cidadania global⁵⁰².

Em resumo, atrás de minhas propostas para apresentar um outro conjunto de argumentos em favor da História Global, estão questões contemporâneas ampla e altamente significativas em discussão em todo o mundo. Estas questões estão envolvendo redes de historiadores e dando origem a sérios debates historiográficos no ensino superior concernentes com os termos e parâmetros para o engajamento profissional com um campo que pode ser traçado desde Herodoto e Sima Qian. No entanto, a controvérsia sobre a sua condição também é abundante. As posições variam de todas as formas, do entusiasmo à total rejeição de todo o empreendimento intelectualmente insustentável, antipatriótico ou, mais frequentemente, de uma ordem moralmente maligna de dominação cultural pelo Ocidente⁵⁰³.

⁴⁹⁹ Estes imperativos morais são brilhantemente interrogados em: SOUTHGATE, B. *Why Bother with History?*. London: Longman, 2000.

⁵⁰⁰ McNEILL, J. *Something New Under the Sun: An Environmental History of the Twentieth Century*. London: Penguin Books, 2000. Ver também: CHRISTIAN, D. *Maps of Time: An Introduction to Big History*. Berkeley: University of California Press, 2004.

⁵⁰¹ STIGLITZ, J. *Globalization and its Discontents*. London: Allen Lane, 2002.

⁵⁰² CARTER, A. *The Political Theory of Global Citizenship*. Oxford: Oxford University Press, 2001; DALLMAYR, F.; ROSALES, J. M. (eds.). *Beyond Nationalism: Sovereignty and Citizenship*. Lanham: Lexington Books, 2001; MAZLISH, B. *Civilization and its Contents*. Stanford: Stanford University Press, 2004.

⁵⁰³ LAL, V. *The History of History: Politics and Scholarship in Modern India*. New Delhi: Oxford University Press, 2003.



3 HISTORICIZANDO A GLOBALIZAÇÃO.

3.1 (I) Algumas definições

Seja qual for o discurso sobre a História Global, a globalização continuará como o “leitmotiv” para os nossos tempos. Sem a extensão, intensificação e aceleração do antigo processo histórico de encontros, conexões, colonizações, integrações e transformações das sociedades humanas, que tem sido por milênios separadas pelo tempo e espaço, o atual interesse na difusão da História Global no sistema de ensino superior na Europa, África, Ásia e Américas, dificilmente teria ocorrido⁵⁰⁴.

3.2 (2) Estágios

Nunca é tarde para reagir as reivindicações de seus colegas nas Ciências Sociais que descobriram que representam claras descontinuidades com o passado, os historiadores têm historicizado o processo para revelar uma longa história surpreendentemente extensiva, as vezes intensiva e conexões mais ou menos interessantes que remontam as antigas civilizações na África, Ásia, Europa e nas Américas⁵⁰⁵.

Como o falecido Andrew Sherratt (arqueólogo de Oxford) argumentou – a História das Conexões (selecionada como o motor da mudança histórica pelo nosso padrinho, William McNeill) é tão relevante para o seu campo quanto para o nosso⁵⁰⁶. “Globalização” (considerada como a inter-relação entre processos geopolíticos, políticos, sociais, econômicos, religiosos e culturais), de fato, corre como um fio através da história, mas pode ser demarcada (como os historiadores sempre fazem) por estágios heurísticos.

Uma possível definição foi elaborada da seguinte forma:

(a) globalização arcaica: abrange os séculos desde as antigas civilizações da Suméria, Babilônia, Egito, China, Grécia e Roma até a conquista de Ceuta pelos portugueses em 1415 – uma data que marca o início da exploração europeia e da expansão marítima;

⁵⁰⁴ Sobre estes processos nos informam: McNEILL, J. R.; McNEILL, W. H. *The Human Web: A Bird's Eye View of World History*. New York: Norton, 2003.

⁵⁰⁵ DENEMARK, R. A. (et al). *World System History*. London: Routledge, 2000. A problemática dos estágios na História do Mundo é astutamente discutida por: SCHWENTKER, W. *Globalizing and the Science of History*. In: AKITA, S. (ed.). *Creating Global History from Asian Perspectives*. Osaka: Osaka University, 2007, pp. 9-27.

⁵⁰⁶ SHERRATT, A. *Reviving the grand narrative: archaeology and long term change*. *Journal of European Archaeology*, Vol. 3, nº 1, 1995, pp. 139-53.



(b) proto globalização: a qual fluiu a partir das famosas viagens de descoberta navegadas por Colombo, Da Gama e Magalhães (1492-1520), que alterou tanto a escala quanto os modos de conexão, do transporte terrestre para a via marítima comercial, realizada em barcos a vela – um estágio que durou de 1415 a 1840;

(c) globalização moderna (1846-1948): visto por Marx como liderada pela “burguesia através de sua exploração do mundo” e que deu um “caráter cosmopolita para a produção e consumo em todos os países”, – um estágio marcado pela penetração no interior de uma grandiosa inovação, a estrada de ferro, que foi promovida por uma ordem internacional de comércio independente e relações interestaduais mais pacíficas;

(d) globalização contemporânea (1948 em diante).

Estes estágios (como elaborado por Christopher Bayly, Tony Hopkins e pesquisadores afiliados ao sistema mundial da escola de sociologia histórica) não são caixas vazias de valor heurístico por que elas impelem os historiadores (i) a explorar a extensão, intensidade, velocidade e resultado das conexões ao longo do tempo; (ii) a analisar conexões dentro de cronologias relevantes e; (iii) a explorar as principais forças de mudança no mundo, sejam elas geopolíticas (guerras), políticas (estados), organizacionais (corporações multinacionais) ou capacidades tecnológicas (a Internet) para comunicação – incorporada em navios, aviões e mídias eletrônicas de comunicação. Em resumo, os historiadores investigam e analisam as forças ao longo dos grandes hiatos da história, movidas pelas proporções cada vez maiores das políticas mundiais, populações e sociedades de um “estágio” para o outro.

3.3 (3) Globalização contemporânea como uma profunda descontinuidade

Claramente, a globalização teve um tempo muito longo (mas longe da história linear) que pode ser dividido, para fins heurísticos, em fases. Pode muito bem ser nada de realmente novo sob o sol. No entanto, recentes escritos sobre a remota História das Conexões e todas as suas dimensões (geográficas, geopolítica, política, econômica, social e cultural) expõem uma inevitável conclusão. A “extensão”, “intensidade” e “velocidade” da globalização (como este antigo e ubíquo processo tem seguido recentemente – digamos desde a Independência da Índia, em 1948, e a fundação da República Popular da China, um ano mais tarde) representa uma profunda mudança “qualitativa” em relação ao passado. Sessenta anos depois destes famosos eventos que significaram o fim dos impérios europeus e de seu poder ultramarino, torna-se claro que estamos vivendo em uma nova época e passando por uma transição, pelo menos, se não



mais profunda, do que a transição do feudalismo para o capitalismo, do antigo para o moderno regime político e da agrária para a economia industrial⁵⁰⁷.

Os historiadores profissionais estão, pela formação e reflexão educacional, geralmente inclinados a descartar as reivindicações para as descontinuidades fundamentais. No entanto, a questão de meio século de guerra quente e fria (1939-1945 e 1947-1989) como uma conjuntura na História do Mundo, que vomitou múltiplos propulsores para a acelerada globalização, o que agora flui claramente, parece convincente, se não inevitável. Primeiro de tudo, os horrendos ataques as pessoas e seus bens pelos estados e suas forças armadas em quase todas as partes do globo, elevou o nível e a extensão das demandas por: instituições de governança global para proteger os direitos humanos; para a manutenção das condições pacíficas de comércio e conexões além-fronteiras dos estados que tinham, de mais a mais, aumentado substancialmente em número e qualidade como resultado do desmembramento dos impérios europeu e japonês na esteira da Segunda Guerra Mundial; pressões generalizadas por condições que poderiam promover a difusão do desenvolvimento econômico e bem-estar social; para a proteção do meio ambiente contra as não-intencionais mudanças científicas, tecnológicas, econômicas e demográficas; restrições quanto a proliferação de armas nucleares e de destruição em massa também tem sido intensificadas⁵⁰⁸.

A maior parte do aumento na demanda para o reconhecimento e proteção dos direitos humanos, tem uma história intelectual que pode ser traçada através das grandes religiões do mundo, fundadas na Era Axial para os estoicos e confucionistas, de filosofias por volta dos tempos pagãos⁵⁰⁹. Suas histórias como acordos diplomáticos e embrião de lei internacional apareceu durante o Renascimento. Na forma de instituições, associações e organizações que transcendem e operam fora das soberanias de seus Estados para a promoção humana, econômica e do bem-estar social (ainda que inadequadamente), eles aparecem no decorrer do século XIX e proliferam depois da fundação da Organização das Nações Unidas e da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948⁵¹⁰.

Enquanto isso, a Guerra Fria que acrescentou 23 milhões de mortes aos 80 milhões registrados pela primeira, verdadeiramente, guerra global da história (1939-1945) promoveu

⁵⁰⁷ Esta tese é exposta com brevidade e eloquência por MAZLISH, B. *The New Global History*. London: Routledge, 2006.

⁵⁰⁸ BELL, P. M. H. *The World Since 1945: An International History*. London: Arnold, 2001.

⁵⁰⁹ LAUREN, P. G. *The Evolution of International Human Rights: Visions Seen*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1998.

⁵¹⁰ CARTER, A. *Political Theory of Global Citizenship*. London/ New York: Routledge, 2006.



ativamente a pesquisa e desenvolvimento não apenas com gastos excessivos em armas, mas incidentalmente em sistemas de transporte e comunicação vastamente superior e eficiente do que qualquer coisa disponível durante o século da “moderna” globalização, depois de 1846. Os complexos industriais militares americanos e soviéticos também melhoraram grandemente as capacidades agrícolas, industriais e de serviços comerciais, em todas as partes do mundo, de produzir e vender mais em uma escala global. Finalmente, cerca de quatro décadas de competição amarga e perigosa entre as superpotências nucleares e suas organizações satélite competindo por lealdade e alianças, oferecendo diferentes pacotes de modernidades para estados e sociedades em todos os lugares ao redor do globo, têm promovido uma maior consciência de independência. Uma rivalidade ideológica infeliz e custosa introduziu uma maior consciência do universal em sentidos e preocupações locais e, desta forma, fortalece as forças exógenas e globalizantes⁵¹¹.

Nas esferas unidas das relações intra-sociais, conexões econômicas e consciência cultural, a conjuntura de 1939-1989 impulsionou uma verdadeira descontinuidade transformacional na natureza, extensão e intensidade da globalização. Os historiadores que permanecem inclinados a sublinhar antecedentes e continuidades, fariam bem em refletir mais sobre as mudanças em comparação ao mundo de seus avós e ler alguma futurologia sobre onde seu próprio mundo poderia estar daqui a 50 anos⁵¹².

A partir desta perspectiva e pela leitura sobre os estágios pré-arcaico, proto e moderno de globalização, eles poderiam desenhar uma conclusão didática que poderia ser uma complacente renúncia das responsabilidades políticas e morais do historiador profissional nesta conjuntura na história, falar em fazer espaço e alocar recursos e tempo para o estudo acadêmico das experiências passadas dos países, comunidades locais e indivíduos, como eles se tornaram, de boa vontade (ou muitas vezes involuntariamente) enredados em vastas unidades regionais, nacionais, imperiais, transnacionais e globais de operação, adaptação e interação. Para historiadores o desafio de nosso tempo é descobrir o que nós podemos encontrar lá fora nos registros históricos para nos ajudar a compreender tanto os efeitos “benignos” quanto os “malignos” do que agora se tornaram movimentos extremamente rápidos em direção a uma

⁵¹¹ REYNOLDS, D. *One World Divisible: A Global History Since 1945*. London: Penguin Books, 2000.

⁵¹² HIRST, P.; THOMPSON, G. *Globalization in Question: The International Economy and the Possibilities of Governance*. Cambridge: Polity Press, 1996, sustentam a visão de continuidade.



conexão mundial mais fechada. A História tem muito a contribuir com o discurso generalizado sobre como fazer a globalização trabalhar em benefício da humanidade⁵¹³.

3.4 (4) Argumentos pró e contras o engajamento dos historiadores com a globalização

Infelizmente, a questão da conversão para o campo da globalização tem sido feita por um engajamento mais sério com metanarrativas na História Global, contínuas para ir ao encontro dos idealisticamente baseados, mas por agora correspondendo a “rejeições anacrônicas”, e por outro lado eruditos, subgrupos pós-modernos e pós-coloniais de nossa tribo heterodoxa de historiadores. Em décadas recentes, e tomando como exemplo filósofos largamente influentes na França, Estados Unidos e Índia, opositores pós-modernos têm recomendado (para citar Lyotard) que as pessoas deveriam tratar todas as “metanarrativas com incredulidade”.

Para serem creditados, estes filósofos têm também se engajado em exercícios heurísticos desenvolvidos para “desestabilizar”, “relativizar” e “provincializar” todos os tipos de histórias tradicionais; para expor suas ambiguidades linguísticas, formas literárias, categorias fundamentais; e acima de tudo para revelar como o inescapavelmente centrado e inevitavelmente situado tenta de todas as formas recuperar a “Verdade”, o “Sentido” e as “Lições” do passado como realmente são⁵¹⁴.

Tendo vivido com, e através desta, particular “guerra cultural”, eu posso agora reconhecer estes catárticos benefícios. Eu também observo que lições têm sido absorvidas. Parece-me que um maior e mais prolongado engajamento com filósofos da história, volteios linguísticos e teoria literária tem percorrido um retorno decrescente. Da minha parte, eu vejo a tarefa de persuasão como um trabalho pesado, conservador ou, por outro lado, indiferente a profissão dos historiadores para tornarem-se engajados com a História Global e muito mais importante para o futuro de nossa disciplina tanto quanto urgente para os problemas deste século.

Enquanto isso, aqueles de nós que estão engajados com o gênero, poderiam considerar ataques em seu programa, para criar, refinar e publicar mais, inclusive metanarrativas para os

⁵¹³ SCHOLTE, J. A. *Globalization: A Critical Introduction*. Basingstoke: Macmillan, 2000.

⁵¹⁴ Minha própria revisão da, e meditação sobre a, controvérsia com o pós-modernismo, pode ser lida em: O'BRIEN, P. K. *An Engagement with Post Modern Foes, Literary Theorists and Friends on the Borders with History*. *Reviews in History*, vol. 1, nº 1, 1998. Disponível em: <<http://www.history.ac.uk/ihr/Focus/Whatishistory/obrien.html>>.



nossos tempos, como: antipatias ideologicamente situadas contra representações caricaturadas da recente história da globalização – e, para ser franco, quanto a uma crença arraigada no pecado original que pressupõe que todas as metanarrativas dos historiadores ocidentais sempre serão tendenciosas, exclusivas ou opressivamente anacrônicas.

Os historiadores deveriam rejeitar a alegação espúria de que a História Global empresta suporte implícito para reivindicações neoliberais e neoconservadoras para “resultados progressivos” (atuais e potenciais) de todo o passado e predição de tendências rumo a integração global. De maneira nenhuma, nossa agora extensa bibliografia de histórias que analisam registros e interações entre o local e o global consegue lidar com os efeitos malignos e benignos de conexões através do tempo e do espaço⁵¹⁵.

Além disso, nem os historiadores econômicos (nem um crescente corpo de economistas) são a mais tempo escravos das previsões ricardianas de que a abertura dos fluxos de comércio, capital e trabalho levarão a economia a crescer junto com uma maior uma maior igualdade na distribuição da riqueza mundial⁵¹⁶. Nossos colegas na história política e ciência política parecem agudamente conscientes de que a formação de um Estado soberano, autônomo e efetivo para proteger seus cidadãos das conexões irregulares com o resto do mundo tem sido historicamente um processo prolongado e complexo – facilmente tirado do curso pelos descuidados e descontrolados envolvimento com poderosas forças geopolíticas, econômicas e culturais, originadas além destas porosas e vulneráveis fronteiras do embrião dos impérios, reinos e repúblicas⁵¹⁷.

Para retornar à nossa própria tribo de historiadores: a minha, infelizmente, superficial pesquisa da historiografia da: China, Índia, Japão, Mundo Islâmico e Europa, revela que, por milênios, historiadores de todas as civilizações têm sido mais ou menos envolvidos com o problema universal de como reconciliar “pacotes de modernidade” em oferta para fora de suas

⁵¹⁵ Esta bibliografia incluída em *Navigating World History*, de Patrick Manning, é atualizada por pelo menos três revistas: *The Journal of World History*, *The Journal of Global History* e *The Bulletin of the World History Association*, publicado pela Universidade do Havaí.

⁵¹⁶ KRUGMAN, P. R. *Development Geography and Economic Theory*. Cambridge, Mass: MIT Press, 1995, e STIGLITZ, J. *Making Globalization Work*. London: Allen Lane, 2006.

⁵¹⁷ A bibliografia que levanta debates entre cientistas sociais é bem representada por: GUILLEN, M. F. *Is Globalization, Civilizing Destructive or Feeble? Five Key Debates in the Social Science Literature*. Annual Review of Sociology, vol. 21, 2001, pp. 235-60. Para considerações de um economista, ver: RODRIK, D. *Has Globalization Gone Too Far?*. Washington: Institute for International Economics, 1997.



comunidades, políticas e impérios, com tradições indígenas e valores que eles e suas sociedades, corretamente, desejam preservar⁵¹⁸.

Não tem sido uma preocupação central da antiga tradição historiográfica mundial? Mesmo antes e desde Liang Qichao escrever seus famosos ensaios de 1902 sobre a “Nova Historiografia”, algumas das melhores mentes na História Chinesa (incluindo: Fu Sinian, Chen Yinke, Fan Wenland, Zhang Taiyan e posteriormente: Wang Lincong, Ma Keyao, Wu Yuqin, Qi Shirong, Yu Pei e Liu Beiching) têm e continuam relacionadas com o eterno problema do que é particular e o que tem sido de significado universal na história de um império que durou três milênios. Infelizmente, eu careço de referências linguísticas e eruditas para participar seriamente deste debate em curso.

A partir de minha própria perspectiva como historiador que sou, juntamente com outros no Ocidente, tentando compreender a complexa história da China, eu posso reconhecer longos períodos no passado quando o império serviu como modelo universal para o progresso econômico, social, científico e tecnológico. Hoje, quando o povo chinês está abraçando a modernidade mais entusiasmadamente e rapidamente que antes, historiadores chineses compreensivamente preocupados em preservar o melhor de suas sociedades tradicionais e identidades. Na verdade, todas as nações deveriam manter vivas suas próprias particularidades, mas ao mesmo tempo passar lições históricas e qualidades culturais duradouras que podem ser essenciais para o bem-estar da humanidade. Nem o leste nem o oeste tem ou pode progredir sem tomar emprestado do outro. Em sua longa história, tem havido um recente, mas breve, interlúdio de “sim, vamos chamá-lo declínio”, mas a extraordinária extensão do império da história exemplifica não só o progresso material, mas antigas virtudes de paz, ordem e harmonia as quais precisam ser estudadas e integradas em nossas grandes narrativas para uma História Global da humanidade⁵¹⁹.

Muitos poucos historiadores de hoje (na verdade, apenas uma minoria de nossos agora infames predecessores “eurocêtricos”) emprestou apoio inequívoco ao que tem sido representado como “genocídio cultural”, tem agido como “uma quinta coluna para valores

⁵¹⁸ O'BRIEN, P. *Historiographical traditions and modern imperatives for the restoration of global history*. Journal of Global History, vol. 1, mar. 2006, pp. 3-39. Ver também uma excelente análise da historiografia chinesa que reforça este ponto: WEIGELIN-SCHWIEDRZIK, S. *World History and Chinese History: 20th Century Chinese Historiography Between Universality and Particularity*. Osaka University Global History and Maritime Asia Working and Discussion Paper Series, vol. 5, 2007, pp. 1-18.

⁵¹⁹ WEIGELIN-SCHWIEDRZIK, S. *World History and Chinese History*. Osaka University Global History and Maritime Asia Working Paper, vol. 5, 2007. Ver também: WANG, Edward. *Inventing China Through History*. New York: State University of New York Press, 2001.



ocidentais” ou usado a história para apoiar um “consenso de Washington”. Nós não estamos, enfaticamente, querendo dizer que a única história que eles “tem que se interessar é a história de outras pessoas”⁵²⁰.

As metanarrativas provavelmente permanecerão, em alguns sentidos, inevitavelmente ocidentais. Mas histórias centradas nunca foram um monopólio dos europeus⁵²¹. Além disso, houveram vários autores clássicos (Heródoto é apenas um deles) e tradições (Cristandade Medieval, o Iluminismo e o período após as devastações da Primeira Grande Guerra, 1914-18) quando histórias cosmopolitas pareciam contradizer, qualificar e questionar uma tradição eurocêntrica dominante, partindo de Hegel até chegar em Lynn Cheney, o auto-denominado guardião dos valores americanos dos livros escolares usados nos Estados Unidos⁵²².

A História Global nos ensina a reconhecer que houve um período relativamente curto (três séculos, não muito mais) de hegemonia Ocidental geopolítica, científica e tecnológica, quando toda a tradição historiográfica (incluindo as tradições separáveis das nações europeias) foi exaltada, rejeitada ou adaptada a pacotes de modernidades alienígenas em oferta fora de suas próprias, mais ou menos isoladas, fronteiras e culturas.

Muitos historiadores vão se surpreender quando lerem estas eloquentes objeções a qualquer tipo de engajamento com a História Global por parte de pós-coloniais, subalternos e outros teóricos pós-modernos, se seus autores não têm nada pronto no nosso campo desde que John Roberts publicou *Triumph of the West* e Eric Jones escreveu *The European Miracle* no início da década de 1980⁵²³. É claro, estes livros continuam a serem vendidos e, o que é mais perigoso, a aparecer na televisão, cujos *gatekeepers* (até que sejam substituídos por re-educados e mais jovens graduados em humanidades) persistem em comunicar histórias que servem aos patriotismos (xenofobias) dos públicos em busca de identidades nacionais estreitamente

⁵²⁰ O sabor destes estimulantes ataques e citáveis polêmicas contra as perceptíveis “pretensões” dos historiadores globais no esforço de construir metanarrativas para o gênero pode ser observada em ensaios de Arif Dirlik e Vinay Lal em duas coleções de artigos historiográficos editados por: STUCHTEY, B.; FUCHS, E. *Writing World History*. Oxford: Oxford University Press, 2000, e STUCHTEY, B.; FUCHS, E. *Across Cultural Borders: Historiography in Global Perspective*. Lanham: Rowman and Littlefield, 2002.

⁵²¹ CHAKRABARTY, D. *Provincializing Europe*. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2000, retém uma profunda antipatia das traduções interculturais de categorias fundamentais usadas para análise histórica que inevitavelmente e indubitavelmente trazem de volta a biografia como o único gênero da história que é virtualmente livre dos preconceitos eurocêntricos. Ver também: SMITH, L. T. *Decolonizing Methodologies*. Dunedin: University of Otago Press, 1999.

⁵²² BENTLEY, J. *Myths, wages and some moral implications of world history*. *Journal of World History*, vol. 16, nº 1, 2005, pp. 51-82.

⁵²³ BLAUT, J. *The Colonizer's Model of the World: Geographical Diffusionism and Eurocentric History*. London: Guilford Press, 1993, examina a fase inicial de tentativas de reviver a História Global na academia Ocidental.



concebidas. Felizmente, esses livros estão cada vez sujeitos à crítica profissional para: tendência centralizadora, por ignorância das histórias da China, Índia, Japão, África e outros “cognoscíveis” e por dependência, das agora obsoletas, mas antes canônicas, autoridades e categorias fundamentais (geralmente derivadas de Smith, Marx e Weber) subjacentes a suas narrativas⁵²⁴. Seguramente, os dias em que as insípidas incursões eurocêntricas para a História do Mundo poderiam ser tratadas como conhecimento estão rapidamente desaparecendo?

Além disso, e uma vez que a maioria dos historiadores acadêmicos tendem a ser localizados em departamentos de especialistas, brigando por espaço e reconhecimento, as exclusões de quaisquer “povos sem história” ou ampla gama de atividades humanas (triviais, no entanto) já não são um perigo com o qual a polícia do pensamento filosófico precisa se preocupar⁵²⁵. Que tudo e todos tem uma história tem se tornado uma presunção consensual da história moderna. O problema não são as exclusões, mas as proliferações. Como melhor integrar nosso crescente e mais profundo conhecimento histórico do mundo em narrativas que as elites educadas, políticos e mesmo *gatekeepers* dos meios de comunicação de massa, poderiam ler, absorver e comunicar, é o real problema. Os historiadores não precisam confrontar Hegel, revisar Marx, censurar Weber ou provincializar a Europa. Aqueles no circuito sabem que deveriam ser mais heurísticos para se engajar em debates sobre o que incluir e excluir das narrativas que visam informes globais tanto quanto as histórias nacionais? Eles sabem que de pesquisadores e intelectuais no ensino superior não se engajarem diretamente (ou indiretamente, pela tolerância e apoio) na construção de novas metanarrativas cosmopolitas, depois, outros, menos educados, qualificados e sensíveis, continuarão a assumir este desafio e (como eles tem feito por séculos) escrever livros para escolas (o que é talvez mais pernicioso), televisionar histórias na forma de crônicas teleológicas projetadas para reforçar aos povos seus muito próprios conjunto de valores consagrados nos cânones cristãos, muçulmanos, hindus, confucianos e outros textos sagrados; dar credibilidade às suas próprias premissas estabelecidas, em favor de formas particulares de governo e argumentos ideológicos de apoio a economias baseadas tanto sobre a irrestrrição privada e empresarial ou sobre sistemas de comando baseados em preceitos stalinistas para a alocação de recursos, renda e riqueza⁵²⁶.

⁵²⁴ Ver o prolongado e iluminado debate entre Landes, seus críticos e apoiadores. Em seguida, a publicação de seu *best-seller*: LANDES, D. *The Wealth and Poverty of Nations: Why Some Are So Rich and Some So Poor*. New York: W. W. Norton & Company, 1999 (N.T.: LANDES, D. *A Riqueza e a Pobreza das Nações*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1998).

⁵²⁵ WOLF, E. *Europe and the People Without History*. Berkeley: University of California Press, 1982.

⁵²⁶ HENDRICK, C. *The Ethics of World History*. *Journal of World History*, vol. 16, n° 1, 2005, pp. 83-98.



Enquanto isso, caminhos novos e plurais para compreender a História do Mundo e melhores categorias fundamentais para a sua reconstrução continua a emanar das Ciências, Filosofia e Ciências Sociais, que estão ampliando-se para incorporar saberes do Oriente. Vamos reconhecer, contudo, que a proveniência e lugares de nascimento de intelectuais do porte de Montesquieu, Hume, Voltaire, Smith, Malthus, Hegel, St. Simon, Marx, Comte, Mill, Durkheim e Weber não faz *a priori* invalidar muitos de seus conhecimentos, eles continuam a contribuir com os historiadores na reconstrução do passado – mesmo o passado das sociedades e culturas de fora da Europa. Suas representações de “outras culturas” são todas muito facilmente parodiadas como imperial ou eurocêntrica⁵²⁷. Os conceitos ocidentais, categorias e teorias, têm, no entanto, evoluído, ao longo do tempo, no contexto das Ciências Sociais, no qual: a propriedade do Ocidente não é mais importante que as contribuições derivadas da medicina chinesa, que a flexibilidade da lei charia ou do que a arte africana, estas também são propriedades de qualquer cultura oriental⁵²⁸.

As Ciências Sociais modernas (incluindo a Economia) não são mais baseadas em singulares paradigmas abrangentes. Em vez disso, elas oferecem uma competição infinita de teorias, taxonomias e vocabulários para o estudo da História. A própria História tem se tornado mais aberta do que nunca para formas alternativas de acesso, conhecimento e compreensão do passado através da memória, testemunhos orais, artefatos, canções⁵²⁹, dança, ritual, bem como fontes impressas de todos os tipos. Desde que as interferências esboçadas a partir destas diversas formas de evidência são submetidas aos mesmos testes teóricos e empíricos que os historiadores são treinados para aplicar todas as formas de conhecimento do passado, então tais formas podem muito bem ser Bengali, Manchu, Maori ou qualquer outra forma tradicional para a recuperação do sentido⁵³⁰. Muitos historiadores não assumem que formas “indígenas” de compreender o passado são, necessariamente, inferiores ou superiores às Ciências Naturais e Sociais do Ocidente. No entanto, eles também sabem que tradições populares podem ser consideradas tanto como potencialmente irracionais, perigosas e malignas, quanto úteis e

⁵²⁷ LAL, V. *The History of History: Politics and Scholarship in Modern India*. Oxford/ New York: Oxford University Press, 2005.

⁵²⁸ LAL, V. *The Globalization of Modern Knowledge Systems: Governance, Ecology and Future Epistemologies*. *Emergencies*, vol. 9, n° 1, 1999, pp. 79-103, e seu *History of History* (N.T.: *op. cit.*).

⁵²⁹ N.T.: *ballads* no original.

⁵³⁰ SMITH, L. T. *Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous Peoples*. London/ New York: Zed Books Ltd., 1999.



proveitosas para a construção de identidades locais, juntamente com o sentido de cidadania global⁵³¹.

O problema básico com a História, como é ensinada nos sistemas de ensino em todo o mundo, é que grande parte do tempo de nossos colegas (financiados pelos contribuintes) é dedicado a servir as necessidades locais e nacionais de suas próprias comunidades.

4 ABORDAGENS, MÉTODOS COMPARATIVOS E CONEXÕES

Como um novo campo de estudos com forte potencial para fazer seu caminho, infelizmente muito gradualmente dentro do ensino superior, a História Global tem se interessado nestes últimos anos com seu próprio escopo, escala e métodos. O texto de Patrick Manning, *Navigating World History*, bem como inúmeros artigos no *Journal World History* e no *Bulletin of the World History Association*, lidam com as particularidades do campo historiográfico e testemunham problemas para sua recente preocupação com métodos.

No entanto, e até eles ficarem sob um contínuo ataque de seus oponentes que afirmam que todas as metanarrativas são uma forma de opressão, os historiadores globais partilham muito pouco de seus preciosos tempos de pesquisa ou reservam espaços em seus currículos para discussão metodológica. Eles deixam estas tarefas para os historiógrafos e filósofos. Eles tendem a ignorar prescrições de pessoas de fora em favor de simples abordagens, distinguidas entre comparações e conexões. Para falar sobre qualquer subcampo particular de um assunto em evidência, os historiadores preferem citar exemplos de seus próprios gêneros especializados – seja ele cultural, familiar, demográfico, diplomático ou outras formas de história, algo que (como a História Econômica) esteja relacionado às Ciências Sociais.

A maioria dos historiadores globais não têm, contudo, formado laços estreitos com nenhuma ciência social em particular. Embora muitos deles provavelmente consultem e usem a Antropologia Cultural e a Economia em detrimento de outras disciplinas correlatas. Uma crescente minoria que é acusada de produzir a prometida síntese entre a História Natural e

⁵³¹ HANLON, R. O.; WASHBROOK, D. *After Orientalism: Culture, Criticism and Politics in the Third World*. Comparative Studies in Society and History, vol. 34, nº 1, 1992, pp. 141-67. Ver também: WIEBE, R. H. *Who are We? A History of Popular Nationalism*. Princeton: Princeton University Press, 2002.



Cultural tem claramente digerido uma grande parte da “popularizada” ciência natural, que é atualmente o provável curso das formas acessíveis aos historiadores⁵³².

Muito da discussão sobre a História Global, que tem um caráter metodológico, se faz com o uso de metáforas, exaltando os benefícios dos amplos panoramas do espaço, paraquedas e arranha-céus; dizem os historiadores que pensam mais sobre Arquitetura do que em prédios, e muito menos em tijolos; recomendam uma fuga dos interesses particulares, locais e, acima de tudo, proclamam em favor de um movimento em direção a um engajamento com problemas universais como a degradação do meio ambiente, direitos humanos, pobreza, gênero, saúde, bem-estar e vida material.

A maioria dos historiadores estão agora começando a entender porque a atribuição de mais espaço para a História Global é desejável e apreciada, pois o campo poderia ser tanto heurístico para seus estudantes quanto unificador para uma possível “associação” de pesquisadores que o adotam. O que continua sendo difícil de descobrir é um conjunto de diretrizes aceitáveis (não metodologias) sobre a melhor forma de proceder. Em resumo, como passaremos de exortações e metáforas para métodos. Pessoalmente, eu não encontro os problemas epistemológicos envolvidos mais difíceis do que aqueles encontrados nas histórias escritas da Europa ou América Latina. Tais problemas vão, eu suspeito, ser resolvidos (não solucionados) pelo aparecimento de um impressionante fluxo de exemplos de gênero.

Enquanto isso, o que deveria ser repellido são as pressões daqueles com anos de conhecimento e interesse investido no estudo de uma área, que sugerem que “nômades” sem passaporte ou referências sejam desencorajados a se aventurar dentro de “seu” território, no intuito de reiterar “seu” conhecimento em contextos globais. Infelizmente, esta atitude é ainda predominante (bem como a mais famosa face) no Orientalismo Ocidental e deve ser ignorada. A Pérsia não é (como opinou a grande orientalista Ann Lambton) acessível somente para pesquisadores reais da antiga e complexa civilização. Sim, as referências requeridas para entrar em qualquer novo território deveriam envolver um sério engajamento com a melhor literatura secundária, esperançosamente abundante e disponível em linguagens que nós possamos ler. Além disso, os interesses e novas perspectivas que nós afirmamos que virão da História Global, deveriam ser boas o bastante para ser potencialmente publicadas em jornais especializados para áreas que nós usamos como estudos de caso. Para ajudar-nos ao longo do percurso, o *Journal*

⁵³² CHRISTIAN, D. *Maps of Time: An Introduction to Big History*. Berkeley/ Los Angeles/ London: University of California Press, 2004.



of Asian Studies pode (por exemplo) começar a solicitar tentativas de comparação entre as histórias chinesa e europeia. Periódicos sobre história japonesa pode também receber artigos que situam o Japão em contextos asiáticos e europeus mais amplos. Os métodos e tradições do conhecimento de histórias imperiais, econômicas e transnacionais são claramente úteis. Descobrir e sintetizar o local no global e o global no local claramente também incorre em importantes contribuições⁵³³.

5 MORAL E IMPERATIVOS POLÍTICOS PARA A RESTAURAÇÃO DA HISTÓRIA GLOBAL

Uma vez que a tradição historiográfica de tentativas de separar seu papel moral e o poder para instruir em favor do projeto historicista utópico de Van Ranke para recuperar a Verdade do passado teve curta duração e é agora reconhecido como falho, não seria hora de voltar aos ideais de construção de “Narrativas do Iluminismo” (*Narratives of Enlightenment*) para esses nossos excitantes, mas perigosos, tempos de acelerada globalização⁵³⁴.

Com seu compromisso para a inclusão e com os parâmetros de longas cronologias e amplos espaços, a História Global representa um desafio para todos aqueles que continuam a reivindicar primazia para a civilização Ocidental ao longo de todas as suas múltiplas dimensões. O efêmero sucesso geopolítico e tecnológico do Ocidente (ou mesmo da canção chinesa) nunca incorporou nenhum tipo de superioridade moral. Somente alguns poucos historiadores tem reivindicado que eles o fizeram. Os historiadores globais procuram seguir as recomendações de Herodoto para “preservar a memória do passado colocando no registro dos empreendimentos surpreendentes de nós mesmos e dos povos asiáticos”⁵³⁵. Podemos, nesse nosso século XXI, esperançosamente restringir aos “historiógrafos” milênios de escrita histórica que foi basicamente confessional, providencial e cêntrico e que implicitamente, e frequentemente de forma explícita, proclamou a superioridade de uma civilização em particular (seja ela egípcia, helenística, cristã, muçulmana, bizantina, hindu, confuciana ou ocidental). Nossa missão para

⁵³³ HOPKINS, A.G. *Global History: Interactions between the Universal and the Local*. London: Palgrave Macmillan, 2006, e eu recorde com satisfação que um dos apoiadores do seminário I inaugurado no *Institute of Historical Research* foi o então diretor da *Victoria County History* da região da Inglaterra e País de Gales.

⁵³⁴ O'BRIEN, K. *Narratives of Enlightenment: Cosmopolitan History from Voltaire to Gibbon*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. Para narrativas na historiografia alemã, ver: OSTERHAMMEL, J. *Approaches to Global History and the Question of the Civilizing Mission*. Osaka University Global History and Maritime Asia Working and Discussion Papers, vol. 3, 2006, pp. 1-29.

⁵³⁵ EVANS, J. *Herodotus: Explorer of the Past*. Princeton: Princeton University Press, 1991, p. 67.



o terceiro milênio é citar nosso padrinho moderno (Willian McNeill), é escrever e comunicar “histórias ecumênicas”⁵³⁶.

Essas ideias deveriam ser projetadas para dar espaço à diversidade global em toda a sua complexidade e proporcionar reconhecimento adequado à agência humana (incluindo a agência das mulheres). É claro, suas metanarrativas permanecerão inevitavelmente provisórias e negociáveis. Mas, quanto mais e mais historiadores profissionais do sistema de ensino superior de todas as partes do mundo (não só da Europa e Estados Unidos ou de diásporas de acadêmicos asiáticos) a ver como seu papel público para revelar o universal no pessoal; o global no local; bem como as conexões recíprocas entre o leste e o oeste, norte e sul; então fluxos de pesquisas relevantes de todos os estilos de história fornecer peças para a próxima geração de Hodgsons, McNeills e Braudels, construir melhores metanarrativas do que estas que agora são oferecidas nestes nossos ilustres predecessores⁵³⁷.

No debate muito menos acadêmico que envolve a competição pela atenção popular, pode e se restringem as miopias nacionalistas de políticos e elites no controle dos meios de comunicação para a comunicação da História. Os historiadores são, no entanto, realistas e reconhecem que mesmo quando isso começa a acontecer, o embargo de pessoas de todos os lugares a suas próprias instituições, celebridades, heróis, comunidades, etnias e religiões, bem como a mitos que alimentam mais tipos malignos de chauvinismos e fundamentalismos continuarão a permanecer extremamente fortes e não facilmente enfraquecidos pela educação não muito mais ampla que as histórias nacionais e provinciais que nós todos absorvemos na escola.

No entanto, e embora se mostre como uma tarefa difícil, a História Global parece ser tanto uma tarefa inevitável quanto um sonho nobre para os departamentos de história abraçar. Passos em direção a realização dos campos de missão poderiam levar eventualmente a uma melhor compreensão do passado de nosso extenso mundo conectado. Por extensão, que poderia muito bem contribuir para a consciência, pressões e instituições atualmente em construção e em operação para cidadãos em uma sociedade civil global.

⁵³⁶ McNEILL, W. *The Rise of the West after Twenty Five Years*. Journal of World History, vol. 1, nº 1, 1990, pp. 1-21.

⁵³⁷ HOD GSON, M. G. S. *Rethinking World History: Essays on Europe, Islam and World History* (ed. Edmund Burke III). Cambridge: Cambridge University Press, 1993; BRAUDEL, F. *Civilization and Capitalism*. 3 vols. London: Collins, 1984-85 (N.T: BRAUDEL, F. *Civilização Material, Economia e Capitalismo*. 3 vols. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 1995); McNEILL, W. *Mythistory and Other Essays*. Chicago: Chicago University Press, 1986.



Como a globalização continua a acelerar tal sociedade, não é mais vista como um paradoxo impossível de prever e dificilmente sobre uma prancheta, muito menos definida como um lugar para debates intelectuais sérios de construção societal e para a formação de instituições de governança global. Como um ideal utópico ela pode ser traçada como um retorno através de uma longa e ilustre linha de filósofos até Mencius no Oriente e até as admoestações dos estoicos no Ocidente.

Seus ideais de especificação, promoção, e quando possível, proteção dos direitos humanos básicos para pessoas de todas as partes contra a violência, doença, fome, discriminação, desastres naturais etc., começam a ser difundidos, mas de formas institucionais e transnacionais (congressos, redes globais, sociedades internacionais, associações cosmopolitas (embora as corporações empresariais multinacionais tenham nascido para o lucro), durante o século XIX.

Ao longo do tempo, tais instituições ampliaram sua gama de missões para incluir mais objetivos e povos cujas necessidades básicas, direitos e desejos pareciam ser negligenciados, mal atendidos ou mesmo ameaçados pelos estados sob cuja soberania e jurisdição eles residiam⁵³⁸.

No despertar da: profunda conjuntura histórica das guerras quente e fria (1939-89) que testemunharam barbaridades extensas e sem precedentes; do rápido surgimento de um grande número de estados descolonizados reivindicando a soberania sobre a vida de seus povos; e a difusão de tecnologias avançadas para o transporte rápido e para comunicações orais e visuais instantâneas; espaços políticos para a proliferação de instituições que trabalham com as necessidades e desejos em evolução da humanidade têm se aberto e expandido⁵³⁹. Hoje existem literalmente milhares de instituições globais. Suas preocupações e serviços fornecidos como bens públicos ou vendidos como mercadorias por corporações empresariais tocam e influenciam a vida de uma sempre crescente proporção das populações mundiais⁵⁴⁰. Estas instituições concebem às suas missões operacionais preocupações e interesses não limitados

⁵³⁸ CHOLTE, J. A. *Globalization: A Critical Introduction*. London: Macmillan, 2000.

⁵³⁹ BELL, P. M. H. *The World Since 1945: An International History*. London/ New York: Bloomsbury Academic, 2001. Ver também: REYNOLDS, D. *One World Divisible: A Global History Since 1945 (The Global Century Series)*. London/ New York: W. W. Norton & Company, 2000.

⁵⁴⁰ MAZLISH, B. *The New Global History*. New York: Routledge, 2006.



por fronteiras. Mais frequentemente, eles não operam em aliança tácita ou ativa com estados soberanos e as vezes em oposição com as políticas de governos e autoridades locais⁵⁴¹.

Muitas (inclusive corporações internacionais) representam as suas missões morais em termos de preocupações com a humanidade como um todo e se referem à Declaração Universal dos Direitos Humanos, como foi promulgada pelas Nações Unidas, em 1948, reafirmada em Viena, em 1993, e reconhecida pela fundação de Cortes Internacionais para assegurar políticos e seus agentes responsáveis por crimes contra a humanidade⁵⁴². Instituições politicamente globais conseguem mandatos para suas operações e atividades através de alegações (por vezes espúrias, muitas vezes superficiais, mas geralmente plausíveis) de que elas estão cumprindo demandas para o bem-estar humano, de acordo com aqueles interesses percebidos e formulados por elas.

Os historiadores têm lido e pesquisado mais profundamente do que pesquisadores de outras disciplinas acadêmicas no longo e complexo processo da formação do Estado, da evolução e consolidação de identidades pessoais e culturais por trás das sociedades civis vistas como estáveis e mais ou menos bem-sucedidas. Eles reconhecem que, de diversas formas, a pletora das instituições agora oferecendo bens públicos e até mesmo vendendo bens e serviços privados em uma escala global são os análogos de instituições que ajudaram a formar dinâmicas, sociedades nacionais, economias, culturas e estados durante séculos. Eles também recordarão as tensões e resistência deste processo que conheceu investimento, interesses políticos e econômicos, religiões paroquiais e culturas locais bem como antipatias pessoais em relação ao alargamento de contextos da vida econômica, social, política e familiar. Sua compreensão dos ganhos, perdas e violência envolvidos nesta prolongada história de construção da nação, lhes permitirá reconhecer que a acelerada globalização de nossos tempos está nos levando, mas lentamente, em direção a alguma forma de sociedade civil global. O poder está mudando para longe dos Estados soberanos. Embora a comunicação, política e fundamentalismo religioso estejam ainda onipresentes como reações perigosas⁵⁴³.

⁵⁴¹ CRAWFORD, N.C. *Organization and Change in World Politics: Ethics, Decolonization and Humanitarian Intervention*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

⁵⁴² CARTER, A. *Political Theory of Global Citizenship*. New York: Routledge, 2006.

⁵⁴³ DALLMAYR, F.; ROSALES, J. M. (eds.). *Beyond Nationalism?*. Lanham: Lexington Books, 2001.



Culturas locais estão se fundindo, adaptando-se, sobrevivendo e contribuindo com tendências universalizantes⁵⁴⁴. Intelectuais das ciências, ciências sociais e humanidades estão explorando os tipos de educação que poderiam prejudicar uma cultura para a cidadania global e para as instituições que poderiam fomentar o desenvolvimento de algum tipo de sociedade civil global⁵⁴⁵.

A História contém conhecimento que é politicamente, economicamente e culturalmente significativo para o grande debate de nossos tempos. Não porque, como Ranke esperava, o sujeito poderia recuperar a verdade e evidência cientificamente válida sobre o passado, mas porque uma compreensão histórica dos processos políticos e sociais envolvidos pode ser aguda e útil. O momento deveria ser agarrado, porque historiadores sem propósitos ou programas nunca existiram. Sim, distanciamento irônico e atenção cuidadosa às evidências são virtudes a serem cultivadas pelos historiadores que desejam permanecer intelectualmente persuasivos. Mas, também são a construção e a reconfiguração de metanarrativas que educarão o público, apelam para os jovens e servem as necessidades de nossos tempos no sentido de cidadania global. Esta tarefa poderia bem reviver o melhor de uma tradição áurea em meio a uma profissão rabugenta de acadêmicos pós-modernos, seguindo seus próprios riscos e programas auto-definidos.

Qualquer coisa a menos poderia ser tolice ou insensatez, como Bolingbroke antecipou, poderia ser remediado “pelo estudo histórico que deveria purgar a mente de... parcialidades e preconceitos. Para um homem sábio olhar para si mesmo como um cidadão do mundo”⁵⁴⁶.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

O'BRIEN, Patrick. *Global History for Global Citizenship*. Global History and Maritime Asia Working and Discussion Paper Series, **Working Paper** nº 7, 2008, pp. 01-16.

_____. *Global History for Global Citizenship by Patrick Karl O'Brien: A Summary*.

Global History [blog], 07 out. 2010. Disponível em:

<<https://globalhistoryatlse.wordpress.com/2010/10/07/global-history-for-global-citizenship-by-patrick-karl-obrien-a-summary/>> Acesso em: 20 jan. 2016.

⁵⁴⁴ HOPKINS, A.G. *Global History: Interactions between the Universal and the Local*. London: Palgrave Macmillan, 2006. Ver também: JONES, E. L. *Cultures Merging: A Historical and Economic Critique of Culture*. Princeton: Princeton University Press, 2006.

⁵⁴⁵ ALBROW, M. *The Global Age: State and Society Beyond Modernity*. Cambridge: Polity Press, 1996.

⁵⁴⁶ SOUTHGATE, B. C. *Why Bother with History?: Ancient, Modern and Postmodern Motivations*. Essex: Pearson Education Limited, 2000, p. 163.



_____. **Global History. Making History** [*site*], s/d. Disponível em:
<http://www.history.ac.uk/makinghistory/resources/articles/global_history.html> Acesso em:
19 jan. 2016.

_____. **Global History for Global Citizenship: Why university students must study
Global History.** s.n.t., pp. 01-33.



“Desafios para a pesquisa e o ensino história são internacionais”:

uma entrevista com Joana Maria Pedro

Entrevista realizada por Ana Rita Fonteles Duarte⁵⁴⁷

Notas preliminares



A historiadora Joana Maria Pedro é referência nos estudos sobre história das mulheres e relações de gênero no Brasil. Autora de *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe* e *Práticas Proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX*, ela vem, nos últimos anos, desenvolvendo pesquisas sobre feminismos e movimentos de resistência às

ditaduras no Cone Sul entre os anos de 1960 e 1980, além de analisar as circulações e apropriações das teorias feministas numa perspectiva comparada entre países como Brasil, Chile, Argentina e Uruguai.

Recentemente aposentada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde lecionou por 26 anos, ela continua ligada à Pós-Graduação em História e à Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas naquela instituição, orientando trabalhos e dando aulas. Durante sua trajetória, já orientou 43 dissertações e 34 teses. Junto a outras professoras da UFSC e da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), organiza o maior evento sobre gênero na América do Sul, o *Fazendo Gênero*, realizado desde 1994.

⁵⁴⁷ Professora Associada I do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC). É doutora em História Cultural pela UFSC e mestra em História Social pela UFC, possui graduação em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1294847348263407>. anaritafonteles@uol.com.br.



Nesta entrevista, respondida via e-mail em fevereiro deste ano, ela fala sobre sua formação e trajetória como pesquisadora, dos ataques sofridos pela categoria gênero dentro e fora da academia e sobre os desafios da disciplina História nesse momento, pós-vitória da direita conservadora nas eleições presidenciais no Brasil. Joana Pedro preside a Associação Nacional de História (Anpuh) desde 2017. Antes de deixar o cargo em julho de 2019, ela discute como a Anpuh está enfrentando os ataques contra os professores e à produção de conhecimento e expõe os desafios colocados aos historiadores em tempos difíceis.

1 Ana Rita Fonteles Duarte: *Você é uma das maiores referências entre os historiadores brasileiros no que diz respeito aos estudos sobre história e gênero, hoje, no Brasil. Como se dá o seu interesse pela temática?*

Joana Maria Pedro: Em primeiro lugar, quero agradecer esta referência. Não me considero tão importante assim. Hoje, tem muita gente boa discutindo História das Mulheres e Relações de Gênero no Brasil. Quanto à sua questão, para chegar nos estudos de gênero na história, eu comecei discutindo História das Mulheres. Esta foi a questão de minha tese de doutorado. Entre 1988 e 1992, período em que estive afastada para fazer doutorado em São Paulo, na USP, eu não discutia relações de gênero. Quando eu comecei o curso na USP sob a orientação da Professora Maria Odila Leite da Silva Dias, eu nunca tinha ouvido falar de gênero. Minha questão, seguindo minha orientadora, era observar os papéis informais das mulheres. A discussão era: a sociedade define papéis para as mulheres, mas elas não cumprem estes papéis e trabalham, negociam, vivem, desconsiderando estas normas que exigem delas. Na minha tese – focada em Florianópolis, Santa Catarina, eu tentava mostrar que as mulheres, principalmente as mais pobres, por não terem sido apanhadas nas redes normativas que exigiam a separação entre público e privado, eram as primeiras a improvisar e a viver de maneira diversa daquela que se pretendia que vivessem. Foi durante o período do doutorado, quando eu já estava fazendo a pesquisa, que eu participei, em São Paulo, de um evento que discutia relações de gênero. Lembro que o evento tinha um pequeno cartaz que dizia “Relações de sexo X relações de gênero”. Procurei, então, perguntar para minhas colegas o que era aquilo e passamos a buscar referências bibliográficas para estudar. Formamos um grupo de estudos que se reunia uma vez por mês no apartamento que eu dividia com outras colegas em São Paulo. Maria Odila foi várias



vezes nestas reuniões e trouxe para nós vários artigos – todos em inglês - discutindo relações de gênero. Nós traduzíamos, líamos e discutíamos. Foi assim que tive contato com a questão de gênero. Note que, mesmo assim, não tive coragem de incluir esta categoria na minha tese.

Depois da defesa da tese e voltando a dar aulas, eu ofereci uma disciplina que discutia relações de gênero. Foi então que pude ler com mais atenção e incorporei a categoria. Na aula que tive que dar para o concurso de titular da UFSC, em 1993, eu explanei esta categoria e procurei mostrar o que significava. A partir de então, passei a não só incluir a categoria como a orientar mestrado e depois doutorado com essa categoria de análise.

2 - Ana Rita Fonteles Duarte: *O redirecionamento em seus estudos implicou em mudanças na tua formação como historiadora? Tua tese “Mulheres honestas, mulheres faladas- uma questão de classe”, defendida em 1992, já trabalha com uma ideia próxima de interseccionalidade, hoje muito cara aos estudos de gênero. Esta sempre foi uma preocupação sua? O que mudou nesse aspecto desde que defendeste a tua tese em relação a esse aspecto?*

Joana Maria Pedro: Na minha tese eu incluí a questão de classe, raça e de “mulheres”, não a de gênero. Eu estava fazendo, como já mencionei, História das Mulheres. Ao discutir, também, a questão da classe e incluir algumas referências à questão da raça, eu não estava trabalhando com “interseccionalidade”. Eu nem sabia da existência desta categoria. Fiz isso: pensar mulheres, classe e raça, porque minhas fontes me levavam nesta direção e pela própria orientação de Maria Odila, que teve muito peso nesta questão. Sobre a interseccionalidade, eu tive contato através da REF – Revista Estudos Feministas, da qual fui editora entre 2004 e 2005. O texto de KIMBERLÉ CRENSHAW foi publicado na Revista Estudos Feministas em 2002.⁵⁴⁸ Foi, portanto, através da Revista Estudos Feministas que fiquei conhecendo esta categoria: interseccionalidade. Isso não significa que passei a usa-la imediatamente. Essa discussão esteve presente nas minhas aulas, foi texto discutido em aula, mas não necessariamente presente nos textos que escrevi. Interessante como uma categoria nova nem sempre é incorporada nos projetos e nos textos escritos. Para mim, era como se eu estivesse aprendendo a dar nome a algo

⁵⁴⁸ CRENSHAW, Kimberle. *A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero*. In: **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004, p. 7-16. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>



que eu, em parte, estava fazendo há algum tempo. Hoje essa categoria ganhou mais destaque⁵⁴⁹ e, inclusive, crítica⁵⁵⁰.

3 - Ana Rita Fonteles Duarte: *Uma preocupação muito clara em sua obra, nos últimos anos, expressa em textos e comunicações em congressos, é historicizar a produção historiográfica sobre a temática tanto no Brasil como na América do Sul? Lembro de você pontuando que, muitas vezes, o uso da palavra gênero não expressava uma análise verdadeiramente relacional nos trabalhos, sendo utilizada de maneira intercambiável a de mulheres. Como estamos hoje em termos de balanço nessa área?*

Joana Maria Pedro: Essa preocupação em historicizar os conceitos e as categorias de análise passou a se tornar cada vez mais importante para mim na medida em que eu passei a me dedicar a dar aulas e orientar teses no Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas. Ali, tenho tido a oportunidade de dividir aulas e orientações com pesquisadoras da saúde, da sociologia, filosofia, antropologia, geografia, história e direito. A forma como abordávamos a mesma temática foi me apontando o que convergia e também o que nos diferenciava. Como historiadora, eu fui reforçando a discussão da historicidade. A obra de Reinhart Koselleck⁵⁵¹, especialmente o livro *Futuro Passado*, me ajuda muito. Este autor me ajuda a fazer a diferença entre conceitos das fontes e categorias acadêmicas. Desta forma, eu consigo pensar o uso da categoria “gênero”, por exemplo, para épocas que não discutiam esta questão, encerrando, assim, aquela interminável discussão sobre o anacronismo do uso de categorias que não se pensava na época. Claro, a categoria é do tempo presente, o conceito é que tem que ser datado por ser encontrado nas fontes. E, quando tento mostrar a historicidade das categorias acadêmicas, mostro isso a partir de trabalhos acadêmicos. Enfim, com inspiração em Koselleck, busco perceber como a academia tem usado estas categorias: Mulher, Mulheres, Relações de gênero, etc... Essa mesma questão pode ser pensada para os movimentos sociais. Muitas perguntas podem ser feitas a este respeito. Que categorias, quais conceitos usam os

⁵⁴⁹ AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018; PLATERO, Raquel. **Intersecciones: cuerpos y sexualidades em la encrucijada.** Barcelona: Edicions Bellaterra, S.L., 2012.

⁵⁵⁰ BOUTELDJA, Houria. Raça, Classe e Gênero: uma nova divindade de três cabeças. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 2, n. 2, 2016, p. 5-9.

⁵⁵¹ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à Semântica dos Tempos Históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.



movimentos? Quando os movimentos mudam os conceitos que utilizam para expressar suas pautas? Sobre este assunto, o trabalho de Millie Thayer⁵⁵² é um exemplo a ser seguido. Ela mostra como a categoria gênero foi sendo incorporada por movimentos de mulheres. O mesmo pode ser feito com conceitos usados por intelectuais. Foi o que fez Joana Vieira Borges⁵⁵³, que verificou a forma como *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, foi lido e incorporado nos textos das intelectuais que se autodefinem como feministas. Neste caso, articula os conceitos com a história da leitura, especialmente pensando nas discussões sobre “apropriação” e “leitura”. Autores como Jean Marie Goulemot⁵⁵⁴ e Roger Chartier ajudam nesta discussão.

Você me perguntou também sobre o que tem sido publicado como “relações de gênero” sem verdadeiramente acionar a categoria. Isto foi muito comum nos anos noventa e início do século XXI. Muitos trabalhos que focalizavam mulheres usavam em seus títulos a palavra gênero. Isto tem sido menos frequente nesta década que estamos vivendo. Cada vez mais ocorre o inverso: trabalhos que falam de “mulheres” têm abordagem de gênero.

4 - Ana Rita Fonteles Duarte: *Você acha que avançamos em termos do reconhecimento acadêmico no que toca aos estudos de gênero ou continuamos a ser vistas somente como ativistas na universidade?*

Joana Maria Pedro: Esta avaliação pelos pares - se somos ativistas ou acadêmicas - depende do contexto político. Escutei por muito tempo a afirmação de que História das Mulheres era um tema menor, algo sem importância, pois, conforme diziam, “conhecer a história das mulheres em nada mudaria o conhecimento que se teria de história, apenas acrescentaria um detalhe a mais”. Mas a História das Mulheres fez sucesso editorial e a entrada cada vez maior das mulheres no ensino superior trouxe muita gente interessada no tema. A inclusão do gênero como categoria de análise também foi, inicialmente, rejeitada pelos pares na academia e considerada como trazendo questões muito específicas, engajadas e não oferecendo colaborações substanciais para a historiografia. Interessante notar que colegas de esquerda

⁵⁵² THAYER, Millie. *Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão*. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, 2001, p. 103-130.

⁵⁵³ BORGES, Joana Vieira. **Para além do "tornar-se"**: ressonâncias das leituras feministas de "O Segundo Sexo" no Brasil. Dissertação de Mestrado em História. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

⁵⁵⁴ GOULEMOT, Jean Marie. *Da leitura como produção de sentidos*. In: CHARTIER, Roger; BOURDIEU, Pierre; BRESSON, François (orgs). **Práticas da leitura**. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. p. 107-116.



foram os primeiros a rejeitar. Diziam que não colaborava com a luta política da esquerda. Atualmente o contexto mudou, a discussão de gênero passou a ser perseguida, primeiramente pela Igreja Católica e depois pelas igrejas evangélicas, especialmente as pentecostais⁵⁵⁵. A partir de então, nossos pares começaram a se dar conta de que sim, gênero é uma questão política. Alvo de ataques de governos de direita, como o da Hungria, por exemplo, que fechou cursos universitários sobre gênero e tem negado qualquer recurso de pesquisa para essa questão. Enfim, esses governos de direita localizaram o gênero na “esquerda”, coisa que nossos pares de esquerda não faziam. Interessante como Joan Scott⁵⁵⁶ já tinha mostrado isso em 2014. Eu sempre tive certeza de que discutir mulheres e relações de gênero é estar no campo político da esquerda. Especialmente se levamos em conta o que nos esclarece Norberto Bobbio⁵⁵⁷ sobre o que separa a direita da esquerda. De acordo com este autor, é a forma como atribuem importância para o ideal de igualdade. Assim, a defesa da igualdade é uma atribuição que identifica a esquerda. Para a direita a desigualdade entre as pessoas é impossível de eliminar. Portanto, o que se está fazendo é buscar a igualdade – mesmo que ela esteja no horizonte. É isso que se quer quando se estuda a história das mulheres e as relações de gênero.

5 - Ana Rita Fonteles Duarte: *A UFSC tornou-se universidade referência na produção de estudos de gênero no Brasil, atraindo estudantes de todo o Brasil e de outros países. Vocês realizam o principal evento da área na América do Sul (Fazendo Gênero) e coordenam o periódico mais importante no País (REF). O que propiciou essa liderança?*

Joana Maria Pedro: Uma série de fatores, difícil de definir qual foi o principal. Vivemos num estado muito conservador, com alta taxa de feminicídio e de violência contra as mulheres e com histórico de pouquíssimas mulheres em cargos de poder no setor público. Isso poderia ter dificultado nossas atividades, mas a Universidade é sempre um lugar de mais liberdade. Tivemos a sorte de contar com muitas colegas interessadas em pesquisar sobre “Mulheres” e “Relações de Gênero” e atuamos de maneira interdisciplinar. Quem fez o primeiro encontro “Fazendo Gênero” foi uma equipe coordenada por Zahidé Lupinacci Muzart e contou com

⁵⁵⁵ MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano Campana . “*Ideologia de gênero*”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, Número 3, set./dez., 2017, p.725-744.

⁵⁵⁶ SCOTT, Joan W. *Os usos e abusos do gênero*. **Projeto História**, São Paulo, v. 45, mar. 2014, p. 327-351.

⁵⁵⁷ BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1995.



colegas que trabalhavam ou estudavam no Centro de Comunicação e Expressão da UFSC. Foi realizado entre 30 de novembro e 2 de dezembro de 1994. Em maio de 1996, foi organizado o Fazendo Gênero na UFSC, coordenado por mim e pela Prof^a. Miriam Grossi, do qual saiu um livro chamado “Masculino, feminino, plural”⁵⁵⁸, editado pela Editora Mulheres em 1998. A Editora Mulheres era de propriedade de Zahidé Muzart, que era professora da UFSC.

E, assim, a cada 2 anos, fomos realizando o Fazendo Gênero, que foi se tornando internacional, e atraía um número maior de participantes a cada edição. Em 2010, eu coordenei, junto com as professoras Carmen Sílvia Rial e Silvia Maria Favero Arend, o Fazendo Gênero 9. Foi um evento enorme, contou com mais de 96 Simpósios Temáticos e isso nos deixou um pouco assustadas. Assim, a partir de 2010, em vista do tamanho que foi adquirindo o evento, resolvemos adiar um ano e fazer o Fazendo Gênero a cada 3 anos. E, assim, tivemos o Fazendo Gênero 10 em 2013. O próximo Fazendo Gênero, o de número 12 será em 2020, entre 27 e 31 de julho. Já estamos organizando. O que nos favoreceu? Publicamos a cada edição uma seleção dos trabalhos em revistas e livros. As pessoas se organizavam para vir para Florianópolis para o Fazendo Gênero. Em geral fazíamos o evento nos meses de inverno, quando os hotéis estavam com vagas sobrando e faziam bom preço. Contamos em várias ocasiões com a ajuda da administração da UFSC para trazer convidadas. Usamos as instalações da UFSC.

Fizemos também, a cada edição, uma parceria com a UDESC, desta forma as atividades eram sempre conjuntas e muitas vezes a UDESC nos ajudou com apoios variados, como transporte de convidados e até abrigar parte do evento.

Acabamos por constituir uma equipe que já sabe o que fazer e que ensina para as pessoas mais novas como organizar. Dividimos as tarefas e cada pessoa se encarrega de sua parte e isso deixa a equipe tranquila, pois sabem que com aquela liderança tudo vai funcionar. Além disso, o fato de fazermos o evento tantas vezes acaba por nos dar uma boa experiência de como lidar com grandes eventos.

A REF – Revista Estudos Feministas veio para Florianópolis por causa da fama que ganhamos por organizar o Fazendo Gênero. Esta revista começou a ser editada no Rio de Janeiro, com apoio da Fundação Ford, em 1992. Estava com sérias dificuldades em 1999 e as editoras do Rio de Janeiro ofereceram para Cláudia Lima Costa e Miriam Pillar Grossi a editoria da revista que, caso aceitassem, passaria a ser sediada na UFSC. Na época eu era a diretora do

⁵⁵⁸ PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar. **Masculino, feminino, plural**: gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998.



CFH- Centro de Filosofia e Ciências Humanas e, quando as duas professoras vieram propor que assumíssemos esta editoria, dei apoio através de um espaço dentro do CFH e disponibilização de uma funcionária – Carmem V. G. V. Ramos, que passou a atuar não só na revista como no Fazendo Gênero, encarregada das prestações de conta e dos projetos. A presença de Carmem Ramos foi um grande suporte para nossas atividades.

6 - Ana Rita Fonteles Duarte: *Como será produzir pesquisa e ensino sobre a temática de gênero nos próximos anos, no Brasil, diante das mudanças e políticas trazidas pelo atual governo nos campos da educação e ciência?*

Joana Maria Pedro: Nunca foi fácil produzir pesquisa e ensino com a temática de gênero. Agora se tornou um pouco mais difícil, mas penso que todas estas ameaças, ultimamente, não tem atrapalhado o crescimento dos estudos sobre Mulheres, Feminismos, Sexualidades e Relações de Gênero. Claro que tivemos pessoas que foram processadas, como foi o caso da Professora Marlene de Fáveri, e outras que foram ameaçadas. Mas toda essa discussão tem despertado muita curiosidade e a cada dia podemos ver mais pessoas interessadas. Acabamos de concluir um minicurso sobre “Gênero e Feminismo” na UFSC. Foi entre 18 e 21 de fevereiro e tivemos quase 1000 pessoas inscritas. Foi impressionante. Tivemos que recusar muita gente porque não tínhamos espaço para abrigar todas as pessoas.

Por outro lado, algumas pessoas estão com medo de não conseguir emprego se defenderem uma tese sobre a questão homossexual, por exemplo. Enfim, eu entendo que este governo vai fazer o possível para implementar a pauta moral e isso inclui rechaçar a discussão sobre relações de gênero, mas ainda tem muita coisa para acontecer e a luta não está perdida.

7 - Ana Rita Fonteles Duarte: *No pós-eleição, no Brasil, temos visto muitas críticas sobre o papel dos movimentos identitários, especialmente o de gênero, na derrota das esquerdas a partir da dificuldade que teria de comunicar suas demandas aos setores mais pobres ou conservadores da sociedade brasileira. Essas críticas não existem só no Brasil, mas estão presentes, de uma maneira mais geral, no repensar das propostas políticas emancipatórias. A cientista política americana Wendy Brown, que trabalha com teoria feminista, diz que o gênero se tornou algo que se pode moldar, multiplicar, problematizar, ressignificar, metamorfosear, ridicularizar, resistir, imitar, regular, mas não emancipar. O que você pensa dessas críticas?*



Joana Maria Pedro: Além da disputa com os colegas do campo acadêmico, o estudo de gênero também encontrou oposição no próprio campo feminista. Joan Scott já falava disso no início dos anos noventa⁵⁵⁹. A categoria gênero era acusada de não oferecer condições políticas. Buscou-se encontrar no retorno à categoria Mulher ou Mulheres estas condições; entretanto, estas eram acusadas de essencialistas. Claudia Lima Costa⁵⁶⁰ já perguntava, em 2002, quem seria o sujeito do feminismo se não usávamos mais as categorias Mulher ou Mulheres. Neste artigo, a autora sugeria que se utilizasse “Mulher”, pensada como um “essencialismo estratégico”. De minha parte, continuo querendo acionar a categoria gênero nas análises, esta me ajuda a fugir de dicotomias, pensar as relações de maneira não estável, e a ver como as relações permeiam discursos que estão presentes na maneira como se pensa o Estado, a saúde, a educação, etc. A força analítica já tem sido suficientemente demonstrada e ganha cada vez mais oposição dos grupos fundamentalistas de direita. Mais do que nunca, é preciso reforçar a discussão utilizando a categoria gênero.

8- Ana Rita Fonteles Duarte: *Além da disputa em torno do que seria a ideologia de gênero, a última campanha presidencial que levou Jair Bolsonaro ao poder foi marcada pelo uso de fake news, do negacionismo histórico e tentativas de cercear o trabalho do professor em sala de aula. Qual o papel e os desafios de historiadores, seja como pesquisadores ou professores, nessa nova conjuntura?*

Joana Maria Pedro: Os desafios para a pesquisa e o ensino de História são internacionais. Não é apenas no Brasil que o revisionismo e o negacionismo ganham destaque com a emergência política da direita. Em cada país, o contexto leva a alguma forma de revisionismo histórico. No Brasil, a questão da ditadura militar e da escravidão tem se tornado importante em vista das tentativas de negar e de rever o que se tem escrito até o momento. A dita “ideologia de gênero” também é uma discussão internacional. O que eu penso é que outros países estão vivendo esta mesma situação e podemos aprender com pesquisadores e professores desses países para ver o que tem sido feito e como enfrentar localmente esse mesmo problema. Temos, também, que

⁵⁵⁹ SCOTT, Joan. *História das Mulheres*. In: BURKE, Peter (org.) **A escrita da história**. São Paulo: UNESP, 1992. p. 63-95.

⁵⁶⁰ COSTA, Claudia de Lima. *O sujeito do feminismo*. **Cadernos Pagu**, n. 19, 2002, p. 80.



nos unir. A palavra de ordem “ninguém solta a mão de ninguém” deve ser aplicada para a pesquisa e o ensino de História. Quando algum professor(a) sofrer qualquer forma de perseguição, as associações científicas e os sindicatos têm que ser acionados. E mais: os colegas precisam cuidar uns dos outros, não deixar que qualquer pessoa fique solitária diante da perseguição. Além disso, precisamos reforçar que o conhecimento que pesquisamos, analisamos e publicamos é fruto de trabalho sério, baseado em fontes que passam por crítica intensa e facilmente localizável. O ofício do(a) historiador(a) é este, e vamos exercer com rigor o que aprendemos a fazer.

9 - Ana Rita Fonteles Duarte: *Você finaliza, em julho de 2019, seu mandato como presidente da Anpuh. Como a entidade vem se preparando para lidar com os ataques governamentais ao ensino e à produção de saber? Há estratégias definidas sobre isso?*

Joana Maria Pedro: Sim, a ANPUH-Brasil tem adotado várias estratégias: 1) produção de manifestos que extrapolam o nosso ofício e avançam no terreno da política; 2) incluímos na página da ANPUH-Brasil manuais do que fazer quando qualquer associado(a) é atacado(a) e perseguido(a); 3) buscar, cada vez mais, atuar para o grande público, o que significa tornar mais popular o conhecimento que temos acumulado em todos esses anos; 4) união com outras associações científicas. Entendemos que esta é uma luta que vai além do trabalho com a História. Envolve educação, Ciências Humanas e, enfim, a ciência como um todo. É por isso que, ultimamente, temos publicado ações e manifestos junto com várias associações científicas. Pretendemos, também, acompanhar, no Congresso Nacional, as propostas de leis para tentar impedir a aprovação daquelas que venham a prejudicar nosso campo de pesquisa e ensino e, mais, apoiar projetos que nos protejam e ajudem.

Agradeço muito as perguntas tão bem formuladas, grande abraço!



O sistema de vendas diretas da Natura: O hiato entre a acumulação da empresa e a precarização do trabalho

Rafael Leite Ferreira ⁵⁶¹

Recebido em: 24/01/2019

Aceito em: 05/03/2019

ABÍLIO, Ludmila Costhek. **Sem maquiagem**: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos. São Paulo: Boitempo, FAPESP, 2014, 238 p.

O Brasil é, hoje, o terceiro maior mercado mundial de produtos de higiene pessoal, perfumes e cosméticos. Segundo dados do setor, no ano de 2013, o país ficou atrás apenas dos Estados Unidos e do Japão e à frente de gigantes como a China. A previsão é que o Brasil ocuparia, até o primeiro semestre de 2016, o segundo lugar no ranking. No Brasil, a campeã de vendas nesse setor é a Natura. A enorme quantidade de pessoas vendendo produtos cosméticos revela o crescimento exponencial desse setor. No mundo são cerca de 95 milhões de vendedoras. O Brasil tem, atualmente, 4,5 milhões. Somente a Natura tinha, em 2007, 400 mil pessoas revendendo seus produtos. Em 2014, já tinha chegado à marca de 1,3 milhões. O sucesso da Natura adveio, principalmente, da adoção, desde 1974, do “Sistema de Vendas Diretas” (SVD). As vendas nesse formato não exigem postos físicos de trabalho; elas ocorrem através de relações interpessoais, com “consultoras” que vão de porta em porta apresentar os catálogos aos clientes. Esse sistema é antigo no Brasil, mas, no último decênio cresceu de modo avassalador. O Brasil ocupa hoje a quarta posição nessa área, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, Japão e China. O volume de negócios do setor movimentou mundialmente o montante de US\$ 169 bilhões em 2013; no Brasil chegou à marca de R\$ 41,6 bilhões.

Vendo esses expressivos números, uma pergunta logo vem à baila: será que o crescimento do setor de perfumes e cosméticos no Brasil está sendo acompanhado no mesmo ritmo de melhorias salariais e de trabalho para os indivíduos que dele fazem parte? Será que o negócio do SVD, que vem crescendo em ritmo galopante, tem realmente gerado lucros e benefícios para os revendedores, conforme divulgam amplamente as empresas que operam nesse sistema? O recente livro de Ludmila Costhek Abílio aponta que não. Escolhendo como

⁵⁶¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor da Unibra - Centro Universitário Brasileiro. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0295848610110162>. Email: rafaleferr@hotmail.com



objeto de estudo uma das mais importantes empresas de cosméticos do país, a Natura, a autora revela que a empresa tem conquistado lucros exorbitantes adotando uma “estratégia de negócios” que acarreta inúmeras condições adversas para quem está na ponta – baixa remuneração, informalidade, indistinção entre tempo de trabalho e de não trabalho, instabilidade, precariedade, exploração do trabalho, flexibilidade, adoecimento, sofrimento, falta de reconhecimento etc. Ludmila tira a maquiagem da Natura e revela que o SVD dessa empresa é uma atividade que, sob o amparo legal, tem a aparência de um “não trabalho”, mas que, na prática, tem a concretude de um trabalho pesado, precário, extremamente extenuante, ausente de normas e de vínculos empregatícios reconhecidos, e o mais grave: “não pago”.

A pesquisa de Ludmila desnuda friamente a “contradição” que permeia a relação entre a Natura e as revendedoras: de um lado, a “visibilidade” da marca; de outro, a condição “invisível” das consultoras, que estão em toda parte, mas que não têm o trabalho reconhecido, nem visto como tal. Em outras palavras, o que fica visível na relação entre a Natura e o seu exército de um milhão de revendedoras (menos de 5% dos consultores são homens) é que muito embora essas mulheres não sejam reconhecidas como trabalhadoras pela empresa, a verdade é que sem elas os atuais lucros da Natura não existiriam. A Natura conseguiria manter o mesmo valor de mercado e a sua alta margem de lucro se assalariassem um milhão de revendedoras com direitos e garantias trabalhistas? A resposta de Ludmila Abílio é, obviamente, um “não”, pois a acumulação, o sucesso comercial e os lucros galopantes da Natura advêm justamente da exploração do trabalho, da flexibilização, da extração de valor do excedente, da informalidade, ou seja, do duro trabalho “não pago” às revendedoras.

Na primeira parte da obra, Ludmila realizou um fecundo panorama sobre os perfis socioeconômicos das “profissionais” e a relação que elas mantinham com as vendas. Para atingir o seu objetivo, a autora realizou entrevistas com consultoras das mais variadas regiões e posições sociais. Ao longo da pesquisa, Ludmila percebeu que o perfil socioeconômico das revendedoras é bastante heterogêneo, englobando estratos da classe baixa, média e alta. Ludmila apontou que as pessoas de baixa renda formam a maioria das empregadas no ramo do SVD. E o motivo não é difícil de entender. Deve-se, grosso modo, à voracidade do capitalismo que aumenta cotidianamente a fileira dos desempregados e tende a puxar para baixo o poder de compra dos mais pobres. A Natura se apresenta para muitos indivíduos como uma verdadeira “tábua de salvação”. Para as mulheres que estão empregadas no trabalho formal (domésticas, faxineiras e babás, por exemplo), a Natura é tida como um complemento de renda; já para as centenas de desempregadas, ela é vista como a única fonte de renda. O que se revela



surpreendente no estudo de Ludmila é que as revendedoras de baixa renda são as que amargam, no geral, tanto os “menores lucros” como os “maiores prejuízos” decorrentes dos altos índices de inadimplência. Aqui, cabe advertir que a Natura repassa para as revendedoras todos os riscos (de estocagem e de inadimplência) envolvidos na atividade.

Assim como a população pobre, a classe média também não é homogênea. Em relação à venda dos produtos, Ludmila dividiu a classe média em dois grupos. O primeiro é constituído por mulheres que fazem das vendas sua ocupação e principal fonte de renda. São mulheres que empregam vários dias da semana e horas do dia para a venda de Natura. São mulheres que trabalham duramente para subir no ranqueamento da empresa e, assim, serem premiadas com viagens, troféus, bijuterias, cosméticos etc. As entrevistas de Ludmila revelaram que, de uma maneira geral, esse grupo é formado por mulheres que largaram sua profissão para se dedicar exclusivamente à Natura. O que torna trágico para essas mulheres é o fato de que se antes a atividade gerava um razoável lucro, hoje, devido ao aumento do número de revendedoras, muitas se arrependem de terem largado o trabalho formal.

O segundo grupo de vendedoras no interior da classe média é constituído por mulheres que não apresentam a venda dos produtos da Natura como a sua principal fonte de renda. De acordo Ludmila Abílio, 70% das revendedoras da Natura têm outra atividade principal. O que, na realidade, significa horas de trabalho para além de sua própria jornada, a banalização do “trabalho para além do trabalho”. Nesse grupo estão incluídas centenas de mulheres que vendem os produtos em seus locais formais de trabalho, mas sem maiores pretensões salariais e de carreira dentro da Natura. São mulheres, portanto, que optaram por uma dupla (ou tripla?) jornada – trabalho fora de casa, trabalho de dona de casa e venda dos produtos –, combinando a venda dos produtos com outras atividades. A existência de trabalho formal e estável possibilita que as vendas dessas consultoras sejam mais estáveis e rentáveis com pequeno índice de inadimplência. De modo geral, essas mulheres, que já detêm uma profissão, não procuram se qualificar como “vendedoras” da Natura. Preferem preservar a identidade de sua ocupação principal, de seu trabalho formal. As vendas aparecem para esse estrato de mulheres como passatempo ou como uma oportunidade para consumir produtos por um preço menor, apagando-se, assim, todo o complexo e cruel processo de vendas envolto.

Além de expandir seu mercado consumidor e trabalhador para as classes baixas e médias, a Natura também alcançou estratos da elite. Há poucos anos, criou o “setor Crystal” para congregar consumidoras e vendedoras de altas rendas. Este setor funciona de forma diferente dos demais. Ao invés de 500 a 800 consultoras por cidades, a Natura destina, em média, 40 apenas por área. As consultoras são mulheres jovens, de nível superior, que vêm da



elite ou circulam por ela. O ingresso ao seletor grupo se dá por meio de convites. Geralmente, a venda dos produtos não ocorre por meio do catálogo, mas através de reuniões e festas organizadas pelas vendedoras. Mas, por que mulheres de alta renda procuram essa atividade? As respostas, obviamente, são diversas: para terem maior “independência financeira”; preencherem o tempo; aumentarem o círculo de amizade com as pessoas da mesma posição social; ou até mesmo porque acreditam nos valores da empresa, sua filosofia vinculada ao capitalismo verde, que cultua a “sustentabilidade” e se apresenta como “politicamente correta”. Para muitas pessoas, a Natura representa a prova do “Brasil que dá certo!”. A análise de Ludmila Abílio em relação ao comportamento das vendedoras dessa classe social é mordaz: embora não se sintam “trabalhadoras”, todas as ações envolvidas no processo de venda dos produtos levam essas *socialites* desempenharem exatamente a mesma atividade pela qual as suas empregadas domésticas recorrem para complementar a renda familiar.

Na primeira parte do livro também foram trabalhadas outras questões que atingem as revendedoras da Natura, independentemente de sua posição social. A principal delas é que as consultoras raramente sabiam identificar quanto ganhavam por seu trabalho, quanto gastavam (“investiam”) com a compra dos produtos ou quanto tempo dedicavam à atividade. No geral, as contas feitas pelas revendedoras se mostravam complicadas e confusas, pois misturavam a venda dos produtos com o consumo próprio – que, surpreendentemente, se revelou, através da pesquisa, altamente excessivo, para não dizer desnecessário. E esse consumo supérfluo tem uma explicação simples: as vendedoras da Natura são constantemente envolvidas a se tornarem elas mesmas propaganda da marca. Cabe ressaltar que, além de incentivar as vendedoras a se constituírem em vitrines vivas dos artigos que vendem (na verdade, agentes não pagas pelo marketing que realizam), o estímulo da Natura ao consumo também se dá por meio de “pontuação”, com a qual a empresa encoraja as mulheres a “investirem” em maciços estoques de produtos que, na maioria, não são vendidos. Essas mulheres se constituem, assim, no dizer de Ludmila Abílio, em “trabalhadoras-consumidoras”, à medida que trabalham para consumir e consomem para trabalhar. Vale enfatizar que o trabalho de Ludmila – embora trate da relação e da situação de trabalho de um conjunto de mulheres numa empresa específica, a Natura – não deve ser entendido como mais um “estudo de caso”. O seu trabalho extrapola em muito essa definição. E este é justamente o brilhantismo da obra, que a fez ser a vencedora, em 2013, do prêmio Mundos do Trabalho, da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Na segunda parte da obra, Ludmila demonstrou claramente que a exploração econômica envolvida no SVD não ocorre de maneira acidental ou por acaso. A exploração faz



parte da própria “gestão de negócios” das empresas desse ramo. Elas acumulam capital através da extração de valor do excedente, ou seja, acumulam capital através do duro trabalho (“não pago”) de seus próprios vendedores. Ludmila, ao tratar do caso específico da Natura, a insere nesse contexto mais amplo de exploração e precarização do trabalho que caracteriza hoje as políticas neoliberais. Ou seja, a autora parte do trabalho invisível, não reconhecido de mais de um milhão de mulheres para pensar na relação deste com a acumulação da Natura. A enorme disparidade entre o lucro da empresa e a “riqueza distribuída” para as consultoras fica visível, por exemplo, nos relatórios anuais da Natura. No Brasil, a receita líquida da Natura em 2014 foi de R\$ 7,640 bilhões e o lucro líquido de R\$ 732,8 milhões. No ranking das marcas mais valiosas em 2014, a Natura ficou em sexto lugar, superando, inclusive, a Petrobras. À frente da Natura estão apenas: Itaú, Bradesco, Skol, Banco do Brasil e Brahma. Por outro lado, essa bonança financeira não é sentida pelas trabalhadoras. No Relatório Anual de 2013, por exemplo, a companhia apresentou o rendimento anual médio de R\$ 4.138 para as vendedoras, o que correspondia ao ganho de R\$ 345 por mês. Vale salientar que, como toda média, esses números são problemáticos, pois as vendedoras não vendem necessariamente da mesma forma, nem a mesma quantia todos os meses, além de que existirem mulheres que pagam mais do que ganham por causa do assíduo consumo dos produtos.

No começo dos anos 1990, no auge das políticas neoliberais, diversas pessoas passaram a pregar basicamente duas teses. A primeira advogava a “inevitabilidade” das terceirizações, flexibilizações e desregulações trabalhistas para garantir a sobrevivência do “mercado”. A segunda dizia respeito à primazia do imaterial e à perda de centralidade do trabalho. Mas será que houve, de fato, um “adeus ao trabalho”? Ludmila responde que não. Para autora, é um equívoco pensar na tese do “fim do trabalho”. À bem da verdade, os trabalhadores estão todos aí em nosso redor – motoboys; atendentes de telemarketing; assalariados dos fast food; trabalhadores dos hipermercados; terceirizados de toda ordem, entre outros. É só olhar para os países do Terceiro Mundo – onde se encontram 2/3 da população mundial que trabalha – que se encontrará milhões desses trabalhadores. O momento atual representa uma “mutação do trabalho”, mas não a sua eliminação.

Os trabalhadores de hoje estão inseridos numa “nova morfologia” do trabalho que reduziu o operariado industrial de base taylorista/fordista e ampliou, a partir da lógica da flexibilidade toyotizada, contingentes de terceirizados, subcontratados, temporários e precarizados. Esse “novo proletariado” não está mais, em sua maioria, na indústria, mas sim no setor de serviços. O trabalho desse “novo proletariado”, *just in time*, toyotizado, está cada vez mais precário, intensificado, flexível, instável, rotativo, baixo remunerado, informal,



desregulado e ausente de normas e vínculos empregatícios reconhecidos. São pessoas que trabalham por mais tempo, mais intensamente e, também, em formas que muitas vezes não são reconhecidas ou contabilizadas como trabalho. Ludmila Abílio, ao procurar entender como mais de um milhão de mulheres se envolveram em um negócio pouco rentável, que demanda investimento monetário e tempo e que permeia tanto o tempo de trabalho como o tempo do lazer, traz uma importante contribuição para entender a história recente do trabalho, mais precisamente a “nova morfologia” do trabalho e o seu desenho multifacetado, resultado das fortes mutações que vem abalando o mundo produtivo do capital nas últimas décadas.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. **Sem maquiagem**: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos. São Paulo: Boitempo, FAPESP, 2014.

